



**Débora Meira dos Santos**

**Entre o IHGB e o Monteiro Lobato  
(re) significações do livro de Hans Staden**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Eunícia Barros Barcelos Fernandes

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2016



**Débora Meira dos Santos**

**Entre o IHGB e o Monteiro Lobato:  
(re) significações do livro de Hans Staden.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª Eunícia Barros Barcelos Fernandes**

Orientadora

Departamento de História - PUC-Rio

**Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Departamento de História - PUC-Rio

**Profª Angela Maria de Castro Gomes**

Departamento de História - UNIRIO

**Profª Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Débora Meira dos Santos**

Concluiu a graduação em História pela PUC-Rio em 2012. Foi bolsista FAPERJ do Programa de Iniciação Científica na pesquisa: A Companhia de Jesus e os índios: século XVI, XVII e XVIII. Também foi bolsista CNPq do Programa de Educação Tutorial, dando foco na pesquisa sobre Hans Staden e os discursos sobre a escravização indígena no século XVI.

#### Ficha Catalográfica

Santos, Débora Meira dos

Entre o IHGB e Monteiro Lobato : (re) significações do livro de Hans Staden / Débora Meira dos Santos ; orientadora: Eunícia Barros Barcelos Fernandes. – 2016.

207 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2016.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Monteiro Lobato. 4. IHGB. 5. Hans Staden. 6. Ordenação literária. 7. Mediação cultural. I. Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

## Agradecimentos

À Eunícia Barros Barcelos Fernandes, pelos conselhos, orientações e confiança.

À professora Ângela de Castro Gomes, pelas indicações desde os primeiros momentos da pesquisa. Pelas reflexões sobre a escrita da história, e uma escrita da história pelo IHGB. Como também, pela atenção à ideia de mediador cultural. Ao professor Leonardo Pereira, pelas críticas, pela ajuda no direcionamento da pesquisa e indicações acerca de uma ideia de tradução, literatura e eugenia. À professora Dominichi Miranda Sá, pelas contribuições para as pesquisas, sobretudo pelas indicações sobre o higienismo e eugenia.

À minha família, especialmente minha avó, Antônia, e à minha tia, Adriana. Por toda torcida de sempre.

Aos meus pais, Andrea e Argemiro, por todo amor e apoio, mesmo estando longe.

À minha irmã Daniela, companheira na vida e nos estudos.

Ao Danilo, pelo apoio e incentivo, em todos os momentos.

Ao meu filho felino, José, pelo companheirismo.

Aos meus amigos queridos, Italo, Fábio, Rhuan, Fabiana, Helena e Fernanda. Pela torcida.

À Fundação Biblioteca Nacional, e aos seus funcionários, que muito contribuiu para a realização desta pesquisa.

À PUC-Rio, seus aos seus funcionários. Especialmente, aos funcionários do departamento de história, Cláudio, Cleusa, Moisés e Anair.

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

## Resumo

Santos, Débora Meira dos; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos. **Entre o IHGB e Monteiro Lobato: (re) significações** do livro de Hans Staden. Rio de Janeiro, 2016, 205p. Dissertação de mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Publicado na Alemanha em 1557, o livro de Hans Staden sobre suas viagens à América portuguesa adquiriu vasta circulação pela Europa, com várias traduções. Parte de seu sucesso se atribui ao fato de ser relato sobre região recém incorporada ao conhecimento europeu e por expor o convívio do autor com indígenas praticantes de rituais de antropofagia. Em 1882, o relato de Staden teve sua primeira tradução para o português realizada por Tristão de Alencar Araripe. O membro do IHGB, além da transposição de uma língua para outra, (re) significaria o livro transformando-o em um registro científico capaz de dizer sobre o Brasil nos seus “primórdios”. O relato terá ainda outras traduções para o português, sendo (re) significado em diferentes momentos e circunstâncias: por Albert Löfgren (membro do IHGSP) em 1900 e pelo literato Monteiro Lobato em 1925, 1927 e 1945. Cada um destes agentes traduziram o livro de Staden com o objetivo de alcançar públicos distintos e dizer, através do relato, sua ideia de história de Brasil e de nação que se pretendia formar. Monteiro Lobato publicou mais de uma vez aquele material, dando a ele uma tradução lobatiana ou uma "ordenação literária", adaptando-o ainda para o público infantil, utilizando seus famosos personagens do Sítio do Pica Pau Amarelo como Dona Benta e Narizinho. A partir da localização destas publicações, busquei compreender o porquê deste livro do século XVI assumir um valor emblemático pelos seus diferentes tradutores e, nesse sentido, identificar como cada um atribuiu novas significações ao livro e quais são estas.

## Palavras chave

Monteiro Lobato; IHGB; Hans Staden; ordenação literária; mediação cultural; indígenas

## Abstract

Santos, Débora Meira dos; Fernandes, Eunícia Barros Barcelos (Advisor). **Between IHGB and Monteiro Lobato: (re) significations of Hans Staden's book.** Rio de Janeiro, 2016, 205p. MSc. Dissertation - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Published in Germany in 1557, the book of Hans Staden about his travels to Portuguese America acquired wide circulation in Europe, with several translations. Part of its success is attributed to the fact that reporting on newly incorporated into the European knowledge region and expose the author's association with indigenous practitioners of cannibalism rituals. In 1882, the reporting of Staden had its first translation into Portuguese made by Tristao de Alencar Araripe. The IHGB member, in addition to the transposition from one language to another, (re) mean the book turning it into a scientific record can say about Brazil in its "early days". The report also will have other translations into Portuguese, and (re) meaning in different times and circumstances: Albert Löfgren (IHGSP member) in 1900 and the writer Monteiro Lobato in 1925, 1927 and 1945. Each of these agents translated the book Staden in order to reach different audiences and say, through the report, his idea of history of Brazil and nation that was intended to form. Monteiro Lobato published more than once that material, giving him a lobatiana translation or a "literary arrangement", adapting it also for children, using his famous characters of the Sítio do Pica Pau Amarelo (literally translated as Yellow Woodpecker Ranch) as Dona Benta and Narizinho. From the location of these publications, I tried to understand why this book of the sixteenth century take on a symbolic value for their different translators and, accordingly, identify how each assigned new meanings to the book and what are these.

## Keywords

Monteiro Lobato; IHGB; Hans Staden; literary arrangement; cultural mediation; indigenous

## Sumário

Introdução	10
1. O livro	17
1.1 O livro por Hans Staden	17
1.2 O livro no Brasil	35
2. O livro por Monteiro Lobato	69
2.1 O negociante matriculado Monteiro Lobato	69
2.2 Empresário das letras: Lobato, mediador da cultura	75
3. Os Hans Staden de Monteiro Lobato	105
3.1 Meu cativo entre os selvagens do Brasil	105
3.2 Aventuras de Hans Staden	117
3.3 Hans Staden: suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil	137
4. (Re) significações do diário de Hans Staden por Monteiro Lobato	146
4.1 Hans Staden à lobatiana: uma ordenação e uma criação literária	146
4.1.1. Meu Captivo entre os Selvagens: uma ordenação literária	152
4.1.2. Aventuras de Hans Staden: uma criação literária	163
4.2. Construção do indígena no pensamento lobatiano: uma inquietação	177
5. Conclusão	191
6. Referências Bibliográficas	200
6.1 Fontes	200
6.2 Obras de referência	201

## Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa de navegação	19
Figura 2 - Capa do livro de Hans Staden	20
Figura 3 - Hans Staden orando para chegada dos tupinambás em segurança.	29
Figura 4 - Hans Staden marcado por uma cruz no peito	29
Figura 5 - Cena de sacrifício de um prisioneiro	30
Figura 6 - Hans Staden assiste ao ritual antropofágico	31
Figura 7 - Ilustração de Theodore de Bry	33
Figura 8 - Ilustração de Hans Staden	34
Figura 9 - Ilustração de André Thevet	34
Figura 10 – Ilustração de Pero Magalhães Gândavo	34
Figura 11 - Capa da revista do IHGB	51
Figura 12 - Capa da Revista do IHGSP	56
Figura 13 - Capa da edição comemorativa da revista do IHGSP	59
Figura 14 – Primeira página do livro de Hans Staden	64
Figura 15 - Primeira página da tradução de Araripe	65
Figura 16 - Primeira página da tradução de Löfgren	66
Figura 17 - Cena da chegada dos indígenas e do ritual antropofágico	67
Figura 18 - Capa do livro “A menina do narizinho arrebitado”	97
Figura 19 - Propaganda do jornal Gazeta do Commercio	99
Figura 20 - Capa da primeira edição do livro: Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil	112
Figura 21 - Capa da primeira edição do livro: Aventuras de Hans Staden	121
Figura 22 - Anúncio do livro Aventuras de Hans Staden	121



Figura 23 - Capa da 4ª edição do livro: Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil	141
Figura 24 - Hans Staden sendo entregue a Abati-Poçanga	164
Figura 25 - Índigena segurando uma perna humana	164
Figura 26 - Índigena sendo sacrificado	165
Figura 27 - Destaque da capa do livro: Aventuras de Hans Staden	165
Figura 28 - Dona Benta instruindo Pedrinho e Narizinho.	190

## Introdução

O livro de Hans Staden, *Descrição verdadeira de um paiz de selvagens nús, ferozes e cannibae situadno no novo mundo América* foi publicado em 1557 na Alemanha. Nele, o alemão relatou suas experiências de viagens à América Portuguesa e o seu convívio entre os indígenas tupinambás durante oito meses como cativo de guerra. Seu objetivo ao escrever aquele material era descrever sobre a sua sobrevivência como algo concedido por Deus, chamando atenção, ao longo de todo relato, sobre as intervenções e milagres divinos.

No momento em que eu estava cursando a graduação tive um primeiro contato com este material, o que me despertou interesse por tratar das relações entre indígenas e não-indígenas, culturas e costumes – como a antropofagia – dos ameríndios. Meu trabalho de monografia tratou do discurso criado por Staden que associava os indígenas - e a prática destes de comer carne humana - à selvageria e à barbárie.<sup>1</sup> Como parte do processo de pesquisa, analisei as edições do livro de Staden publicados no Brasil.

Nesta pesquisa, identifiquei que na primeira tradução e publicação do livro no Brasil, ocorreu em 1892, a publicação estava vinculada a **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. No ano de 1900 a publicação fez parte da edição comemorativa do 4º centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, desta vez publicada pela **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Após estas duas publicações, o livro seria publicado novamente por Monteiro Lobato, no ano de 1925. Nesta publicação, observei que o literato chamava atenção dos seus leitores, no prefácio daquela edição, informando ele havia “ordenado literariamente” aquele material. No momento de escrita da monografia aquelas edições não faziam parte do meu recorte de análise, entretanto, haviam chamado a minha atenção pelo trato científico conferido pelas instituições e o literário por Lobato.

Sabedora de que durante Primeira República estava em pauta uma discussão acirrada sobre modelos de nação e que do indianismo imperial à valorização modernista, os indígenas ganhavam espaço para dizer de uma suposta brasilidade,

---

<sup>1</sup> Também fiz uso de cartas de jesuítas do século XVI, como Fernão Cardim e Padre Manuel da Nóbrega, que diziam a respeito da prática de rituais antropofágicos praticada pelos indígenas na América Portuguesa, no intuito realizar uma análise dos discursos.

na possibilidade de retornar agora àquelas edições pensei, num primeiro momento, identificar um projeto de nação para Monteiro Lobato, a partir da publicação que ele fizera em 1925 do livro de Hans Staden, sob o título de *Meu cativo entre selvagens do Brasil*.

Utilizando a tradução do alemão antigo para o português feita por Albert Löfgren em 1900 - publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** - Monteiro Lobato, realizou uma “ordenação literária” daquele material e publicou pela sua editora - Companhia Editora Nacional - o livro *Meu Cativo entre os Selvagens do Brasil*. Naquele momento, tanto a observação da mudança do título e da ordenação literária que transformava o original como a compreensão de algumas questões que perpassavam a política brasileira me fizeram crer na conexão entre a publicação da obra e a afirmação de um certo modelo de nação por parte do editor. Minha atenção ao empreendimento de tradução (ordenação literária) e publicação (pela sua editora Companhia Editora Nacional) daquele material por Lobato foi provocada ainda mais pela publicação ter se desdobrado em mais de uma edição, com características diferentes, sendo um esforço editorial que variou o público alvo: dos adultos, com uma nova edição em 1945; e como foco às crianças, publicando em 1927 o *Aventuras de Hans Staden*.

Minha hipótese de articulação entre o relato de Staden e uma ideia de nação de Lobato sustentava-se no fato do livro conter informações que descreviam o período de colonização portuguesa, as culturas e costumes dos ameríndios, num momento em que se discutia no Brasil o valor dos nativos como modelo para a nação. Mais do que escolher um livro que destacava os indígenas, em seu “tempo literário”, Lobato retirou as partes de conotação religiosa tão importantes para Hans Staden, depurando o conteúdo para que apenas informasse sobre a história do Brasil que buscava-se construir e contar naquele período. A seleção da obra e dos conteúdos pelo editor não pode ser compreendida de modo isolado: como outros intelectuais, Lobato esteve inserido num debate que via a literatura com a missão de instruir e formar os seus cidadãos, onde o conhecimento estava atrelado à ordenação de uma nação – vinculada a ideia de progresso e modernização de um país. E, com certa singularidade, Lobato constituiu e afirmou seus ideais e propostas através da união entre ações literárias e ações empresariais. As questões, assim, se apresentavam bem mais amplas do que a identificação de um projeto de nação na narrativa de Lobato no livro Hans Staden, e compreender essa migração de

circulação do livro assim como ao que Lobato chamava ‘ordenação literária’ se tornaram objetivos.

Entretanto, apesar de todas essas questões serem interessantes, o livro de Staden já havia sido publicado e circulado em diferentes esferas, construindo, portanto, uma trajetória e um sentido de uso no Brasil. A observação exigia que eu inserisse a edição de Lobato nessa trajetória, o que destacou de modo intenso outras transformações que se colocaram como pauta, como o fato da obra ter migrado de uma circulação notadamente científica para uma literária.

Para que acessem a migração de circulação a qual me reporto, esclareço que a primeira publicação da obra de Staden no Brasil havia sido realizada em 1892 por Tristão de Alencar e Araripe, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A intervenção de Tristão Araripe e do IHGB já estabelecia um novo sentido ou significado ao livro, diverso daquele instituído por seu autor. Sem necessariamente eliminar as referências à Deus, a tradução de Araripe se prestava aos investimentos do Instituto em construir uma história do Brasil, ou seja, seguindo os padrões da época, aparecia como a viabilidade de acesso a um documento da colonização. Deste modo, por dizer sobre colonização e missionação das terras e dos ameríndios, a publicação iria consolidar um espaço científico que validava o início da história do Brasil ou, como recentemente nomeado do Temístocles César, uma “cronologia civilizacional”<sup>2</sup>.

Esse modelo de cientificidade, de documentação para a construção da história do Brasil gerou ainda outra tradução da obra em 1900: a de Albert Löfgren, difundida pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Como veremos, Löfgren tinha críticas à tradução de Araripe e um contexto específico de São Paulo estimulava uma nova publicação, porém, apesar de diferenças entre as traduções, tanto o IHGB como o IHGSP buscaram atribuir ao livro de Staden uma importância de que deveria ser lido por conter preciosas informações históricas etnográficas do Brasil no período colonial. Circulando basicamente entre os sócios dos institutos, ou seja, por uma elite intelectual e política no Brasil, as duas publicações serviam a um mesmo propósito, a validação documental no conhecimento sobre o passado da nação.

---

<sup>2</sup> CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). O Brasil em dois tempos. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (prelo).

Mesmo reconhecendo o livro de Staden como contribuinte para o conhecimento da história do Brasil, a estratégia de Monteiro Lobato seria muito diversa daquelas que editaram a obra anteriormente. Inclusive partindo da tradução de 1900 publicada por Albert Löfgren, o já reconhecido literato se apropriaria e faria uma “ordenação literária” daquele material, mas atribuindo-lhe um cunho literário e não científico. Com o objetivo de facilitar o acesso ao livro de Hans Staden por pessoas não especializadas em história e geografia, Lobato transforma a escrita do livro de forma a dar clareza ou “tempero”, nas palavras do autor. Assim, do espaço científico, o livro de Staden passaria a ser escrito e a circular pelo literário, através do empenho de Lobato em 1925.

Minha dissertação busca empreender uma análise das edições do livro de Hans Staden aqui expostas, que ocupam, por um lado, um espaço científico - traduzida e (re) significada para servir aos estudos etnográficos e históricos - e, de outro lado, um espaço literário, para um público não especializado, composta por adultos, jovens e crianças. Nesta última, sob iniciativa de Monteiro Lobato e seguindo seus interesses pessoais - projeto de instrução da nação através da literatura - e de seus interesses como empresário - como editor da Companhia Editora Nacional. Aqui é importante frisar que compreendo “(re) significações” como as transformações proporcionadas pelos agentes, que manipularam o relato a fim de atender aos interesses (pessoais e editoriais) e aos projetos de nação, idealizado de forma diferenciada por cada um. No caso, teríamos não apenas a (re) significação científica dos institutos e a literária de Lobato, como também entre as diferentes edições de Hans Staden por Lobato.

Além das edições do livro de Hans Staden, tornou-se fundamental para esta análise a leitura de um conjunto documental compreendido por prefácios das revistas do IHGB e do IHGBSP - principalmente os da primeira edição das respectivas revistas, pois nestas os fundadores dos institutos dizem sobre os ideais e objetivos das pesquisas científicas, o que torna-se importante para localizarmos o espaço de publicação de Staden ocupa -; assim como prefácios, entrevistas, reportagens e livros publicados por Lobato ou que mencionam o literato. Utilizo também cartas trocadas entre Lobato e alguns dos seus correspondentes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Washington Luís, sua irmã “Teca”, seu cunhado Heitor, Renato Kehl e Godofredo Rangel. Na reprodução de fragmentos dos prefácios, entrevistas, reportagens, livros e cartas, optei por manter a grafia

apresentada pelos seus respectivos autores. A isto também está relacionada a minha busca por elementos que caracterizem a (re) significação dada em cada uma das edições do livro de Hans Staden.

Diferente de alguns intelectuais, como por exemplo, Machado de Assis, Lobato estimava a leitura e escrita de correspondências. Devido a isto, encontramos um grande volume de cartas trocadas com jornalistas, pedagogos, políticos e outros literatos. E para esta pesquisa, as cartas são um material rico, pois estão contidas desde dados rotineiros às conversas mais íntimas, característica de conversas entre amigos. E, como afirma Ângela de Castro Gomes, ao escreverem sobre a vida, o tempo e a rotina, eles escreviam sobre si<sup>3</sup>. Ao falar sobre a escrita de cartas, o próprio Lobato afirmava:

“O gênero ‘carta’ não é literatura, é algo à margem da literatura...porque literatura é uma atitude – é a nossa atitude diante desse monstro chamado Público, para o qual o respeito humano nos manda mentir com elegância, arte, pronomes no lugar e sem um só verbo que discorde do sujeito. (...).

Mas as cartas não...carta é conversa com um amigo, é um duo – e é nos duos que está o mínimo de mentira humana.”<sup>4</sup>

Para as análises que serão aqui empreendidas, optei por dividir a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo localizo o livro de Hans Staden e o analiso através a dedicatória escrita pelo próprio autor, dirigida ao príncipe Felipe I, e do prefácio, escrito por Dr. Dryander. Apresento o conteúdo do livro, a narrativa e as descrições de Staden, assim como suas xilogravuras, parte importante que constituiu a narrativa. Ainda neste capítulo, exponho as primeiras publicações de Staden no Brasil, ou seja, a tradução de Tristão Araripe e a tradução de Albert Lofgren. Procuo expor sobre as instituições nas quais o livro estava sendo publicado, observando também a ideia de história e etnografia que o IHGB e IHGSP buscavam determinar, considerando que as propostas de história do Brasil estavam articuladas à publicação do relato de Staden.

<sup>3</sup> GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>4</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. (Prefácio). Tomo I. P. 17.

No segundo capítulo, desenvolvo a trajetória de Lobato, a fim de perceber seus ideais acerca da literatura, do mercado editorial, dos livros, da educação, da política e da economia. Pontos importantes, para compreensão do que conformava e quais ações eram defendidas no projeto de nação de lobatiano.

No terceiro capítulo, procuro destacar e localizar as diversas publicações feitas por Lobato, já que, houve edições para o universo infantil e outras voltadas para o público adulto. Identificando o número de tiragens dos exemplares de cada edição e, quando há, a inclusão do livro em coleções pedagógicas ou voltadas para instrução e formação de crianças e adultos. Dando destaque para o entrosamento de Lobato com grandes educadores, como Fernando de Azevedo, e o espaço ocupado pelo livro de Staden (à lobatiana) como instrumento para educação sobre a história do país.

No quarto capítulo, analiso as edições de Hans Staden por Lobato, atentando para quais modificações o literato empreendeu, a fim de atender suas expectativas quanto a escrita de uma história do Brasil. Estas modificações também nos possibilitarão observar qual ou quais foram os elementos que conferiram a atribuição de “ordenação literária” ao relato de Staden. E, neste capítulo, ainda chamo atenção para uma inquietação provocada no processo de leitura dos materiais, sobretudo, na edição infantil *Aventuras de Hans Staden*. Esta inquietação, se refere ao lugar dos indígenas nestas edições que, como iremos ver, para o IHGB o livro de Staden ajudava não só para os estudos históricos, mas também, etnográficos. O relato de Staden tornava-se um material importante para a etnografia por dizer os usos e costumes dos indígenas, principalmente, dos tupinambás. Neste estudo, os indígenas eram tratados como objetos-símbolos de um passado longínquo, e que, alocados no passado, sobre os quais “não há história: há só etnografia”<sup>5</sup>, segundo Francisco Varnhagen. Por Lobato, sobretudo na edição infantil, aos indígenas seria conferido uma caracterização que tinha por intenção desqualificá-lo, chamando-os por exemplo, de “raça vermelha” e “sem um grão de inteligência” como contraste a “raça branca” e de “boa geração” do europeu. Os ideais de eugenia, a “boa geração” de “raça branca” eram símbolos do progresso e civilização, para Lobato, como também, do que deveria constituir uma nação. Desta forma, meu objetivo principal, neste trabalho, consiste em identificar as

---

<sup>5</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

transformações feitas no livro de Staden para, com isto, compreender as dinâmicas e conflitos em torno da construção de um ideal de nação que se dava com a escrita da história dos primórdios do país, sendo o relato de Staden considerado um relato que dizia “verdadeiramente” sobre este passado - colonial e antropófago.



# 1 O Livro

## 1.1 O Livro por Hans Staden

Em 1557 foi publicado em Marburg, na Alemanha, um livro escrito por um viajante de nome Hans Staden<sup>6</sup>. Este relato foi produzido, após as suas experiências vividas no Novo Mundo e, principalmente, devido ao seu aprisionamento durante nove meses por indígenas Tupinambás, praticantes de rituais antropofágicos. Com o intuito de tornar público o seu relato de sobrevivência, já que ficou sob constante ameaça de ser sacrificado em um ritual<sup>7</sup>, o viajante produziu seu livro logo após o seu retorno à Alemanha ou a sua “muito querida pátria”. Relato esse que, segundo Staden, buscava sobretudo louvar e agradecer à Deus pela salvação concedida.

Hans Staden, deu ao livro o longo título de: *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão*<sup>8</sup>. A primeira edição princeps foi impressa na “Folha de Trevo” por André Kolbe, alcançando, rapidamente, sucesso de público levando a obter, no mesmo ano, mais três edições.

O registro do autor afirma que ele nasceu em Homberg, no estado de Hesse, provavelmente no ano de 1525, contudo, pouco se sabe sobre sua trajetória de vida, somente o que este escreve sobre si mesmo durante suas viagens e experiências no Novo Mundo. Segundo Francisco de Assis Carvalho e Franco, escrevendo sobre

---

<sup>6</sup> O livro de Hans Staden, é um dos primeiros relatos sobre a América Portuguesa e as relações entre colonizadores e colonizados. Em 1557, foram publicados os primeiros livros sobre o Brasil: o de Hans Staden e *Singularidades da França Antártica*, de André Thevet.

<sup>7</sup> Digo sacrificado, pois, a morte dos prisioneiros, feitos em conflitos entre indígenas e não indígenas – também entre indígenas de diferentes etnias –, estava conectado à uma visão cosmogônica. Ou seja, a morte dos inimigos (vingança), fosse indígena ou não, garantia a continuidade de uma temporalidade. Ver mais em: CUNHA, Manuela Carneiro. CASTRO, Eduardo Viveiros. *Vingança e temporalidade: os Tupinambás*. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 71, 1985. Pp. 191-208.

<sup>8</sup> O livro no seu formato original, de 1557, encontra-se disponível digitalizado no site da Biblioteca Nacional: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or813739/or813739.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813739/or813739.pdf)

Staden no ano de 1941, “Acerca da vida deste membro da desventurada armada, quase nada se obteve até o presente, muito embora sua obra tenha causado bastante ruído e tivesse larga vulgarização através do tempo (...).”<sup>9</sup>

Após a publicação de sua obra em 1557, poucos são os dados biográficos que conseguimos localizar, citando Rodriguez Monegal, “Desaparece de la historia como había entrado, (...): silencioso, discreto.”<sup>10</sup>. Segundo Zinka Ziebell,

“Em 1556, adquiriu o direito à cidadania na cidade de Wolfhagen e, em 1557, encontrava-se como aprendiz de fabricação de pólvora junto a Hans Kampfer em Marburg, e tudo leva a crer que seguiu essa profissão em Wolfhagen, onde casou e teve três filhos. Pressupõem-se que tenha morrido em 1576, ano em que Wolfhagen foi assolada pela peste, (...).”<sup>11</sup>

O livro de Hans Staden está dividido em duas partes e em duas formas de escrita, onde, na primeira parte, narra sua experiência no Novo Mundo, as duas viagens feitas à América Portuguesa, seu aprisionamento, resgate e regresso à Alemanha. Na segunda parte, *Um breve e verídico relato sobre os costumes e os rituais dos Tupinambás*, Staden expõe de forma descritiva a terra, seus habitantes, as expressões de religiosidade e o ritual de antropofagia dos indígenas tupinambás. Nas duas partes, o autor evidencia seu conhecimento de astronomia, importante no momento das grandes navegações, já que, a construção de novos estudos sobre a latitude, longitude, dos ventos e estrelas, garantia a segurança aos viajantes e conferia a estes um lugar social dentro da Europa, segundo Patrícia Seed<sup>12</sup>. Além do conhecimento de astronomia, a descrição dos aspectos sociais e culturais dos indígenas, realizado na segunda parte, fez com que seu livro fosse considerado uma fonte de dados para os estudos etnográficos<sup>13</sup>.

<sup>9</sup>STADEN, Hans. *Diário de duas viagens*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008. P. 16.

<sup>10</sup>ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Rio Grande do Sul: Editora universidade/ UFRGS, 2002. P. 248.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> SEED, Patrícia. “Novo céu e novas estrelas”. In: *Cerimónias de posse na conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999. A historiadora Heloisa Gesteira, nos ajuda a pensar a importância do estudo de cosmografia na sociedade europeia no século XVII. Ver: GESTEIRA, Heloisa. “Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624 - 1654)”, In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. n. 46, p. 165-178, 2008.

<sup>13</sup> Francisco de Assis Carvalho e Franco, ressalta a importância do trabalho de Hans Staden, como uma autorizada fonte da etnografia-sul americana, importante para os estudos geográficos, históricos e etnográficos. In: STADEN, Hans. *Dois viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008.

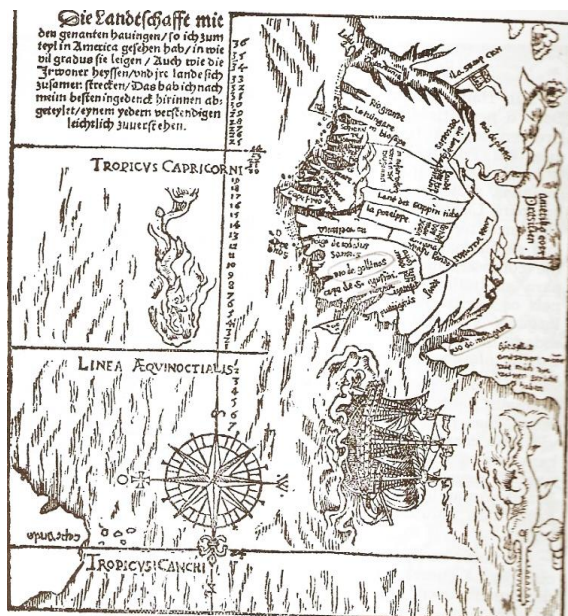


Figura 1: Mapa de navegação. STADEN, Hans. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. 1900. P. 168-169.

O livro apresenta em sua estrutura, primeiramente, uma capa que contém o título e uma xilogravura<sup>14</sup>. Nesta xilogravura, vemos um indígena sentado num tipo de rede, com membros do corpo humano assando numa espécie de grelha e, no centro da imagem, uma pequena faixa com inscrições na língua tupi<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> A Etimologicamente, a palavra xilogravura é composta por *xilon*, do grego que significa madeira, e *grafô*, também do grego que significa gravar ou escrever. A xilogravura era feita com uma matriz de madeira, sobre a qual realizava-se um trabalho de entalhe e, com isto, as partes altas recebiam tinta e eram pressionadas em folhas de papel ou em tecido. Não se sabe ao certo quando se deu início a técnica da xilogravura, contudo, na Europa nos séculos XIV e XV utilizou-se intensamente tal técnica com a finalidade de produzir imagens sacras. Esta prática de reprodução não era dispendiosa, mas por outro lado implicava numa redução da qualidade do material xilogravado. Por conta disto, em vista do sucesso editorial do relato de Hans Staden, Théodore de Bry reproduziria novamente as figuras xilogravuras a partir de uma técnica mais dispendiosa (reprodução da gravura em metal) que proporcionou qualidade as imagens. Ver: BANDEIRA, Julio. *Canibais no paraíso: a França Antártica e o imaginário europeu quinhentista*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2006. Pp. 142 – 149.

<sup>15</sup> Eberhard Berg, vê no uso de Hans Staden das palavras em língua tupi, uma tentativa de compreensão deste da cultura tupinambá. Zinka Ziebell discorda, afirmando que não foi possível, ainda, decifrar o que está inscrito da faixa. E que, para ela, representa apenas um recurso estilístico “exotizante” de Staden. ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. 2002. P. 250.



Figura 2: Capa do livro de Hans Staden. STADEN, Hans. *Warhaftige be schreibung eyner landschafft der wilden nacketen grimmigen*. Marburg: bei Andres Colben uff Mariae Geburtstage, 1557. P. 02.

Após a capa é apresentada a dedicatória de Staden ao príncipe de Hesse, Felipe I; em seguida, um prefácio, escrito por Johannes Eichmann Dryander, professor da Universidade de Marburg. Depois, há um pequeno índice, com a localização do conteúdo do livro. A primeira parte do livro é composta por 53 capítulos e 31 xilogravuras; a segunda parte (*Um breve e verídico relato sobre os costumes e os rituais dos Tupinambá*) é composta por 38 capítulos e 21 ilustrações<sup>16</sup>. As xilogravuras serviam para ilustrar a narrativa, tornando-se parte essencial do livro e da história que Staden buscou construir. Acredito que, dado o formato livro, como capítulos constituídos de poucos parágrafos, e com a alocação das xilogravuras junto à narrativa, o relato tornava-se mais compreensível e, em certa medida, didático.

Ronald Raminelli fala, no seu artigo *Mulheres Canibais*<sup>17</sup>, da reutilização das imagens por Theodor de Bry, ainda no século XVI, em 1592 no livro *America Tercia Pars*. Raminelli mostra como de Bry fez uma leitura própria daquele conteúdo, dando a elas um novo sentido, onde o ilustrador dava destaque às funções desempenhadas pelas mulheres nos rituais de antropofagia, associando-as a alguns elementos do imaginário europeu sobre acerca da bruxaria e feitiçaria. E com isto, Raminelli propõe uma reflexão sobre o que era produzido como imagem e utilizado

<sup>16</sup>As xilogravuras teriam sido feitas sob a supervisão de Hans Staden, contudo não se sabe quem seria o autor das ilustrações.

<sup>17</sup> RAMINELLI, Ronald. "Mulheres Canibais". In: *Revista USP*. São Paulo, n. 23, 1994. Pp. 123-135.

como imagem. Para os leitores do livro de Hans Staden, como de Bry (e como veremos, André Thevet e Pero Gandavo), aquelas imagens estavam desempenhando uma função não apenas ilustrativa, mas intencionavam espelhar aquela alteridade indígena. Para Staden, acredito que as xilogravuras serviam como uma “fronteira entre”<sup>18</sup> as suas experiências (de navegações, sobre os costumes dos indígenas e a antropofagia) e o desconhecimento e estranhamento dos leitores europeus.

Parte da fortuna crítica de Hans Staden - como Marta Abreu e Zinka Ziebell - defende a tese de que a estrutura do livro deve ter sido pensada com o intuito de servir a uma leitura feita em voz alta, por um narrador. As xilogravuras seriam um indício para esta hipótese, mas a forma como são apresentados os capítulos fundamentam ainda mais esta tese, pois são curtos, alguns não ultrapassam uma página, às vezes compreendem um parágrafo apenas, o que acaba por facilitar e estimular a leitura. Os títulos dos capítulos também incentivam o leitor, pois eles sintetizam o que será apresentado, trazendo concretude à vivência, por exemplo, “Como o irmão de *Jeppipo Wasu* chegou de *Manbukabe* e queixou-se a mim de que seu irmão, sua mãe e todos os outros estavam doentes e pediu-me que eu fizesse com que deus lhes desse outra vez saúde”.

Entre a primeira e a segunda parte do livro, há um pequeno texto: *Minha oração a Deus, o Senhor, enquanto eu estava no poder dos selvagens, para ser devorado*. E no final do livro, um *Discurso final*, onde Hans Staden reafirma que a sua motivação para escrita do livro dava-se com o objetivo de mostrar como Deus “protege e encaminha os seus fiéis entre os povos ímpios e pagãos”. Ele também ratifica neste discurso a veracidade do que havia narrado e descrito, dizendo que sua primeira testemunha fora Deus, e que havia outras testemunhas, como os marinheiros que o resgatou e o capitão do navio, Wilherm de Moner; e, aconselha os seus leitores:

“Si agora houver algum moço que não esteja contente com este escripto, para que elle não continue a viver na duvida, peça o auxilio de Deus e emprenda a mesma viagem. Eu dei-lhe bastante ensino. Siga as pegadas.”<sup>19</sup>

<sup>18</sup> GUMBRECHT, Hans U. “A(s) transgressão(ões) do primeiro trovador”. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998. Pp. 35-66.

<sup>19</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Typografia da Casa Ecletica, 1900. P. 166.

Antes de começar a narrativa, Hans Staden apresenta sua dedicatória dirigida ao príncipe Felipe I de Hesse, datada de junho de 1556. Felipe I, fundou a primeira universidade protestante da Europa em Marburg no ano de 1527, o que explicaria a criação da primeira gráfica da cidade, onde seria publicado o livro de Staden. Na dedicatória – como também ao longo de todo o relato -, Staden exalta um caráter religioso, o que, para Felipe I, poderia atender às reformas religiosas que ele buscava empreender naquele momento.

“Assim, agradeço ao Todo Poderoso, Creador do céu, da terra e do mar, ao seu filho Jhesum Christum e ao Espírito Santo pela grande graça e clemencia que me foram concedidas durate a minha estada entre os selvagens da terra do *Prasiheist* (Brazil), chamados Tuppim Imba e que comem carne de gente, onde estive aprisioneiro nove mezes e corri muitos perigos, dos quaes a Santa Trindade, inesperadamente e milagrosamente me salvou, para que eu, depois de longa, triste em perigosa vida, tornasse a vêr a minha muito querida patria, no principado de Vossa Graciosa Alteza, após muitos annos.”<sup>20</sup>

Na dedicatória já se evidencia uma das formas pelas quais Hans Staden procurou afirmar e legitimar seu relato: a dimensão religiosa na escrita. Segundo ele, a escrita das suas experiências de viagens ao Novo Mundo foi “milagrosamente” possível graças a sua salvação permitida por Deus. Assim, a salvação era o que motivava Staden a querer escrever um livro e divulgar a sua história de sobrevivência. Desta forma, o livro tornava-se um instrumento através do qual ele poderia contar as “maravilhas” concedidas por Deus, no livramento de ser devorado pelos indígenas tupinambás. A dedicatória ao príncipe, provavelmente ia ao encontro com seu interesse em legitimar a veracidade do seu relato e como forma de atribuir importância ao seu livro, proporcionando divulgação e venda de seu livro.

“E para que Vossa Graciosa Alteza não duvide de mim como si eu tivesse contado cousas inexactas, queria offerecer a Vossa Graciosa Alteza um passaporte para este livro por minha pessoa. A Deus sómente seja em tudo a Gloria.”<sup>21</sup>

Após a dedicatória, o livro apresenta um prefácio elaborado por Johannes Eichmann Dryander, professor catedrático de medicina na Universidade de Marburg. Dryander também tinha conhecimento de cosmografia, editando em

<sup>20</sup> *Idem*. P. 1-2.

<sup>21</sup> *Idem*. P. 2.

1543, a *Cosmographiae introductio* de Martin Waldseemüller. Zinka Ziebell, afirma a influência de Dryander entre os círculos acadêmicos pois, “ao tipógrafo da Universidade de Marburg, André Kolbe, apenas era permitido imprimir com a permissão de algum professor relacionado à Universidade”<sup>22</sup>, e podemos ver que a atuação de Dryander foi fundamental para a publicação do livro. O professor diz que contribuiu também para a escrita, pois Staden pediu-lhe que revisasse, corrigisse e melhorasse o seu trabalho. A ajuda que Dryander dispensou para a publicação e revisão do livro ocorreu, sobretudo, devido à amizade que este tivera com o pai de Staden:

“(…) conheço o pae deste Autor, há mais de cincoenta annos (porque nascemos no mesmo estado de Wetter, onde fomos educados) como um homem que tanto na terra natal, como em Homberg, é tido por franco, devoto e bravo e que estudou as boas artes, (...), é de esperar que Hans Staden, como filho deste bom homem, deva ter herdado as virtudes e a devoção do pae.”<sup>23</sup>

Na escrita do prefácio, Dryander buscou destacar e defender a história de Staden enquanto uma história “sem palavras pomposas e floridas, sem exagerações, tenho plena confiança na sua autenticidade e verdade, mesmo porque nenhum benefício pode tirar em mentir, em vez de contar a verdade”<sup>24</sup>. Dryander buscou legitimar o trabalho de Staden por um atestado de conduta do autor, de um lado, e pelos seus conhecimentos práticos de cosmografia, de outro. A confiança concedida por Dryander ao relato de Staden se justificava pela boa conduta do escritor do livro, visto que,

“(…) fixou-se elle agora com os seus paes, nesta terra e não está acostumado a vagabundagens, como os mentirosos e ciganos que se mudam de um paiz para outro, pelo que é fácil esperar que alguém que volte daquellas ilhas os possa accusar de mentirosos.”<sup>25</sup>

Como afirmado, outro elemento importante que Dryander utiliza para proporcionar credibilidade e veracidade ao livro é o conhecimento de cosmografia apresentado por Hans Staden em seu relato. O que, para o professor significava muito, pois,

<sup>22</sup> ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Rio Grande do Sul: Editora universidade/ UFRGS, 2002. P. 242.

<sup>23</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden*. 1900. P. 3

<sup>24</sup> *Idem*. P. 4

<sup>25</sup> *Ibidem*.

“(...) me interesse muito pelas historias que se referem ás mathematicas, como a Cosmographia, isto é, a descrição e medição de paizes, cidades e viagens, tal como neste livro há varias, especialmente quando vejo que os acontecimentos são narrados com franqueza e verdade (...).”<sup>26</sup>

A cosmografia não era apenas interessante para Dryander, ela era uma ciência importante e que estava sendo estudada pelos europeus desde as primeiras navegações e, mais fortemente, com a expansão da colonização no Novo Mundo. A cosmografia ajudaria aos navegantes, viajantes, colonizadores e comerciantes a terem mais segurança e precisão nos mares, por isso, ressaltar este conhecimento de Staden era de relevância para Dryander, pois estava em diálogo com o que este debatia com outros intelectuais.

No fim do seu prefácio, Dryander afirma que o que induziu Hans Staden na escrita das suas experiências de viagem não foi o intuito de “ganhar gloria ou renome”, mas para demonstrar que Deus realizou milagres por intermédio das orações de Staden, livrando-o das mãos dos seus inimigos: dos indígenas tupinambás – “ímpios selvagens”, nas palavras de Dryander - e dos franceses, cristãos, mas que se recusaram a ajudá-lo, alegando que eram inimigos.

Assim, já nas primeiras páginas, Hans Staden deixa claro quais eram as suas principais intenções na produção do seu trabalho e na sua publicação. Não era, apenas, para informar aos europeus sobre as dinâmicas colonizadoras, como eram as navegações e os perigos do Novo Mundo (como o aprisionamento e o risco de ser devorado). A principal finalidade do seu relato, atribuída pelo autor, era dar graças ao Senhor por tê-lo salvo das mãos dos indígenas antropófagos, e tê-lo feito retornar em segurança à sua “muito querida pátria”. Como iremos ver, a atenção dispensada pelo autor em descrever os rituais de antropofagia, serve como lugar de peregrinação, de aventura, de provação do sagrado em meio ao profano, onde as suas façanhas glorificam a Deus e a si mesmo. Como afirma Zinka Ziebell: “As façanhas de Staden são também realizadas individualmente e servem para glorificar a outro, a Deus, tornando-se, assim, representativo da nova religião”<sup>27</sup>.

Desta forma, o livro para Hans Staden não tinha o intuito de informar aos curiosos, visto que era um dos primeiros livros a dizer sobre a América Portuguesa

---

<sup>26</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden*. 1900. P. 3.

<sup>27</sup> ZINKA, Ziebell. *Terra de canibais*. 2002. P. 256.



e dizer e sobre a antropofagia<sup>28</sup>, mas de reforçar a fé do leitor. “Evidentemente, o leitor pode ignorar ou subverter essa orientação, mas a leitura se fará nesse embate entre o sentido estabelecido pelo leitor e as inscrições espalhadas pelo texto.”<sup>29</sup> Assim, Staden inicia a primeira parte do livro narrando (em primeira pessoa) sua primeira viagem, que tinha por objetivo, conhecer as Índias.

“Com esta intenção, sahi de Bremen para Hollanda e achei em Campen (Campon) navios que tencionavam se carregar de sal, em Portugal. Embarquei-me ém um delles e, no dia 29 de Abril de 1547, chegámos á cidade de São Tuval (Setubal) depois de uma travessia de quatro semanas. Dahi fui à Lissebona que dista cinco milhas de São Tuval.”<sup>30</sup>

Chegando em Lisboa, porém, todas as embarcações com destino as Índias tinham partido, e diante disto, Hans Staden acaba por fazer parte de uma tripulação desempenhando a função de artilheiro, em um navio com destino a América Portuguesa. Logo nesta primeira viagem, Staden obtém experiências dos perigos e das imprevisibilidades que os viajantes estavam condicionados nas novas rotas de navegação. Acabando por enfrentar navio de mouros e franceses e violentas tempestades. E em uma dessas tempestades, a embarcação de Staden acabou por ser levada em direção à América Portuguesa. Em 26 de janeiro de 1548 chegaram no porto de Olinda e, estando em terra, Staden acaba por participar de um conflito entre portugueses e indígenas do local. Segundo ele, o conflito se iniciou após uma tentativa de escravização dos indígenas pelos portugueses.

Após quase um mês de conflito, tendo sido os indígenas derrotados, Hans Staden retorna a Portugal, em outubro de 1548. Mesmo após as experiências de dificuldades da vida no mar, o aventureiro diz que ficou interessado em ir com os espanhóis para as novas terras que eles possuíam. Assim, de Sevilha, em abril de 1549 parte para o Rio da Prata em uma das três embarcações comandadas por Don Diego de Sanabrie. Contudo, a segunda viagem seria mais dificultosa do que a

<sup>28</sup> Frank Lestringant nos mostra como a antropofagia fazia parte de um imaginário europeu, associado ao fabuloso e ao mítico. Onde, por exemplo, nas primeiras representações do ameríndio antropófago, este tinha “cara de cão” ou, em outras, era ciclope. Ver mais em: LESTRINGANT, Frank. *O canibal. Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

<sup>29</sup> ABREU, Márcia. “Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Duas viagens ao Brasil*. In: MARI, Hugo. WALTY, Ivete. VERSIANI, Zélia. *Ensaio sobre leitura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. Pp. 209.

<sup>30</sup> *Idem*. P. 12-13

anterior, Staden relata que após seis meses no mar, o navio em que estava se afastara dos outros e várias vezes quase naufragara.

Embora separado dos outros, a nau em que estava Hans Staden consegue alcançar a Ilha de Santa Catarina, local de encontro com as demais embarcações. Mas, após algum tempo de espera, somente uma delas chega à ilha, da terceira nunca mais se soube. Ali, antes mesmo de prosseguir viagem, uma forte tempestade destruiu outra embarcação. Staden e os espanhóis sofrem várias privações, alimentando-se de ratos e ostras, sentindo frio e fome. A única nau restante não suporta toda a tripulação, o que faz com que o grupo se separe. Uma parte dos homens viaja por terra e o restante, entre eles Staden, segue na nau até as terras de São Vicente, colonizada por portugueses.

Chegando em São Vicente, Hans Staden descreve que era uma ilha muito próxima da terra firme, habitada por indígenas tupiniquins localizados na costa, indígenas carijós ao sul e indígenas tupinambás ao norte. Afirma ainda que havia muitos conflitos na região, entre os diferentes grupos indígenas e entre indígenas e não indígenas. Os tupiniquins estavam rodeados por dois inimigos, tupinambás e carijós; os carijós, eram aliados dos portugueses e inimigos dos tupinambás. E os tupinambás, inimigos dos carijós, eram aliados dos franceses.

Conforme a descrição de Hans Staden, próximo a São Vicente, colonizadores portugueses ergueram em Bertioga - na ilha de Santo Amaro - fortificações para a defesa contra os ataques dos indígenas tupinambás. Quando Staden chega em Bertioga, precisava-se de alguém que tivesse experiência e pudesse desempenhar a função de artilheiro, oferecendo-lhe o cargo, já que não havia um português que quisesse se arriscar na defesa da fortificação. Prometeram à Staden, homens que iriam lhe ajudar e um bom pagamento, também disseram que ele seria estimado pelo Rei, já que ele valorizava aqueles que contribuía para a colonização das terras. Assim, o alemão ficou contratado por quatro meses, havendo a construção de um forte de pedra, o que lhe garantiu mais segurança.

Passados os quatro meses, veio à Bertioga o Governador Geral Tomé de Sousa, com o intuito de conhecer o local e realizar, neste, fortificações contra os indígenas inimigos. Nas palavras do autor, “O coronel, com todo o povo”<sup>31</sup> pediu-lhe que ficasse e continuasse a exercer a função de artilheiro. “Respondi que sim e

---

<sup>31</sup> *Idem*. P. 41.

que ficava ainda por dous annos; e quando acabasse este tempo, tinham de deixar-me voltar no primeiro navio para Portugal, onde o Rei havia de retribuir meus serviços”<sup>32</sup>. Após aceitar o novo contrato, conta Staden, que Tomé de Sousa lhe concedeu *privilegias*, como era de costume conceder aos artilheiros do Rei.

Segundo Staden, era necessário estar mais atento à segurança de Bertioiga duas vezes ao ano: a primeira, era no mês de novembro, mês em que os indígenas tupinambás vinham à região do forte para colher frutas – “de nome *Abatti*” - ou mandioca, com os quais eles utilizavam no preparo de uma bebida que chamavam de cauim, uma bebida alucinógena que utilizavam nos rituais de antropofagia. O segundo momento era o mês de agosto, pois era quando os peixes – *parati* - desovavam e os indígenas tupinambás tinham a oportunidade de pescá-los em grande quantidade; e levavam consigo, fritos.

Ao adentrar na mata para procurar um indígena chamado de Carios que, segundo o autor, era seu escravo, indígenas tupinambás atiraram flechas e atingiram-no em uma das pernas. Com isto, conseguiram capturá-lo e, em seguida, despindo-o completamente o levaram para as suas canoas, de onde seguiram para suas habitações que ficavam em Ubatuba.

“Quando entrei, correram as mulheres ao meu encontro e me deram bofetadas, arrancando a minha barba e fallando em sua lingua: *Sche innamme pepike ae*, o que quer dizer: ‘Vingo em ti o golpe que matou o meu amigo, o qual foi morto por aquelles entre os quaes tu estiveste.’”<sup>33</sup>

Hans Staden pensava que iria ser morto e devorado naquele mesmo dia em que havia sido capturado, “não conhecia ainda seus costumes”, contudo, os indígenas que o haviam capturado lhe informam que ele havia sido dado de presente a um tal de Ipperu Wasu. Sendo ele que escolheria o dia em que iria matá-lo e, com a sua morte, ganhar um outro nome<sup>34</sup>. Ao invés de matá-lo, os indígenas amarraram uma corda no seu pescoço e o conduziram ao centro da aldeia e fizeram-no dançar. Após a dança, sendo entregue a Ipperu Wasu, Staden diz ao indígena que não era

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden*. 1900. P. 50.

<sup>34</sup> Eduardo Viveiros de Castro afirma a antropofagia Tupinambá como uma “técnica de acesso ao divino”, já que, através do sacrificio do prisioneiro o guerreiro se apoderava do prisioneiro através do novo nome que recebia. Ver: CASTRO, Eduardo Viveiros. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Zahar-Anpocs, 1996.

português, mas alemão, e como eles, também era amigo dos franceses; Iperu Wasu não acredita em Staden e afirma que ele é *pero* (português).

Depois de algum tempo, apareceu um francês em Ubatuba, o que alegra Hans Staden, “Elle é christão, elle fallará para o bem”. Entretanto, para surpresa do autor, o francês desmente a ligação amigável entre os franceses e Staden. O francês aconselha os tupinambás: “Matem-n-o e devorem-n-o, o scelerado é portuguez legitimo, vosso e meu inimigo”<sup>35</sup>. As palavras do francês desanimam e fazem com que Staden perca as esperanças de sobreviver. Contudo, ao longo da narrativa Staden busca mostrar como Deus, milagrosamente, concedia-lhe salvação. Por exemplo, em uma das cenas narradas, os indígenas teriam saído para pescar acompanhados por Staden e, em seguida, teria ocorrido uma forte tempestade e com isto as canoas e a caça dos peixes teriam sido prejudicadas. Segundo o alemão, os indígenas teriam pedido para que ele orasse ao Deus dele a fim de que parasse os ventos e a forte chuva. Assim Staden pediu e lhe foi concedido, havendo também, uma ótima pesca no fim do dia. Algumas dessas cenas são ilustradas por xilogravuras, onde Staden aparece orando e, muitas vezes, distante dos indígenas ou marcado por uma cruz no peito.

“O povo escolhido é acolhido pelas maravilhas divinas, escapando tempestades, monstros marinhos e fomes extremas, para viver a experiência espiritual da aliança e da salvação. Essa ‘crônica sobre a travessia’ [o diário de viagem] se reverte, portanto, em uma *narrativa exemplar da salvação*, na qual a comunidade genebrina busca testemunhar os sinais da confirmação de sua eleição.”<sup>36</sup>

<sup>35</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden*. 1900. P. 57.

<sup>36</sup>FLORENCIO, Thiago. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. P. 43.



Figura 3: Hans Staden orando para chegada dos tupinambás em segurança. Staden aparece na margem à direita. STADEN, Hans. *Hans Staden: Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. 1900. P. 108.



Figura 4: Hans Staden marcado por uma cruz no peito. Encontra-se na extrema direita. STADEN, Hans. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. 1900. p. 97.

Convivendo entre os indígenas, enquanto aguardava a decisão do dia de seu sacrifício por Iperu Wasu, Hans Staden acompanhou-os em idas a festas onde ele presenciava a realização de rituais de antropofagia. Em uma dessas festas conheceu o chefe indígena Cunhambebe, já conhecido por Staden pela a sua atuação nos conflitos contra os portugueses - “Já tinha ouvido fallar muito do rei Konyan-Bébe, que devia ser um grande homem, um grande tyrano para comer carne humana”<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> STADEN, Hans. *Hans Staden*. 1900. P. 59.



Figura 5: Cena de sacrifício de um prisioneiro. STADEN, Hans. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. 1900. p. 81.

Tendo a oportunidade de falar com Cunhambebe, Staden fala que não é português, mas francês, o que não o convence. Entretanto, ele aconselharia ao chefe indígena de que ele não era seu inimigo e diria, ainda, que os tupiniquins estavam preparando 25 canoas para atacá-lo. Seu aconselhamento se cumpre fazendo com que, segundo o alemão, este ganhe a confiança dos indígenas. Além da profecia cumprida, segundo o autor, os indígenas teriam observado que o era pedido por Staden logo realizado pelo seu Deus. Com isto, os tupinambás teriam passado a ter confiança nele, o que teria ajudado para manter-se vivo. Desconhece-se se o tempo o qual Staden permaneceu entre os indígenas (em seu relato ele afirma que foram oito meses), não era o habitual aos prisioneiros dos indígenas tupinambás. Entretanto, pelo relato, outros prisioneiros como o português George Ferreira e o mameluco Diogo Praga, foram sacrificados logo após o dia de captura. O alemão, busca mostrar que o seu tempo de permanência, vivo, fora incomum na prática dos indígenas. Tempo este que lhe ajudaria a convencer os tupinambás de que não era português, e sim alemão.

Chega então, um dia, um francês que queria trocar mercadoria com os indígenas a fim de obter pau brasil, Hans Staden conta sua história ao francês e este promete ajudá-lo. Tendo a sua história contada por este viajante, depois de um tempo, vem ao seu resgate o capitão Wilhelm de Moner no navio Catharina de Wattauilla, com destino à França. E após negociações do capitão com os indígenas, Staden consegue ser libertado e regressar à Alemanha.

Após o fim desta narrativa, Hans Staden apresenta a segunda parte do livro: “Verdadeira e curta narração do commercio e costumes dos tupin inbas, cujo prisioneiro eu fui. Moram na america, seu paiz, esta situado no 24º graus no lado sul da linha equinoxial sua terra confina com um districto, Rio de Jennero chamado”. De forma descritiva e com o auxílio de xilogravuras, apresenta como eram feitos os rituais, o cauim que bebiam nas festas, com o que matavam o prisioneiro, como era cozido e distribuído entre as crianças, as mulheres e os homens.

“Depois abrem-lhe as costas, que separam do lado da frente, e repartem entre si; mas as mulheres guardam os intestinos, fervem-nos e no caldo fazem uma sopa que se chama *mingau*, que ella e as crianças bebem. Comem os intestinos e tambem a carne da cabeça; o miolo, a lingua e o mais que tiver são para as crianças. Quando tudo está acabado volta cada um para sua casa e leva sua parte consigo. Aquelle que pratica a morte ganha ainda um nome, e o rei das cabanas risca-lhe o braço com o dente de um animal feroz. Quando sára, vêse a marca, e isto é a honra que tem. (...). Isto eu vi e presenciei.”<sup>38</sup>



Figura 6: Hans Staden assiste ao ritual antropofágico. Estando à direita, com as mãos num gesto de oração. STADEN, Hans. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. 1900. p. 158.

Distante da visão de civilização compreendida pelos europeus, o livro de Hans Staden constrói e constitui através da força da experiência - do fato de ter visto e presenciado, ressaltando a sua posição de testemunha ocular -, uma imagem

<sup>38</sup> *Idem*. p. 157-158.

da alteridade ameríndia que afirmava ser “verídica”: o costume de comer carne humana dos indígenas. Fosse pelo relato religioso (o testemunho de um milagre de Deus), fosse pela curiosidade dos europeus em conhecer sobre a América Portuguesa e os indígenas canibais<sup>39</sup>, seu trabalho obteve sucesso editorial ao longo de séculos: contando com 39 edições entre 1557 e 1715. Edições que vão desde a circulação na esfera intelectual europeia - com sua tradução em 1592 para o latim e sua inserção em 1567 na segunda coleção de relatos de Sebastian Frank, sendo concedido o status de “pertinência ao contexto científico da geografia”<sup>40</sup> - à esfera da literatura infanto-juvenil europeia através de Johann Ludwig Gottfried, escritor, compilador e tradutor, que fora responsável por três edições da obra no século XVII.

Houve, ainda, produções satíricas baseadas no livro de Staden, como: *Encontro curioso e peculiar no reino dos mortos entre Cristóvão Colombo, o famoso descobridor do novo mundo, e João Staden, marinheiro alemão igualmente famoso, contendo descrições dignas de espanto e admiração*, de 1729, e *De como Hans Stieglitz fez fortuna numa terra alheia*, de Ewald G. Seeliger publicada em 1920. Assim, ao longo dos séculos, o livro obteve grande circulação na Europa, devido as suas edições e adaptações para diferentes públicos.

Para Zinka Ziebell, o sucesso editorial estaria vinculado às inúmeras xilogravuras feitas sob supervisão de Staden, que atribuiriam uma melhor compreensão da alteridade indígena e, com isto, para Ziebell, a ilustração conferia legitimidade para o relato. Em 1592, Theodore de Bry realizaria uma edição, o *America Tercia Pars*, em latim e alemão, no qual as xilogravuras de Staden seriam reproduzidas a partir de uma técnica mais sofisticada e dispendiosa que a anterior. Podemos ver na ilustração abaixo, no fundo da imagem, Hans Staden com as mãos levantadas em repúdio a cena de canibalismo, onde Theodore de Bry atribuiu à imagem a sua própria interpretação. Ressaltando uma ideia de selvageria e barbárie na cena do ritual, onde até mulheres e crianças ganham destaque na cena, comendo partes do cativo sacrificado (braços, pernas e mãos). Diferente do relato do alemão,

<sup>39</sup> Estou pensando aqui o uso do termo “canibal” associado ao desconhecido e fabuloso, como termo criado pelos europeus e que faz referência ao imaginário colonial criado por eles, antes e durante as grandes navegações. Para compreensão da criação do termo canibal e do termo antropofágico ver: LESTRINGANT, Frank. *O canibal. Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. Sobre a construção de um imaginário colonial e da alteridade ameríndia: GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

<sup>40</sup>ZIEBELL. Zinka. *Terra de canibais*. 2002. Pp. 244.



ao afirmar que para as crianças e mulheres era servido apenas os intestinos e órgãos, sendo os guerreiros e os chefes indígenas apresentados como os protagonistas do festim antropofágico.



Figura 7: Ilustração de Theodore de Bry (1592). BANDEIRA, Julio. *Canibais no paraíso*. P. 148.

Viajantes ainda no século XVI, como André Thevet, Jean de Léry e Pero Gandavo, utilizaram-se das imagens apresentadas por Hans Staden em seus livros. Onde conseguimos identificar semelhanças entre as xilogravuras originais e as imagens produzidas em outros diários de viagem. Destaco uma xilogravura de Staden, na qual vemos um indígena amarrado por uma espécie de corda, ou muçurana, rodeado por homens e mulheres tupinambás no momento em que levaria um golpe do tacape e, em seguida, sua reutilização por André Thevet e Pero Gandavo.

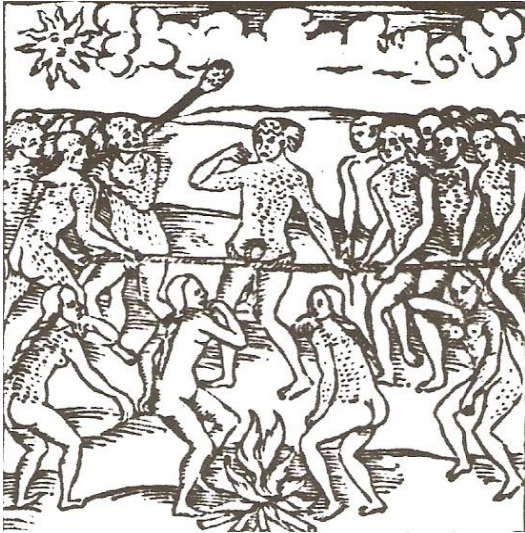


Figura 8: Ilustração de Hans Staden. In: *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. 1900. p. 155.

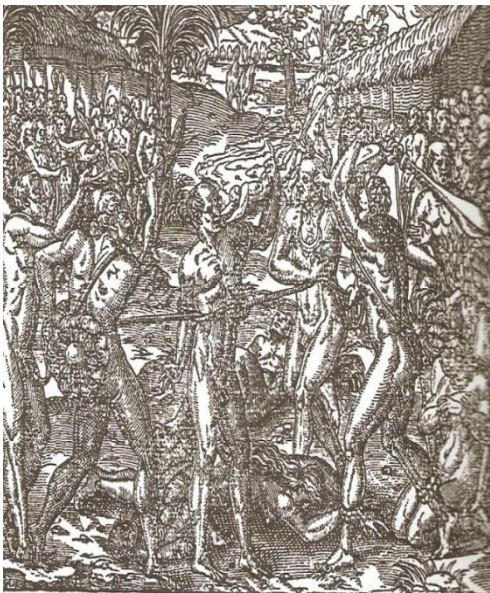


Figura 9: Ilustração de André Thevet (1575). In: ZIEBELL. Zinka. *Terra de canibais*. P. 100.



Figura 10: Ilustração de Pero Magalhães Gândavo (1576). In: ZIEBELL. Zinka. *Terra de canibais*. P. 101.

Francisco de Assis Carvalho e Franco, em levantamento das edições realizadas entre 1557 a 1941 mostra que, no total, foram feitas 40 edições e com tradução para várias línguas: 13 para a língua alemã, 13 para o holandês, 2 para o latim, 3 para a língua flamenga, 3 para a língua inglesa, uma para o francês e 5 para o português. O trabalho de Hans Staden tornar-se-ia um livro emblemático sobre a história e a geografia do Brasil colonial, por ser um dos primeiros livros a dizer sobre a América portuguesa e sobre o período de colonização. Contudo, o livro iria adquirir esse significado em função de seus tradutores e editores, no Brasil, apenas no final do século XIX. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ambos institutos fundadores e símbolos da pesquisa científica e construtora da história e memória nacional, consideraram de grande importância trazer à memória dos brasileiros o relato de Hans Staden. Tomariam para si a tarefa de (re) memorar e (re) significar este livro, com o objetivo de alcançar o público intelectual brasileiro; este empreendimento é o que discutiremos a seguir.

## 1.2

### O livro no Brasil

Reinhart Koselleck no livro *Futuro Passado*<sup>41</sup>, especificamente no segundo capítulo, problematiza as transformações na escrita da história e na historiografia através de uma análise conceitual dos termos *Historie* e *Geschichte*. Onde *Historie* estaria conectado a uma leitura de *historia magistra vitae*, ao passo que o uso do termo alemão *Geschichte* nos mostraria uma “diluição” do significado atribuído anteriormente à história e caracterizaria a época moderna, marcado pelos diferentes discursos sobre a diversidade ou pluralidade na escrita da história.

“Não se pode mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir. (...). Os historiadores, que se ocupavam então de reconstruir o passado sob um ponto de vista crítico, assim como os progressistas, que estabeleciam conscientemente novos modelos no auge do movimento, estavam de acordo quanto ao fato de que não se

---

<sup>41</sup> KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: Koselleck, R. *Futuro Passado*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006. Ver também: KOSELLECK, Reinhart. “A configuração do moderno conceito de História”, In: *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

poderia tirar mais nenhum proveito de uma Historie que instrua por meio de exemplos.”<sup>42</sup>

Discutindo sobre as aproximações e afastamentos entre a clássica concepção de história (*historia magistra vitae*) e o conceito de história no período do século XIX, Fernando Catroga propõe pensá-los em relação ao invés de ressaltar apenas rupturas<sup>43</sup>. Catroga chama atenção para a manutenção de preceitos de uma clássica concepção de história como a tentativa de vê-la como uma disciplina que ensinava sobre o passado nos dois modelos separados por Koselleck. O autor afirma a manutenção desta funcionalidade de instrução da história a partir da sua análise de uma correlação entre história e memória.

Para o antropólogo Joel Candu<sup>44</sup>, a memória funciona em 3 níveis básicos: a proto-memória (hábitos, automatismos), a memória propriamente dita (recordação, reconhecimento) e a meta-memória. A meta-memória seria constituída pelas representações que o indivíduo faz do que vivenciou e acentuaria a representação de uma memória coletiva. A memória propriamente dita e a meta-memória constituiriam a *anamnesis*, que significa o reconhecimento e representação do passado pelos indivíduos e a conformação de uma memória coletiva e histórica. Segundo Catroga, a ação anamnética, assim como a escrita (e não obstante a leitura) da história, “re-presentificam” experiências pretéritas a partir de um determinado campo de experiências presentes. Utilizando-se de traços, indícios e vestígios que possibilitem suas “re-presentações”:

“(…) a recordação e a historiografia constroem re-presentificações que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. É certo que o traço da anamnese individual é interior. Todavia, esta também pode ser provocada pela necessidade que a memória tem de se ‘especializar’, e sabe-se que o testemunho do documento “religa memória e história” através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria experiência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças.”<sup>45</sup>

Esta reflexão torna-se importante para esta análise pela ideia de conexão entre história e memória na construção de ideais de pátria (territorialidade,

<sup>42</sup> KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. P. 58.

<sup>43</sup> CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestra da Vida” em RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p. 9-38.

<sup>44</sup> CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>45</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. P. 45.

pertencimento, afeto) e nação (Estado, esfera política pública) no momento de formação dos Estados-Nação. Segundo Catroga, a construção de uma história nacional esteve correlacionada, fundamentalmente, à ideia de memória enquanto um lugar de preservação (e esquecimento) no presente.

“(…), é lógico que tenha sido na modernidade, e sobretudo no século XIX, que este ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão podendo mesmo sustentar-se que aquele foi o ‘século da memória’ (Pierre Nora, 1984). Mas foi também, e não por acaso, o ‘século da história’, isto é, o século da construção mítico-simbólica da nova ideia de nação.”<sup>46</sup>

Para Catroga é importante refletir sobre o conceito de pátria para pensar o de nação e história. A pátria, para o autor, estaria conectada ao sentimentalismo (função protetora), remetendo a uma ideia de paternidade ou um lugar afetivo (“Frátria de compatriotas”/irmandade)<sup>47</sup>. O autor afirma que a ideia de pátria seria uma constituinte anterior a nação. Logo, a nação teria sempre um elemento patriótico.

No Brasil, em fins do século XIX, a valorização no estudo da história esteve associada à tentativa de criação de ideais de pátria e de nação que, num momento de afirmação do poder imperial, estavam conectados à construção de uma percepção de território unificado e contíguo. A memória (enquanto lugar de (re) construção e salvamento de algo, mas também de esquecimento) seria um dos instrumentos de criação das narrativas históricas: enredos e personagens<sup>48</sup>. Francisco Gouveia de Sousa, traz uma perspectiva interessante para pensarmos o significado desta história nacional no Brasil: “estava comprometido justamente com a construção e a divulgação de um sentimento nacional, um movimento de dar forma ao passado, (...), por um conjunto de molduras”<sup>49</sup>, e Sousa conecta-se a ideia de tradição para conformação desta moldura ou enquadramento.

<sup>46</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. 2001. P. 29.

<sup>47</sup> CATROGA, Fernando. “Pátria, nação e nacionalismo”. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.) *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*. Lisboa: ICS, 2010.

<sup>48</sup> Temístocles César denomina como “Retórica nacional”, a criação de enredos e personagens que representam a história nacional, compondo o que ela deveria ensinar. A ideia de personagens, ou heróis da nação, é problematizado de forma mais aprofundada por: ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. Maria da Glória investiga a produção de biografias, como forma de celebração dos grandes heróis da nação, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória. “Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)”. In: *História*, v. 26, n. 1, 2007. Pp. 154-178

<sup>49</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

Para conseguirmos identificar o lugar e o significado da publicação do livro de Hans Staden, naquele século e no Brasil será fundamental pensar sobre o espaço de difusão deste material. Num primeiro momento, o livro de Staden chegaria ao público leitor através da tradução de Tristão Alencar Araripe e de seu veículo difusor, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>50</sup> (IHGB). Vale ressaltar, que o IHGB inaugura as pesquisas históricas no Brasil e a própria história como disciplina científica estava em processo de construção - “dando seus primeiros passos”<sup>51</sup> - pelo desempenho dos intelectuais desta instituição. Fundado em 1838, os primeiros anos do IHGB e da sua produção de uma ideia de nação estavam marcadamente condicionados pela relação entre os sócios da instituição e D. Pedro II, que fora nomeado protetor da instituição.

Tomando para si a tarefa de construir a história e a geografia nacional, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Januário da Cunha Barbosa, em seu “Discurso” publicado no primeiro exemplar da Revista do IHGB, buscou deixar claro ao que se propunha: o recolhimento de material e empenho nas pesquisas para elaborar uma história, meio ou instrumento através do qual outras nações (cultas) teriam conhecimento de quais elementos constituíam a nação no Brasil.

Podemos associar a escrita da história produzida pelo IHGB - através do “Discurso” de Januário Barbosa - a uma reflexão apresentada por Manoel Luiz Salgado: a tentativa de produção de uma “mimesis do real”. Ou seja, relacionando história e memória, segundo Manoel Salgado, no projeto de escrita do Instituto “uma relação de continuidade entre evento e narrativa estava pressuposta, e o texto apresentava-se com uma superfície que refletia a realidade dos eventos passados trazidos à sua forma textual pelo trabalho da pesquisa documental”<sup>52</sup>.

<sup>50</sup> Em 21 de outubro de 1838, houve a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, após os secretários, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal José da Cunha Matos, apresentarem uma proposta para a abertura. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi logo criada em 1839, como um espaço importante onde seria publicado documentos e os resultados das pesquisas.

<sup>51</sup> “Se o projeto nacional não era evidente, tampouco o era a identidade da história e a do historiador”. CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da História: as primeiras escolhas do IHGB; a historiografia brasileira entre os antigos e modernos”. In: NEVES, L.; GUIMARÃES, L.; GONÇALVES, M. e GONTIJO, R. (Orgs.) *Estudos de historiografia brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2011. P. 94.

<sup>52</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 26.

“Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geographico do Brazil, e desta arte mostrarmos ás nações cultas que tambem prezamos a gloria da patria, propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos factos da nossa historia e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros.”<sup>53</sup>

Outra motivação de Januário Barbosa para abertura do Instituto era sua preocupação do esquecimento das grandes realizações dos heróis da nação. A passagem ou a voragem do tempo consumiria as lembranças se estas não fossem devidamente salvas pelos historiadores. Por isso, a sua preocupação em instruir os membros da Instituição na preservação do passado. Assim, também podemos atestar a concepção dada à história por estes homens relacionando-a ao tempo e à memória, lembrança e esquecimento.

“A ignorancia ou descuido de seus herdeiros as entrega logo á voragem dos annos: seus nomes vagueam por algum tempo sobre as suas campas, até que de todo se esvaecem, perdendo-se até mesmo a noticia dos logares em que estes escriptores nasceram ou honraram por suas gloriosas fadigas.”<sup>54</sup>

Como já mencionei, no “Discurso”, Januário Barbosa buscava instruir e direcionar os seus pesquisadores (integrantes do instituto). Um desses direcionamentos dizia sobre quais seriam os temas contemplados pela história nacional, investigados e escritos. Os temas estariam se referindo a uma cronologia que procurou ser estabelecida pelo IHGB, onde a linha de eventos constituiria uma história antiga e moderna.

“A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilisação. Ou ella se considere pela conquista de intrepidos missionarios, que tantos povos attrahiram á adoração da cruz erquida por Cabral neste continente, que lhe parecia do sepulchro do sol: ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques e na defesa de tão

<sup>53</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. Tomo I, 1º Trimestre de 1839, nº1. P. 09. Disponível em:

[http://www.ihgb.org.br/trf\\_arq.php?r=rihgb1839t0001.pdf](http://www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb1839t0001.pdf)

<sup>54</sup> *Idem*. p. 11.



feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; (...).”<sup>55</sup>

Nestes fragmentos do “Discurso”, podemos atentar para duas características importantes desta história nacional antiga – e que me interessam mais -, que os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deveriam buscar realizar: a (re) construção de uma história do período colonial, (re) construção essa que deveria ser feita a partir de um processo de “purificação”, ou seja, uma revisão do que outrora fora lido como história do Brasil. Era o desejo de oferecer uma história nacionalizada - “purificada” dos erros tanto “nacionais como estrangeiros” advindos ou de um conhecimento incorreto do passado ou de uma opinião preconcebida - e que informasse verdadeiramente seus leitores (nacionais e também estrangeiros<sup>56</sup>). Tendo como marca de início dos eventos o período colonial, os integrantes do Instituto deveriam “eternizar e salvar” a história dos momentos iniciais da colonização, através de uma descoberta das fontes que se estenderia até a produção textual<sup>57</sup>.

“(...) quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada como em outras nações, de eternizar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partido, e até mesmo a ignorancia. Oxalá não tivéssemos nós infinitas provas desta verdade em tantas obras, mórmente estrangeiras, que correm o mundo! (...) a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser immediatamente corrigidas.”<sup>58</sup>

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> Edney Sanchez, nos apresenta dados da circulação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, mostrando que esta mantinha relações com instituições estrangeiras americanas, francesas e alemãs. Ver: SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de mestrado, IEL/ Unicamp, 2003.

<sup>57</sup> CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In: *Estudos de historiografia brasileira*. 2011.

<sup>58</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. p. 11-10. Podemos ver nesta passagem também, fortemente, como a produção de uma história nacional, pelos próprios intelectuais do país, também estava conectado a uma perspectiva de uma nação moderna e científica e, desta forma, desenvolvida ou em progresso. Barbosa, chama os membros do IHGB, seus pesquisadores, de “modernos” e que deveriam utilizar uma metodologia de análise moderna ou, como Barbosa coloca, “(...) porque apenas dezeseis annos se tem passado dessa época memoravel [Independência do Brasil] da nossa moderna historia, (...), e já muitos se vão obliterando na memora daquelles a quem mais interessam, porque tem sido escriptos sem a imparcialidade e necessario critério, que devem sempre formar o character de um veridico historiador.” BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso. P. 10.



Vale ressaltar que, para o fundador Januário Barbosa, a ideia de “eternizar e salvar” constituía a base de como os pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deveriam proceder (o que selecionar, no conjunto de fatos e eventos, e como fazer resguardá-los) com as suas investigações. Partindo da concepção atribuída por Cícero à história, *historia magistra vitae*, Barbosa justifica e orienta a investigações dos membros do IHGB,

“Basta attendermos ao que diz Cicero sobre a historia, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que della particularmente se occupe, (...) – *a historia* (escreve aquelle philosopho romano) *é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida.*”<sup>59</sup>

Não se eternizava e salvava tudo, mas era proposto que selecionassem e recortassem aquilo que fosse suscetível de ser memorável e cuja definição dependia de uma série de disposições teóricas e políticas.

A escrita de uma história antiga do Brasil - estabelecida como o período da colonização, possível pela ação de Cabral e dos missionários - buscava trazer para o leitor o conhecimento de um passado que dissesse sobre os “primórdios” (fonte ou origem) da nação, até então tidos como mal elaborados ou ainda no esquecimento. Já na epígrafe do seu “Discurso”, citando Alexandre Gusmão, Januário Barbosa propõe aos intelectuais do IHGB: “Procura...resuscitar também as memorias da pátria da indigna obscuridade em que jaziam até agora”<sup>60</sup>. Barbosa continua ao longo do “Discurso” a chamar atenção dos pesquisadores do instituto, de sua missão de corrigir os erros cometidos na construção da história das origens da nação. Os erros deveriam ser corrigidos e uma nova história deveria ser “inventada”, começando pelo início, pelos primórdios.

“Começamos hoje um trabalho que, sem duvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa historia. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos: (...)”<sup>61</sup>

Embora Januário Barbosa proponha uma divisão da história entre antiga e moderna, os modelos que ele propõe marcam, apenas, o período colonial. Desde as ações “pela conquista de intrepididos missionarios, que tantos povos attrahiram a

<sup>59</sup> *Idem.* p. 09.

<sup>60</sup> *Idem.* p. 09.

<sup>61</sup> *Idem.* p. 11.

adoração da cruz erquida por Cabral neste continente”, o início das pesquisas deveria se fixar, primeiramente,

“(…); ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, (...), e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam.”<sup>62</sup>

Assim, Barbosa indica pontos da história e da geografia que deveriam ser mapeados, recolhidos e investigados, pontos que compreendiam apenas o período colonial. “(...) acharemos sempre um thesouro inextinguível de honrosa recordação e de interessantes ideias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz”<sup>63</sup>. Também vale ressaltar que este recorte proposto por Barbosa nos remete à ideia de que a história se inicia, ou tem origem, com a colonização e a transformação da barbárie. Ou seja, atraídos “a adoração da cruz erquida por Cabral neste continente”, a conversão dos indígenas marcava o fim da barbárie e o início da escrita de uma história. Desta forma, com a colonização (sendo a missão uma das suas ações, assim como a exploração das riquezas), para Barbosa, era o que tornava possível a união da pátria e a construção de uma ideia de nação. Dando a colonização um lugar de destaque, como o que marcava o início da escrita de uma história do Brasil.

Elucidei acima alguns pontos que considerei relevantes do “Discurso” de Januário Barbosa com o intuito de localizar uma proposta de história na qual se atribuiu ao período colonial - e à colonização - um lugar de destaque nos objetivos assumidos pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Procurei também refletir, a partir disto, sobre quais eram os direcionamentos dados ao significado de história (o que a conformava) e quais eram os propósitos das pesquisas (“eternizar e salvar”). A valorização dada pelo IHGB ao período colonial chama minha atenção pela atribuição do significado de origem àquele momento: digo isto, pois acho que esta aceção dada a colonização poderá nos fazer compreender o lugar do livro de Hans Staden dentro da construção de uma história nacional do IHGB e, assim, o porquê em (re) memorá-lo e como ele seria (re) significado.

---

<sup>62</sup> *Ibidem.*

<sup>63</sup> *Ibidem.*

O livro de Hans Staden, foi publicado posteriormente à inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e mesmo posterior ao período do governo imperial, que exercia grande influência sobre a instituição e os membros do IHGB. Contudo, a forma como os intelectuais viam a história (do que ela deveria tratar e o que a conformaria) continuaria partindo de uma perspectiva de passado nacional.

“Sem saber o que esperar do futuro e do presente republicano, a postura básica destes letrados foi a defesa do Império como passado nacional, enquanto que o presente era comentado pelas palavras antes utilizadas para a escrita da história. Em meio ao constrangimento da perda do futuro, a história orientava a ação e percepção destes homens.”<sup>64</sup>

Com a queda do poder imperial e a proclamação de um governo republicano, um novo horizonte de expectativas se abre com inauguração de um novo momento histórico e político.<sup>65</sup> Todavia, o caráter de novidade - ou “um bando de ideias novas” como aponta Sílvio Romero (como consequência da instauração do governo republicano) - deve ser visto com certa “ponderação”, segundo a tese de Francisco de Sousa. Seu argumento central, na tentativa de compreensão da recepção da República (sobretudo nos escritos dos intelectuais do IHGB), é que houve interpretações diferentes criando-se molduras que enquadravam de formas distintas ao que era o nacional. Algumas destas molduras continuavam a enquadrar o período colonial como representativo da história nacional, como a origem da nação, e a buscar elementos que representassem os “primórdios” do passado do Brasil. Dentro deste quadro, chamo atenção para a atuação de um membro da elite letrada da segunda geração do IHGB, fundamental para a (re) memoração e (re) significação do livro de Staden: Tristão de Alencar Araripe. Justificando seu interesse pelo passado, o intelectual, afirmava: “Olhamos em torno de nós e (...) logo um dos primeiros sentimentos despertados em nós é o querermos saber o que foi essa região onde nos achamos e porque modo chegou a presente situação.”<sup>66</sup>

<sup>64</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. 2012. P. 13.

<sup>65</sup> Dois meses após a Proclamação da República, um novo calendário seria posto em vigência, mostrando a intenção de construir referências próprias para a República. LEAL, Elisabete da Costa. “O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006, p. 64-93.

<sup>66</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Indicações sobre a história nacional*. 1984. *Apud*. SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta*. 2012. P. 12.

Conforme afirmei acima, houveram diferentes recepções da Proclamação da República pelos membros da elite intelectual do IHGB. Alguns dos membros, como Joaquim Norberto e Severiano da Fonseca, defendiam a tese de que o advento da República era algo irresistível ou inevitável, sem força ou corpo próprio, uma fatalidade. Mas, numa segunda recepção, embora a ideia de inevitabilidade continue a aparecer, ela é vista como a culminância de um processo. Essa era a tese que aparecia no livro *Movimento Colonial na América*, de Tristão de Alencar Araripe, apresentado em 1890 e publicado em 1893 na Revista do Instituto, na qual Araripe fazia a defesa do governo republicano em relação ao monárquico. A República, para o defensor (vale dizer, um dos poucos defensores do poder republicano), era sinônimo de igualdade e da liberdade, em oposição à monarquia que criava a condição de “privilégios” no seu governo.

Na construção da sua concepção de história (estando em diálogo, obviamente, com outros intelectuais do Instituto), Tristão Araripe enfocaria não uma história do Império brasileiro (ou, regime do privilégio), mas o próprio presente republicano (como faz na obra citada acima, conforme apresenta Sousa) ou, “um passado comum que remetia à colônia”.

“(…) o ambiente do Brasil, vivendo nesse meio esplêndido e contemplando espetáculo tão majestoso, não pode receber impressões mesquinhas e deprimentes que toleram o regime do privilégio, onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para um ente privilegiado governar cidadãos, a quem só a razão e a capacidade devem dirigir.”<sup>67</sup>

Além de ver a colonização como um “passado comum”, Araripe falaria especialmente de eventos nos quais privilegiava a condição colonial como forma de associar a “tirania da metrópole” (a Europa) com a monarquia. Nesta associação, ambos foram governos, foram baseados no “privilégio”, o oposto da “igualdade e liberdade” condicionada pelo governo republicano. E Araripe não estava falando sozinho entre os sócios do IHGB, “Ao discutir a legitimidade da República e a forma como está era lida pelo ‘velho mundo’, Deodoro afirmava a república pelo passado, ‘que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires.’”<sup>68</sup>

<sup>67</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Três cidadãos beneméritos da República*. 1987. Apud. SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta*. 2012. P. 83.

<sup>68</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta*. 2012. P. 160.

Dentre o conjunto de obras originais e traduzidas por Tristão Araripe, duas destacam-se, dentre as que dizem a respeito ao período da colonização: *História de uma viagem ao Brasil*, de Jean d' Léry, e *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás*, de Hans Staden. Esses dois livros apontam para a manutenção, dentro do IHGB, de um direcionamento das pesquisas para investigação de um passado remetido ao momento da colonização. Assim, a definição de Januário Barbosa de uma história antiga, seria mantida pela segunda geração do Instituto e, considerando os livros escolhidos por Tristão Araripe, ainda estava sendo conferida importância a um dos temas sugeridos pelos fundadores do IHGB: o estudo sobre os ameríndios. Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do Instituto, produz e publica um texto na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1863, afirmando que seguia as sugestões de Januário Barbosa, quanto a definição de que a primeira época do período da colonização, a ser investigada, era a dos aborígenes.

“A primeira época que eu apresento é dos aborígenes ou autóctones, em a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas. Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo, ao mesmo tempo apresenta origens as mais extravagantes, não sabe dar razão clara das suas migrações, e a atual residência e para cada uma delas um século dos nossos é a eternidade.”<sup>69</sup>

O livro de Jean d' Léry e o de Hans Staden eram, ambos, relatos de viajantes do século XVI que descreviam a experiência da colonização da América Portuguesa, a atuação da Coroa Portuguesa e a relação entre indígenas e não indígenas. Relatavam também o contato com indígenas tupinambás e as práticas de rituais antropofágicos destes. Desta forma, seriam considerados materiais importantes que diziam sobre o período da “história antiga”, contribuindo para diminuir a obscuridade do período da colonização. Por serem relatos de testemunhas oculares, que conferiam um status de veracidade a descrição dos

<sup>69</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 26, 1863, p. 135. *Apud.* GUIMARÃES, Manoel Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 116.

viajantes, não seriam “fábulas”, como reclamava Raimundo Mattos, e sim uma “relação verídica e sucinta”.

“Na Revista Trimensal de 1889 inculquei a conveniência da tradução e publicação das memórias concernentes á primitiva história brasileira encorpadas na coleção dos nossos documentos históricos. Esta relação de Hans Staden é uma d’essas memórias; por isso a traduzi e agora apresento para imprimir-se.”<sup>70</sup>

A citação acima, faz parte de uma nota de rodapé escrita por Tristão Araripe, na capa de exibição da sua publicação do livro de Hans Staden. Podemos ver nesta citação, alguns dos pontos que busquei elucidar acima, como a preocupação dos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro na escolha ou seleção de bons materiais que dissessem sobre o Brasil, corrigindo erros nacionais e estrangeiros. Podemos ver também a relação entre história e memória, pois o livro de Hans Staden não era apenas um relato sobre o período da colonização, como também um documento histórico que contribuía na construção de uma “memória”, a memória de uma história da nação. Podemos observar, como o relato de Staden estava sendo modificado e (re) significado: o que chamava atenção para a importância de sua publicação pelo membro do IHGB, não era o cunho religioso e de salvamento (como era a intenção do alemão), mas era sua capacidade de dizer sobre a história do país e seus habitantes indígenas, ao transformá-lo num documento verídico. Para compreender melhor mudança de sentido do livro, através do seu tradutor e o lugar de publicação, gostaria de rever dois pontos indicados anteriormente: a ideia de primórdios e a construção da imagem do indígena.

Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as pesquisas foram direcionadas para a construção de uma identidade nacional<sup>71</sup>, onde a criação de um “passado comum” fora parte importante para os intelectuais do IHGB na elaboração de um discurso que homogeneizasse a história, uma história nacional. A busca pelo “passado comum”, remetia a uma busca pelas “origens” ou “primórdios” da cultura e da história, que representassem a nacionalidade brasileira. Para auxiliar

<sup>70</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação verídica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, Parte I, 1892. P. 264.

<sup>71</sup> “Processos de construção de identidade, como se sabe, além de inconclusos e permanentes, remetem sempre a dimensões simbólicas, envolvendo a invenção, a divulgação a imposição e a adesão de um grupo a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizadas e/ou materializadas em instituições, rituais, festas, símbolos, etc.” In: GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. P. 29.

na coleta e estudo dos elementos que representassem as “origens”, contribuindo para a construção do discurso histórico, a etnografia seria a ferramenta por excelência dos intelectuais do IHGB. Para pensarmos o que era a etnografia e qual papel ela desempenhava dentro do IHGB, dou ênfase à leitura mais dinâmica, feita por Kaori Kodama: “A etnografia, então, tanto é um saber auxiliar da história como ela mesma, em sua inteligibilidade, é derivada dos pressupostos do conhecimento histórico que ora se desenvolvia.”<sup>72</sup>. Numa relação mútua, etnografia e historiografia se complementavam, a etnografia não era apenas um instrumento do historiador, ela se desenvolvia e ajudava no desenvolvimento do que era a história.

Em 1851, foi formalizada uma seção conjunta de Arqueologia e de Etnografia, nos Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mas, em 1847 já havia sido formada uma Comissão de Arqueologia e Etnografia Indígena, cujos integrantes inicialmente eram Francisco Freire Alemão, José Joaquim Machado de Oliveira e Joaquim Caetano da Silva. Assim, podemos ver, que a preocupação dos membros do IHGB em desenvolver o estudo etnográfico já era existente desde a primeira década de fundação do instituto. E, mais importante ainda para minha análise, o significado do termo “etnografia” estava associado ao estudo dos povos indígenas. Digo mais importante, pois, ao (re) memorar o livro de Hans Staden e, como veremos, tê-lo como um lugar/fonte de dados etnográficos, o tradutor daria um novo significado àquele material (diferente do que se propunha o próprio autor, que era para exaltar os feitos milagrosos de Deus e a sua salvação/peregrinação), (re) significando-o.

Estudar a cultura e as práticas indígenas, seria o objeto por excelência do etnógrafo do IHGB. Em 1840, Carl Friedrich Philipp *Von Martius*, escreveu um trabalho intitulado ‘*Como se deve escrever a história do Brasil*’ e foi ganhador do prêmio proposto por Januário Barbosa para quem oferecesse o melhor plano para se escrever a história antiga e moderna do país. Como analisa Temístocles Cezar, o texto de Martius traria uma orientação mais científica e explícita sobre a organização temática da história do Brasil, situando os indígenas em seu começo<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> KODAMA, Kaori. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena”. In: [Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas](#). Belém, v. 5, n. 2, 2010, p. 261.

<sup>73</sup> CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173-208.

*Daí a importância para o IHGB de se estudar os indígenas e transformá-los em documentos, pois suas práticas e costumes era uma fonte ou uma forma de acesso à história antiga ou colonial, e eram representativos daquele momento histórico.*

Márcia Abreu chama atenção para a criação de uma representação romântica dos indígenas por alguns literatos, como José de Alencar e Gonçalves Dias. Segundo a autora, a cultura e a língua dos indígenas eram enaltecidos como “legados”, para cultura nacional. Posteriormente, esta leitura romântica, seria de interesse e retomada por membros do IHGB.

“Preocupados em encontrar elementos capazes de caracterizar o brasileiro – em contraposição ao português, identificado ao opressivo colonizador – os românticos elegeram os indígenas como símbolos da nação. Buscando construir uma memória nacional, tomaram os relatos dos primeiros viajantes europeus, mas os leram segundo as necessidades e possibilidades de seu tempo.”<sup>74</sup>

Kaori Kodama<sup>75</sup>, problematiza a discussão sobre a construção de uma etnografia indígena no século XIX e apresenta como esta etnografia fora pensada e utilizada de diferentes formas, dentro e fora do IHGB. A partir da leitura do *Regulamento das missões de 1845*, publicado na coleção de leis do Império do Brasil, Kodama propõe uma visão polarizada de como os indígenas eram representados: de um lado os indígenas (tupi) aparecem como representantes de uma identidade nacional, e por outro lado, aparecem como em extinção, tanto de suas pessoas como da sua língua e cultura, ao serem “confundidos” com a massa da população (devido ao desenvolvimento da civilidade, progresso)<sup>76</sup>. Assim, simultaneamente os indígenas eram associados a uma ideia de brasilidade e remetidos a um passado longínquo, que estava fadado a extinção, eliminando-os da realidade imperial, onde se construía uma pátria.

<sup>74</sup> ABREU, Márcia. “Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Duas viagens ao Brasil*. p. 223.

<sup>75</sup> KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

<sup>76</sup> Kaori Kodama discute uma classificação binária dada aos indígenas, dentro e fora do IHGB, de tupi e tapuias. Mostrando-nos a discriminação dos indígenas tapuias, como aqueles que eram mais selvagens e menos propícios a um desenvolvimento civilizatório, e devido a isto, seria legitimado a execução da “guerra justa”. Também eram aqueles situados no “sertão”, ou seja, fora do espaço litorâneo do Brasil, e por isso, mais propícios a selvageria. KODAMA, Kaori. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860). 2010. Ver também: PERRONE-MOISÉS. Beatriz. “Índios livres e índios escravos”. In: História dos índios no Brasil. Org. Manuela Carneiro da Cunha. 2ª edição. São Paulo: FAPESP/Companhia das letras, 1992.



Dentro do IHGB, pelos ideais propostos desde a sua fundação com Januário Barbosa, acredito que articular estas duas formas de construção da imagem do indígena em sintonia, sem separá-las, tenha sido mais proveitosa para pensar o sentido da construção de um “passado nacional”, através de uma etnografia indígena. Pois, como vimos, Barbosa articula a possibilidade de escrita de uma história do Brasil, com a chegada dos colonizadores à América Portuguesa. Que através da missionação dos indígenas, e sua conversão, retirava a barbárie e condicionava à futura união da pátria.

“Desses autóctones, descritos como ruínas de povos ou *povos na infância*, era necessário estudar e registrar os traços e os vestígios capazes de justificar a sua inserção como parte integrante de uma história nacional.”<sup>77</sup>

A referência de “povos na infância” remetida aos indígenas foi feita por Francisco Adolf Varnhagen, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que declarava que dos indígenas “não há história: há só etnografia”<sup>78</sup>, no momento em que se iniciava a seção de etnografia do instituto. Apenas nesta frase, o intelectual Varnhagen estabelece duas referências interessadas, pois pressupunha uma unidade da cultura ameríndia - o que não se sustenta hoje ou se sustentava à época, como experiência histórica - e alocava-os num espaço e tempo antigo, passado, das origens - o que também não correspondia à existência coetânea de indígenas que eram conquistados ou eliminados na ocupação territorial. Outros membros do instituto, com trabalhos posteriores ao de Varnhagen, como Capistrano de Abreu, atestariam através de excursões ao Norte e ao Nordeste do Brasil que a afirmação homogeneizadora de Varnhagen não fazia sentido, diante da complexidade do campo etnológico no estudo das línguas indígenas. Assim, os dados etnográficos atestavam uma diversidade e manutenção das práticas e costumes (como a língua) dos indígenas, e não de uma extinção ou desaparecimento gradual daqueles povos. Contudo, a história nacional criada pelo IHGB, continuaria a construir um discurso no qual se homogeneizava e alocava “o indígena” num passado das origens (primórdios) do período colonial.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. “A história do Brasil entre a anotação e a escrita”. In: *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu (1853-1927)*. P. 139.

<sup>78</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

Desta forma, configurava-se uma imagem dos indígenas, representantes de um projeto de passado, não civilizado, extinto, distante do tempo presente, que estava em desenvolvimento, rumo ao progresso e ao status de “nação culta”. É a partir desta perspectiva que analiso a (re) significação atribuída ao livro de Hans Staden que, a partir da tradução de Araripe e publicação do IHGB, contaria com realismo as dinâmicas do período colonial sendo transformado num documento de fonte etnográfica, com dados das práticas culturais dos indígenas. Desta forma, a meu ver, era um novo livro, um novo Hans Staden que não era mais direcionado para um público europeu que quisesse ler sobre o testemunho dos perigos no Novo Mundo e a salvação destes concedida por Deus.

Em 1892, *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás* foi traduzido por Tristão de Alencar Araripe e publicado pela primeira vez no Brasil, na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tristão Araripe, não publicou o livro de Hans Staden no seu formato original, retirando partes importantes do livro: a dedicatória ao príncipe Felipe I, o prefácio do Dr. Dryander e as xilogravuras. Digo importantes, pois estes elementos eram fundamentais para a construção do discurso de Hans Staden de que seu livro era um relato verdadeiro, ou seja, a dedicatória, o prefácio e as xilogravuras são instrumentos através dos quais Staden buscava incutir confiança no leitor, sendo criados e alocados estrategicamente pelo autor. Tais partes também eram fundamentais para a afirmação da conduta religiosa de Staden, onde ele ratifica que seu livro era um testemunho dos milagres de Deus ou da ação divina sobre aqueles que mantinham a fé diante das imprevisibilidades.

Tristão Araripe, retirara partes do livro que fundamentava o direcionamento religioso dado por Staden. O relato de Staden servia para Araripe e para os leitores da *Revista* (que eram os próprios membros do IHGB, voltarei a este ponto mais a frente), como algo que informava sobre os “primórdios” da nação, e que criava uma memória da “história antiga” e sobre os indígenas. E ao dizer, minuciosamente, sobre os costumes, o cotidiano da vida dos indígenas, a religiosidade tupinambá e os rituais de antropofagia, o livro de Staden tornava-se rico em informações para a pesquisa etnográfica. Desta forma, Araripe dava um novo significado àquele material que, agora, informava sobre a história e etnografia da América Portuguesa, estando voltado para um público instruído. Diferenciando-se da proposta original

dada pelo autor, de testemunho da salvação concedida por Deus aos seus fiéis, voltada para um público cristão, alemão.

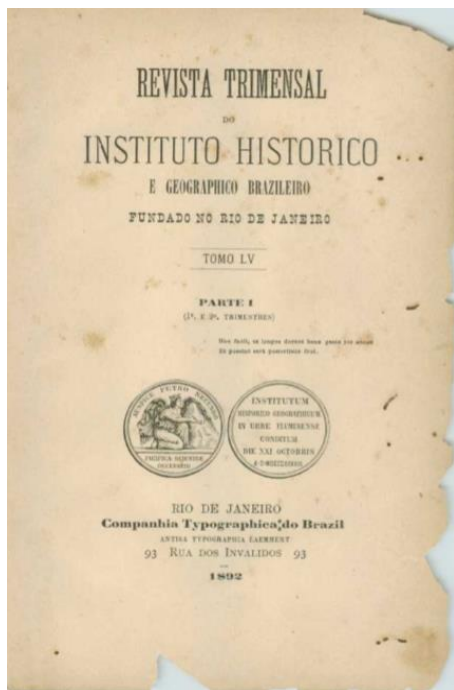


Figura 11: Capa da revista do IHGB. ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação verídica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, 1892. P. 264.

Para realizar a publicação do livro de Hans Staden, Tristão Araripe utilizou-se de uma tradução feita por Enrique Ternaux Campans para o francês (traduzida do latim), publicada em Paris em 1837, e desta forma, não realizou uma tradução do livro de Hans Staden a partir da língua alemã. No final da sua publicação, Araripe afirma que realizou uma tradução em “língua vernácula”, e indica aos leitores a leitura da “Advertência” na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1889, na qual ele explica o significado de “língua vernácula”: “Além dos termos obsoletos e das transposições, o estilo irregular do autor dificulta a inteligência do texto, e exige acurada atenção e a repetição da leitura para combinar os períodos e perceber o sentido das orações”<sup>79</sup>.

Desta forma, a ideia de utilização de “língua vernácula” que Tristão Araripe estava se referindo, significava o uso de um vocabulário que facilitasse a leitura por ser familiar aos leitores da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O sentido de vocabulário, aqui empregado, nos remete à ideia de multiplicidade de possibilidades e mobilidade na escolha no uso das

<sup>79</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. “Istoria de uma viagem feita à terra do Brazil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LII, Parte II, 1889. P. 112.

palavras. Assim, como o vocabulário demanda diferentes formas de interpretação, Araripe estava condicionando a leitura de Hans Staden a partir da sua ótica de leitura e direcionando a compreensão do livro por seus leitores (do IHGB) e, desta forma, (re) memorando e (re) significando o livro de Staden. “A tradução facilita ao leitor nacional a leitura, e ficarei satisfeito do enfadonho trabalho, a que me dei, si com efeito assim suceder”<sup>80</sup>.

Vale ressaltar que o “leitor nacional” era aquele preocupado com a construção de nacionais história e memória e, no caso, eram os próprios membros integrantes do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Com a queda do Império, houve uma ampliação no número de membros do Instituto. Essa ampliação ocorreu, devido à necessidade de recolhimento de recursos financeiros para manutenção do IHGB, já que a ligação com D. Pedro II e seus investimentos havia sido rompido com a Proclamação da República. Contudo, embora tenha havido uma ampliação no corpo de membros (sócios que contribuíram com recursos financeiros, não necessariamente com produção intelectual) do IHGB, a percepção de privilégio e distinção entre os sócios manteve-se.

A ideia de distinção (constante desde o período monárquico e mantido pela presença do Imperador) foi produzida pelos membros do Instituto como uma forma de reafirmar uma “distância entre a vida de ‘fora’ que se ampliava e o que estava ‘dentro’, mostrando que aqueles que produziam, conviviam e liam a Revista do IHGB era homens *distintos*.”<sup>81</sup> Assim, os leitores da Revista do IHGB eram os próprios produtores do periódico que agora se expandiam em número, em função de membros ou sócios que contribuíam com recursos financeiros e que, mesmo quando não letrados e contribuintes com pesquisas e textos, tornavam-se leitores, constituindo um corpo leitor que buscava se distanciar da coletividade nacional em função de seu acesso ao saber, ou seja, distanciar - com as pesquisas e a leitura da história da nação - daqueles que não estavam “dentro” das redes de sociabilidades estabelecida pela elite política, econômica e científica.

A Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve, desde a sua criação, a função de ser um espaço no qual os pesquisadores do instituto pudessem divulgar resultados das pesquisas realizadas e difundir conhecimentos acerca da história, geografia e etnografia do Brasil. Assim, a Revista não era apenas

---

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta*. P. 17.

uma publicação, mas um espaço de materialização dos esforços dos intelectuais do IHGB e um lugar de afirmação da capacidade intelectual e científica da nação, capacidade essencial à legitimação de um país enquanto uma nação moderna e culta. O caráter de cientificidade era atribuído pela capacidade de autenticidade, ou seja, a história deveria ser verdadeira. Através de um método que remetia a prática dos antiquários<sup>82</sup>, composta pela coleta de documentos que materializassem um passado e a prática de investigação (identificação e catalogação desses materiais), a história deveria ser escrita de forma pragmática, onde a leitura e interpretação do escritor deveria ser ocultada.

“Assim, àquele que a edita caberia a tarefa não somente de restaurá-la em sua fidedignidade material, mas a de imprimir-lhe as condições de inteligibilidade para instrumentalizar o seu uso como documento capaz de servir a fins comprobatórios na elaboração da narrativa histórica.”<sup>83</sup>

O trato com o documento, conforme o direcionamento do IHGB e da Revista do Instituto, deveria manter a forma fidedigna do objeto restaurado, mas ao mesmo tempo, o historiador/editor deveria instrumentalizar o material a fim de atender ao seu uso. A explicação da “tradução em linguagem vernácula”, de Tristão Araripe, mostra como esta ambivalência estava presente na sua (re) significação do livro de Hans Staden. “Os escritores primitivos tem maior graça, e nos dam melhor idéa das couzas, que viram e descreveram, do que os subsequentes expositores, que já escreveram extratando das obras originaes”<sup>84</sup>.

Neste fragmento, ele crítica uma modificação das obras originais, pelos seus expositores, valorizando uma reprodução do documento de forma que fosse realizado um inventário, onde o documento não seria problematizado ou modificado. Mas, ao mesmo tempo, ao realizar a sua “tradução em linguagem vernácula”, ao omitir partes do livro de Staden (como a dedicatória ao Príncipe Filipe I e o prefácio do Dr. Dryander) que ressaltavam o propósito religioso do relato, Tristão Araripe realiza uma seleção e (re) leitura do material, a fim de direcioná-lo ao público leitor do IHGB. “Várias crônicas temos dos primeiros

<sup>82</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da História”. In: RIOS, Kenia. FURTADO, João E. (orgs.). *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. Pp. 39- 80.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. P. 95.

<sup>84</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. “Istoria de uma viagem feita à terra do Brazil”. P. 113.

visitantes da nossa terra escritas em língua estranha, e parece-me, que seria útil passal-as todas para a linguagem pátria.”<sup>85</sup>

O público, constituído pelos próprios membros do IHGB, não estava preocupado ou interessado na leitura do livro de Hans Staden como uma forma de atestar os milagres concedidos por Deus. Ficariam satisfeitos com a leitura de um material, devidamente produzido pelo metódico trabalho de edição, de caráter “sucinto e verídico” sobre o período (obscuro) da colonização, salvando um documento importante que dizia sobre o passado da nação. Leriam o livro buscando obter informações sobre as práticas de colonização, as ações da Coroa portuguesa, e a escrita etnográfica de Staden permitia também informações sobre os indígenas, a sua cultura, e os rituais de antropofagia.

A publicação do diário de Hans Staden, atendia aos objetivos da pesquisa histórica e geográfica (e etnográfica) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E seria considerada uma obra importante na instrução e salvação de uma memória nacional, contudo, a tradução feita por Tristão Araripe não agradaria e atenderia a todas as exigências quanto a definição de uma história científica e moderna entre os contemporâneos. Alberto Löfgren, realizaria uma outra tradução do livro de Staden, que buscava atender a elaboração de uma história verídica do passado da nação.

Alberto Löfgren, foi um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGBSP) desde a sua fundação em 1894 por Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Estevam Leão Bourroul, Dr. Antônio de Toledo Piza e Dr. Cesario Motta Junior. Podemos ver que IHGBSP, assim como o IHGB, tinha por propósito a realização de pesquisas de cunho científico, com o objetivo de produzir conhecimento sobre a história nacional e construir uma memória da nação brasileira. Acredito que a defesa do governo republicano realizava-se de forma mais enfática pelos membros do IHGBSP do que no IHGB, pois, além da trajetória do estabelecimento do IHGBSP não ter experimentado relações (e regalias) de ter sido protegido pelo poder do Imperador D. Pedro II, em discurso lido na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1895, João Monteiro presta uma homenagem à Independência dos Estados Unidos.

---

<sup>85</sup> *Idem.* p. 112.

O ponto fundamental do discurso de João Monteiro, foi festejar a República e o Direito que, para o defensor do poder republicano, são “as duas estrelas, que na noite de hoje estão a scintillar no nosso ceo, como si fossem o alpha e o ómega”. Percorrendo, ao longo do discurso, desde a colonização a Independência dos Estados Unidos, ressaltando eventos históricos, geográficos, etnográfico, e os grandes personagens da história nacional dos Estados Unidos, João Monteiro busca construir uma história de cunho progressista e nacionalista, e o evolução da nação americana deveria, para Monteiro, ser imitável.

“Deverei ainda narrar-vos a historia dos *United States of America*? Que tesouro de uteis ensinamentos! Quanta lição proveitosa, evidenciada na irrespondível logica dos resultados práticos – imitável, quando estes levaram direito ao caminho do bem estar social, (...). Irei, como na história dos grandes impérios das remotas antiguidades, mergulhar-me *na noute dos tempos* para buscar as origens do povo, que hoje, no meio da admiração universal, celebra o aniversario da sua independência politica”<sup>86</sup>

Acredito que podemos perceber que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo defendia uma ideia de produção científica, histórica e geográfica, semelhante à do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGBSP também buscava retirar da obscuridade e salvar (na memória nacional) um passado que remetia ao período da colonização, nas palavras de João Monteiro, a leitura da trajetória desde as “origens do povo”, momento do contato entre europeus e os indígenas, até o momento da instauração do governo republicano, levaria a compreensão do progresso da nação americana. Progresso, que deveria ser estudado pelos brasileiros, e caminho que deveria ser imitado.

Desta forma, assim como o IHGB, o IHGBSP valorizava o estudo do passado e definia o período da colonização como inicial, e criaram também uma revista onde os membros do Instituto (composto pela elite intelectual, sobretudo, paulista) poderiam publicar e difundir seus conhecimentos. Tendo como finalidade, também, a obtenção de conhecimento, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo estava, como a do IHGB, voltada para um público leitor bem específico, a elite intelectual do Brasil.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo teria seu primeiro exemplar publicado em 1895, contendo os seguintes artigos: *A denominação “Serra*

<sup>86</sup> MONTEIRO, João. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. 1, 1895, p. 141-142. Grifo meu.

da Mantiqueira”, de Orville A. Derby; *Origens republicanas do Brasil*, de Domingos Jaguaribe; o *Discurso* do João Monteiro e as atas das sessões desde 1894 mostrando a fundação do IHGSP.

“O Instituto Historico, iniciando a publicação da primeira parte da ‘Revista’ com alguns trabalhos aprovados pela assembléa geral, afim de serem publicados, continuará a publicação de outros que já foram lidos. É tão interessante o assumpto destas publicações que desejam conhecer o modo sério e consciencioso pelo qual o Instituto vae-se desempenhando dos seus patrióticos intuitos.”<sup>87</sup>

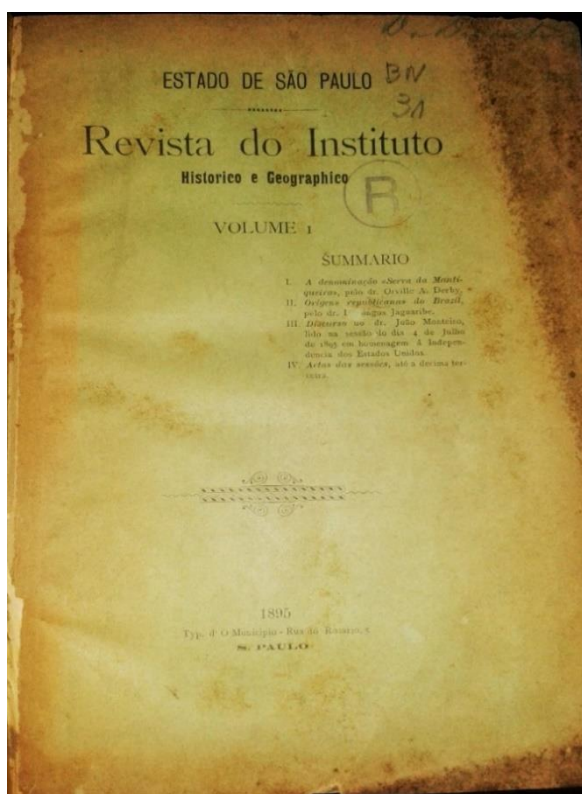


Figura 12: Capa da Revista do IHGSP. Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. São Paulo, V. 1, 1895, Capa.

Podemos ver no discurso em homenagem à Independência dos Estados Unidos, de João Monteiro, trechos que mostram a indicação do autor para um estudo das “origens” de uma nação para compreensão da sua trajetória, rumo à proclamação do poder republicano (símbolo do progresso). Demonstrando os mesmos ideais da Revista do IHGB, mas de forma mais direta e explícita, no início da revista encontra-se um pequeno texto intitulado “Ao leitor” onde, era afirmado o porquê da criação de um Instituto de pesquisa em São Paulo e seus objetivos, bem

<sup>87</sup> “Ao leitor”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. 1, 1895, p. 11.



como o motivo de criação de uma revista para o mesmo. O porquê da criação do Instituto e da Revista em São Paulo apresenta-se já na primeira linha do texto, “A historia de S. Paulo é a própria historia do Brasil”. As pesquisas estavam direcionadas para a construção da história de São Paulo, assim como, a publicação de obras que dissessem sobre a região.

“A historia de S. Paulo é a própria historia do Brasil.

A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quaes se póde vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre factos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchida.

Felizmente a nossa iniciativa foi coroada do melhor exito e estamos actualmente gozando do mais util convivio dos nossos homens de letras, que concorrem com suas luzes para assegurar ao Instituto Historico a mais brilhante carreira.

A “Revista do Instituto” é já uma prova de que o trabalho fortifica-se no estudo da historia, que tem valor inestimável, e muito pode servir para que os moços aprendam a conhecê-la bem assim para que outros estudiosos companheiros possam no futuro continuar a obra, que é bem pequena, em relação a importancia do assumpto.

Todavia o molde fica traçado, restando a outro modificá-lo e aperfeiçoá-lo até que nossa historia seja a fiel interprete dos acontecimentos, e o ensinamento util dos patriotas.”<sup>88</sup>

Não encontramos o autor do texto de abertura da revista, desta forma, penso que, o espaço “Ao leitor” era a fala ou discurso de todos os membros e para todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, acerca do que significava e o que desejava ser alcançado com as pesquisas e as publicações. Assim como o discurso de inauguração de Januário Barbosa na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esta abertura “Ao leitor”, afirmava o lugar ocupado pelo Instituto, enquanto produtor de conhecimento científico e verídico (valorizando e legitimando as ações dos pesquisadores). Promovia também, os propósitos do Instituto na realização das pesquisas como corretor dos erros cometidos anteriormente (embora não defina quem são os provocadores dos erros, Barbosa designa como “nacionais e estrangeiros), assim como Januário Barbosa. Como o IHGB, a revista instrui e direciona um “modelo” que deve ser seguido pelos “homens letrados”, onde as investigações deveriam buscar as

---

<sup>88</sup> “Ao leitor”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. 1, 1895, p. 11-12.

“origens” do passado, preencher lacunas, e ser um conhecimento útil para os “moços” (o presente) e para as futuras gerações, e não somente útil, mas também, patriótico.

Nesse contexto, Alberto Löfgren, um botânico sueco, naturalizado brasileiro, realiza em 1900, uma nova publicação do livro de Hans Staden, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Intitulado, *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*, o livro foi publicado numa edição comemorativa do 4º centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Desta forma, a meu ver, o livro acabava por adquirir uma outra significação através, por um lado, da ocasião escolhida para sua publicação, que era significativa para uma história nacional e patriótica. Já que, era um momento em que (re) memorava-se o descobrimento do Brasil, o encontro entre indígenas e não indígenas (a descoberta do outro<sup>89</sup>) e o passado nacional. E por outro lado, o livro de Hans Staden dizia sobre o passado de São Paulo, neste caso, da capitania de São Vicente. E sobre os indígenas que habitavam aquela região, e que representavam o período de colonização de São Paulo.

---

<sup>89</sup> TODOROV, Tzevan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

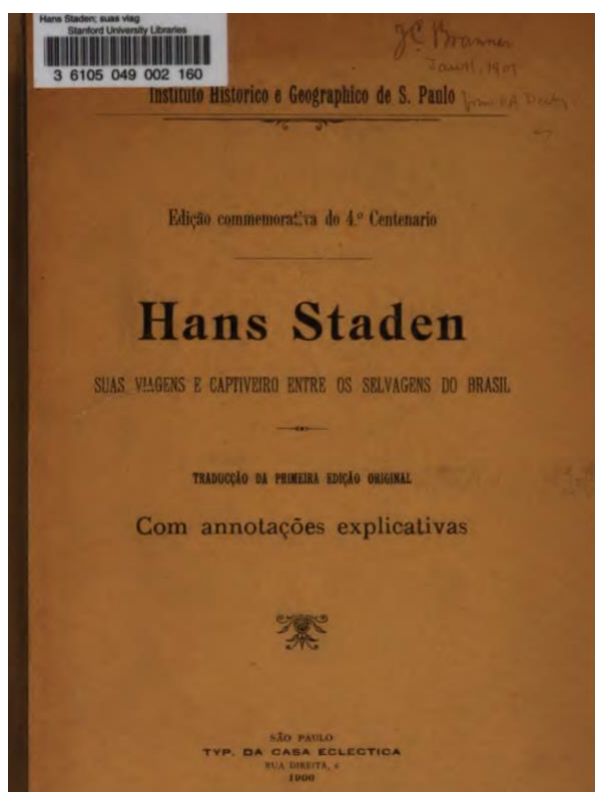


Figura 13: Capa da edição comemorativa do IHGSP. LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo, Edição comemorativa do 4º centenário, volume único, 1900. Capa.

Proponho que o livro adquiriria outra significação em função da ocasião de sua publicação e do conteúdo vicentino que trazia. No primeiro caso, Alberto Löfgren legitimava sua edição na dimensão patriótica, estabelecendo novo critério de acesso e leitura sobre o Brasil e o passado nacional. No segundo, somava à dimensão patriótica a relevância para a elite intelectual paulista, já que, além do relato dizer sobre a Capitania de São Vicente, antiga região de São Paulo, dizia sobre os aspectos culturais de uma das etnias conformadoras da “raça dos gigantes”<sup>90</sup> paulistas. Conforme Antonio Ferreira desenvolve no trabalho *A epopeia bandeirante*, a ideia de “raça de gigantes” - forjado pela intelectualidade paulista – dizia respeito sobre a formação étnico-racial dos paulistanos representado pela figura do bandeirante ou “os novos mamelucos, (...) fonte regeneradora da nacionalidade”<sup>91</sup>.

Tal denominação esteve ainda mais difundida entre a intelectualidade paulista na década de 20 e 30, momento no qual podemos localizar publicações de Alfredo

<sup>90</sup> FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica* (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

<sup>91</sup> *Idem*. P. 324.

Ellis *Raça de gigantes* (1926) e *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euro-americano* (1932). Parte da elite associada ao IHGSP, Ellis desenvolveu diversos trabalhos em que discutia, a partir de uma perspectiva eugênica, a formação de raças no Brasil. Tal formação teria sido dada através das relações entre europeus, ameríndios e negros vindos do continente africano. Dando foco às relações entre europeus e indígenas na região de São Vicente, Ellis afirmava:

“Seja, porém, como for, a verdade inconcussa é que os mamelucos paulistas constituíram uma sub-raça fixa, eugênica, com os seus atributos inigualáveis de grande fecundidade, magnífica longevidade e espantosa varonilidade. Foram eles, sem dúvida, os coeficientes causadores da grandeza dos feitos dessa que Saint-Hilaire apelidou ‘raça dos gigantes’.”<sup>92</sup>

Entretanto, desde a fundação do IHGSP, a elite intelectual paulista defendia uma preservação memorial e histórica do patrimônio (material e não material) local e regional. Como afirma Antonio Ferreira, “o IHGSP voltou seu olhar para as tradições, a história e os valores paulistas na construção histórica do Brasil”<sup>93</sup>, e dentro deste contexto inseriu-se uma valorização da história e civilização bandeirante, como um modelo de ação e atuação a ser admirado e seguido por todo o país. E para dizer sobre os bandeirantes e o bandeirantismo fazia-se necessário, na concepção de história e memória daqueles intelectuais, a (re) memorar o período de colonização e relações entre europeus e indígenas.

Dentro deste contexto, conseguimos compreender o esforço de Albert Löfgren em acessar uma edição original do livro de Hans Staden, realizar uma “tradução literal”<sup>94</sup> e publicá-lo, especialmente, numa edição comemorativa da Revista do IHGSP. Assim, o significado do livro de Staden – muito longe da

<sup>92</sup> ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. P. 83. Este livro foi publicado pela primeira vez na Revista do IHGSP em 1932 e, devido a sua importância para intelectualidade paulista, foi publicado como volume 59 da *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, coleção de Fernando de Azevedo também membro do IHGSP. Vale ainda mencionar, que a editora responsável pela publicação, Companhia Editora Nacional, tinha como proprietários Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, este último, como veremos em capítulo posterior, também compartilhava de ideais eugênicos e defendia uma instrução da nação pela história dos “primórdios” do país.

<sup>93</sup> FERREIRA, Antonio Celso. MAHL, Marcelo Lapuente. *Preservação e patrimônio no instituto histórico e geográfico de são paulo (1894-1937)*. Revista Patrimônio e Memória, v.7, n.1, jun. 2011. P. 8.

<sup>94</sup> Diferente da tradução em “linguagem vernácula” de Tristão de Alencar Araripe, Löfgren realizaria uma “tradução literal” do livro de Hans Staden (diretamente do alemão) e, desta forma, para Löfgren, a obra assumia o caráter científico e verídico desejado pelos “homens de letras”.

intenção de ser atestado de fé e salvação – estava sendo direcionado ao conhecimento da história no período de colonização e dos antepassados indígenas que iriam conformar, junto aos brancos, a então “raça de gigantes”.

Albert Löfgren, diferente de Tristão Araripe, escreve um prefácio, onde ele explica sua motivação na realização de uma nova tradução do livro de Hans Staden, diante da publicação já feita por Araripe. Continua o prefácio, expondo de forma cronológica, as traduções existentes do livro desde a sua primeira edição de 1557 até a primeira tradução publicada no Brasil na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesta cronologia das traduções, Löfgren dá ênfase à tradução inglesa de Albert Tootal, pois havia sido realizada a partir da segunda edição em língua alemã. Considera uma “tradução magistral”, também, pela adição de anotações explicativas do cônsul inglês Richard Burton. Por fim, ele expõe o material que estaria utilizando para realizar uma nova tradução, como foi feita esta tradução, e explica a criação de “notas explicativas”, realizadas por Theodoro Sampaio.

As qualidades atribuídas por Albert Löfgren à tradução de Albert Tootal, uma tradução feita a partir de uma edição em língua alemã e a criação de anotações explicativas, foram elementos fundamentais que justificariam a realização da sua própria tradução para o português. Somado a isto, sua leitura e (re) significação do livro, buscava atender a uma qualificação ou atribuição dos moldes de uma história científica, orientada pela busca de algo verdadeiro. E o status de “cientificidade”, seria conferido, para Löfgren, através de uma tradução literal, que compreendia a conservação do “método e linguagem do autor”, mesmo com todas as suas imperfeições”, diferente, assim, do proposto pela tradução em “linguagem vernácula” de Tristão Araripe.

“A primeira apareceu em 1892 na Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro, volume 55, parte I, e tem por autor o Dr. Alencar Araripe que adoptou a ortografia fonética. O original que lhe serviu para este trabalho foi a edição francesa da collecção Ternaux Compans, que provavelmente, por sua vez, fôra traduzida da versão latina. Comparando as duas, vê-se que a traducção é fidelíssima, mas não sendo o trabalho feito à vista do original allemão, não se pôde que se afaste bastante deste,

principalmente no estylo que de todo foi omitido, mas que dá um cunho característico, como que lembrando aquella época.”<sup>95</sup>

A escrita da história, a criação de uma memória nacional, deveria ser fidedigna, verídica, para ser científica e lida pelas “nações cultas”. Para Albert Löfgren, o fato de reproduzir o estilo de escrita e linguagem de Hans Staden, no seu livro, lembrava “aquella época”, como se, com isto, criasse uma imagem ou captura de um passado. Esta imagem, dada através do olhar e escrita de Hans Staden, transportava os leitores para um passado colonial, para uma leitura etnográfica, das “origens” e primórdios da nação.

“Tendo o ilustrado Dr. Eduardo Prado adquirido em Pariz um exemplar original da primeira edição de Marburg, de 1557, começámos a comparar este original com a traducção portuguesa e chegamos á conclusão de que talvez houvesse vantagem em dar uma nova edição deste livro tao interessante para a nossa historia. Deliberamos então cingir-nos estrictamente ao methodo e linguagem do autor, conservando integralmente a orthographia dos nomes próprios dos logares, cousas e pessoas e, quanto possivel, o próprio estylo simples e narrativo, com todas as suas imperfeições, e quer nos parecer que no nosso modesto trabalho não haja a menor omissão.”<sup>96</sup>

Desta forma, vemos novamente a ideia de uso ou emprego de um vocabulário como forma de ação do indivíduo, onde as palavras aparecem como parte importante na construção de uma forma de escrita (a forma que se quer dar), de pensamentos e de ações que o escritor busca condicionar ao leitor ou condicioná-lo a sua tese. Marta Abreu, propõe o conceito de *mise em texte*, feita por Roger Chartier, para compreensão da representação na linguagem escrita. Significava o emprego, no texto, de técnicas linguísticas e estéticas bem como de convenções literárias e sociais, postas em funcionamento que buscam conduzir a leitura. “Ao mesmo tempo que permite a compreensão quanto tentam garantir determinada interpretação”<sup>97</sup>.

Assim, a linguagem enquanto escolha e uso das palavras, realizada por Albert Löfgren, buscava construir uma “tradução literal”, que fosse fiel ao estilo do autor.

<sup>95</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Tipográfica da Casa Eclectica, 1900. P. 05.

<sup>96</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Tipográfica da Casa Eclectica, 1900. P. 07.

<sup>97</sup> CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. *Apud*. ABREU, Márcia. “Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Dois viagens ao Brasil*. P. 209. (Nota de rodapé).

Acredito que o contexto a partir do qual Löfgren estava produzindo (momento de construção de ideais nacionais e patrióticos por republicanos) e, como pudemos ver, discutindo acerca do que constituía (molde) a história, condicionaria sua representação (através da linguagem) ou (re) significação do livro de Hans Staden. Ou seja, a ideia de “tradução literal” criado por Löfgren constituía uma intervenção a partir do seu significado no contexto histórico que estava inserido e, desta forma, não havia, como pretendia o autor, uma imparcialidade ou cópia do passado. Este passado colonial, nacional, dava-se a partir do significado e importância atribuídos ao livro de Hans Staden.

O público ao qual o livro estava sendo dirigido também nos mostra como este material estava sendo (re) significado, já que, este era constituído pelos membros da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ou seja, por “homens letrados” para quais a criação de uma história científica e, por isso, verídica, motivava uma nova tradução de Hans Staden. Para ajudar na compreensão do texto, já que mantinha as “imperfeições” da edição alemã de 1557, Theodoro Sampaio (membro do IHGBSP) produziu notas que contribuíssem para uma melhor compreensão do relato de Staden. Estrategicamente, segundo Theodoro Sampaio, as notas não estavam dentro da narrativa, como nota de rodapé, para não haver interferência alguma na narrativa do livro, estando localizadas no final do livro.

“Pag. 2, lin. 1 e 2, (...entre os selvagens da terra do Prasilien (Brasil) chamados Tuppin –Imba...). A grafia de Staden no que diz respeito aos nomes tupis é quase sempre defeituosa, mas aqui no texto foi sempre respeitada, não se lhes introduzindo correção que seria descabida. Demais, sendo a grafia desses nomes bárbaros uma representação mais ou menos precisa de como elles soaram ao ouvido do narrador, há toda a conveniência em ser conservada como aparece no original. (...). Desta diversidade de forma que o vocábulo transmitido reveste original-se a tão controvertida interpretação que a ninguém satisfaz.”<sup>98</sup>

Utilizando-se de um exemplar adquirido por Eduardo Prado em Paris<sup>99</sup>, da primeira edição de 1557, a tradução de Albert Löfgren, diferente da realizada por

<sup>98</sup> SAMPAIO, Theodoro. “Notas a Hans Staden”. In: LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Tipográfica da Casa Eclectica, 1900. P. 179.

<sup>99</sup> Eduardo Prado, importante escritor brasileiro, foi dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupou a cadeira nº 40. Prado, também pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na função de sócio correspondente e dedicando-se aos estudos históricos com trabalhos sobre o padre jesuíta José de Anchieta. No final do século XIX,

Tristão Araripe, segue a estrutura do livro como na publicação de 1557. Contendo, a dedicatória ao príncipe Felipe I, o prefácio do Dr. Dryander, a oração de Hans Staden, o discurso final e todas as xilogravuras. E, seguindo a tradução inglesa de Albert Tootal, acrescentou notas explicativas no fim da narrativa. Para podermos visualizar, mesmo que minimamente, a diferença na tradução em “língua vernácula” de Araripe e a “tradução literal” de Löfgren, recortei algumas partes que considere relevantes. Exponho, primeiramente, a página da primeira parte da narrativa, de Hans Staden (1557), da tradução de Tristão Araripe (1892), e da tradução de Albert Löfgren (1900).

Araripe, inicia o livro com o relato de Hans Staden, Löfgren, assim como Staden originalmente, inicia com uma referência a religiosidade, a primeira da narrativa, “De que vale a cidade o guarda, E ao navio possante nos mares, Si Deus a elles não proteger? ”. Löfgren, como Araripe, não estava preocupado em ressaltar o livro de Hans Staden enquanto um relato de testemunho da sua salvação e misericórdia divina, mas com uma reprodução “fiel” da escrita de Staden.



Figura 14: Primeira página do livro de Hans Staden. STADEN, Hans. *Warhaftige be schreibung eyner landschafft der wilden nacketen grimmigen*. P. 17.

além da influência entre a elite intelectual Eduardo Prado estava vivendo em Paris, fatores que possivelmente teriam facilitado o acesso deste a edição original do livro de Hans Staden.



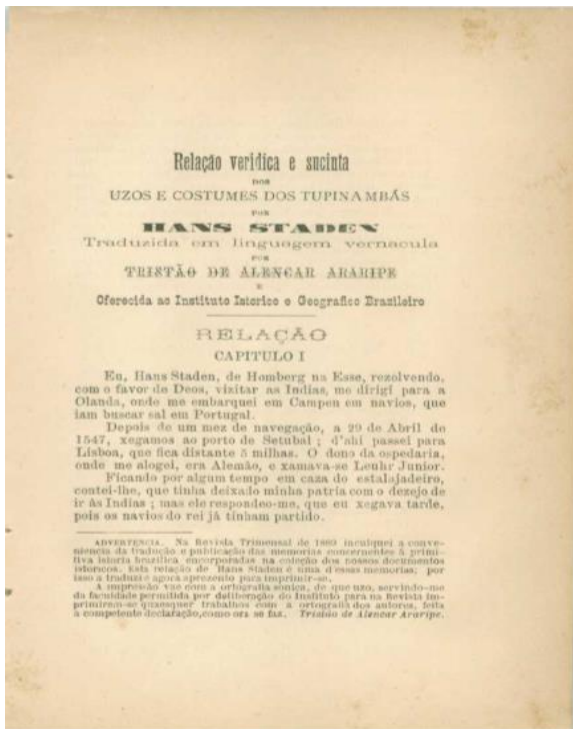


Figura 15: Primeira página da tradução de Araripe. ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação verídica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás”. p. 26



Figura 16: Primeira página da tradução de Löfgren. LÖFGREN, Albert. Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil. P. 12.

Destaco um fragmento do capítulo XLII, da tradução de Araripe seguida pela de Löfgren, a fim de vermos o uso da linguagem por cada autor.

“Como os prisioneiros foram tratados durante a viagem. Estavamos a quazi 2 milhas da praia, quando esta refrega succedeo; os nossos apressadamente voltaram para o sitio onde tinham passado a noite. O sol estava posto, quando ali xegamos; cada um conduzio os seus prizioneiros para as suas cabanas. Quanto aos feridos, os mataram em terra com pancadas, os esquartejaram, e assaram a carne. ”<sup>100</sup>

&

“Como trataram os presos na volta. Era no mar, a duas boas leguas distante da terra, onde foram capturados, e voltaram o mais de pressa possível á terra para pernoitar outra vez no mesmo lugar, onde já estiveramos. Quando chegámos a Meyen bibe era de tarde e o sol estava entrando. Levaram então os prisioneiros, cada um para sua cabana; mas a muitos feridos desembarcaram e logo mataram, cortaram-n-os em pedaços assaram a carne. ”<sup>101</sup>

Como podemos atestar, na linguagem utilizada por Löfgren, conservando o estilo e os termos utilizados por Hans Staden, o tradutor sueco designa a região para o qual os indígenas (tupinambás e os prisioneiros, dois “mamelucos cristãos” e um português) e Staden estavam retornando, “Meyen bibe”, enquanto Araripe não menciona o lugar, apenas afirma que houve uma ação de retorno, “quando ali chegamos”. Após a descrição de chegada a “Meyen bibe”, seguida pela morte, esquartejamento e do ritual antropofágico, na tradução de Hans Staden (1557) e de Löfgren (1900), há uma xilogravura que ilustra a cena, e torna o relato, mais compreensível e legítimo para o leitor.

<sup>100</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação veridica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás” p. 318-319.

<sup>101</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. P. 97.



Figura 17: Cena da chegada dos indígenas e do ritual antropofágico. LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. P. 98.

A tradução em “linguagem vernácula” de Tristão Araripe, buscava atender a uma melhor compreensão do livro de Hans Staden, dada a sua importância enquanto um relato de um viajante do período da colonização, dos “primórdios” ou “origens” da nação, e rico em informações sobre os costumes dos indígenas. Albert Löfgren, assim como Araripe, concordava o valor histórico e etnográfico do livro para o conhecimento da nação (e para leitura das “nações cultas”), mais ainda para São Paulo, já que era o primeiro livro a informar sobre a capitania de São Vicente (atual região de São Paulo). Contudo, para Löfgren, dado que Araripe não se utilizara do livro na sua língua original, alemão, e que o uso da “linguagem vernácula” acabava por apagar o estilo e escrita de Hans Staden, Araripe comprometia a proposta dos institutos científicos da criação de uma história imparcial e verídica. E devido a isto, Löfgren empreende uma nova tradução, uma “tradução literal”, na qual fosse preservado a escrita e até os erros cometidos por Staden, pois dessa forma, os leitores poderiam acessar, verdadeiramente, as experiências do passado da nação.

O público leitor do livro de Hans Staden, fosse o da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou o da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo era fundamentalmente constituído pelos próprios membros e sócios dos institutos, assim, pela elite intelectual e política do Brasil. Ambas instituições científicas, ao (re) significar o livro de Hans Staden buscaram atribuir-lhe importância enquanto uma fonte rica de informações, históricas e

etnográficas, do período colonial e como o “primeiro livro a dizer sobre o Brasil”, representando o passado da nação. Desta forma, vale destacar, cada uma destas novas versões do livro de Staden estava sendo estabelecida a partir de protocolos de uma escrita que buscava instituir-se formal e científica entre os seus pares. Ou seja, através do trabalho de tradução e reescrita, o relato de Staden foi sendo modificado, adquirindo um novo formato que expressava as intenções dos seus tradutores com a publicação do livro.

Monteiro Lobato, não estava entre os membros ou sócios dos institutos de pesquisas históricas e geográficas e partilhava de outro momento republicano. Enquanto um literato que se preocupava com as questões nacionais (como a própria questão do que e de quem conformava a nação do Brasil) e que via potencialidade de venda no livro de Hans Staden, dentro mercado editorial, ele empreende uma “nova tradução” ou, no termo criado por Lobato, uma “ordenação literária”.

## 2 O livro por Monteiro Lobato

### 2.1 O negociante matriculado Monteiro Lobato

“- O escritor Monteiro Lobato?  
 - Não está.  
 - A que horas?  
 - Nunca.  
 - Informaram-nos que era aqui o seu escritório...  
 - Ele não existe. É um símbolo.  
 - Como o Jeca Tatu?  
 - Mais que o Jeca.  
 - Com quem temos a honra de falar?  
 - Com o negociante matriculado Monteiro Lobato. Dá-me licença...  
 E tendo-nos feito sentar numa cadeira de palhinha o bizarro interlocutor foi continuar o trabalho que interrompera. Cintava com admirável habilidade os volumes iguais e cinzentos da *Revista do Brasil*.”  
 Oswald de Andrade. **Papel e Tinta**.

Em maio de 1920, o primeiro número da revista **Papel e Tinta**, fundada por Menotti del Picchia e Oswald de Andrade, publica na seção *Livros e autores* sob o pseudônimo de Marquês D’ Olz, o artigo “Oswald de Andrade entrevista Monteiro Lobato”. A epígrafe acima faz parte deste, onde Oswald de Andrade encena uma entrevista com o “negociante matriculado Monteiro Lobato”.<sup>102</sup> Nesta “entrevista”, Oswald ironiza a atribuição dada aos livros enquanto um produto comercializável e, porque produto, poderia ser lucrativo para os escritores e editores.

No texto, o suposto entrevistador teria perguntado a Monteiro Lobato sobre a moderna literatura paulista, ao que - na escrita de Oswald de Andrade, ou Marquês de Olz - Lobato responde: “tem bastante saída” e conhece “o valor financeiro, monetário, real” da moderna literatura paulista. Oswald de Andrade mostra-se surpreso com a resposta do entrevistado, por vê-lo sugerir a moderna literatura como um “bom negócio” ou algo “vendável”, com o qual podia-se lucrar. Ao longo da “entrevista”, podemos perceber que a revista procurou associar o crescimento do mercado editorial à imagem do negociante, e neste caso, caricaturado pelo

<sup>102</sup> “Oswald de Andrade entrevista Monteiro Lobato”. In: AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2001. P. 126.

“negociante matriculado Monteiro Lobato”. No artigo, o escritor ou literato era apenas um símbolo, já que quem participava do cenário literário, realizando a mediação entre o produto revista/livro e o público leitor era o empresário ou negociante.

De certa forma, a revista definia que o aumento do acesso à literatura estaria conectado à perspectiva de que todas as obras deveriam ser editadas:

“- E Guilherme de Almeida?  
- Também rende. Edite.  
- Mas...O Jeca Tatu.  
- Pobre explorado! Já me deu tinta e dois milheiros. Está seco como um bacalhau de venda. Em todos caso...bom negócio ainda.”<sup>103</sup>

Entretanto, a associação entre negócio e acesso não era algo positivo para a revista **Papel e tinta**, de fato, aí residiria a crítica do artigo ou do entrevistador Oswald de Andrade, pois para ele o aumento desenfreado das obras editadas e publicadas no Brasil desencadearia uma desqualificação ou desvalorização da literatura. Não à toa, Oswald de Andrade afirmava que o negociante Monteiro Lobato “Cintava com admirável habilidade os volumes iguais e cinzentos da *Revista do Brasil*”. Para Andrade, era necessário um crivo de avaliação para publicação, além do sucesso de público ou do retorno financeiro esperado: a importância dada ao crescimento editorial minimizaria a arte, a sensibilidade, a cultura e, assim, a própria literatura que se tornava, nesse sentido, repetitiva, cinzenta, apenas um produto comercializável. E ainda, como podemos ver na citação acima, a produção em demasia de livros que obtinham sucesso no mercado - como o Jeca Tatu de Lobato - também fazia com que se perdesse a arte e a sensibilidade da obra, pois ela se tornava apenas um “bom negócio”.

“- (...) Penso só em lançar gente, para que a minha empresa editora caminhe direito. Olhe, já organizei uma tabela, uma tabela de lançamentos. Há lançamentos de primeira classe, de segunda e terceira. Os de primeira exigem retratos de revistas. Por sinal, quanto vocês cobram em Papel e Tinta por um retrato de literato, decorativo, com cabeleira numa livraria, e por baixo: - ‘o ilustre autor dos ‘Tomates Fritos’, verdadeira e última revelação da talentosa moderna geração paulista’?

Rimos despedindo-nos. E saímos certos de que o poeta Guilherme de Almeida tem razão quando afirma nervoso que o

---

<sup>103</sup> *Idem*. P. 127.

grande autor dos Urupês e das Cidades Mortas é o maior *snob* às avessas que há deste lado do Atlântico.”<sup>104</sup>

No fragmento, evidencia-se uma imagem criada por Oswald de Andrade sobre Monteiro Lobato, onde este estaria interessado no crescimento do mercado editorial, ou seja, em oposição às perspectivas daquele. Observando a trajetória do autor, sua atuação na **Revista do Brasil**, a criação das suas empresas ou gráficas, sua defesa da exploração dos recursos naturais do Brasil (o ferro e o petróleo), verificamos que Lobato afirmava uma posição de editor, produtor e empresário, além daquelas de escritor e literato. Todavia, na revista **Papel e Tinta**, o lado empresário e editor era destacado como alvo de críticas em vista da avaliação de subordinação dos produtos culturais à uma lógica de cunho empresarial.<sup>105</sup> Temos, portanto, interpretações que divergiam sobre o mercado editorial, pois, enquanto a revista **Papel e Tinta** era crítica à ampliação deste mercado, por outro lado, editores, jornalistas e muitos escritores (como Lobato) investiam capital para a modernização das editoras, objetivando produzir mais e vender mais.

No momento de publicação desse artigo, em 1920, havia forte discussão sobre a modernização dos meios de produção e difusão gráfica, onde a literatura dialogava com esse novo horizonte técnico de jornais, revistas e crônicas. Estas caracterizavam uma nova forma de difusão das informações, o crescimento do mercado livreiro e em diálogo constante com as questões políticas e sociais do período.<sup>106</sup> Nomeado de “musa industrial” por José de Alencar, as gráficas permitiam a produção de materiais como jornais e revistas, embora neste momento ainda não fossem numericamente significativas no Brasil. Contudo, as gráficas ocupavam lugar fundamental na relação entre os literatos e o mercado livreiro, pois através destas e da ação do editor, os livros selecionados, aprovados, produzidos e vendidos.

O artigo redigido por Oswald de Andrade, indicava exatamente esta relação, através da encenação de um diálogo com Monteiro Lobato. Como vimos, Andrade criticava a comercialização dos livros que, segundo ele, representava uma perda de

<sup>104</sup> *Idem*. P. 129.

<sup>105</sup> LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

<sup>106</sup> SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1927.

qualidade da literatura. Entretanto, como Marisa Lajolo e Regina Zilberman apontam, a partir do surgimento do leitor no século XVII na Europa, o livro deixa de ser uma produção artesanal, exercido por hábeis tipógrafos e gerenciado pelo Estado, e torna-se uma atividade empresarial, com a criação de gráficas que buscavam obter lucro com a larga produção e venda de livros.

No Brasil, a criação das gráficas e do mercado livreiro foi surgindo, gradativamente, no início do século XX e, simultaneamente, houve um incentivo do Estado e de editores para a alfabetização e a instrução de adultos, jovens e crianças. Com crescimento do mercado livreiro e a criação da imprensa no Brasil (vendo o jornal como um instrumento de rápida difusão de informação, e de fácil acesso), os editores e escritores<sup>107</sup> buscavam, intencionalmente, vender bem e adquirir um bom lucro com os materiais escritos, não que com isto desvalorizassem a qualidade do que era produzido. Como mostram as autoras, um dos escritores mais requisitado pelas editoras e, também, mais bem pago, foi o literato Machado de Assis. Sendo valorizado pelo mercado editorial, tanto pela qualidade do seu trabalho, como pela venda rápida e em grande quantidade dos seus livros.

Devido ao aparecimento tardio da imprensa no Brasil, estabeleceu-se uma importante relação entre o editor e o escritor, pois o editor seria aquele que - detentor dos recursos - possibilitaria que os livros fossem vendidos e alcançassem ao leitor. A meu ver, Lobato compreendia a função de editor como imprescindível para o desenvolvimento de produção e venda de livros no Brasil. Dado que, ainda em 1918, o escritor tornou-se proprietário e diretor da **Revista do Brasil** e, no mesmo ano, fundou a sua própria gráfica de livros, a **Monteiro Lobato e Companhia**. Ao longo da sua trajetória, como podemos identificar em muitas de suas cartas, Lobato transmitia com veemência a criação do seu próprio “negócio”, onde ele passaria a decidir o que deveria ser publicado e como deveria.

“A *Revista* cresce e engorda como bananeira, e a seção das edições toma corpo. Ontem saiu o romance do Lima Barreto; sai hoje o primeiro da série Martim Francisco – e quantos na bica! O negócio vai crescendo de tal modo que já estamos montando oficinas próprias, especializadas na fatura de livros.”<sup>108</sup>

<sup>107</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre a profissionalização do escritor, e a relação deste com o leitor e, sobretudo, com o editor ver: LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 1996.

<sup>108</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946. Tomo II. P. 190.



Lobato afirmava, acentuadamente, uma proposta de produção em larga escala de artigos para revistas e, principalmente, de livros (bons livros) para comercialização. A caricatura expressa por Oswald de Andrade do “negociante matriculado Monteiro Lobato”, posso dizer, já havia sido criada e era manipulada pelo próprio Lobato: “O quanto é interessante, ativa, risonha e franca a perspectiva do negociante matriculado, é mesquinha, fechada e árida a do literato – esse bicho caspento e sempre com o almoço em atraso”.<sup>109</sup>

“Nasceu em Taubaté, aos 18 de abril de...1884 [na verdade 1882]. Mamou até 87. Falou tarde, e ouviu pela primeira vez, aos 5 anos, um célebre ditado: ‘Cavalo pangaré/ Mulher que...em pé/Gente de Taubaté/*Dominus libera mé*’.

Concordou.

(...)

Metido em colégio, foi aluno nem bom nem mau – apagado. Tomou bomba em exame de português, dada pelo Freire. Insistiu. Formou-se em Direito, com um simplesmente no 4º ano – mercedíssimo. Foi promotor em Areias, mas não promoveu coisa nenhuma. Não tinha jeito para chincana e abandonou o anel de rubi (que nunca usou no dedo, aliás).

Fez-se fazendeiro. Gramou café a 4.200 a arroba e feijão a 4.000 o alqueire.

Convenceu-se a tempo que isso de ser produtor é sinônimo de ser imbecil e mudou de classe. Passou ao paraíso dos intermediários. Fez-se negociante, matriculadíssimo. Começou editando a si próprio e acabou editando aos outros.”<sup>110</sup>

Foi esse quadro de disputas manifesto no artigo da revista **Tinta e papel** que me levou a questionar a crítica feita à Lobato, enquanto um literato que afirmava o livro enquanto mercadoria, e seu desempenho de editor e empresário. O que moveria a perspectiva de Lobato? Seria apenas o retorno financeiro, como Oswald de Andrade acusava? Não creio. Mais do que um empresário de livros, ele era um escritor e acredito que seja necessário investigar o que fundamentava sua visão. Acredito que através das ações, das conexões e das redes de sociabilidades estabelecidas por Lobato ao longo da sua trajetória na **Revista do Brasil**, com a fundação das suas gráficas-editoras, a sua voz dissonante enquanto literato, editor e empresário. Já que a sua escrita, desde *Urupês*, seria reconhecida nos círculos literários pela exposição direta dos problemas sociais, políticos e econômicos do

<sup>109</sup> *Idem*. p. 190.

<sup>110</sup> LOBATO, Monteiro. “Lobato por Lobato”. In: *A novela semanal*. São Paulo, n. 1, 2 de maio de 1921. *Apud*. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato*. P. 17.

país. E nas suas ações enquanto editor e empresário, selecionando e escolhendo livros e autores, Lobato recusava uma escrita ufanista e valorizava uma exposição crítica dos problemas. Sua concepção de literatura também seria marcada por uma ideia de missão pedagógica, imbuída de propostas que visavam a construção de uma identidade nacional e de uma nação.

Essa hipótese se construiu a partir da consideração de algumas escolhas editoriais de Lobato e, sobretudo, da publicação do livro de Hans Staden. Acompanhando as publicações do mesmo, observei que a iniciativa de Lobato estava temporalmente muito próxima a outra edição - realizada por Albert Löfgren do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo -, o que já levantaria questões sobre o porquê do esforço, mas não apenas: o mesmo livro se desdobrara em mais de uma edição de Lobato, representando uma variação de público alvo, não tendo somente adultos como foco, mas também, uma edição voltada para crianças, aguçando ainda mais questionamentos sobre o porquê do investimento.

Foi na busca de compreender a importância do diário de Hans Staden para Lobato - qualificando as (re) significações atribuídas por este ao livro -, que o lado empresário do escritor apareceu para mim, exigindo uma reflexão mais aprofundada. Considerei necessário investigar os porquês do literato e editor escolher em especial o livro de Hans Staden para publicação e empreender um esforço de (re) leitura daquele material, já que, Tristão Araripe e Albert Löfgren haviam realizado (cada um ao seu modo) suas respectivas traduções.

Esta reflexão, entretanto, conduziu a outras, pois a localização do empresário exigiu a investigação de um conjunto amplo de referências e pressupostos de Lobato, tais como qual seria a sua concepção de moderno, de literatura e literatura infanto-juvenil, de tradução, de projeto de nação, de higienismo e até mesmo de eugenia. Como analiso adiante e nos próximos capítulos, tais referências são elementos que relacionavam intrinsecamente a forma como Lobato pensava, agia e escrevia tanto seus livros para adultos, como para crianças. Deste modo, a plural edição de Hans Staden me fez ver o literato como empresário e mediador cultural e a compreensão destes dois universos me deu maior clareza quanto a escolha do literato sobre o livro, fazendo-o traduzir, ou melhor, “ordená-lo literariamente” para os dois públicos.

## 2.2.

### **Empresário das letras: Lobato, mediador da cultura.**

A fortuna crítica de Monteiro Lobato, a meu ver, pode ser compreendida como constituída por duas chaves interpretativas. Na primeira, era ressaltado a vida e a obra lobatiana, de forma a constituir uma trajetória que chamasse atenção para o legado constituído por Lobato enquanto literato por um lado e criador do Sítio do Pica Pau Amarelo, por outro. Ou seja, havia uma separação entre a sua produção voltada para o público adulto e o infantil, onde os infantis ganhavam uma maior relevância dentro da obra criada por Lobato. Estes livros que falavam da vida e obra de Lobato eram escritos, principalmente, por biógrafos e críticos literários. Dentre estes, ressalto, *Monteiro Lobato: o homem e a obra* (1948), de Alberto Conte; *Monteiro Lobato: vida e obra* (1955), de Edgard Cavalheiro (que, inclusive, publicou alguns livros com cartas compiladas de Lobato, como o *Cartas escolhidas*); *Vida de Monteiro Lobato* (1953), de Jorge Messias Rizzini; *Monteiro Lobato: a modernidade do contra* (1985), de Marisa Lajolo; e *Monteiro Lobato: o editor do Brasil* (2000), de Cassiano Nunes.

A segunda chave pode ser identificada como um segundo momento de pesquisa, onde vemos trabalhos que questionam e problematizam a trajetória e obra de Monteiro Lobato de forma mais aprofundada. Podemos dizer que, recentemente, a vida e a obra de Lobato tornaram-se objetos de pesquisa que ultrapassam o espaço da biografia, havendo trabalhos inclusive de historiadores além dos críticos literários e da literatura. De modo diverso do primeiro conjunto de estudiosos que apresentava uma visão geral de sua trajetória, a maioria destes trabalhos, muitas vezes, se debruça sobre um livro apenas e, a partir dele, tece grandes questões, como podemos ver em *Monteiro Lobato e a problemática da nação em “A chave do tamanho”*, de Simão Farias Almeida e em *O Poço do Visconde: recepção e crítica*, de Elismar Anastácio.

Neste segundo momento, chama-se atenção tanto para os livros infantis como para os de adultos, sendo considerados pelos pesquisadores ambos os públicos nos quais Lobato circulou. André Campos, por exemplo, na sua dissertação de mestrado, nos mostra como questões caras para Lobato (como a busca pelo petróleo e o ferro) foram discutidas em livros para adultos, como também nos infantis. Analisando na sua dissertação, como um mesmo tema aparecia em ambos

universos, o adulto e o infantil, Campos acaba propondo uma releitura e o significado dos livros para o público e acaba por dar uma nova leitura, também, ao espaço criado por Lobato no Sítio do Pica Pau Amarelo<sup>111</sup>.

Recentemente, houve uma expansão de projetos de pesquisa e escrita de trabalhos que buscam problematizar os lugares de atuação promovidos por Monteiro Lobato. Neles, investiga-se o seu lado literato e empresário, com o objetivo de compreender melhor os seus livros e o significado destes para o autor bem como para seus leitores. Para isto, a pesquisa estende-se além do universo da sua obra, indo para suas cartas (fonte rica para análise, já que Lobato foi um correspondente assíduo), entrevistas, artigos, prefácios, traduções, etc. Estes trabalhos têm apontado para a complexidade e a diversidade de possibilidades de análise através do estudo, não só da sua trajetória e dos seus livros, mas também da sua rede de sociabilidades ou, dos diversos ambientes que este circulava e os instrumentos que este utilizava, desde entrevistas a cartas.

Para mim, ambas chaves interpretativas da fortuna crítica de Monteiro Lobato são extremamente importantes e significativas para uma compreensão e discussão sobre o literato. E além dele, pois há questões sobre as primeiras décadas do século XX, como a ideia de projeto de nação, que podemos refletir através do seu trabalho. Em minha análise me aproximei de ambos momentos da fortuna crítica, de forma que pudessem me auxiliar na construção de uma trajetória (não retilínea) da vida de Lobato e a ressaltar momentos caros à construção do problema, ou seja, de modo a localizar e compreender os lugares de atuação de Lobato enquanto literato e editor que, acredito, nos ajudarão a ver as ações deste enquanto um mediador cultural.

## Trajectoria

Em 1882, nascia em Taubaté, na então província de São Paulo, Monteiro Lobato, filho de uma tradicional família de plantadores de café, do já então

---

<sup>111</sup> A problematização sobre o progresso do país, como a exploração dos recursos naturais do Brasil, por exemplo, Lobato trabalhou largamente em livros como *O escândalo do Petróleo* e *América* voltados para um público adulto. Mas este mesmo tema, Lobato também desenvolveu em livros infantis, como *Geografia de Dona Benta* e *Serões de Dona Benta*. André Campos mostra tal relação, entre a literatura para adultos e a literatura infantil de Lobato, ao longo do seu livro, principalmente, no quarto capítulo. CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do pica-pau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

decadente Vale do Paraíba. Passa a sua infância em um ambiente doméstico, rural e interiorano, ou tal como define Marisa Lajolo, “Ao tempo dos calças curtas, trepa em árvores, chupa fruto do pé, aprende a gostar de circo, pamonha, icá torrado e pinhão”.<sup>112</sup> Na casa do avô paterno, o Visconde de Tremembé, fascina-o a biblioteca, sobretudo, os livros ilustrados, “Gostava de Livros. Leu o *Carlos Magno e os doze pares de França*, o *Robinson Crusóe*, e todo o Júlio Verne”.<sup>113</sup>

Em 1895, Lobato tenta se tornar aluno do Instituto de Ciências e Letras, sediado em São Paulo, contudo, reprovado na prova de português, retorna para Taubaté. Um ano depois, ele tenta novamente e é aprovado, estabelecendo-se por três anos no Instituto. Nesta época, colabora nos jornais **O patriota** e **A pátria** (utilizando o pseudônimo de *Gustavo Lannes*) até que funda um pasquim manuscrito sob o título **H2O**.

“No dia 13, houve sessão magna no Grêmio A. de Azevedo (que funciona aqui mesmo no colégio) e eu perante o colégio e o professorado todo, fiz um discurso e recitei poesia de minha lavra, alusiva ao ato, sendo delirantemente aplaudido.”<sup>114</sup>

Sob a tutela do avô paterno, após o falecimento do pai em 1898 e da mãe um ano depois, Lobato ingressou em 1900 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.<sup>115</sup> Durante o período em que esteve cursando direito, Lobato fez amizades com alguns rapazes que viriam a marcar sua vida literária: Godofredo Rangel, com o qual estabeleceria uma correspondência por longos 40 anos; José Antônio Nogueira; Ricardo Gonçalves; Raul de Freitas; Tito Lívio Brasil; Lino Moreira; Cândido Nogueira. Juntos, fundariam um grupo denominado “Cenáculo”, com reuniões e discussões literárias no Café Guarany e no Minarete – nome dado à

<sup>112</sup> LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. P. 12.

<sup>113</sup> *A Novela Semanal*, São Paulo, nº 1, 2 de maio de 1921. In: *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 17.

<sup>114</sup> S. Paulo, 1 de maio (possivelmente de 1898). Carta para sua mãe, Olímpia Augusta Lobato. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 1ª edição. Tomo I. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959. P. 48.

<sup>115</sup> Cassiano Nunes, desenvolve de forma mais aprofundada motivos que levariam Monteiro Lobato ao ingresso no curso de Direito. Desde o fato de ter se tornado órfão – motivo pelo qual faz com que Lobato fique em um internato -, ao incentivo do avô que não concordava com uma carreira tão pouco usual como a de pintor – Segundo Nunes, Lobato tinha interesse em estudar na Escola de Belas Artes para ser pintor. Ver: NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato: o editor do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. No site do projeto *Monteiro Lobato e outros modernismos brasileiros*, organizado pela professora Marisa Lajolo, podemos ver algumas pinturas de Lobato: [http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/pinturas\\_desenhos/pinturas\\_desenhos13.html](http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/pinturas_desenhos/pinturas_desenhos13.html) (Acessado pela última vez em 07/12/14).

residência que Lobato e Godofredo Rangel dividiam. Neste período, Lobato continuaria a contribuir com publicações em jornais, agora no **Onze de Agosto** e na **Arcádia Acadêmica**. Neste período, junto aos seus colegas estudantes, acabaram formando um grupo literário e juntos fundaram um jornal, **Minarete**, no qual Lobato publicou seus primeiros contos e crônicas durante cinco anos.

Neste período, Monteiro Lobato inicia seus primeiros contatos com a cultura alemã, através da leitura do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, com o qual mostra-se entusiasmado nas suas cartas.

“Nietzsche para mim é o caos onde fervilham as moneras da idade nova, o que historicamente virá suceder à idade judeu-cristã, e um caos não é sucepível de caber num molde antigo, de ser estudado com aparelhos antigos, visto e compreendido com olhos e cérebros antigos.”<sup>116</sup>

Segundo Edgard Cavalheiro, o conselho de Nietzsche “Queres seguir-me, segue-te!” representava para Lobato a “liberdade moral e mental”, liberdade que ele empregaria na trajetória pessoal e na sua obra, por isso considero significativa a influência do filósofo sobre o autor, pois a filosofia nietzchiana desperta-lhe o valor da individualidade do homem.

Em carta para Godofredo Rangel - a quem Lobato estimula tornar leitor assíduo de Nietzsche - afirma, “Nunca fiz na vida outra coisa senão, em tudo trilhar o conselho nietzschiano, indiferente a censuras ou aplausos ou a interesses (...) Jamais escrevi ou afirmei coisa de que não tivesses convencido”.<sup>117</sup> A leitura de Nietzsche, também pode ter influenciado nas suas escolhas de trabalhar com livros escritos, originalmente, na língua alemã (embora Lobato os lesse a partir de traduções francesas, já que, este não era versado em alemão), como o *Aventuras do Barão de Münchhausen* (1924), *Contos de Grimm* (1932), e o próprio Hans Staden.

Já bacharel, em 1904, Lobato retorna à Taubaté e, graças à influência do avô Visconde e ao relacionamento da família com Washington Luís (então secretário do Estado), torna-se promotor em uma das “cidades mortas”<sup>118</sup>, Areias. A sua experiência enquanto promotor lhe renderá algumas críticas e reflexões que

<sup>116</sup> Carta à Albino Camargo, filósofo do grupo dos amigos da faculdade de direito. Provavelmente de 1905. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 78-79.

<sup>117</sup> LOBATO, Monteiro. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1959. P. 224.

<sup>118</sup> No livro *Cidades Mortas*, Monteiro Lobato traduz a sua preocupação com a decadência da cidade de Areias. Como a miséria dos “velhos mestiços corroídos pelo álcool e verminose” e a “mentalidade parasitária dos homens de espírito bacharelesco”.

aparecerão em livros, posteriormente, por exemplo, a “consciência de atraso”, a “miséria”, a baixa produtividade e a industrialização do Brasil, que para o autor são reflexos dos processos burocráticos e dos burocratas. Os “parasitas sociais”, segundo Lobato, se “acostavam ao Estado (...) e mamavam a vida inteira o sangue-dinheiro elaborado pelas classes produtoras”.<sup>119</sup> O que prejudicava, e muito, o desenvolvimento (progresso) do país, já que, a burocracia avançava e “já devorou todo o Norte, está ocupando a cidade do Rio de Janeiro e tende a descer para o Sul”.

120

Com o falecimento do avô em 1911, ele herda a fazenda de Buquira, grande propriedade, porém decadente, pois pouco produzia. No intuito de reerguê-la, Lobato deixa o cargo de promotor em Areias e estabelece-se na fazenda, permitindo-o voltar a investir na escrita e na produção literária, porém, logo pode-se ver um desequilíbrio de propósitos, pois, como retrata Edgar Cavalheiro<sup>121</sup>, cada vez mais Lobato voltar-se-ia para os negócios literários e não para os da fazenda, pois, a partir da sua experiência enquanto proprietário de terras e produtor, Lobato “começou mais prestar atenção aos caipiras e pôde criar o tipo que o consagraria definitivamente na literatura: o Jeca Tatu”.<sup>122</sup>

Jeca Tatu, seria o incentivo principal para que Lobato buscasse, através da escrita, expor seus ideais, realizar críticas ao Estado, aos políticos, aos literatos, ao mercado livreiro, e manifestar suas propostas de desenvolvimento para a educação, o acesso do público aos livros, a economia. Digo incentivo, pois, desde os tempos de estudante universitário, contribuindo para jornais e junto aos colegas, fundando o **Minarete**, Lobato sempre procurou expressar-se através da escrita, fosse em jornais ou cartas. Em carta a Heitor, seu cunhado, datada de 1909, Lobato já expressava sua vontade de deixar o cargo de promotor em Areias e seu intuito de voltar para o centro da cidade de São Paulo e investir na literatura.

<sup>119</sup> LOBATO, Monteiro. “Dezessete milhões de opilados”. In: *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1948. P. 232.

<sup>120</sup> LOBATO, Monteiro. “*Mr. Slang e o Brasil*”. p. 61-62.

<sup>121</sup> “O que é literatura está escrito em letra caprichadíssima. Os negócios, porém, numa garatuja sempre apressada, quase ilegível. (...). Nisto chega o administrador, com informações ou em busca de instruções. Meio irritado com a interrupção, o literato veste a máscara de fazendeiro, ouve os relatórios, dá as ordens necessárias, toma apressadamente notas dos dados principais na caderneta, e é com um suspiro alívio que vê o auxiliar afastar-se, retornando, então, ao devaneio interrompido” CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato: Vida e obra*. V. 1. São Paulo: Ed. Nacional, 1955. P. 152.

<sup>122</sup> CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do pica-pau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. P. 11.

“É pena que a literatura não seja mercadoria aqui entre nós, porque nós que não sabemos cavar com a enxada, nem temos balcão, vemos a única produção de que somos capazes, dar menos resultado pecuniário do que o arroz, o milho, o toucinho. Ando inteirado desta vida e qualquer dia – já disse à Purezinha [Então esposa de Lobato] – dou uma bananada ao bacharelato, outra ao Luís (Wash.) e vou abrir uma venda num desses lugares novos da Noroeste. (...). Para o ano voltarei a S. Paulo para tratar *sériamente* disso. Você querendo associar-se levante o dedo, logo, porque não falta quem queira.”<sup>123</sup>

Em novembro de 1914, em meio ao duplo negócio, Lobato publica *Uma Velha Praga*, carta na qual denunciava a prática das queimadas e que foi dirigida à seção de queixas e reclamações e impressa no jornal **O Estado de São Paulo**. Em meio a Primeira Guerra Mundial, Lobato satirizava uma consternação nacional com a guerra e a indiferença dos europeus com os problemas brasileiros. “Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos vons alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros”<sup>124</sup>. Devido ao sucesso de crítica, a carta foi reproduzida por diversos periódicos pelo país, mas para Lobato, os problemas vividos no interior de São Paulo não eram recentes. Como podemos ver no fragmento abaixo, de uma carta de Lobato à Rangel, o que seria a grande crítica escrita por ele ou, uma obra literária, falava sobre “o caboclo considerado o *mata-pau* da terra”.

“A obra capital da minha literatura [*Velha Praga*], Rangel, o porco macho da ninhada, é ideia muito velha em minha cabeça: o homem visto por um não homem – (...). Livro fragmentário. Impressões. Jactos. Manchas. Notas dum não-homem. (...). Outro feto que sinto no útero é um romance comico onde se desenvolva o quatriênio Hermes, visto por um Zé ninguém que o hermismo plantou num cargo publico – de agente do correio, suponhamos. Outro feto que me dá pontapés é a simbiose do caboclo da serra, o caboclo considerado *mata-pau* da terra: o constritor e parasitário, aliado do sapé e da samambaia; um homem baldio – inadaptável á civilização.”<sup>125</sup>

Um mês após a publicação de *Velha Praga*, é impresso no mesmo jornal um artigo intitulado *Urupês*, onde através da voz de Lobato, segundo Marisa Lajolo, “(...) ressoa toda a insatisfação dos velhos fazendeiros paulistas que, artífices da

<sup>123</sup> Carta à Heitor, de 1909. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. P. 105-106.

<sup>124</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 1948. In: *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 56.

<sup>125</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. p. 366. Podemos ver que a primeira ideia que Monteiro Lobato sugere à Godofredo Rangel, de um bom livro, criticaria a burocracia. Mais tarde, ele escreveria livros como *Cidades Mortas*, onde aparecem tais críticas, como mencionei anteriormente.



república, consideravam-se lesados pela política em vigor”.<sup>126</sup> É a partir da sua experiência como um proprietário de fazenda, lesado pelos grandes administradores, que o autor expõe sua crítica em *Urupês*, como um morador do campo vivendo seus problemas diretamente – como o das queimadas que discute em *Velha Praga*.

Neste artigo, Lobato traça um perfil do que seria o caboclo através do personagem Jeca Tatu<sup>127</sup>, onde a sua visão destoava da tradição literária romântica que apresentava o homem do campo em dimensões épicas. Ou seja, diferente de uma imagem idealizada do campo e de seus habitantes, em que havia a exaltação do homem caboclo através da representação romântica do “orgulho indomável, independência, fidalguia, virilidade heróica, todo o recheio, em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras”<sup>128</sup>, Lobato expõe criticamente, de forma direta, sua visão do personagem caboclo-Jeca como um “bichinho feio, magruço, arisco, desconfiado, sem jeito de gente”<sup>129</sup>, expondo fragilidades e mazelas distantes do personagem apresentado pela visão de literatos românticos como José de Alencar.

“Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Netto. (...). A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E, se por acaso um deles se atreve e faz uma ‘entrada’, a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e ele, por comodidade, entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas côm de jambo, como o Fagundes Varela.”<sup>130</sup>

Embora Lobato já houvesse publicado artigos em jornais na época de estudante, foi com artigos como *A Velha Praga* e *Urupês* que fizeram com que ele se tornasse um escritor conhecido, dado o sucesso das publicações. Ressaltei estes dois artigos pois, a partir destes, Lobato iniciaria sua carreira e afirmaria sua voz dissonante na literatura brasileira, como por exemplo, ao criar um personagem como o Jeca Tatu que propunha uma visão conflitante e oposta à de uma literatura romântica. Provocando inquietações sobre a imagem harmoniosa do campo e dos

<sup>126</sup> LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: a modernidade do contra*. 1985. P. 28.

<sup>127</sup> “(...) , precisando dar nome a um personagem caboclo, logo me veio á tona a figura desajeitada do Jéca – o mais jéca de todos os jécas que tenho visto.”. LOBATO, Monteiro. *Prefácios e Entrevistas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946. P. 181.

<sup>128</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. Pp. 166-167.

<sup>129</sup> LOBATO, Monteiro. *Prefácios e Entrevistas*. P. 181.

<sup>130</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. P. 364.

seus habitantes, trazendo a denúncia das queimadas, a usurpação dos grandes administradores das fazendas, dizendo de forma direta e crua os problemas vivenciados pelos produtores. Com isto, Lobato se destacaria e diferenciaria sua escrita no cenário literário, dado que “(...) perseguia um tipo de linguagem enxuta, repleta de ironia, fina e cortante”.<sup>131</sup>

Ao preocupar-se cada vez mais com os negócios literários, Lobato passa a desfrutar de um prestígio crescente pela forma de sua escrita, e porquanto crescia o interesse e a crítica dos leitores de *Urupês*, “todos foram unânimes em que sou ‘novo de forma’ e uma ‘revelação’.”<sup>132</sup>; passou a escrever no jornal **O Estado de São Paulo**. Entretanto, por outro lado, os negócios da fazenda tornar-se-iam cada vez mais infrutíferos: à perda do seu investimento na modernização da fazenda somaram-se fatores externos, como as restrições de crédito e a instabilidade da economia cafeeira em razão da Primeira Guerra Mundial.

“Vontade de ir a Santos não me falta, mas são tantos os aborrecimentos de maus negócios que não posso pensar em passeios. É trabalhar, trabalhar a ver se me safo do atoleiro. Êste mês tenho que entrar com 2 contos para o Banco Agrícola e perco mais 3 de uma letra que endossei e tenho que pagar. É desastre em cima de desastre. (...). Enfim: maçadas, aborrecimentos, prejuízos, desastres. Não se pode pensar em passeios. Agarro-me ao negócio da venda da fazenda como à salvação – mas todos os negócios esbarram no morro: é muito montanhosa, é o estribilho geral. Paciência. Vou escorando até onde puder.”<sup>133</sup>

Em 1917, Lobato vende a fazenda, muda-se com sua família para São Paulo e passa a dedicar-se integralmente aos negócios literários. Passando a participar, também, do conjunto de colaboradores da **Revista do Brasil**.

“Tentei arrancar de mim o carnegão da literatura. Impossível. Só consegui uma coisa: adiar para depois dos 30 o meu aparecimento. Literatura é cachaça. Vicia. A gente começa com um cálice e acaba pau d’água de cadeia.”<sup>134</sup>

<sup>131</sup>AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 3ª ed. 2001. P. 102.

<sup>132</sup>LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 19.

<sup>133</sup> Carta à “Teca”, irmã de Lobato, de 1915. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 140.

<sup>134</sup>LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. p. 62.

## Revista do Brasil

*Para o diabo o estilo, pois – e toca para a frente.  
A frente agora é a Revista do Brasil.  
Monteiro Lobato.*

A passagem do século XIX para o XX, momento de Proclamação da República e, como consequência, a instauração de uma nova ordem política e simbólica, trouxe consigo, uma nova leitura e uso do conceito de nação pela literatura. Como nos mostra Flora Sussekind no seu artigo, “O escritor como genealogista”, o conceito de nação fora pensado fortemente ainda em meados do século XIX por literatos românticos, como José de Alencar, com o intuito de “abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá”. Onde, a necessidade de formação de um “Brasil-nação” ou de consciência nacional, objetivava contrapor à sucessão de rebeliões provinciais do período regencial e do começo do Segundo Reinado a imagem de um território indiviso e singular.<sup>135</sup> Nas primeiras décadas que seguem à Proclamação, o conceito de nação estaria vinculado à um ideal republicano<sup>136</sup>, que buscava uma homogeneização da cultura e dos valores, a fim de formar uma nação uníssona. Esta unidade seria constituída, através do progresso e modernização do país, onde a literatura funcionaria como um veículo de tais ideais.<sup>137</sup>

O campo literário modificava-se e gradativamente ganhava espaço nas discussões políticas e sociais, acerca da conformação de uma nacionalidade. A partir disto, propunha discussões sobre o papel/função desempenhado pela literatura, como veículo de ideais para conformação de uma nação. Assumindo o papel de condutor e educador, a literatura seria vista como um meio fundamental de difusão do conhecimento, como diz Sevckenko:

<sup>135</sup> SUSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro”. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: UNICAMP, 1993. V.3

<sup>136</sup> Trabalhando com o conceito de nação, Hugo Achugar mostra-nos como na América Latina o conceito deve ser visto a partir das considerações da forma do governo (monarquia, império e república) e que este não se desenvolve com a mesma periodicidade e ritmo idêntico em todos os países. Ver: ACHUGAR, Hugo. “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação”. In: *Histórias da literatura: teorias, temas, autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

<sup>137</sup> Leonardo Pereira, mostra como literatos tomavam para si a tarefa de levar as “luzes da arte” para a sociedade brasileira que para Coelho Netto estava desprovida dela. E era a literatura, como defendia Netto, que iria viabilizar uma intervenção social, através do conhecimento e a cultura obtido por ela. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Literatura em movimento”. In: *História em cousas miúdas: capítulos de uma história social*. São Paulo: UNICAMP, 2005.

“Fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente. Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*. Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas, publicistas. Nesse meio e sob essa atmosfera, quem quer que se dispusesse a servir às letras era compelido à atuação cívica já pela dupla imposição do tirocínio e da forma.”<sup>138</sup>

A escrita (literária e jornalística), nos ideais da **Revista do Brasil**, tinha por função a instrução e o condicionamento do público à um “redespertar da consciência nacional”<sup>139</sup>, ou seja, estava atrelado à expectativa do que o Brasil poderia vir a ser, pois, estando num estágio de infância ou num período de formação, o país necessitava de um despertar para vir a se tornar uma nação.

“A Primeira Guerra tornava patente a enorme distância que separava o Brasil dos países industrializados. A condição de *nação fraca* potencializava o temor, sempre latente, de que o país não seria capaz de manter sua independência e unidade diante da pressão das potências imperialistas.”<sup>140</sup>

Combatendo essa condição de “nação fraca”, intelectuais, iriam produzir revistas, jornais, livros que dissessem sobre o Brasil (o Brasil escrito por brasileiros, e não por estrangeiros), que informassem e formassem os cidadãos numa nação. Tendo como discurso legitimador para suas ações, a ideia de que o Brasil estava num estágio de infância, mas que, através da instrução deles, o país iria se transformar numa verdadeira nação. Assim, o “despertar da nação”, viria através do conhecimento dos intelectuais, já que, sendo os portadores do conhecimento, estes seriam capazes de interpretar corretamente o mundo e teriam a vocação para agenciar os negócios públicos. Desta forma, os intelectuais se auto incumbiam da missão de conduzir o Brasil ao progresso e, na conformação deste numa nação. Este

<sup>138</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 287.

<sup>139</sup> LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*. Pp. 35-85. 1999.

<sup>140</sup> *Idem*. P. 40. Combatendo essa condição de “nação fraca”, intelectuais, e dentre eles jornalistas e literatos, iriam produzir revistas, jornais, livros que dissessem sobre o Brasil, que informassem e formassem os cidadãos numa nação. Tendo como discurso legitimador para suas ações a ideia de que o Brasil estava num estágio de infância, mas que através da instrução iria se tornar um país novo e se transformar numa verdadeira nação.

discurso e missão, de caráter iluminista e progressista, estaria sendo afirmado por escritores e editores de revistas, como a **Revista do Brasil**<sup>141</sup>.

Quando do seu lançamento em 1916, a **Revista do Brasil** tinha por diretores Julio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto; a chefia da redação era de Plínio Barreto. E no seu primeiro número, a revista apresentou problemáticas e suas perspectivas e acerca dos problemas do país, numa espécie de manifesto-programa:

“Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que não teve ânimo de romper sozinha para frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade.”<sup>142</sup>

&

“Provocando estudos do passado que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, (...), e estimulando todas as fontes de energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos a profundez e a riqueza de nossos tesouros intelectuais.”<sup>143</sup>

Nesta abertura da revista, também estaria sendo proposto uma busca por uma identidade nacional, que romperia laços com o exterior ou com a cultura europeia. E a leitura de obras estrangeiras, classificadas de estudos do passado, deveria ser usada apenas como fonte de inspiração, a fim de serem questionadas e ultrapassadas pelos escritores. Está escrita, deveria ser feita por brasileiros, de caráter nacional, corrigindo os erros cometidos pela literatura estrangeira, que dizia sobre o Brasil, o que carrega certa semelhança com uma ação anterior: como vimos, um dos objetivos na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, também, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi a realização de pesquisas e produção de trabalhos que combatessem os erros da “opinião preconcebida” dos estrangeiros (Tristão Araripe defendia a escrita de trabalhos que exaltasse o Brasil republicano, independente, em contraposição, a uma história do Brasil Imperial, portuguesa). Alguns dos integrantes do IHGB, como Afonso de Taunay, fazia parte do corpo de colaboradores da **Revista do Brasil**.

<sup>141</sup> LUCA, Tania Regina de. “A Revista do Brasil (1916-1925) na história da imprensa”. *Travessia – Revista de Literatura*. n. 32, 1996, pp. 94-123.

<sup>142</sup> *RBR*, v.1, n. 1, p. 1-5, jan. 1916. In: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil*. P. 46. 1999. Grifo meu.

<sup>143</sup> *Idem*, P. 47.

A **Revista do Brasil**, apresentava-se como modernista e nacionalista, científica e literária, teria por objetivo, assim, contribuir ao despertar da consciência do novo público leitor, o que se daria sobretudo com a criação de uma produção própria a partir do abandono das representações produzidas pelos estrangeiros:

“Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império, quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política ao menos moral, do estrangeiro. Pensamos pela cabeça do estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo coletivo, calamos, em nossa pátria, muitas vezes, dentro de nossos lares, a língua materna para falar a língua do estrangeiro!”<sup>144</sup>

Era consideravelmente ampla a gama de assuntos tratados pela revista, seus editores davam destaque para notícias da Liga de Defesa Nacional<sup>145</sup>, defendiam a imposição de uma língua própria, discutiam sobre a “qualidade” étnica do povo brasileiro e questões sobre o higienismo; segundo Tania de Luca, eram tratados desde assuntos humorísticos até os científicos. Amplo e diversificado também era o quadro de colaboradores da revista, assim como as correntes ideológicas e posturas estéticas: Rui Barbosa, escritores pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como Taunay, Roquette Pinto e Hélio Lobo; Oliveira Viana, Pedro Lessa, Belisário Pena, representantes da tradicional Academia Brasileira de Letras como Oliveira Lima e Mario de Alencar; Oswald de Andrade; Olavo Bilac, e o colaborador com maior número de publicações, Monteiro Lobato.<sup>146</sup>

A partir da publicação de *Uma Velha Praga e Urupês*, Monteiro Lobato entraria cada vez mais nos círculos literários, participando através de seus artigos da discussão de questões e problemáticas acerca da construção de uma consciência nacional, em diálogo com as propostas defendidas pelos fundadores da **Revista do Brasil**. Um ano após a fundação da revista, Lobato reclama com Godofredo Rangel que alguns dos artigos publicados estavam exaltando as “coisas exóticas” ou

<sup>144</sup> *RBR*, v.1, n. 1, p. 2, jan. 1916. In: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil*. P. 35. 1999.

<sup>145</sup> A “Liga de defesa nacional”, foi criada em 1916 no Rio de Janeiro, por: Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Os criadores da Liga propunham: o estímulo ao patriotismo; a propagação da educação primária, profissional, militar e cívica; a defesa do trabalho, da paz e liberdade. Monteiro Lobato, não figura nos documentos da formação da Liga, entretanto, há uma relação de semelhança nos ideais de ambos, especialmente no que diz respeito ao nacionalismo.

<sup>146</sup> Como Tania R. de Luca nos apresenta num levantamento do número de trabalhos publicados – retirando as transcrições – pelos colaboradores da *Revista do Brasil*, e Monteiro Lobato é o que mais produziu com 40 artigos publicados. Segue o levantamento onde, após Lobato, aparece Arthur Motta com 25; Amadeu Amaral e Mário de Andrade com 13. Ver mais: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil*. 1999. P. 54.

estrangeiras, o que era o oposto do a revista se propunha inicialmente. O trecho de carta a seguir confirma a aderência de Lobato à proposta nacionalista da **Revista do Brasil**, propondo uma escrita das coisas nacionais pelos colaboradores.

“Anda a nossa gente tão viciada em só dar atenção às coisas exóticas, que mesmo uma ‘Revista do Brasil’ vira logo revista de Paris ou da China. Nascida para espelho de coisas desta terra, insensivelmente vai refletindo só coisas de fora. Estou me preparando para um ensaio sobre lendas e mitos, e um dia te mandarei o programa para que colabores.”<sup>147</sup>

Em algumas correspondências com Rangel, Lobato afirmava sua concordância com os ideais da **Revista do Brasil** (“a frente agora é a *Revista do Brasil*”), e incentivava Rangel a escrever e publicar na revista, vendo-a como um espaço profícuo para exporem suas opiniões e críticas: “A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomatica. Razão para aderirmos”.<sup>148</sup>

“Já viste a Revista do Brasil? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo *Estado*, é a única nesse gênero em todo o país – e é *nossa*. Já no segundo numero devo ocupar-lhe dez paginas com um conto de monjolos e monjoleiros, coisa muito buquirana, daqui – *Chóó-pan*. Vou acampar na revista e ficar lá à tua espera, (...)”<sup>149</sup>

&

“Acabo de receber carta da *Revista do Brasil*, anunciando que figurarei nos números de novembro, dezembro e janeiro. Isto é sintoma de que minha cotação cresce. Em S. Paulo conversarei com eles sobre os teus contos e os convencerei de que és um gênio ainda maior que eu!”<sup>150</sup>

Em algumas cartas, Lobato expressa a Rangel uma insatisfação com **O Estado de São Paulo**, pois, “O *estado* é cauteloso. Poda-me os mais atrevidos e, portanto, melhores, baixa o tom das minhas violências”. E, embora a **Revista do Brasil** tivesse a colaboração e a influência de colaboradores do **Estado** (como Nereu Rangel Pestana e Pinheiro Júnior), Lobato a via como um espaço em que poderia escrever com maior liberdade, e liberdade era essencial para a produção literária, na opinião de Lobato.

<sup>147</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 129-130

<sup>148</sup> *Idem*. P. 104-105. Grifo meu.

<sup>149</sup> *Idem*. P. 48-49

<sup>150</sup> *Idem*. p. 120.

“Uma curiosa empresa, o *Estado*. Emite galhos, ou rizomas, como certas gramíneas. Depois corta-os e deixa que os galhos vivam sozinhos. A *Revista do Brasil* é um galho do *Estado* que acabará autônomo.”<sup>151</sup>

A compra da **Revista do Brasil** em maio de 1918 indica, também, a relação que Lobato mantinha com os ideais defendidos e incentivados pela revista: “(...) a transação, que montou em mais de dez mil contos de réis, foi concluída, materializando-se antigo sonho de Lobato”.<sup>152</sup> Avalio tal conexão entre os ideais da revista (no que diz respeito a sua proposta nacionalista) e os de Lobato, na observação de que Plínio Barreto e Júlio de Mesquita continuam como colaboradores importantes e no fato de que o presidente da revista, Ricardo Severo, assegurava aos leitores da **Revista do Brasil** que “Monteiro Lobato será um continuador leal, com fé e entusiasmo, tomando o encargo com a obstinação quixotesca de prosseguir um ideal, assim como nós outros”.<sup>153</sup>

A entrada de Monteiro Lobato para a **Revista do Brasil** e, depois, sua compra, são momentos na carreira do literato que atraem minha atenção, pois, acredito que a partir destas ações podemos ver um maior envolvimento de Lobato com questões nacionalistas, e modernistas. A compra do periódico fazia parte das intenções de Lobato, da sua sensibilidade como empresário e para atender a outros objetivos maiores, que identifiquei como parte de um projeto particular, como por exemplo, tornar os livros acessíveis a todos e, assim, através da literatura “erguer o nível mental” da nação – o que também ia ao encontro com ideais dos fundadores da **Revista do Brasil**.

“Não há cultura possível sem livro e livro barato, livro que penetre nas massas populares e lhes erga o nível mental. Que nos vale ter picos como Rui Barbosa, se a planície apresenta um dos mais baixos níveis culturais do mundo?”<sup>154</sup>

A campanha pró-higienismo desenvolvida no Brasil, principalmente nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo com a epidemia da gripe espanhola<sup>155</sup> em 1918, refletia o discurso da busca pelo progresso, modernização e

<sup>151</sup> *Idem*. p. 68.

<sup>152</sup> LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*. 1999. P. 61.

<sup>153</sup> In: AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001. P. 120.

<sup>154</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 193-194.

<sup>155</sup> O historiador Iranilson Buriti trabalha com o acontecimento da gripe espanhola e a criação da vacina, vendo esta como um símbolo do progresso e da modernidade. Ver mais: OLIVEIRA, Iranilson Buriti. “*Fora da higiene não há salvação*”: a disciplinarização do corpo pelo



desenvolvimento do país. A participação de Lobato nesta campanha refletiu no seu trabalho e no seu personagem Jeca Tatu. Quando da criação de Jeca Tatu, a imagem do preguiçoso, do vadio, do bêbado e imprestável estava associada a um determinismo biológico, ou seja, as causas da preguiça e da indolência eram vistas como intrínsecas ao personagem, dado o discurso de imposição biológica peculiar às raças inferiores; a preguiça e a vadiagem como doença.

“Farto ando da roça e de me aborrecer diariamente com a maior peste que Deus ou o Diabo botou no mundo para eterno castigo dessa bêsta de carga que é um fazendeiro norte-paulista: o cabloco. Oh! Quadrúmanos! Oh! Quadrúpedes (ainda não me afirmei em que espécie eles residem) vagabundos! Que horror têm eles ao trabalho! Suspiro pelo domínio alemão, conquistando êste país teria o tôpete bastante para revogar a Lei 13 de Maio, pichar a caboclada e pô-la a substituir o negro no eito, sob vistas de truculentos feitores armados de uma máquina de surrar aperfeiçoadíssima, movida a eletricidade.”<sup>156</sup>

Contudo, a partir do desenvolvimento da propaganda higienista e de sua participação nestas campanhas, os problemas de Jeca Tatu passariam a estar atrelados às questões sanitárias e de condições de saúde e, com isto, nas edições subsequentes de *Urupês*, após a primeira de 1914, os problemas de Jeca Tatu não eram mais fruto do subdesenvolvimento das raças inferiores, mas derivavam das questões de saneamento básico. “Virei a casaca. Estou convencido de que o Jeca Tatú é a única coisa que presta neste país”.<sup>157</sup>

“(…), Lobato entrou em contato com um texto que iria influenciá-lo profundamente, levando-o a repensar seus juízos sobre o mundo rural: *Saneamento do Brasil*, de Belisário Pena, obra-chave que encerrava, como escreveria mais tarde, ‘a fase brasileira da mentira sistemática em relação a nossa higidez’ e abria ‘o período fecundo do combate aos males endêmicos’.”<sup>158</sup>

Compreendo tal transformação como um indício da relação entre a literatura e a proposta de nação de Lobato, onde os problemas de Jeca Tatu não eram mais advindos de um determinismo biológico, mas da falta de estruturação da saúde pública, como o saneamento básico e a vacinação da população, que iriam se tornar

---

discurso médico no Brasil Republicano.” In: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v.4, n.7, 2003.

<sup>156</sup> Carta à Heitor, Buquira, 17 de agosto de 1916. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 154.

<sup>157</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 160.

<sup>158</sup> AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 111.

símbolos da modernização e do progresso. Esta mudança na perspectiva de Lobato, nos mostra como as suas ações enquanto literato e editor estavam em diálogo com questões propostas naquele período por outros intelectuais, como Belisário Pena. Intelectuais que, assim como Lobato, idealizavam projetos para a criação, conscientização e desenvolvimento da nação.

No momento em que Monteiro Lobato efetivou a compra da **Revista do Brasil** (através de escritura passada no 1º tabelionato da capital, de Filinto Lopes), esta já transitava entre os círculos dos homens letrados e intelectuais. Embora já tivesse seu reconhecimento no meio letrado, a revista encontrava-se imersa em dívidas e para contornar tal situação, o empresário Lobato (diretor e editor), incentivou a assinatura da revista através da inserção de anúncios, deixando clara sua intenção: “a *Revista do Brasil*, onde estou desenvolvendo furiosamente a propaganda”.<sup>159</sup>

“A *Revista do Brasil* vai bem. Quando me fiquei com ela, entravam em média 12 assinaturas por mês. Hoje entra isso por dia. Nesta primeira quinzena de agosto registrei 150 assinantes novos. Meu processo é obter em cada cidade o endereço das pessoas que lêem e enviar a cada uma o prospecto da revista, com uma carta direta e mais coisas – iscas. (...). Mande-me daí o nome das pessoas alfabetas menos cretinas e merecedoras da honra de ler a nossa revista.”<sup>160</sup>

Comemorando o registro dos assinantes novos, o empresário Lobato aproveitaria o lucro e o prestígio entre os intelectuais, para investir na fundação da sua própria gráfica, realizando de forma mais independente (e lucrativa) a escolha dos autores e livros que seriam publicados.

“Mas a *Revista* é como a égua baía do sitiante...você sabe, o sitiante, quando começa a vida, compra sempre uma égua, porque a égua é mais barata que um cavalo. Mas ele prospera, vai comprando cavalos e outros animais, vai enchendo o pasto – e não tem coragem de dispor da égua baía que vai vivendo uma vidinha boa...”<sup>161</sup>

<sup>159</sup>LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 173.

<sup>160</sup> *Idem*. P. 179-180.

<sup>161</sup> AMARAL, Pedro Ferraz do. “Lobato e Léo Vaz”. *O Estado de São Paulo*, suplemento literário, 12 de agosto de 1967. Acessível no site do acervo do Estado de São Paulo: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670812-28322-nac-0044-lit-6-not>. Léo Vaz foi secretário da redação da **Revista do Brasil**, por indicação de Monteiro Lobato, em 1917. Grifo meu.

Porém, em carta a Heitor, Lobato mostra como ainda havia percalços na visualização do livro como negócio, já que, como aponta Marisa Lajolo e Regina Zilberman, neste momento o mercado editorial ainda era recente no Brasil.

“Estudei o negócio editorial. Uma lástima. Informou-me Jacinto que o usual é darem os editôres 10% sôbre o preço da edição, ou 300, 500, 600\$ pela propriedade dela. Faço envergonhadíssimo uma proposta miserável ao Valdo [Valdomiro Silveira], mais ou menos a que qualquer outro livreiro fará, e você me será portador dela, certo não ter eu tomado o enderêço do V.”<sup>162</sup>

Mesmo diante das dificuldades econômicas do mercado editorial, o empresário Lobato não desistiria de fundar a sua própria gráfica, pois, para além da busca de um crescimento profissional e econômico, suas ações empresariais estavam em sintonia com seus ideais acerca da função da literatura e de um projeto de nação.

“A coisa vai, Rangel. Tenho esperança de que desta brincadeira da *Revista do Brasil* me saía uma boa casa editora. Pena morarmos num país em que o analfabetismo cresce. Cresce com o aumento da população...”<sup>163</sup>

Familiarizado com a dinâmica da imprensa (desde os seus tempos de estudante de direito, mais ainda quando se torna editor e diretor da **Revista do Brasil**), com o processo na compra e venda de jornais, Lobato compreende as dificuldades do mercado livresco, mostrando como empecilho para o desenvolvimento do mercado o alto valor cobrado pelo papel e, como Lobato indica acima, o crescimento do número de analfabetos no país. Contudo, talvez, devido a isto, Lobato ambicionava criar sua própria gráfica, pois seus objetivos não eram apenas o “livro como objeto de lucro”, mas torná-lo um material que pudesse ser acessível a todos, tanto em questão de preço, circulação, e linguagem utilizada.

“A maquina está bem montada – a maquina de gravar gansos ou de obrigar este país a ler à força. O nosso sistema não é esperar que o leitor venha; vamos onde ele está, como o caçador. Perseguiamos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores desta terra. Não nos limitamos às capitais,

<sup>162</sup> Carta à Heitor, Buquira, 1917. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 169. Monteiro Lobato, queria editar uma série de contos caipiras de Valdomiro Silveira. Somente em 1922, esse livro viria à tona, sob o título de *Caboclos*.

<sup>163</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 186.

como os velhos editores. Afundamos por quanta biboca existe.”  
164

Monteiro Lobato, compartilhando dos ideais dos fundadores da **Revista do Brasil**, defendia a instrução obtida através dos livros, produzidos pelos intelectuais, para a criação e desenvolvimento da nação. O livro era o instrumento por excelência para o acesso ao conhecimento e a informação, portanto, este deveria ser acessível a todos os cidadãos. Em carta ao então presidente da república, Washington Luís (amigo da família do literato, que o ajudara a conseguir o cargo de promotor de Areias), Lobato afirmava a importância que deveria ser dada aos livros e pedia a diminuição dos impostos das gráficas para que, assim, as mesmas não viessem a falência e pudessem tornar o livro menos custoso e mais acessível para o público leitor:

“Trata-se duma triste realidade que até hoje não mereceu o menor olhar de simpatia dos nossos homens de govêrno – o livro. V. Exa. sabe que o Brasil vive atolado até às orelhas na ignorância, como sabe só um instrumento existe capaz de contrabater a ignorância – o livro. Mas o livro no Brasil é vítima de uma verdadeira perseguição, dando até a entender que o Estado é contrário à sua expansão e o considera perigoso. Hoje o livro só é acessível às classes ricas, e no andar em que vai, nem a elas, acabando por figurar nas vitrinas das casas de jóias, como objeto de luxo. Mas não há cultura possível sem o livro e livro barato, livro que penetre nas massas populares e lhes erga o nível mental. Que nos vale ter picos como Rui Barbosa, se a planície apresenta um dos mais baixos níveis culturais do mundo?”<sup>165</sup>

Em meados de 1920, Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira fundam a **Monteiro Lobato e Companhia**, formalmente constituída em junho como uma “sociedade de responsabilidade solidária”. Criando uma cadeia de vendedores espalhadas pelo país, entram no mercado livreiro publicando livros numa escala crescente, com 60 mil volumes impressos e com um capital que ascendia a 130 contos, ao término do segundo semestre se 1920. Como forma de realizar o pagamento da compra da gráfica, Lobato realiza uma cota, que consistia na transferência à sociedade das instalações e direito de propriedade sobre a **Revista do Brasil**, com isto, passam a publicar livros nas “edições da Revista do Brasil”.

<sup>164</sup> *Idem*. p. 239.

<sup>165</sup> Carta à Washington Luís, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1926. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 193-194.

Através da experiência enquanto empresário/editor, agora diretor de uma gráfica<sup>166</sup>, Monteiro Lobato obteve uma compreensão maior do mercado livreiro (do que vendia e do que não vendia), percebendo o peso do livro didático na indústria livreira<sup>167</sup>, o que será muito importante para seu investimento na produção e publicação dos contos infantis. Segundo Lajolo, Lobato “ensina a prioridade do didático sobre qualquer outro tipo de impressão, o que se justifica pela certeza de retorno financeiro, garantido pela adoção da obra”.<sup>168</sup> E conforme o próprio empresário afirma ao seu amigo Rangel, “O bom negócio é o didático. Todos os editores começam com a literatura geral e por fim se fecham na didática”.<sup>169</sup>

Além da sua percepção do livro infantil como um bom produto a ser comercializado, Monteiro Lobato demonstra a Rangel a sua preocupação com os livros disponíveis para crianças no Brasil, a partir da sua experiência na educação e instrução dos seus filhos.

“Que é que nossas crianças podem ler? Não vejo nada. Fabulas assim seria um começo da literatura que nos falta. Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com ideia de iniciar a coisa. É de tal pobreza e tao besta a nossa literatura infantil, que nada acho para iniciação dos meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o *Coração* de Amicis – um livro tendente a formar italianinhos...”<sup>170</sup>

O livro *Coração*, de Amicis, ressaltava fortes vínculos com o nacionalismo no período de unificação italiana e, para Lobato, sua leitura não contribuía na instrução e educação das crianças brasileiras. Os livros deveriam instruir moral e civicamente as crianças, de modo que formassem futuros cidadãos, já que, as crianças passam a representar o futuro da nação.

Segundo Manoel Salgado, a constituição da história enquanto disciplina, num corpo de conhecimento, fez com que ela se transformasse neste período numa

<sup>166</sup> “E tenho de trabalhar para pagar juros de uma dívida assim – de dinheiro que não tomei para mim e foi aplicado em ações de nossa companhia, de que eu era apenas um diretor!”. Carta de Lobato à “Teca”, sua irmã, em princípios de 1929. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 189.

<sup>167</sup> Em vista do aumento no investimento pelo Estado na alfabetização das crianças com a obrigatoriedade do ensino, o espaço escolar se torna um lugar favorável para produção de uma literatura infantil. O Estado encomendava grande volume de livros de leitura (considerados paradidáticos) das gráficas, havendo também um aumento no interesse das crianças na leitura de livros infantis (sobretudo a partir da produção de Monteiro Lobato). Ver sobre em: LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil Brasileira*. 1987.

<sup>168</sup> LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 1996. P. 110.

<sup>169</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 260.

<sup>170</sup> *Idem*. Tomo II. P. 104-105.

pedagogia escolar com fins políticos.<sup>171</sup> Dentro deste contexto, Patrícia Hansen trabalha sobre a ideia de pedagogia - recortando as primeiras décadas do século XX -, vinculada à construção de uma política nacional e de uma literatura cívico-pedagógico que iria atender aos objetivos do Estado, tais como, criar o conhecimento, o amor à pátria e, assim, o sentimento de pertencimento à nação. E como destaca Hansen, neste momento a criança foi colocada como “o centro das atenções”<sup>172</sup> por representar o futuro, e nesse futuro um ideal ou projeto de nação estaria configurado, mas para isto, era necessário instruir pedagogicamente as crianças. “Dói-me ter filhos Rangel. Como educá-los, nesta terra? Em que princípios? Que moral ensinar-lhes? Nossa ascensão como povo é ladeira abaixo”.<sup>173</sup> Para que a nação não fosse “ladeira a baixo”, precisava-se instruir e formar moralmente as crianças, para pedagogos e literatos, que auto se encarregavam desta missão.

Decorrente de uma acelerada urbanização que ocorreu em fins do século XIX e início do XX, houve uma diversificação de tipos de materiais publicação como sofisticadas revistas femininas, os romances ligeiros, o material escolar, os livros e até revistas para crianças (como a Tico-Tico), que visavam alcançar um variado público leitor. Concomitante a esta proliferação de materiais variados para a leitura, foi sendo desenvolvido uma valorização da instrução e do espaço escolar, e simultaneamente isto, uma preocupação com um material adequado para educação das crianças. A instrução das crianças, iria ser pensada e constituída por literatos e pedagogos, que buscariam criar livros tais como os ‘livros de leitura’, dirigidas especialmente para elas, com a utilização de uma linguagem que fosse acessível a este tipo de público. Olavo Bilac, seria um dos escritores ativos na criação de uma literatura e pedagogia voltada para crianças, onde ressaltava-se uma natureza realista e exemplar na transmissão de valores morais e cívicos.

<sup>171</sup> GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Escrita da História e ensino de história”. In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009.

<sup>172</sup> “Naquele momento, a criança transformava-se em um ‘ser social’ implicando no não pertencimento do filho apenas aos pais na medida em que passava a ser ‘o futuro da nação e da raça, produtor, reproduzidor, cidadão e soldado do amanhã’ (PERROT, 1999, p. 148.)”. HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. Tese de doutorado em História, USP, 2007. P. 31

<sup>173</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 165

Os “livros de leitura”, podiam ser compostos de lições de geografia, agricultura, história, higiene. E também de “grandes lições”, como a “de civismo, do patriotismo, da brasilidade, sugerida e sublinhada pela alusão a episódios e heróis brasileiros e pela exaltação da natureza”.<sup>174</sup> Alguns exemplos de livros de leitura são os títulos: *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim; *A pátria brasileira* e *Contos pátrios*, de Bilac e Coelho Neto; *Histórias de nossa terra*, de Júlia Lopes de Almeida; e *Minha terra e minha gente*, de Afrânio Peixoto. Tais “livros de leitura” poderiam ser de uso direto das crianças dentro e fora do espaço escolar, como o já citado *Coração*. Ou de uso exclusivo nas escolas, onde os professores orientariam a leitura dos alunos, amenizando a aridez dos conteúdos. No capítulo “Advertência e explicação”, do livro *Através do Brasil*, Bilac e Bonfim sobressaltam:

“(…), o nosso livro de leitura oferece bastantes motivos, ensejos, oportunidades, conveniências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos (...).”<sup>175</sup>

Contudo, o modo como Lobato pensava uma literatura pedagógica se diferenciaria de outros escritores como Olavo Bilac, ao ressaltar o uso de fábulas, mitos, credices populares, elementos de caráter ficcional que na concepção cívico-pedagógica de Bilac eram criticados. Segundo Nelly Novaes Netto:

“De acordo com a orientação materialista/positivista do momento, o mágico ou o maravilhoso estão absolutamente ausentes dessas narrativas. Inclusive, nossas estórias populares ou as folclóricas (...), quando mencionadas, são atribuídas a ignorantes.”<sup>176</sup>

<sup>174</sup> LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil Brasileira: história e histórias*. 3ª edição. São Paulo: Ática. São Paulo: Ed. Ática, 1987. P. 35. Para uma leitura mais aprofundada sobre a criação e usos dos “livros de leitura”, ver: ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para sua história e fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. BITTENCOURT, Circe. *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar*. 1993. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª edição. São Paulo: Editora USP, 2005.

<sup>175</sup> BILAC, Olavo. BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio das Escolas Primárias*. 36ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1948. p. 6-7.

<sup>176</sup> COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil brasileira: séculos XIX e XX*. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 1995. P. 764-766. Apud HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. 2007. P. 15.

Uma das características fundamentais, a meu ver, da escrita diferenciada realizada por Lobato para o público infantil (ainda que vejamos adiante que também o fizera para um público adulto), dava-se pelo o uso/manipulação da linguagem, de forma que instruisse e facilitasse a leitura. Em carta a Rangel em 1916, Lobato propõe uma tradução ou (re) leitura das fábulas de Esopo e La Fontaine, de forma que pudesse simultaneamente ser transmitida de forma oral (as estórias lidas em voz alta) e atentasse à moral ensinada, justo por isso, necessitava “vestir à nacional as velhas fábulas”. Estes elementos (oralidade, moral, nacionalidade) que constituíam a linguagem para Lobato é que modificariam as “velhas fábulas” em estórias que pudessem ser acessadas pelas crianças, de forma a instruir pedagogicamente os futuros cidadãos e futuro da nação.

“Veiu-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fabulas que Purezinha lhes conta. Guardam-nas na memória e vão reconta-las aos amigos – sem, entretanto, prestarem nenhuma atenção á moralidade, como é natural. A moralidade nos fica no subconsciente para ir se revelando mais tarde, á medida que progredimos em compreensão. Ora, um fabulario nosso, com bichos daqui em vez dos exóticos, se for feito com arte e talento dará coisa preciosa. As fabulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato – espinhentas e impenetráveis.”<sup>177</sup>

Assim, Lobato começa a penetrar no universo infantil através de uma linguagem (lobatiana) que comportasse elementos que facilitassem, ensinassem e encantassem ao público infantil através de traduções de fábulas de Esopo e La Fontaine, “Tomei de La Fontaine o enredo e vesti-o à minha moda, ao sabor do meu capricho, crente como sou de que o capricho é o melhor dos figurinos”.<sup>178</sup> Posteriormente, iniciaria a sua produção de livros infantis, publicando em dezembro de 1920, o livro *A menina do narizinho arrebitado*, com capa ilustrada e desenhos coloridos do desenhista Voltolino.

“(…), narrando as peripécias de uma avó, sua neta órfã, Lúcia, e a inseparável boneca de pano, Emília, além da negra tia Anastácia, que ‘moram lá no fundo do grotão, muito sossegadas da vida, sem inquietações nem aborrecimentos.’”<sup>179</sup>

<sup>177</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 104.

<sup>178</sup> *Idem*. Tomo II. P. 193.

<sup>179</sup> AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 157-158.





Figura 18: Capa do livro “A menina do narizinho arrebitado”. LOBATO, Monteiro. *A menina do Narizinho arrebitado*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia, 1920. (capa).

O escritor e jornalista Menotti del Picchia, influente nos meios literários e colega de ofício de Lobato, elogiou *Narizinho Arrebitado* logo após a sua publicação, o que pode ter ajudado na divulgação e credibilidade do livro infantil. Escrevendo uma crítica no jornal **Correio Paulistano**, del Picchia ressaltava a forma e uso da linguagem de Lobato na escrita para o público infantil:

“Senhor de um mágico estilo, feito para deslumbrar adultos, soube – e nisso está o grande elogio da sua obra – criar uma linguagem comovida e simples para, com ela, nivelado em nossos pequerruchos, falar à ingênua imaginação das crianças. Belo presente de Natal de 1920 para esses milhões de serezinhos que ainda acreditam em sortilégios e fadas...”<sup>180</sup>

Rapidamente, *A menina do narizinho arrebitado* obteve sucesso e figurou uma edição de 50 mil exemplares em 1921, que incluíam novas aventuras.<sup>181</sup> Adquiriu a aprovação do governo de São Paulo para circular no espaço escolar, e com isto foi adotado como “livro de leitura” pelo segundo ano das escolas públicas. Conforme escreve para Rangel, “Mando-te o *Narizinho* escolar. Quero tua impressão de professor acostumado a lidar com crianças. Experimente nalgumas, a

<sup>180</sup> DEL PICCHIA, Menotti. “Crônica social: Narizinho Arrebitado”. In: SAKIYAMA, Yoshie (org.). *Menotti del Picchia o gedeutado do modernismo: 1920/22*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. P. 183. Grifo meu.

<sup>181</sup> Monteiro Lobato publicou episódios das aventuras de Narizinho nos meses de janeiro a fevereiro de 1921, na **Revista do Brasil**.

ver se se interessam. Só procuro isso: que interesse ás crianças”.<sup>182</sup> Seu rápido sucesso, sua adoção nas escolas e o grande número de exemplares pedidos, pode ter sido facilitado pela atuação de Washington Luís (governador do estado de São Paulo desde 1920) que, como já vimos, mantinha relações com Lobato.

A partir do sucesso das aventuras de Narizinho no Sítio do Pica-Pau Amarelo e com seu olhar empresarial, Lobato constatou o espaço escolar como uma fonte de rentabilidade. Diante da inadequação do material oferecido para leitura nas escolas, qualificado por Lobato como “um instrumento de torturar as crianças”<sup>183</sup>, houve o investimento na produção de livros que viessem a ser utilizados nas escolas, tais como: *Emília no país da gramática* (1934); *Aritmética da Emília* (1935), *Geografia de Dona Benta* (1935); *Serões de Dona Benta* (1937), com lições de física e astronomia; *História das invenções* (1935), com aulas de ciências; *O poço do Visconde* (1937), ou geologia das crianças; *A reforma da natureza* (1941), sobre ciências naturais.

“O meu *Narizinho*, do qual tirei 50.500 – a maior edição do mundo! – tem que ser metido bucho a dentro do publico, tal qual fazem as mães com óleo de rícino. Elas apertam o nariz da criança e enfiam a droga e a pobre criança ou engole ou morre asfixiada. Gastei 4 contos num anuncio de jornal daqui. (...). O problema agora é vender, fazer com que o publico absorva a torrente de narizes.”<sup>184</sup>

Apesar do pedido ao governador de São Paulo - Washington Luís - para diminuição dos impostos sobre as gráficas, do seu investimento na produção e publicação em livros de literatura infantil, como também “furiosamente em propaganda”, a gráfica de Lobato e Octalles Ferreira (nesta época, **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**) viria a falência.<sup>185</sup>

“A vendagem dos livros tem caído; todos os livreiros se queixam – mas o público tem razão. Cambio infame, aperto geral, vida

<sup>182</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 228.

<sup>183</sup> *Idem*. P. 321.

<sup>184</sup> *Idem*. p. 230.

<sup>185</sup> Monteiro Lobato e Octalles Ferreira mudam o nome para da empresa para “Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato”, em 1924, após a sua mudança para a rua Brigadeiro Machado, no Brás. Montando o maior parque gráfico da América Latina, em um prédio com 5 mil metros quadrados. Neste momento, houve a entrada de novos acionistas, “a nata da classe dirigente paulistana”, como Macedo Soares, Paulo Prado e Heitor de Moraes. A entrada destes acionistas contribuía para o refreamento do risco de falência da editora, mas para Lobato esta ampliação não era tão positiva, pois influenciava na sua liberdade de ação dentro da editora. Ver: AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. Pp. 130-149.

cara. Não há sobras nos orçamentos para a compra dessa absoluta inutilidade chamada 'livro'. *Primo vivere.*"<sup>186</sup>



Figura 19: Propaganda do jornal Gazeta do Commercio. Gazeta do Commercio. nº 207. Mato Grosso: 15 de fevereiro de 1925.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=715751&PagFis=26>

A falência se dera em função, sobretudo, das revoltas tenentistas, que desorganizaram a vida paulista e fizeram com que a editora ficasse paralisada por dois meses, mas não apenas: a repressão do governo de Arthur Bernardes, a prisão de Macedo Soares, então presidente da editora, também contribuíram para o fechamento da empresa.

“Falam de mim? Que estou rico? Melhor. Prefiro isso aos comentários compungidos: - ‘Coitado! Está numa miséria negra!’ Quando te falarem que fali uns 2.000 contos diga no ouvido do novidadeiro. Suba! Três mil e duzentos! Fora os bicos. Assim crescerei eu em consideração social e você, e Heitor também, porque ser irmã e cunhado de 3.200 contos não é brincadeira.”<sup>187</sup>

Todavia, o empresário das letras, novamente junto a Octalles Ferreira, fundaria uma nova gráfica, a **Companhia Editora Nacional**, em vista de que

<sup>186</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 260.

<sup>187</sup> Carta de Lobato para sua irmã, “Teca”, em: LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. P. 185.

“havemos de provar aos povos que somos inderrotáveis”.<sup>188</sup> A meu ver, a fundação de uma gráfica significava, na verdade, um espaço em que Lobato poderia movimentar-se, agir, manipular de forma mais independente para atingir seus objetivos: tornar o livro uma fonte de lucro, para os editores e escritores; e torná-lo mais acessível. Já que, o livro seria o instrumento que iria formar e conduzir os cidadãos (desde que produzido por brasileiros, e que exaltasse a cultura e os valores nacionais) à formação da nação. A gráfica, era um espaço de atuação e dinâmica a partir do qual Lobato articulava seu lado de produtor (escrevendo e publicando livros, e livros infantis) e de mediador de bens culturais.

### Produtor e mediador

“Jamais consegui que uma editôra editasse alguém – nem a mim mesmo, pois quando quis editar-me criei uma editôra.”

Monteiro Lobato. *Cartas escolhidas*.

Selecionei alguns dos pontos da trajetória de Monteiro Lobato que destacassem dois dos espaços de ação que considero principais para minha análise das edições de Hans Staden, o literário e o editorial.<sup>189</sup> A meu ver, estes dois lugares de atuação ocupam um mesmo núcleo que lida com o que é produzido através da escrita e, desta forma, estão em diálogo. Contudo, e muito importante, a literatura e o mercado editorial, emanavam lugares sociais distintos, como define Lajolo e Zilberman, “não se confundem, posto sejam intercomunicantes”.<sup>190</sup> Lobato lidava com estes dois espaços distintos e intercomunicantes, fazendo-se como literato, crítico e escritor de artigos e contos para revistas, jornais e livros, ao mesmo tempo em que se fazia como o editor, empresário, proprietário de uma gráfica-editora, dizendo o que deveria e o que não deveria ser publicado: “Preciso dum romance

<sup>188</sup> Carta à Heitor, Rio de Janeiro, 24 de março de 1926. *Idem*. p. 191.

<sup>189</sup> Estou aqui voltando-me para as produções literárias de Monteiro Lobato, sobretudo, que foram publicadas como livros. Há ainda que levar em consideração, outros espaços de atuação de Lobato como escritor para jornais e revistas, onde a dinâmica e alcance de público eram diferenciadas. Embora, muitos dos livros de Lobato sejam constituídos por contos publicados em diversos jornais e revistas. Sugiro capítulo “Sapo de redação” em: AZEVEDO, Carmem L.; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. Para uma leitura mais minuciosa: LEITE, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

<sup>190</sup> LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 1996. P. 87.

para rodapé. Manda-me um daqueles ‘números’. Sou hoje um dos que decidem do destino das coisas literárias do país. Curioso, hein”?<sup>191</sup> Não apenas tinha controle do que era e não era publicado, enquanto editor, Lobato estava atento a escolhas que facilitavam a venda dos livros (capa, título, formato, número de páginas); conforme afirma para Rangel: “Editar é fazer psicologia comercial”.

Quando analisamos as ações de literatos no século XX, vemos que Lobato além de produtor de bens culturais (fosse escrevendo ou editando livros de outros escritores), fazia com que estes bens circulassem. Através de articulações entre o bem cultural (livro, jornal, artigo, coleção), as redes de distribuição e a sociedade, Lobato exercia um papel de mediador, interligando e conectando distintos espaços pelos quais transitava. Nesse processo, o mediador cultural acabava por criar novos valores e condutas<sup>192</sup>; para François Sirinelli, os intelectuais que atuavam como mediadores culturais, influenciavam a vida e a cultura da sociedade.<sup>193</sup> Editando o *Vida Ociosa* do seu amigo Godofredo Rangel, o Lobato empresário e mediador, aconselhava:

“Parece-me aconselhável trocar a simples enumeração dos capítulos, coisa anti-comercial, pela denominação dos capítulos, coisa comercialíssima. Acho horrivelmente arido um romance de capítulos numerados. E é fértil o em que cada capítulo tem um título tentador. (...). Tudo o que predispõe bem o público leitor e comprador é agradável a Deus. se queres, eu mesmo batizo os capítulos (...).”<sup>194</sup>

Como mediador cultural, Lobato inovou os processos de vendagem. Quando compra a **Revista do Brasil**, “desenvolve furiosamente a propaganda”; quando publica *A menina do narizinho arrebitado*, o empresário distribui gratuitamente 500 exemplares para as escolas públicas; reescreve o personagem caboclo personificado pelo Jeca Tatu, a partir da sua participação em movimentos higienistas, “A mim me favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado*. Popularizou muito a minha marca ‘Monteiro Lobato’”.<sup>195</sup> A imagem criada por Oswald de Andrade, e pelo próprio Lobato, de “negociante matriculado”, se referia

<sup>191</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 174.

<sup>192</sup> KUSCHNIR, Karina. “Mediação, cultura e política”. In: VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina. (orgs). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. P. 158.

<sup>193</sup> SIRINELLI, François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. P. 241.

<sup>194</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 189.

<sup>195</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 173.

às ações empresariais que visavam a expansão do mercado livreiro, identificando o livro como fonte de lucro. Mas, para além da visão do livro como objeto de retorno financeiro, para Lobato, o livro também era um instrumento capaz de informar e formar uma nação. “Todos os nossos passos, pois, devem tender para o enriquecimento. Civilizar-se é enriquecer<sup>196</sup>”. Na verdade, se Oswald de Andrade desqualificava o atendimento de um mercado livreiro, vendo-o como degradação da literatura, acredito que Lobato articulava as duas realidades, pois era através do mercado livreiro – que em si poderia ser visto como incremento à economia nacional – que se consolidaria uma cultura capaz de transformar o país na nação almejada.

Em tal perspectiva era primordial que no Brasil, uma nação ainda em vias de construção, fosse estimulada a criação de trabalhos nacionais, feitos por escritores brasileiros: “Pois não é de entristecer, aqui em S. Paulo, vermos acentuar-se cada vez mais a vitória do estrangeiro? Ontem fui à exposição industrial e saí entenebrecido. Dois expositores brasileiros! Dois só!”<sup>197</sup> E que, por outro lado, fosse facilitado o acesso a deste material ao público, pelo valor (preço), formas de circulação e pelo uso da linguagem.

“O livro sobe; sobem os preços dos livros escolares. A saída diminui. O Brasil convence-se de que há uma conspiração para que êle não aprenda a ler... (...) mas a ignorância nacional crescerá porque o preço do livro aumentará.”<sup>198</sup>

Segundo Kuschnir, a ação do mediador deve ser entendida como um projeto. Acredito que as ações de Lobato, enquanto mediador de bens culturais, procuravam atender a um projeto futuro de configuração de uma nação brasileira, que seria criada pela literatura (intelectuais, que tinham esta missão) e instrumentalizada por livros. No fragmento de carta, abaixo, Lobato pede a Alarico Silveira (amigo dos tempos do **Minarete**) que assessorasse Octalles Ferreira, nos encontros com Viana do Castelo, Ministro do Interior, para venda dos livros da editora.

“Agora o Octalles precisa combinar com o Viana do Castelo alguns pontos relativos à venda da obra, preço, etc., pontos vitais onde, se êle sair derrotado, derrotada estará a nossa insistência

<sup>196</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. p. 206

<sup>197</sup> *Idem*. P. 174.

<sup>198</sup> *Idem*. p. 196.

em ensinar o Brasil a ler e dar-lhe o que ler. (...). Quem faz por um editor faz pela cultura do país, *isn't it?*”<sup>199</sup>

O projeto de nação lobatiano, estava em diálogo com outros intelectuais (jornalistas, literatos, higienistas) e se daria pelas suas ações enquanto literato e, sobretudo, pelas suas ações enquanto mediador cultural: empresário e editor. Assim, o mediador de bens culturais - e no caso de Lobato, enquanto proprietário de editora e diretor de revista - tomava para si a responsabilidade de levar a público bons materiais para leitura, afinal, “Quem faz por um editor faz pela cultura do país”. Segundo Heloísa Pontes, falando sobre o crescimento das editoras no Brasil na década de 20 e 30,

“(...) o editor brasileiro torna-se não só uma figura chave de sua empresa (a sua morte pode, por exemplo, implicar o declínio e até mesmo a falência da editora) como transforma-se numa espécie de “herói cultural”. Posição desfrutada, entre outros, por Monteiro Lobato, Octal- les Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins, sem dúvida, os editores mais importantes que o Brasil possuiu dos anos 20 aos anos 50.”<sup>200</sup>

Lobato, exercia poder e influência na escolha do que deveria ser publicado (valorizando aquele material) ou não, e tinha a capacidade de publicar a si mesmo. Organizando coleções na década de 40 nas quais republicaria seus livros infantis e para adultos, e, no caso das obras infantis, iria introduzi-las em coleções de livros pedagógicos, em parceria com grandes nomes da pedagogia infantil de meados do século XX, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Nesse contexto, a partir destas perspectivas, poderemos compreender o lugar do livro de Hans Staden para Lobato, as (re) significações feitas a este material e o sentido destas (re) significações. O livro já havia sido publicado, por dois lugares distintos (mas ideologicamente, muito próximos) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e traduzido de forma a alcançar objetivos distintos (uma tradução em linguagem vernácula e uma tradução literal). Como veremos, Lobato realizaria uma “ordenação literária”, utilizando-se da tradução de Albert Löfgren, já que, embora apreciasse a língua alemã (Lobato era leitor assíduo de Nietzsche), Lobato não era versado em alemão.

<sup>199</sup> *Idem*. p. 266-267.

<sup>200</sup> PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e coleções brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988. P. 60-61.

Esta “ordenação literária”, tinha por objetivo remodelar a escrita do livro de Hans Staden, afim de torná-la acessível a um número maior de leitores. Diante disto, pergunto-me, o que esta “ordenação literária” significava para Lobato? Quais eram os seus objetivos em realizar esta “ordenação”? Enquanto mediador cultural, (re) significando um livro do século XVI, qual ou quais públicos ele desejava alcançar, instruir e construir no meio social?



### 3 Os Hans Staden de Monteiro Lobato

#### 3.1 Meu captivo entre os selvagens do Brasil

A primeira publicação do livro de Hans Staden, por Monteiro Lobato, foi realizada pela editora **Companhia Editora Nacional**. Para minha análise é de suma importância trabalhar de forma mais aprofundada o lugar social desta editora, pois, um dos seus fundadores e diretores seria Lobato. Como vimos, Lobato tinha uma proposta de ampliação do mercado livreiro e do acesso dos livros à população para além da intenção do “livro como fonte de lucro”. Conforme afirmei, estas ações na trajetória de Lobato, enquanto literato e empresário (mediador cultural), seriam indicações de que o autor propunha uma ideia de “projeto de nação” ou, para conformação e conscientização do país enquanto nação. A fundação da **Companhia Editora Nacional** seria fundamental, a meu ver, nesse projeto, tornando-se importante demarcar melhor qual era esse “projeto de nação” a linguagem de Lobato (em meio a tantos projetos de nação do período, em que estamos tratando). Pois, a partir disto, poderemos problematizar a importância e o lugar do livro de Hans Staden e as (re) significações deste, por Monteiro Lobato.

“Minha ojeriza contra o ‘patriotismo’ e o ‘nacionalismo’ que o Nogueira, o Bilac, o Sura e outros andam a lanças, vem duma coisa orgânica em mim: o ‘Amicus Platus sed magis amica veritas’. Ponho sempre a verdade no topo – e não há verdade possível em nada visto através dos óculos desnaturadores de qualquer apaixonamento – seja patriotismo, nacionalismo, hermismo, civilismo, etc. Tudo isso não passa de políticas partidárias, de que os filósofos naturalmente se afastam.”<sup>201</sup>

&

“O cenário é a mesma mata virgem de hoje, com as mesmas caças, o mesmo gavião-pato, os mesmos espinhos de brejauva. Não conheço *As Minas de Prata* do velho Alencar, mas juro que também lá ele falsifica o homem – embelezando-o. os índios de Alencar no *Guarani* são pescados na *Iliada* de Homero.”<sup>202</sup>

<sup>201</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 80.

<sup>202</sup> *Idem*. p. 75.

Em algumas cartas trocadas com seu amigo Godofredo Rangel, Lobato expressou um certo repúdio às ideias de patriotismo e de nacionalismo, tal como propostas por alguns literatos e jornalistas como Nogueira e Olavo Bilac. Como podemos perceber nos trechos acima, ele critica escritores que descreviam uma pátria e uma nação que, para ele, não condiziam com a realidade brasileira: “Tomei-me de tal engulho pelo naturalismo formalístico, impessoal – pedaços de natureza vistos através dum molde – que o considero máquina de fabricar linguíça”.<sup>203</sup> Para Lobato, o que deveria ser escrito e apresentado para o público leitor era a “verdade”, e não um “apaixonamento”. Esta verdade, acredito, deveria trazer à tona para discussão, os problemas apresentados no país, elemento que era marca de sua escrita desde *Uma Velha Praga e Urupês*. A “verdade” era sua liberdade de expressão, através da exposição dos problemas, de forma crítica, poderia se pensar em propostas que viessem a solucionar os problemas do país: “É a minha musa, a Colera! Todos os meus contos e artigos brotam desse sentimento criador”<sup>204</sup>

Outra crítica de Lobato que pode nos ajudar a elucidar a qual ideia de nação ele se referia trata da ligação feita por alguns jornalistas e literatos entre Portugal e Brasil, apresentados como mãe e filho.

“E aquela baboseira da aproximação de Portugal e Brasil? Ah, eu não tolero essas coisas que não têm nada dentro – e os nossos jornais pelam-se por isso. Sendo lugar comum, patriotismo comum, ideia-mãe, coisa do não-fede-nem-cheira, é com eles.”<sup>205</sup>

A construção da ideia de nação e pátria através de Portugal, como se a cultura portuguesa fosse a matriz da brasileira, não era uma “verdade possível” para Lobato. “A árvore-Brasil ainda não chegou à fase da floração. Ainda é um pé de mamona que nasceu ao léu, no monte do esterco lusitano”.<sup>206</sup> E opondo-se à ligação com Portugal, Lobato defendia a construção de uma literatura que expressasse a cultura e as particularidades do Brasil, singular e independente de Portugal. Defesa que podemos perceber, desde a entrada de Lobato para a **Revista do Brasil**, já que esta revista chamava atenção para uma conscientização da nação, escrita por

---

<sup>203</sup> *Idem.* p. 55.

<sup>204</sup> *Idem.* p. 213.

<sup>205</sup> *Idem.* p. 92.

<sup>206</sup> *Idem.* p. 190.

intelectuais brasileiros e outorgando-lhes direitos para que estes corrigissem os erros cometidos pela literatura estrangeira.

Sua ideia de nação, expressa através do espaço jornalístico e literário, deveria descrever “verdades”, a cultura e a identidade do Brasil sem “apaixonamento”, sem a exaltação de uma matriz portuguesa, da qual o Brasil teria herdado a sua cultura. Para a redefinição do Brasil como uma nação, e não como *Une vaste contrée*<sup>207</sup>, os literatos e jornalistas, deveriam escrever bons artigos, crônicas, publicar bons livros, sem “encher linguiça”.

“Porque isso de encher o mundo de livros é fácil – o difícil é produzir um livro que seja UM LIVRO. Note que não aparece nem um só por ano. Se em algum tempo me sentir capaz de produzir UM LIVRO, então aparecerei. Do contrario seria aumentar com mais uma pedrinha a imensa montanha da Mediocridade.”<sup>208</sup>

A compra da **Revista do Brasil**, a criação de uma gráfica própria, sua atuação para além de literato, enquanto empresário e mediador cultural, são, a meu ver, formas ou espaços através dos quais Lobato podia agir mais livremente, intervindo na sociedade que desejava mudar. Enquanto editor, sua atitude se concentrava na publicação de livros que considerasse bons, inovadores ou que saíssem da “mediocridade” e, sobretudo, que falassem “verdades”. Ou seja, que descrevessem a cultura e a história do Brasil sem a utilização de romantismos.

“Li ontem uma conferência do L. Guimarães Filho, *entitled* ‘Brasil, terra da promessa’ - e me confirmei na teoria do papo. Esse o tem lírico e pelo sucesso que alcançou tal conferência vejo que a mais alta expressão de papo no Brasil é a lírica.”<sup>209</sup>

É a partir deste contexto, de certa ideia de nação e de projeto para consumá-la (promovendo o aumento de produção e acesso do público aos livros) que articulo a iniciativa de Lobato para publicação do livro de Hans Staden.

A publicação do livro de Hans Staden por Monteiro Lobato está atrelada à inauguração da **Companhia Editora Nacional** no mercado livreiro, em 1925<sup>210</sup>.

<sup>207</sup> “Não somos ainda uma nação, uma nacionalidade. As enciclopédias francesas começam o artigo Brasil assim: “Une vaste contrée...” não somos país, somos região”. *Idem.* p. 32

<sup>208</sup> *Idem.* p. 33.

<sup>209</sup> FRAIZ, Priscila. VIANNA, Aurélio. (Orgs.). *Conversa entre amigos: Correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1986. P. 48.

<sup>210</sup> A constituição da Companhia Editora Nacional realiza-se no Rio de Janeiro, sediada na Rua Senador Dantas. Em 1926, a Companhia solicita à Junta Comercial do Estado de São Paulo

Logo após a falência da **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**, o empresário já intencionava fundar uma nova gráfica, novamente com o seu amigo e sócio, Octalles Ferreira. Em carta ao seu amigo Rangel, Lobato afirma que preferia criar uma empresa nova, pequena, com “capital de 50 contos em dinheiro e 2.000 em experiência”. Ao invés de tentar reerguer e retirar da falência a **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**, ele objetivou fundar uma nova gráfica, pois, a sua intenção foi manter a sua liberdade de ação enquanto editor e empresário coisa que, com a entrada de novos sócios na **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**, fora pormenorizado. Assim, enquanto editor e empresário, com a intenção de manter ativa a sua atuação como aquele que selecionava e escolhia os livros (UM LIVRO) a serem editados, realizando a mediação entre os livros e o público leitor, Lobato diz ao seu amigo Rangel que:

“Na nova sociedade ficamos só nós dois – eu e Octalles. Com ela provaremos que somos de sete fôlegos. O que nos fez mal foi a montagem daquela enorme oficina. A nova empresa será só editora – imprimirá em oficinas alheias. A indústria editora é uma e a impressora é outra.”<sup>211</sup>

Embora vejamos em cartas que Monteiro Lobato declarava-se sócio e fundador da nova gráfica, junto a Octalles Ferreira, o nome de Lobato só iria figurar formalmente no conjunto de sócios somente ao final de 1926. A assembleia da constituição da empresa ocorreu em 15 de setembro de 1925, no Rio de Janeiro, “com um capital social de cinquenta contos de réis, dividido em cem ações ao portador e subscritas por nove sócios”.<sup>212</sup> Dentre os nove sócios, encontravam-se Octalles Ferreira e Joaquim Correia os quais detinham vinte ações cada um, e os demais possuíam dez, seis ou quatro; os dois sócios, também eram os diretores da empresa.

Apesar do seu nome não figurar entre os sócios até 1926, sem dúvida, Lobato fora um dos parceiros que agiu desde o início nas decisões do rumo que viria a ser tomado pela empresa, por exemplo, como vimos acima, afirmando que esta seria

---

a abertura de filial na capital paulista, a ser instalada na Rua dos Gusmões. “Em assembleia geral ocorrida no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro daquele mesmo ano, fica aprovada a transferência da matriz para São Paulo e o aumento do capital social para trezentos contos”. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 188.

<sup>211</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 279. Grifo meu.

<sup>212</sup> AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. P. 187.

uma “indústria editora” de pequeno porte e não uma impressora. Afirmado a gráfica como uma “indústria editora”, acredito que Lobato ressaltava a sua posição de mediador cultural, escolhendo quais livros seriam editados e publicados, e sua primeira escolha fora o livro de Hans Staden. A inauguração de uma empresa nova, logo após a falência da **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**; a manutenção da aliança de Monteiro Lobato com Octalles Ferreira; a sua liberdade de escolha dos livros a serem publicados, sendo o de Hans Staden o primeiro; reforçam, a meu ver, a atuação de Lobato como um dos principais criadores e sócios da **Companhia**, afirmando à Rangel:

“A nova Companhia Editora Nacional vai prosseguir na obra partindo do ponto em que a outra estava no momento do tombo. Com a diferença que o negócio agora é só nosso – meu e do velho companheiro – não há acionistas nem capitalistas estranhos. É um barquinho pequeno, mas com apenas ele e eu no comando, sem o amarramento que há nas empresas em que os diretores têm que dar contas aos acionistas.”<sup>213</sup>

Estando à frente, junto com Octalles Ferreira, na organização e ações da nova empresa, Lobato confia a Rangel: “A nova companhia está fundada e com todas as rodas girando. Eu e Octalles, só. Primeiro livro dado: o meu *Hans Staden*”.<sup>214</sup> Esta afirmação da sua escolha de Hans Staden como primeiro livro a ser publicado fez com que eu levantasse algumas questões: Mas porque a escolha de Hans Staden? Um livro que, como vimos no capítulo anterior, já havia sido traduzido por instituições reconhecidas como científicas? Porque o esforço de traduzir e publicar um livro escrito no século XVI, que tratava do período de colonização do Brasil, das relações entre indígenas e não-indígenas e relatava sobre os rituais de antropofagia?

Em cartas, vemos que Lobato lia livros da literatura francesa e alemã (principalmente Nietzsche) desde os tempos em que era estudante de direito. A partir da sua entrada para **Revista do Brasil**, questionando o “patriotismo fardado” de Nogueira e Bilac, Lobato conta para Rangel que estava voltando-se para

<sup>213</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 281.

<sup>214</sup> *Idem*. P. 282. Segundo Ephraim Beda, enquanto Hans Staden (*Meu prisioneiro entre os selvagens do Brasil*) era publicado, a Companhia Editora Nacional ainda se estruturava, com a compra dos antigos estoques e títulos da falida **Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato**, o que se consolidou em 1926. Ver: BEDA, Ephraim de Figueredo. *Octalles Marcondes Ferreira: formação e atuação do editor*. São Paulo: ECA/USP, 1987. (Dissertação de mestrado).

literatura brasileira, mais precisamente, Machado de Assis, Lima Barreto e Camilo Castelo Branco. E afirma: “Agora que ando com o espírito voltado para as coisas nossas, envergonho-me do pouco que possuo de obras nacionais de história. Que desleixo!”.<sup>215</sup> Logo após esta afirmação à Rangel, preocupado com a instrução da cultura e folclore do Brasil, o autor lança um inquérito no “Estadinho” (uma coluna do jornal **O Estado de São Paulo**) no qual perguntava ao público leitor: “Quem era o saci?”. O intuito do inquérito, diz Lobato a Rangel, era o “despertar da consciência adormecida” sobre a arte regional. Mais tarde, as cartas com as respostas dos leitores viriam a compor o livro por ele publicado e intitulado *O inquérito sobre o saci*.

Ao voltar-se para literatura brasileira, podemos destacar alguns pontos levantados e criticados pelo literato: muitos dos livros escritos “enchiam língua”; havia um discurso ufanista, que desviava o leitor dos verdadeiros problemas do Brasil; a linguagem ou gramática utilizada não era apropriada – “E entreguei-me a aprender, em vez de gramática, *língua* – lendo os que a têm e ouvindo os que falam expressivamente” -; critica o embelezamento dado aos “índios” pelos romancistas, principalmente José de Alencar; promove o combate aos modismos importados da Europa. Tais críticas, levariam Lobato, a meu ver, a voltar-se cada vez mais para a criação de uma literatura que ensinasse sobre a história do Brasil, instruisse moralmente, e que fosse realizada através de uma linguagem acessível ou facilitadora.

A preocupação de Lobato em criar uma literatura desprendida dos moldes culturais europeus, e que dissesse sobre os problemas e questões sociais do Brasil, podem ter motivado Lobato na sua escolha de publicação do livro de Hans Staden. E, enquanto proprietário de uma gráfica, e uma gráfica de capital pequeno e com poucos sócios, o empresário e editor tinha uma maior liberdade na escolha do que deveria ser publicado. Sendo o livro de Hans Staden já aclamado por um círculo de intelectuais como o primeiro livro a dizer sobre os primórdios e origens do Brasil, sobre a cultura e costumes dos indígenas<sup>216</sup>, para Lobato, de alguma forma, este

<sup>215</sup> *Idem*. P. 75.

<sup>216</sup> O indígena, assim como o saci, era outro “personagem” importante para Lobato para representação e valorização da cultura brasileira. Irei tratar mais da construção de Lobato do “índio” enquanto personagem, no próximo capítulo.

material atendia aos seus interesses e expectativas enquanto literato e editor, ou ainda, enquanto mediador cultural.

Acredito que na visão de Lobato, a publicação do livro de Hans Staden era fundamental para a instrução dos brasileiros acerca da história do Brasil, informando sobre o período da colonização e a etnografia indígena. Transformando-se, por isso, num material essencial para a conformação de uma consciência nacional, adquirida através do conhecimento do próprio país. Recorto uma parte do prefácio, escrito por Lobato, da primeira edição do *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, onde o autor ratifica a sua preocupação o conhecimento da história do Brasil e afirma a importância do relato de Hans Staden.

“Não há documento mais precioso relativo à terra brasileira logo após o descobrimento, e aos usos e costumes dos indígenas do que as memórias de Hans Staden. Foi este alemão capturado pelos tupinambás e viveu entre eles longos meses, sob a ameaça de ser trucidado e devorado. Livrou-se como pôde, conseguindo implantar no animo supersticioso dos índios a crença de que seu Deus o protegia visivelmente. Regressando à pátria, escreveu e publicou a memória das suas viagens e do seu cativo entre os índios – e forneceu assim ao historiador e ao antropólogo futuro um documento verídico que sabe a vida.”<sup>217</sup>

O livro de Hans Staden é publicado pela **Companhia Editora Nacional**, em outubro de 1925, sob o título de *Meu cativo entre os selvagens do Brasil* e com a tiragem de três mil exemplares, um número que pode-se considerar significativo, visto que grandes romancistas deste período como Olavo Bilac, Luís Murat e Guimarães Passos alcançavam entre mil a três mil tiragens<sup>218</sup>. O livro era composto por um prefácio escrito por Lobato, a primeira parte do livro de Hans Staden (parte na qual o viajante relata as suas duas viagens, seu aprisionamento, convívio com os indígenas tupinambás e o seu resgate) e as xilogravuras apresentadas nesta primeira parte do livro. Lobato também utilizou as notas explicativas de Theodoro Sampaio, feitas para a edição de Albert Löfgren. Assim como no formato original livro, produzido por Staden em 1557, Lobato manteve os capítulos curtos, e com títulos que já continham grande parte das informações desenvolvida no texto, o que,

<sup>217</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1925. P. 3.

<sup>218</sup> Marisa Lajolo e Regina Zilberman trabalham sobre o surgimento do leitor e da produção de livros por editoras brasileiras, e como o romance e os livros didáticos eram os gêneros de leitura que mais vendiam. Ver: LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. Pp. 14-117

acredito, pode ter sido visto por Lobato (enquanto editor experiente) como um formato que o público teria mais facilidade para leitura.

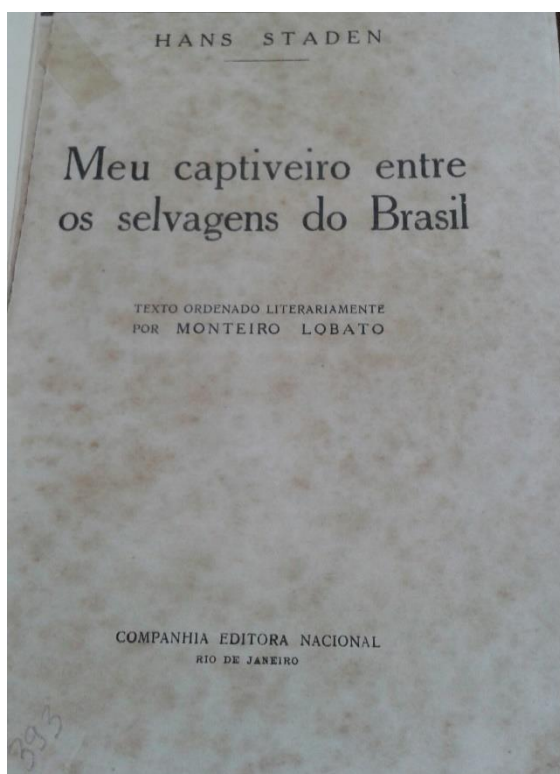


Figura 20: Capa da primeira edição do livro: *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*.

A boa recepção do livro pelo público leitor promoveu a segunda edição em maio de 1926 e a terceira em junho de 1927, todas com a tiragem de três mil exemplares. O sucesso do livro entre o público, desde a sua primeira edição, é registrado em carta a Rangel, datada de janeiro de 1926:

“Mando-te um *Staden*, edição primogênita da nova companhia e, por coincidência, o primeiro livro que se publicou sobre o Brasil. É obra realmente interessante e merecedora do sucesso que tem tido. A edição inicial de 3 mil está no fim. Vamos tirar outra e maior.”<sup>219</sup>

Alguns meses depois, em maio de 1926, Lobato exalta novamente, a Rangel (e pergunta se este recebeu o livro que Lobato enviara para ele), o sucesso que a

<sup>219</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 288. Grifo meu. Também obtive dados do movimento das edições da Companhia Editora Nacional em: ZORZATO, Lucila Bassan. *A cultura alemã na obra infantil Aventuras de Hans Staden, de Monteiro Lobato*. São Paulo: UNICAMP, 2007. (Dissertação de mestrado). Zorzato era membra do grupo de pesquisa, organizado pela professora Marisa Lajolo, “Monteiro Lobato e outros Modernismos Brasileiros”.



publicação do livro de Hans Staden estava obtendo: “A edição do *Hans Staden* (recebeu?) foi um triunfo – 8000 em tres meses – e está entrando nas escolas”.<sup>220</sup>

Na seção “Livros novos”, do jornal **O Estado de São Paulo**, anuncia-se a venda do livro *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*, e o tratamento dado por Monteiro Lobato na tradução para uma linguagem acessível e agradável, ao “primeiro livro a dizer sobre o Brasil” e, assim, significativo para instrução da história do Brasil.

“A Companhia Editora Nacional, (...), continua no seu louvabilíssimo em empreendimento de editar livros sobre o nosso passado colonial. Há pouco tempo editou o livro de Hans Staden “O meu captiveiro entre os selvagens do Brasil”, que alcançou como era de esperar, por ser o primeiro livro que se escreveu sobre as coisas de nossa terra, um êxito completo. (...). A tradução foi ordenada literariamente pelo conhecido escriptor Monteiro Lobato (...). Monteiro Lobato, que é dos grandes literatos nacionaes, vestiu a linguagem dura do viajante com aquelle seu plástico estilo tão apreciado de todos nós.”<sup>221</sup>

Na citação acima, grifei uma passagem na qual o propagandista da seção, “livros novos”, salienta a (re) leitura feita por Monteiro Lobato do livro de Hans Staden: “tradução ordenada literariamente”. Embora apreciase a literatura alemã, Lobato não era versado em alemão, assim, Lobato não realizou uma tradução, literalmente, do livro de Hans Staden. A partir da tradução realizada por Albert Löfgren, Lobato realizou uma “ordenação literária” - designação dada pelo próprio Lobato ao seu trabalho de leitura, seleção e adaptação da linguagem utilizada por Albert Löfgren -, para um público que ele buscou formar: mais amplo e diversificado. No intuito de formar um público leitor que não fosse constituído apenas por leitores especializados na história e geografia do Brasil, Lobato realizou uma leitura do livro, que era distante da escrita e dos propósitos da tradução de Löfgren.

Realizando a mediação entre o livro e o público, acredito que Lobato percebeu, por um lado, enquanto editor e empresário, o valor comercial ou de vendagem que o livro de Hans Staden poderia alcançar no mercado livreiro, relatando a Rangel esse sucesso. Por outro lado, também como mediador, Lobato

<sup>220</sup> *Idem*. p. 291.

<sup>221</sup> “Livros novos”. In: *O Estado de São Paulo*. 9 de julho de 1926. P. 05. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19260709-17299-nac-0005-999-5> not/busca/Monteiro+Lobato

percebeu que, para constituir o público leitor que ele desejava, ou seja, para além da elite científica, era necessário a atribuição de uma “literariedade” ao texto, diferente da “tradução literal” de Löfgren. Gayatri Spivak chama nossa atenção para importância na escolha e uso da linguagem no ato de tradução, dada pelo agente e pelo seu ato interpretativo, onde a linguagem nos permite dar sentido às coisas e a nós mesmos – sendo produtora de identidade.<sup>222</sup>

A tradução ou, como Lobato designa, a atribuição de uma “ordenação literária”, significava a transformação de um texto através do uso de uma linguagem ou gramática que facilitasse a leitura e proporcionasse prazer ao público leitor, infantil ou adulto. Esta prática de (re) escrita realizada por Lobato, conforme elucidei anteriormente, era realizada pelo autor desde a sua tradução das fábulas de Esopo e La Fontaine, na qual o literato desejava tornar o texto escrito acessível e prazeroso para o leitor através do uso/manipulação da linguagem<sup>223</sup>. Conforme instrui Rangel, na tradução dos contos de Jansen Müller:

“Quero a mesma coisa, porém com mais leveza e graça de língua. Creio até que se pode agarrar o Jansen como ‘burro’ e reescrever aquilo em língua desliteraturizada – porque a desgraça da maior parte dos livros é sempre o excesso de ‘literatura’. (...). É só ir eliminando todas as complicações estilísticas do ‘burro’.”<sup>224</sup>

Como podemos ratificar via citação acima, para Lobato a prática de tradução significava a compreensão do texto pelo público, não as formas estilísticas, mas com uma linguagem que pudesse ser acessada e instruir a todos, a toda a nação. Como propõe Adriana Vieira, na sua tese de doutorado, o literato cria uma forma própria de tradução onde este “limpar o texto de tudo aquilo que não era seu ‘modo de escrever’, deixando as palavras em seu estilo, re-escrevendo ou ‘lobatiando’ o texto”<sup>225</sup>. Assim, Lobato cria um ideal de leitura e tradução, que buscava atender aos objetivos próprios do autor e editor, com uma linguagem que pudesse ser acessada por todos, não apenas por uma elite intelectual. Como afirma para Rangel:

<sup>222</sup> GAYATRIC, Spivak. “The politics of translation”. In: *Outside in the Teaching Machine*. New York: Routledge, 1993.

<sup>223</sup> Ao longo da sua trajetória, Lobato verte para língua portuguesa uma grande quantidade de obras, especialmente de literatura inglesa e norte-americana autores como: Kliping, Twain, Defoe, Wells, entre outros. Ver: VIEIRA, Adriana Silene. *Viagens de Gulliver ao Brasil: estudos das adaptações de Gulliver's Travels por Carlos Jansen e por Monteiro Lobato*. Tese de doutorado em letras, UNICAMP, 2004.

<sup>224</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 233.

<sup>225</sup> VIEIRA, Adriana Silene. *Viagens de Gulliver ao Brasil*. p. 119.

“insisto em obter traduções como as entendo. Essas traduções infamérrimas que vejo por aí, não as quero de maneira nenhuma. (...). O realmente bom, é de todas as pátrias e de todos os séculos.”<sup>226</sup>

Como propõe Paul Ricoeur, o ato de tradução pode significar uma “insatisfação no que concerne às traduções existentes”, ou seja, o ato de traduzir não significa, apenas, o sentido de transferência de uma mensagem verbal de uma língua em uma outra, podendo ser também um ato de crítica ou de “propor uma outra que se presume, que se pretende melhor ou diferente”<sup>227</sup>. Lobato criticava traduções que fossem literais, ou seja, para Lobato o ato de traduzir não era transcrever ou transpor um texto de uma linguagem, para outra, pois era necessário conhecer a fundo o livro e interpretá-lo. Conforme instrui sua filha, Ruth Monteiro Lobato, sobre a arte de traduzir:

“Traduzir não é comer empadinha de camarão. Traduzir é transpor um pensamento expresso na língua do autor por meio dum correlativo expresso na língua do tradutor. E para isso a condição básica é que o tradutor maneje a sua língua com a correção e a elegância que a apresentação tipográfica diante do público exige.”<sup>228</sup>

Assim, Lobato afirma, que o tradutor, assim como o escritor, é antes de tudo um leitor. Sua forma de traduzir - “lobatiando” o texto - recortava e selecionava aquilo que, para ele, fizesse sentido para a narrativa e para o público que ele desejava constituir. Através de uma atribuição literária ao texto, uma “ordenação literária”, Lobato manuseava o texto e o (re) significava com e para seus próprios conceitos e objetivos.

Parte dos seus conceitos e objetivos, consistia na sua intenção de criar um público mais amplo (que não fosse especializado em história) e instruir a nação. Lobato afirma no prefácio que a sua atribuição de literariedade ao texto, diferente da tradução de Löfgren, atribuía clareza ao texto ou, o “tempero” inexistente na “tradução literal”:

“Mas esta obra, que devia andar no conhecimento de todos os brasileiros, viveu até hoje restricta aos estudiosos por falta de uma coisa só: ordem literária. Sem este tempero, por mais interessante que seja, não consegue uma obra vulgarizar-se. Com

<sup>226</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. p. 267.

<sup>227</sup> RICOEUR, Paul. “Paradigma da tradução”. In: *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

<sup>228</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. P. 121.

esta edição fazemos uma tentativa neste sentido. Ordenamol-a literariamente, com o mais absoluto respeito ao original, de modo que venha a lucrar em clareza sem prejuízo do carácter documental.”<sup>229</sup>

Esta ordenação era o que qualificava a sua tradução e dava sentido a sua publicação, visto que o livro de Hans Staden já havia sido publicado, duas vezes, e por instituições consagradas no meio científico.

Nesta citação, também podemos verificar a preocupação de Lobato em afirmar a verossimilhança contida no relato de Hans Staden, demonstrando uma ideia de “verdade”, como vimos anteriormente. Para ele, o livro de Hans Staden descrevia de forma verdadeira, sem exageros ou ufanismo, a história e a geografia do Brasil. Como também dizia sobre os indígenas, suas culturas e costumes, como os rituais em que praticavam a antropofagia, distante, assim, das estórias dos romancistas. Lobato deseja chamar a atenção do público leitor, positivando a informações trazidas por Staden, visto que ele “viveu entre eles longos mezes”, sendo testemunha do seu relato.

A atribuição de elementos ao livro de Hans Staden, previamente traduzido para uma outra linguagem por Albert Löfgren, transforma e (re) significa o texto escrito pelo autor alemão no século XVI, sobre o qual é atribuído um outro sentido na forma e objetivo da narrativa. A narrativa das experiências vividas por Staden na América Portuguesa não tinha mais o intuito de ser um atestado sobre a concessão de uma salvação divina, tornando-se informação sobre os primórdios da nação e sobre a culturas indígenas. A atribuição de literariedade intencionava vulgarizar a obra, dado o seu valor documental (histórico e geográfico), onde a tradução de Löfgren era útil ou acessível apenas por leitores instruídos, por um pequeno círculo científico.

Desta forma, nesta relação, novamente o livro seria (re) significado através da linguagem, a fim de atender objetivos e desejos de seus tradutores. E Lobato, enquanto mediador cultural (editor e empresário), conduziu o livro de Staden para um público amplo e diversificado, dada sua importância em sua particular forma de constituir a nação, sendo este o primeiro livro publicado pela sua nova gráfica-editora. Pela mesma editora, realizando a mediação editorial e de linguagem,

---

<sup>229</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 3. Grifo meu.

Lobato (re) traduziria e construiria uma narrativa para um outro público, que ele também buscou formar, o público infantil.

Para composição do espaço social do Sítio do Pica-Pau Amarelo, houve a criação de vários personagens, cada um com as suas particularidades (Rabicó, Visconde de Sabugosa, Tia Anastácia, Emília, etc.) e funções dentro do universo infantil do autor. Monteiro Lobato criou, também, espaços de atuação para esses personagens, como o Reino das Águas Claras, mas, algumas histórias foram protagonizadas por personagens externos como Peter Pan, D. Quixote e Hans Staden.

Diante do sucesso alcançado pelo livro de Hans Staden, fosse pela a sua (re) leitura e atribuição de literariedade, ou pelo seu incentivo propagandista (sem dúvida, o artigo publicado na seção “livros novos” no jornal **Estado de São Paulo**, contribuiu para a venda do *Meu captiveiro*), Lobato empreenderia uma tradução e (re) leitura do livro de Hans Staden para um outro universo, o infantil. O caráter literário atribuído por Lobato, ao livro de Staden, iria ser somado ao uso dos personagens e o espaço (social, imaginário e folclórico) do Sítio do Pica-Pau Amarelo; lugar criado por ele com a finalidade de instruir e formar, moralmente, as crianças, o futuro da nação.

### 3.2 As Aventuras de Hans Staden

Um ano antes da publicação do *Aventuras de Hans Staden*, Lobato escrevia para o seu amigo Godofredo Rangel:

“De escrever para marmanjos já me enjoiei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do *Robinson Crusoe* do Lammert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar.”<sup>230</sup>

Circulando entre o público infantil desde 1920, a partir da publicação e sucesso do livro *A Menina do Narizinho Arrebitado*, Monteiro Lobato construiu uma importância em transformar o livro de Hans Staden em uma linguagem que fosse apropriada ao universo infantil, afirmando seu valor documental e informativo sobre os primórdios da nação. Podemos atestar a importância que Lobato conferiu

<sup>230</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 293.

ao livro de Hans Staden – definindo uma necessidade de levá-lo ao público infantil e colocando-o como mediador cultural (instruindo e formando as crianças, representativas do “futuro da nação”) -, ainda no prefácio da primeira edição do *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*: “É obra que devia entrar nas escolas, pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios”.<sup>231</sup>

Assim, pensando a literatura como um veículo de instrução para as crianças, como Patrícia Hansen observa, a partir da década de 20 muitos literatos e pedagogos (como Anísio Teixeira e Olavo Bilac) idealizaram diversos projetos cívico-pedagógicos através de seu uso, inclusive nas escolas. Ao longo do século XX, foram criados diversos projetos políticos diferentes para atender à instrução das crianças, dessa forma, a própria ideia do pedagógico era (re) significada<sup>232</sup>.

Como vimos, preocupado com questões acerca da nação, Lobato também refletiria sobre uma literatura com viés pedagógico, criando uma linguagem e um universo próprio para dialogar com as crianças. Sendo o livro de Hans Staden o primeiro a dizer sobre o Brasil, informando sobre a história e a etnografia (os indígenas e seus costumes) do Brasil, Lobato realiza uma (re) escrita do livro a partir de uma linguagem pedagógica, onde Dona Benta narra aos seus netos, Pedrinho e Narizinho, as “aventuras” vividas por Hans Staden nas suas viagens ao Brasil.

O termo “aventura”, atribuído ao título da edição infantil, por Lobato, é significativa dado os objetivos que o autor tinha ao adaptá-lo para o público infantil e como esta narrativa seria construída. Como afirma Mônica Pimenta Velloso: “E é problematizando a realidade histórica, transformando-a em aventura, que o autor constrói sua obra. A História se confunde com a história. A realidade histórica é

<sup>231</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 4.

<sup>232</sup> Nas primeiras décadas do século XX, o trabalho de pensar e desenvolver políticas para instrução das crianças era responsabilidade de cada Estado. Neste período desenvolveu-se o projeto de Literatura-cívica empreendida por intelectuais como Coelho Netto e Olavo Bilac, que buscava uma escrita realística, a qual Lobato iria contrapor com a através do uso do elemento ficcional, onde o Sítio do Pica-Pau Amarelo proporcionava um mundo de fantasia e imaginação. Getúlio Vargas, demite todos os funcionários do Estado e cria o Ministério da Educação, tornando as propostas políticas para educação centralizadas. Onde, os livros infantis teriam que passar pela censura do governo. Ver mais em: HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado em História. Ver também: VALE, Nayara Galeno. *Delgado de Carvalho e o ensino de história: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1946)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Dissertação de Mestrado em História.

mero instrumento, matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade”<sup>233</sup>. O objetivo no uso da ideia de “aventura” era mobilizar os leitores pela razão e pela emoção, apropriando-se de um relato do passado, mas tornando-o interessante aos leitores, já que a meta principal era traduzir para uma linguagem acessível pelas crianças.

Como vimos, para Lobato o livro de Hans Staden significava um relato de importante valor documental (“verdade”) histórico e geográfico sobre o Brasil no período de colonização. Para ele, era de suma importância o público leitor brasileiro sem especialização em história ter acesso a este material, como meio de instrução e conscientização de uma ideia de nação, trazida pelo conhecimento do passado do seu país. Este conhecimento, para Lobato, também era importante para conduzir as crianças (e ele enquanto literato, tinha esta missão). Assim, realizou uma adaptação do livro de Hans Staden (a partir da sua edição ordenada literariamente, de 1925) para o universo fantasioso e imaginário com o qual ele dialogava com as crianças desde 1920, o Sítio do Pica Pau Amarelo. O trato que Lobato tinha com a literatura infantil, e que o diferenciava de outros intelectuais que escreviam para crianças, como Olavo Bilac, era combinar a verdade e o maravilhoso (ficcional), o real e o mágico. Como define Thatty Castelo Branco:

“O imaginário, herança universal, faz parte do campo das representações, mas não é uma instância reprodutora ou uma transposição de imagens. Podemos entender o imaginário como mobilizador e evocador de imagens que utiliza o simbólico para exprimir-se e existir. O simbólico, por sua vez, pressupõe a capacidade imaginária. Em outras palavras, o imaginário tem a capacidade de revelar uma imagem e/ou uma relação que não são diretamente dadas pela percepção. Assim, como processo criador, o imaginário transforma e reconstrói o real, isto é, transfigura a representação, a tradução mental da realidade exterior. Embora o reconstrua, o imaginário não implica na negação do real – nem na ausência da razão.”<sup>234</sup>

No prefácio da adaptação infantil, dirigido para as mães e avós, que iriam lê-lo para seus filhos e netos, Lobato afirma a importância do acesso ao livro de Hans Staden, consolidando seu valor documental. Administra, assim, a verossimilhança

<sup>233</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”. 1988. P. 241.

<sup>234</sup> CASTELO BRANCO, Thatty de Aguiar. *O maravilhoso e o fantástico na literatura infantil de Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2007. Dissertação de mestrado. P. 15.

no seu relato, a relação que ele estabelece entre o “real” (o material de Hans Staden) e o imaginário (o espaço fantasioso do Sítio do Pica Pau Amarelo):

“É inestimável o valor das memórias de Hans Staden, o aventureiro alemão que esteve prisioneiro dos tupinambás oito meses durante o ano de 1550.

Representam ellas o melhor documento daquela época quanto aos costumes e mentalidade dos índios.”<sup>235</sup>

Através da oralidade, transportando a narrativa para a terceira pessoa (quando o original de 1557 está na primeira), Dona Benta conta as aventuras de Hans Staden aos seus netos e torna a leitura dinâmica e prazerosa ou, como Lobato escreve a Rangel, um livro com uma linguagem e forma na qual as crianças possam morar. Escreve no prefácio à primeira edição, do *Aventuras de Hans Staden*:

“(...) dona Benta não poderia deixar de contar a historia de Hans Staden aos seus queridos netos - como não poderão as outras avós e mães deixar de repetil-as aos seus netos e filhos. Para facilitar-lhes a tarefa é que damos a publico este apanhado em linguagem bem simples e illustrado por Wiese.”<sup>236</sup>

O livro *Aventuras de Hans Staden: o homem que naufragou nas costas do Brasil em 1549 e esteve oito meses prisioneiro dos índios tupinambás; narradas por Dona Benta aos seus netos Narizinho e Pedrinho e redigidas por Monteiro Lobato* é lançado em 10 de julho 1927, pela editora **Companhia Editora Nacional**, como parte da “Coleção infantil” da editora, com tiragem de seis mil exemplares<sup>237</sup>. Na edição para as crianças, Lobato não utilizou as xilogravuras existentes no livro de Hans Staden, pedindo ao desenhista Kurt Wiese que criasse as ilustrações. Lobato já havia trabalhado com Wiese anteriormente, quando este publicara na **Revista do Brasil** o conto para as crianças “Jeca-Tatuzinho”, e Wiese produz uma série de quadros “muitos expressivos”, sendo “perito em bonecos para crianças.”

238

<sup>235</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. P. 02.

<sup>236</sup> *Ibidem*.

<sup>237</sup> Dados obtidos a partir do movimento das edições da Companhia Editora Nacional.

<sup>238</sup> Resenha de “Jeca -Tatuzinho”, de Monteiro Lobato. In: *Revista do Brasil*, v. 27, n.109, p. 68-69, jan. 1925. *Apud*. ZORZATO, Lucila Bassan. *A cultura alemã na obra infantil Aventuras de Hans Staden, de Monteiro Lobato*. P. 51.



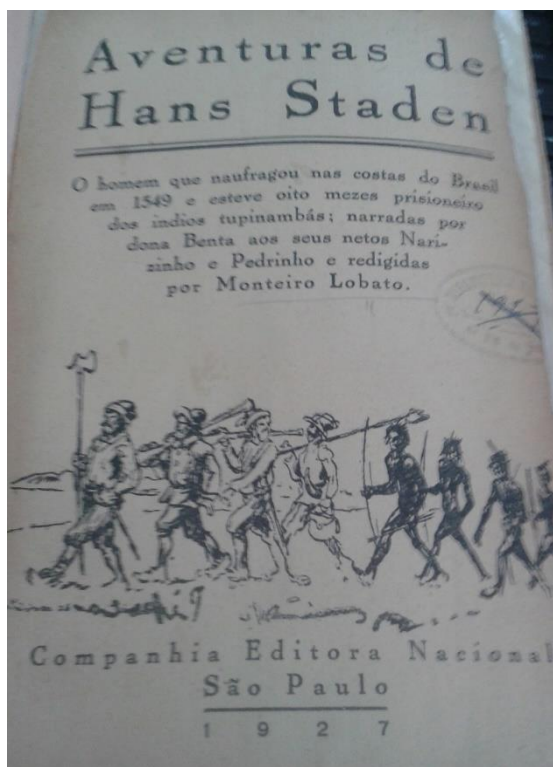


Figura 21: Capa da primeira edição do livro: *Aventuras de Hans Staden*.

No jornal **Correio Paulistano**, na seção “livros novos”, em julho de 1927, era anunciado a venda do livro *Aventuras de Hans Staden*. Na propaganda, vemos a exaltação do valor documental do relato de Hans Staden e como Lobato conseguira extrair e transformar tais informações para uma leitura que fosse agradável e que instrísse as crianças.



Figura 18: Anúncio do livro *Aventuras de Hans Staden*. *Correio Paulistano*. São Paulo: 19 de julho de 1927. P.3.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_07&PagFis=26727&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=26727&Pesq=)

Como indicado no título do livro, Dona Benta narra as histórias, exercendo a função de um “contador de histórias”, função que, talvez, Lobato tenha se inspirado na sua esposa, Purezinha, como relata a Rangel: “Veiu-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fabulas que Purezinha lhes conta. Guardam-nas na memória e vão reconta-las aos amigos (...)”.<sup>239</sup> A proposta de Lobato da difusão da história através da oralidade, também fica visível ainda no prefácio do *Aventuras*, onde, para além de Dona Benta, propõe que “outras avós e mães” não deixem de contar aos seus filhos e netos a “história de Hans Staden”. Através do caráter oral, atribuído à versão infantil, os personagens transmitem as histórias e os conflitos vividos por Hans Staden, além de chamar atenção e envolver o leitor na narrativa.

Nesta nova tradução, a voz do narrador não é mais de Hans Staden, neste caso, é Dona Benta quem conduz e filtra o relato “original”. Assim, com esta forma de (re) tradução, Lobato consegue manusear o relato, transformando-o em uma história a fim de atender os seus objetivos: instruir (historicamente) e educar moralmente as crianças, de forma prazerosa e acessível. Outros personagens, Pedrinho e Narizinho, também são fundamentais para o desenvolvimento da narrativa, trazendo dinamicidade ao diálogo, indagando ou questionando o narrador, Dona Benta. E desta forma, através da fala dos personagens, sobretudo do narrador, Lobato consegue selecionar e recortar as partes do livro de Hans Staden que mais lhe interessam, estabelecendo não apenas um diálogo com o “original”, mas criando a sua própria versão do relato de Staden.

“(…). Em seguida tomou o rumo das costas da Berberia.

- Berberia ou Barbaria, vovó? Perguntou o menino. Não quer dizer terra dos bárbaros?

- Não, meu filho. Quer dizer terra dos berberes, nome genérico dado aos habitantes do norte da Africa.”<sup>240</sup>

&

“Dona Benta prosseguiu:

<sup>239</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 104. Para Adriana Vieira, nas histórias do Sítio do Pica Pau Amarelo, temos Dona Benta e Tia Nastácia no papel de Purezinha, e as crianças e outros personagens do Sítio em posição homóloga a dos filhos de Lobato. VIEIRA, Adriana. “O livro e a leitura nos textos de Lobato”. In: LOPES, Eliane. (Org.) *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>240</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. P. 12.

- A tempestade dispersou as três naus, sendo a em que ia o nosso Hans arrojada para a zona das calmarias.

Três mezes ficou parada em pleno oceano!

O vento só reapareceu em Setembro, e só então pode ella prosseguir na sua...na sua o que, Pedrinho?.

- Derrota! Respondeu de prompto o menino.

- Isso mesmo, disse a vovó. Vejo que a lição não foi perdida.”<sup>241</sup>

Como Adriana Vieira chama atenção, na forma de tradução da linguagem de Lobato para as crianças, a mudança de voz ou de foco narrativo é muito importante, pois, como podemos confirmar da citação acima, ao narrar a história, Dona Benta expressa seu ponto de vista sobre ela, muitas vezes divergindo do narrador original. Desta forma, a tradução e adaptação para um público infantil faz com que Lobato crie um outro livro, um outro Hans Staden, diferente e distante da narrativa, por ele já modificada, da edição de 1925. Expressando, através dos seus personagens (Dona Benta, Narizinho e Pedrinho), a sua opinião e interpretação de questões como: a verdade, a mentira, a justiça, liberdade.

“Todo o ouro que Portugal tirou do Brasil foi-se passando aos poucos para os países [sic] industriais, sobretudo para a Inglaterra, em troca dos productos das suas fabricas. Quando os portuguezes abriram os olhos, era tarde: o ouro do Brasil estava todo em mãos de gente mais esperta.”<sup>242</sup>

Distante dos objetivos e da narrativa original de Staden, a tradução para o público infantil assume um tom pedagógico, que busca instruir e formar as crianças, disseminando parâmetros de Lobato do que seja o Brasil (antes e depois). Esta característica insere o livro, segundo alguns estudiosos da obra do autor, na série de histórias paradidáticas contadas por D. Benta. Para alguns estudiosos, como Alice Áurea Penteado Martha e Nelly Novaes Coelho, livros como *Aventuras de Hans Staden* (1927), *Viagem ao Céu* (1932), *História do mundo para crianças* (1933), *Geografia de Dona Benta* (1935), entre outros, são caracterizados como narrativas que atendem a um duplo objetivo: transmitir conhecimento (conquistas da ciência, mitos, aspectos da história) e questionar verdades construídas (valores cristalizados pelo homem). Como, por exemplo, a crítica de Lobato a uma ideia de progresso

<sup>241</sup> *Idem.* p. 33.

<sup>242</sup> *Idem.* p. 29-30.

humano proporcionada, apenas, pelo desenvolvimento de uma civilização industrial e bélica. Em *A chave do tamanho*, o literato defendeu um ideal de civilização onde o governo era exercido pelos intelectuais, “sem guerras, sem máquinas, sem aquele desvario de invenções que nos iam levando para o bebeléu”.<sup>243</sup>

“Será regressarmos ao período da evolução humana anterior á descoberta do fogo, mas com toda a nossa bela ciência na cabeça – e podemos ser muito mais felizes que os nossos avós daquele tempo.”<sup>244</sup>

Na construção da narrativa do *Aventuras de Hans Staden*, Dona Benta assume a voz de Lobato na função de ensinar e instruir, respondendo às questões e interpretações das crianças, que veem a avó como aquela que possui sabedoria e conhecimento:

“Sobreveio fortíssima tempestade, que arrojou a nau [sic] a quatrocentas milhas d’alli, para os lados do Brasil.

- Quatrocentos metros tem a milha, vovó? Indagou Pedrinho.

- A milha varia muito, de paiz para paiz. É medida do tempo dos romanos, entre os quais valia mil passos. Mas como isso de passo cada povo o tem maior ou menor, conforme o comprimento das pernas, há milhas de mais de 8000 metros, como a da Hungria. Mas hoje está mais generalizada a milha marítima de 1854 metros.

- É uma danada, esta vovó. Parece um livro aberto, disse o menino, entusiasmado com a sciencia da velha.”<sup>245</sup>

Além da instrução, como forma de transmissão de conhecimento, havia outra característica na literatura-pedagógica de Lobato: a formação moral. No conjunto da obra infantil de Lobato, a literatura infantil tinha, para o autor, a finalidade (conforme mostrei anteriormente) de instruir as crianças sobre a moral, a fim de formá-las em futuros cidadãos. Encontramos tal elemento da instrução moral, no *Aventuras de Hans Staden*, onde, por exemplo, ao descrever uma cena onde ocorre uma pilhagem dos alimentos de uma embarcação espanhola (por portugueses do navio do capitão Penteado, no qual Hans Staden naufragava), Narizinho indaga a Dona Benta:

<sup>243</sup> LOBATO, Monteiro. *A chave do tamanho*: História da maior reinação do mundo, na qual Emília, sem querer, destruiu temporariamente o tamanho das criaturas humanas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 141.

<sup>244</sup> *Ibidem*.

<sup>245</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. p. 15-16.

“Os portugueses apossaram-se do navio, encontrando nelle grande quantidade de açúcar [sic], amêndoas, couro de cabrito, gomma arábica e tâmaras.

- Que gostoso! Exclamou Pedrinho lambendo os beiços.

- Mas era direito isso vovó? Indagou a menina.

- Ah, minha filha, a historia da humanidade é uma pirataria que não tem fim; o mais forte, sempre que pode, depreda o mais fraco. Só quando a Justiça for uma realidade, em vez de ser um ideal, é que as cousas mudarão de rumo.”<sup>246</sup>

A atribuição de uma literariedade (com o objetivo de instruir e formar cívico, moral e pedagogicamente) que estivesse voltada para a construção de um público infantil faz com que Lobato (re) traduza e (re) signifique o livro de Hans Staden, constituindo-o como um novo livro, onde Staden torna-se um personagem descrito e construído a partir da fala de Dona Benta e das questões levantadas por Pedrinho e Narizinho. Como podemos ver no fragmento acima, pela inventividade do Sítio do Pica Pau Amarelo e seus personagens, como Dona Benta (que desempenha a função de detentora de conhecimentos e valores morais) o literato expunha o seu julgamento sobre o bem e o mal, o certo e o errado. Nesse sentido, *Aventuras de Hans Staden* desprende-se dos objetivos e da narrativa original produzida por Hans Staden e passa a ser construída literariamente por Lobato a partir do universo criado por ele e forjada por uma (ou, para uma) outra forma de narrativa.

A versão infantil do livro de Hans Staden, traduzido à linguagem de Lobato, teve um número significativo de edições e também fez parte de duas coleções importantes: como volume 5 da **Biblioteca Pedagógica Brasileira**, organizada por Fernando de Azevedo; e da série 2, volume 3 do **Obras Completas**, organizada pelo próprio Lobato.<sup>247</sup> Localizar estas coleções, pode nos ajudar na compreensão de uma circulação deste material, como também, numa melhor apreensão do lugar que o livro ocupou no cenário da literatura infantil, inserido numa nova proposta político educacional. Segue abaixo um quadro com a localização das edições.<sup>248</sup>

<sup>246</sup> *Idem*. p. 13-14.

<sup>247</sup> Grande parte dos livros de Monteiro Lobato, escritos para as crianças, sofreram grandes modificações. Lobato procurou corrigir críticas e organizá-las na coleção **Obras Completas**, publicadas em 1946. Vale destacar, que nem todos os textos que Lobato escreveu para as crianças foram incluídos nesta coleção, o que ressaltaria a importância, para o autor, do livro *Aventuras de Hans Staden*.

<sup>248</sup> Dados do movimento das edições da Companhia editora Nacional, obtidos a partir da dissertação de mestrado de Lucila Bassan Zorzato.

Título	Edição	Ano	Tiragem	Coleção	Páginas	Editores
Aventuras de Hans Staden	1ª edição	1927	6.000	-	143	Companhia Editora Nacional
Aventuras de Hans Staden	2ª edição	1932	6.000	Biblioteca Pedagógica Brasileira Vol. 5	115	Companhia Editora Nacional
Aventuras de Hans Staden	3ª edição	1934	10.000	Biblioteca Pedagógica Brasileira Vol. 5	116	Companhia Editora Nacional
Aventuras de Hans Staden	4ª edição	1939	7.123	Biblioteca Pedagógica Brasileira Vol. 5	116	Companhia Editora Nacional
Aventuras de Hans Staden	5ª edição	1944	10.096	Biblioteca Pedagógica Brasileira Vol. 5	114	Companhia Editora Nacional
Caçadas de Pedrinho e Aventuras de Hans Staden <sup>249</sup>	1ª edição	1947	-	Obras Completas, Série 2, Vol. 3	244	Editores Brasiliense

A partir dos anos 20 e 30 do século XX, houve um intenso debate sobre reformas educacionais, dada a criação de novas teses pedagógicas e fundamentos teóricos surgidos na Europa e nos Estados Unidos, tais como o “método de projeto” elaborado por William Kilpatrick. Neste, Kilpatrick ressaltava a individualidade do

<sup>249</sup> Em 1943, Monteiro Lobato publica uma coleção da sua obra para o público adulto e para o infantil, intitulada de **Obras Completas**. O livro *Aventuras de Hans Staden* teria uma nova edição e iria compor a coleção, no entanto, ele seria agregado à uma outra produção do literato, o livro *Caçadas de Pedrinho*. Com a junção dos dois livros o título modificou-se, passando a ser *Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*.

aluno e interferência do próprio no processo de ensino-aprendizagem. Contrapondo-se a uma ideia de ensino tradicional, onde o aluno era visto como um “receptor de conteúdos, o educador deveria discernir o que era plausível à formação da inteligência e do caráter dos alunos, adequando à capacidade de compreensão (de acordo com a faixa etária) e levando em consideração a capacidade ou aptidão de cada aluno.

As teses pedagógicas, questionavam as antigas metodologias de ensino e exigiam uma reestruturação do sistema educacional. Estas discussões iriam repercutir no Brasil, através de intelectuais e pedagogos como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão e Anísio de Teixeira. Estes intelectuais seriam pioneiros na busca por mudanças na educação pública nacional deste período, meio pelo qual eles acreditavam promover uma reforma social e política, necessária à modernização e à democratização do país. Monteiro Lobato fazia parte desta rede de sociabilidade: traduzindo na linguagem do autor, escrevendo livros infantis e montando coleções em diálogo (e com a parceria) com as novas propostas político-educacionais desta nova geração de educadores.

“(…), a mudança de paradigma efetuada por Lobato não importa somente pela introdução de novos elementos como o folclore e o maravilhoso que contrastam com o realismo da literatura cívica, mas principalmente pela nova representação da infância brasileira”.<sup>250</sup>

Fernando de Azevedo, como também Lourenço Filho e Anísio Teixeira, embora defendessem diferentes posições teóricas e ideológicas<sup>251</sup>, seriam os grandes percussores de ideais e movimentos em prol da renovação educacional do Brasil. Um dos seus movimentos iniciais fora o pedido de assinatura do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, redigido por Fernando de Azevedo, e publicado em meio ao processo de reordenação política resultante na Revolução de 1930. Neste manifesto, procurou-se afirmar uma desorganização do aparelho escolar e

<sup>250</sup> HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. 2007. P. 15.

<sup>251</sup> Fernando de Azevedo teria se aproximado mais de teóricos como Émile Durkheim e John Dewey, constituindo uma forma de sociologia educacional na qual sustentou seu projeto político-educacional. Anísio Teixeira, por sua vez, apropriando-se de autores como William Kilpatrick e Dewey procurou delinear a sua concepção de filosofia da educação na qual procurou legitimar as suas propostas pedagógicas e, de certo modo, político-educacional. Ver mais em: PAGNI, Pedro Ângelo. *Do Manifesto de 1932 à construção de um saber Pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

propor ao Estado a organização de um plano geral de educação, com uma política educacional integradora, defendendo a criação de uma escola: única, laica, obrigatória e gratuita.

A consciência desses princípios fundamentais da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade, consagrados na legislação universal, já penetrou profundamente os espíritos, como condições essenciais à organização de um regime escolar, lançado, em harmonia com os direitos do indivíduo, sobre as bases da unificação do ensino, com todas suas consequências. De fato, se a educação se propõe, antes de tudo, a desenvolver ao máximo a capacidade vital do ser humano, deve ser considerada “uma só” a função educacional, cujos diferentes graus estão destinados a servir às diferentes fases de seu crescimento, ‘que são partes orgânicas de um todo que biologicamente deve ser levado à sua completa formação’.”<sup>252</sup>

Monteiro Lobato parece não ter concordado com todos os ideais políticos educacionais propostos no manifesto, como podemos conferir na citação abaixo, em carta dele à Anísio Teixeira. Porém, na mesma carta, concorda com a proposta de reforma no sistema educacional e demonstra estar inserido no debate, citando os teóricos William Kilpatrick e John Dewey, com os quais Teixeira dialogava ao pensar um modelo político educacional.

“Imagine que ontem o Fernando deu-me aquele volume do manifesto ao povo e ao governo sobre a educação para que o lesse e sobre falasse num artigo. E essa intimação do Fernando arrancou-me á faina petrolífera em que vivo mergulhado até às orelhas. Resolvi consagrar este domingo á educação. Comecei a ler o manifesto. Comecei a não entender, a não ver ali o que desejava ver. Larguei-o. pus-me a pensar – quem sabe esta nalgum livro do Anísio o que não acho aqui – e lembrei-me de um livro sobre a educação progressiva que me mandaste e que se extraviou no caos que é a minha mesa. Pus-me a procura-lo, achei-o. e cá estou, Anísio, depois de lidas algumas páginas apenas, a procurar dar berros de entusiasmo por essa coisa maravilhosa que é a tua inteligência lapidada pelos Deweys e Kilpatrick!”<sup>253</sup>

A ideia de política educacional (Escola Nova) de Anísio Teixeira e Fernando Azevedo estava articulada a um ideal ou concepção iluminista do progresso social e com caráter universalista; a educação, deveria ser acessada por todos, não apenas por uma pequena parcela (elite) da sociedade; a fim de que, através da educação, o

<sup>252</sup> AZEVEDO, Fernando. “Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932)”. In: *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Editora Massanga, 2010. P. 46.

<sup>253</sup> FRAIZ, Priscila. VIANNA, Aurélio. (Orgs.). *Conversa entre amigos*. P. 68.



Brasil pudesse se tornar uma nação. Ideais com os quais Lobato dialogava desde sua entrada para a **Revista do Brasil** e promovia através da sua atuação enquanto literato e editor.

“Nós, do alto da nossa Education-City, servida por todas as máquinas existentes e as que hão de vir, pairaremos sobre o país qual uma nuvem de luz. Um corpo de cérebros, dirigido por você, prepara; a máquina multiplicadora, dissemina. Iremos fazer com um pugilo de auxiliares o que o Estado – essa besta do Apocalipse – não faz com milhares e milhares de infecções chamadas escolas e de cágados chamados professores. A *nossa educação* cairá como chuva de neve sobre o país, sem saber sem querer saber aonde os flocos (sic) irão pousar.”<sup>254</sup>

Como vimos, escritores (literatos, jornalistas) e editores também preconizavam esta mesma missão de instrução e condicionamento do público à um “redespertar da consciência nacional”, obtido através do conhecimento e dos livros. Acredito que, enquanto editor, Lobato ampliou seu espaço de ação para realizar a missão de “redespertar” a nação, pois, além de escrever, também promovia a mediação entre material escrito (livro, artigo, conto) e público leitor. Ao realizar esta mediação, enquanto editor e empresário, ele utilizou-se de estratégias editoriais a fim de ampliar o número de leitores, fosse a forma de organização de um livro, a escolha da capa, o uso de ilustrações, apresentação, a utilização de propaganda, etc. Segundo Eliane Dutra, na década de 30, novas formas de estratégias editoriais chegariam no Brasil, tais como a produção de enciclopédias e coleções.

“Tal prática editorial, fruto da concorrência entre editores, e da sua necessidade de cativar novos leitores, imprimiu grande vitalidade à produção e ao comércio de livros. Através dela o livro foi editado, em maior escala e com menores preços, tendo como alvo públicos especiais, o que implicou numa segmentação do mercado de leitura”<sup>255</sup>

Segundo Dutra, além da percepção dos editores de obtenção de maior lucro com a organização dos livros num formato de coleção, ou biblioteca, e do público (jovens, mulheres, crianças, profissionais), o momento de criação de coleções no Brasil foi propício por dois motivos: primeiro, pela concepção iluminista do

<sup>254</sup> *Idem*. p. 69.

<sup>255</sup> DUTRA, Eliana. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliانا*”. In: DUTRA, Eliana. MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.). Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006. Grifo meu.

progresso da sociedade, assentado na racionalidade, no conhecimento e nos livros; segundo, em razão dos movimentos políticos educacionais que pavimentaram o terreno para as edições escolares e universitárias. Nesse sentido, as coleções tinham o intuito de organizar, divulgar e vulgarizar conhecimentos de forma sistemática, em livros considerados fundamentais para instrução e condicionamento do público que buscava-se formar: crianças, jovens, pessoas não especializadas em história, geografia, etc; em suma, novos e diferenciados grupos sociais consumidores de bens culturais.

Como Marisa Lajolo e Regina Zilberman chamam atenção, nesse clima de valorização da instrução e da escola, simultaneamente a uma produção literária especializada para as crianças, desponta uma preocupação generalizada de educadores e literatos com a carência de material adequado de leitura para crianças brasileiras. Esta inadequação, como vimos, já era reclamada por Lobato, sendo um dos pontos que o teria motivado em escrever e traduzir na linguagem do autor, livros infantis. Assim, como também era uma preocupação de educadores como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que propunham uma reforma não apenas no âmbito político, mas também no âmbito pedagógico. Dada a relação existente entre Lobato, Azevedo e Teixeira, e às questões e problematizações em comum (por mais que houvesse algumas divergências, como Lobato escreve em carta para Teixeira), no que diz respeito a uma proposta de reforma política-educacional, a criação da coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira** e a publicação pela editora de **Companhia Editora Nacional** não nos causa muito estranhamento, mostrando-nos como tais ideais e as ações destes intelectuais estavam interligados num projeto pedagógico, editorial e nacional. E somada a esta relação, para criação da coleção, foi imprescindível a participação de Octalles Ferreira, que também estava envolvido nas questões político-educacionais.

“Está ótimo, Anísio, como tudo quanto sai dessa maravilhosa cabecinha de ouro. Quer que o remeta ou o entregue ao Octales? Estive com esse dinamozinho ontem. Veio carregado. Você e seu grupo de propulsores deixaram-no envenenado de Mais, Mais, Mais...Está ele a projetar mil coisas – e a me mobiliar para quase todas.”<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> FRAIZ, Priscila. VIANNA, Aurélio. (Orgs.). *Conversa entre amigos*. P. 70.

A coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira**<sup>257</sup> foi fundada em 1931 por Octalles Ferreira e, sob a direção de Fernando de Azevedo, publicada pela **Companhia Editora Nacional**, que tinha o próprio Octalles por proprietário. No momento de fundação da coleção, Lobato não era mais sócio de Octalles Ferreira, pois havia vendido as ações que pertenciam a ele para a **Companhia Editora Nacional**<sup>258</sup> e, assim, deixara de se tornar proprietário da empresa. Contudo, Lobato continuou a ser um membro ativo e importantíssimo para a **Companhia Editora Nacional**, enquanto literato e editor. Situado no debate sobre as reformas educacionais, dialogando com Fernando de Azevedo, Lobato participaria da coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira**, na subsérie “Literatura infantil”.<sup>259</sup> Segue trecho, abaixo, de carta onde Azevedo fala sobre a organização da coleção ao educador Alberto Venâncio, e demonstra preocupação com a escolha de bons nomes de professores, que iriam escrever a subsérie “Livros Didáticos”. Por outro lado, demonstra segurança na organização e planejamento da subsérie “Literatura Infantil”, o que acredito que se dava pela colaboração de Lobato.

“Conversando hoje com o Octalles a respeito da B.P.B., assentamos certas medidas de extensão editorial e cultural, para cuja execução de acordo com o nosso plano, precisamos da colaboração do que o *professorado, no Brasil, tem de melhor*. Você sabe que esse plano que esse plano interessa diretamente tanto à obra de renovação escolar como aos professores, em geral, e particularmente aos editados. Dos alunos, não se fala, que esses serão os primeiros atingidos pela ação da B.P.B.

Pretendemos agora desenvolver largamente e intensamente:

<sup>257</sup> Para um maior aprofundamento sobre as subséries da Biblioteca Pedagógica Brasileira, especialmente a Coleção Atualidades Pedagógicas, ver: TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do Projeto Pedagógico ao Projeto Editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC/SP, 2001. Tese de doutorado.

<sup>258</sup> Em 1926, Monteiro Lobato foi para os Estados Unidos após ganhar o cargo de adido comercial, do amigo da família e então presidente do Brasil, Washington Luís, deixando a **Companhia Editora Nacional** aos cuidados do sócio Octalles Ferreira. Segundo Alice Koshiyama, entusiasmado e atraído pela febre especulativa da Bolsa de Valores, em 1929 nos Estados Unidos, Lobato vendeu suas ações da editora para o irmão de Octalles Ferreira. O dinheiro obtido foi usado para sustentar o jogo na Bolsa de valores, contudo, sem êxito, Lobato perderia seu investimento. Ao retornar para o Brasil, após o fim do governo de Luís, Lobato dedicar-se-ia mais a função de tradutor, já que, não era mais proprietário da editora que fundara. Ver mais em: KOSHIYAMA, Alice. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. Pp. 67-112.

<sup>259</sup> Desde a criação da **Monteiro Lobato e Cia.**, Monteiro Lobato e Octalles Ferreira já trabalhavam com a estratégia de organizar e publicar obras no formato de coleções possuindo, por exemplo, a **Coleção Brasileira** e a **Coleção A Novella Nacional**. Sobre tais práticas desta editora, ver: BIGNOTTO, Cilza Carla. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*. São Paulo: UNICAMP, 2007. Tese de doutorado.

- 1) A série III (atualidades)
- 2) a série IV (iniciação científica) e a 2ª série livros didáticos (poemas, livros de textos e livros-fontes), que é a série fundamental; na qual terão de se apoiar nas outras. A 4ª (Brasiliana) e a 1ª (literatura infantil) pode-se dizer que já têm condições de vida própria.”<sup>260</sup>

Dentro deste contexto, fazendo parte da subsérie “Literatura infantil”, a segunda edição do *Aventuras de Hans Staden*, foi publicado pela **Companhia Editora Nacional** em 1932, fazendo parte da coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira**, com tiragem de 6.000 mil exemplares, tiragem igual à da primeira edição.<sup>261</sup> No prefácio da segunda edição, Lobato afirmou sua motivação em publicar a segunda edição, dado o esforço de tradução do livro de Hans Staden para uma linguagem acessível ao público infantil e ao seu sucesso de vendas.

“Anos atrás tivemos a ideia de extrair do quase incompreensível e indigesto original de Hans Staden esta versão para as crianças e a acolhida que teve a primeira edição, bastante larga, nos levou a dar a segunda.”<sup>262</sup>

A terceira edição do *Aventuras de Hans Staden*, tinha uma expectativa de vendas ainda mais ampla, com tiragem de 10.0000 mil livros. Chamo atenção para estes dados, pois, como podemos perceber, em função do aumento significativo no número de exemplares e às contínuas reedições, ao fazer parte da coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira** o livro de Hans Staden obteve uma maior notoriedade e circulação entre o público infantil, podendo ter circulado inclusive nas escolas, o que era a proposta de Lobato: “É obra que devia entrar nas escolas,

<sup>260</sup> PENNA, Maria Luiza. “Correspondência”. In: *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. P. 110.

<sup>261</sup> Também vale destacar, que após retornar dos Estados Unidos em 1930 (momento projeção da coleção e de publicação do *Aventuras de Hans Staden*), Monteiro Lobato participava ativamente (funda em 1931 a Companhia de Petróleo do Brasil) da defesa da extração do ferro e do petróleo. Articulado a proposta de extração, Lobato justificava as políticas de crescimento nacional, ou, a ascensão do Brasil a uma nação civilizada e moderna através do investimento na produção do ferro e do petróleo. Em carta a Rangel, afirma, “O segredo de todas as prosperidades e culturas está no *FeC*, porque o *FeC* (ou aço) é a matéria prima do *Instrumento* e da *Maquina*, e do *Instrumento* e da *Maquina* é que sai este belo horror chamado *Civilização*” (*Barca de Gleyre*, p. 313). Marisa Lajolo trata da questão do ferro e do petróleo para Lobato, e discute seu livro *O escândalo do petróleo*, em que Lobato problematiza a elaboração de seu projeto petrolífero para o país e os problemas com o governo. Ver: LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

<sup>262</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. Prefácio da segunda edição.

pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios”.<sup>263</sup>

Na narrativa destes livros, como era a intenção dos autores, eram inseridas lições de geografia, aritmética, física, agricultura, história e higiene, sendo muito utilizados pelos professores na alfabetização e introdução de conhecimentos. Estes livros eram selecionados, aprovados e designados pelo governo e pelas escolas como auxiliares no ensino, ou como “livros de leitura”. Olavo Bilac e Manuel Bonfim, afirmavam a importância dos “livros de leitura”, equiparando-os aos livros didáticos, e a sua função, enquanto instrumentos de auxílio do professor na instrução sobre o país:

“Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. (...). Estamos certos que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira, - as suas gentes os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos.”<sup>264</sup>

A **Biblioteca Pedagógica Brasileira** obteve sucesso de vendas e de circulação, como podemos ver pela longevidade da coleção, deixando de ser publicada em 1981, segundo Maria Rita Toledo. Contudo, nas pesquisas, não consegui identificar informações que mostrem uma circulação mais detalhada no espaço escolar, assim como, a circulação da série “Literatura infantil”, onde está publicado o *Aventuras de Hans Staden*. O que podemos afirmar a partir do levantamento do movimento das edições da **Companhia Editora Nacional**, foi que o número de exemplares e de edição do *Aventuras* aumentou significativamente após a sua entrada para coleção de Fernando de Azevedo.

A coleção foi criada com a tentativa de abarcar diferentes segmentos sociais, a fim de ampliar o acesso a livros designados como importantes para construção de um conhecimento “cívico-patriótico”. Sendo direcionada para um público de professores (objetivo da série *Atualidades Pedagógicas*), para crianças (objetivo da série *Literatura Infantil*) e pessoas não especializadas em história ou geografia (objetivo da série “*Brasiliense*”). A ampliação da margem de público e a tentativa de circulação para além do espaço escolar, a meu ver, justificam a retirada de 10.000

<sup>263</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 4.

<sup>264</sup> BILAC, Olavo. BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: Livro de leitura para o curso médio das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1956. P. 07.

exemplares do *Aventuras de Hans Staden* na sua terceira edição (equiparando-se ao recém lançado *História do Mundo para Crianças*, 12.500 exemplares; e a segunda edição de *Reinações de Narizinho* 10.000; ambas edições de 1933<sup>265</sup>).

Também conseguimos observar que ao integrar uma coleção, que selecionava livros que ensinassem e condicionassem o público leitor a uma consciência nacional - fazendo parte de uma coleção marcada pelos movimentos da Escola Nova, que propunha uma reforma político-educacional -, a história contada por Hans Staden passa a ter um novo sentido, assim como novos objetivos a serem alcançados. Acredito que não apenas o livro ou o relato de Hans Staden é (re) significado neste processo, mas a própria tradução linguagem de Lobato, *Aventuras de Hans Staden*, passa a ter novos atributos e significados para o mercado editorial e para o público leitor.

Em 1943, Monteiro Lobato e Arthur Neves, editor chefe da **Companhia Editora Nacional**, saem da empresa para fundar a editora **Brasiliense**, Caio Prado Junior também é um dos fundadores da nova editora. Segundo Ephraim Beda, ao analisar a saída de Monteiro Lobato da **Companhia Editora Nacional**, utilizando-se das correspondências de Lobato e de biografias (Monteiro Lobato: *vida e obra* de Edgard Cavalheiro; *Minhas memórias dos Lobatos* de Nelson Travassos), não fica claro significado desse rompimento para a editora e para Octales Ferreira.<sup>266</sup> Segundo Edgard Cavalheiro, o objetivo de Lobato era fundar uma editora que cuidaria, com absoluta prioridade, dos seus livros<sup>267</sup>. Com esta intenção, o próprio Lobato reúne, edita, revisa e organiza trinta volumes, que iriam compor a sua coleção **Obras Completas**.

A revisão dos volumes seria feita diversas vezes, segundo Lobato, devido as novas reformas ortográficas. Reforma esta que Lobato detestava, considerando-a “uma coisa incientífica, tôla, imbecil, cretinizante e que deve ser violentamente repelida”, pois conduzia a uma simplificação da ortografia. Revisando os livros para a coleção, ele reclamava aos tipográficos, sobretudo a Bruno di Tolla: “Peço ao amigo Bruno que fale com êsses homens e convença-os de que o autor do livro sou

<sup>265</sup> Movimento das edições da Companhia Editora Nacional. Ver em: ROCHA, Jaqueline Negrini. *De Caçada às Caçadas: o processo de re-escritura lobatiano de caçadas de Pedrinho a partir de a Caçada da Onça*. São Paulo: UNICAMP, 2006. Dissertação de Mestrado. P. 43.

<sup>266</sup> BEDA, Ephraim de Figueredo. *Octalles Marcondes Ferreira: formação e atuação do editor*. São Paulo: ECA/USP, 1987. (Dissertação de mestrado).

<sup>267</sup> CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. 1ª edição. Volume 2. P. 634.

eu; e ou, o livro sai com a minha ortografia ou não sai”<sup>268</sup>. Afirmando que os livros seriam publicados apenas como ele, escritor e editor, gostaria, a coleção **Obras Completas** foi organizada com o objetivo de compreender os seus principais livros.

Desta forma, Lobato organiza a sua coleção em duas partes: Literatura Geral e Literatura infantil<sup>269</sup>. Dentre os exemplares por ele traduzidos e adaptados de literatura infantil estrangeira, não se encontra *O gato Felix* e *O irmão de Pinocchio*, por exemplo. Os livros escolhidos por Lobato, para compor a série “literatura infantil” do **Obras Completas**, traduzidos ou adaptados, são: *Peter Pan*, *D. Quixote para as crianças*, *O minotauro*, *Os doze trabalhos de Hércules* e o *Aventuras de Hans Staden*. Com isto, já que nem todos os livros traduzidos foram incorporados da sua coleção, podemos perceber que o literato selecionou aqueles considerados apropriados para compor seu **Obras Completas**. Sendo o *Aventuras de Hans Staden*, um destes, isto nos mostra a importância conferida pelo literato a este material; fosse pela sua capacidade de vendas<sup>270</sup> ou pela sua capacidade de instrução das crianças - conhecimento sobre a história do Brasil e sobre os costumes e culturas dos indígenas. Como o espaço que este passou a ocupar na literatura infantil, estando ao lado de outras grandes produções do autor, que o representavam como um grande escritor de literatura infantil.

Nesta nova edição, o *Aventuras de Hans Staden* não seria publicado como um único livro, estando agregado com outra produção de Lobato, o *Caçadas de Pedrinho*, originalmente como *A Caçada da onça*, publicado em 1924.<sup>271</sup> Com a junção dos dois livros, o título modifica-se, passando a ser *Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*. Difere também, a produção das ilustrações, onde todas são feitas por André Le Blanc. Não há prefácio escrito para o livro *Caçadas de Pedrinho*, apenas no *Aventuras* que, na verdade, é o prefácio escrito para segunda edição, de 1932. Neste, Lobato justifica a impopularidade do livro de Hans Staden pela falta de adaptações, principalmente para o público infantil, a exemplo de *Robinson Crusoe*.

<sup>268</sup> *Idem.* p. 637.

<sup>269</sup> Para ver a lista dos livros que compõem as duas partes da coleção, ver: CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Volume 2. p. 751.

<sup>270</sup> Como podemos ver na tabela das edições do *Aventuras de Hans Staden*, nas páginas 56 e 57 deste capítulo.

<sup>271</sup> Jaqueline Negrini Rocha trabalha com as mudanças feitas por Lobato no livro *A caçada da onça* e os porquês destas mudanças, cotejando as suas edições, a autora busca compreender a transição do livro de *A caçada da onça* (1924) para a edição definitiva de *Caçadas de Pedrinho* (1942). Definitiva, pois, a primeira edição de *Caçadas de Pedrinho* data de 1933, mas, como Rocha analisa, Lobato realizou outras modificações na história na edição para o **Obras Completas**. ROCHA, Jaqueline Negrini. *De Caçada às Caçadas*. 2006.

“Quem lê hoje, ou pode ler, o livro de Defoe na forma primitiva em que apareceu? Os eruditos. Também só os eruditos arrostam hoje a leitura do original das aventuras de Staden. Traduzidas ambas, porém, em harmonia moderna, toante com o gosto do momento, emparelham-se em pitoresco, interesse humano e lição moral. Equivalem-se.”<sup>272</sup>

Pensando nos motivos que podem ter levado Lobato à realização desta reunião dos dois livros em apenas um, acredito que considerasse mais lucrativo pelo formato conveniente, mas não encontrei informações que sustentem tal hipótese. No entanto, podemos afirmar que o livro *Aventuras de Hans Staden* seria publicado num contexto que o (re) significava, ao ser escolhido e incluído na coleção, **Obras Completas**. Coleção esta que, no mercado editorial e para o público leitor, buscava afirmar uma valorização do que havia sido produzido por Lobato, constituindo, ao meu ver, uma espécie de legado do que o literato havia escrito, adaptado e traduzido ao longo dos anos. Acredito que possamos dizer que Lobato reafirmava a importância que ele atribuiu ao relato de Hans Staden e à necessidade do seu conhecimento pelo público infantil, já que ele realiza o esforço de atribuir ao livro os novos parâmetros da ortografia e, sobretudo, por considerá-lo conveniente para compor o seu legado. Pensando sobre a conformação de uma coleção, Lobato diz a Rangel que “(...) só caberá o que for realmente grande e já estiver consagrado pelo tempo”<sup>273</sup>.

Acredito que ao inclui-lo neste novo espaço, na sua própria coleção, o livro adquire um novo significado, pois, agora, ele estaria junto a livros que haviam consagrado Lobato como um escritor que havia inovado na escrita de uma literatura infantil. Estava incluso na linguagem de fantasia e imaginação do Sítio do Pica Pau Amarelo e no espaço de uma coleção que tinha a intenção de representar o legado de Lobato para a literatura. Além da transformação ortográfica, e de adaptação, que lhe atribuíam uma linguagem literária, o livro fora (re) significado pelo novo espaço que passou a ser incluído e a circular.

<sup>272</sup> LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*. São Paulo: Editora Brasiliense. P. 7.

<sup>273</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 326.



### 3.3

#### Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil

Em 1945, Lobato publica como parte da coleção **Biblioteca do Espírito Moderno**, pela **Companhia Editora Nacional**, uma nova edição do livro de Hans Staden. Na nova edição, o editor deu ao livro o título *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. O livro seria ampliado, com a tradução, (à linguagem de Lobato) da segunda parte do relato de Hans Staden e atualizado gramaticalmente, nos novos moldes instituídos. O novo livro do relato de Hans Staden, à lobatiana, estava nos planos e intenções de Lobato, segundo Edgard Cavalheiro, quando este planeja o seu ano de 1941:

“E sentado na máquina, traça um ‘programa’ de vida, dando o balanço do que poderá contar para o ano de 1941. O item primeiro trata das reedições das obras esgotadas. O número 2, refere-se a ‘O Terrível Barão’, da série off-set, para o café Jardim, cujo texto ‘escreverá conforme o plano do Rosetti’. Depois vem ‘Hans Staden’, formato grande e de luxo, como a edição alemã, com o seu texto antigo e adaptação do prefácio e das notas da edição original.”<sup>274</sup>

O livro *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*, pertence à seção História e Biografia da coleção **Biblioteca do Espírito Moderno**, 3ª série, vol.39. Tal coleção foi fundada por Octalles Ferreira e organizada por Anísio Teixeira, que procurou compor uma biblioteca de civilização e cultura para o “leitor médio brasileiro” através da tradução e edição de livros não-didáticos, ou seja, voltada para um público não especializado. A organização da coleção pelo educador Anísio Teixeira estava articulada ao seu “projeto de educação” e “civilização do brasileiro”.<sup>275</sup> Havia ainda outro objetivo que norteava a coleção, pois ao criar uma “consciência nacionalista”, cívico-patriótica, brasileira, Anísio Teixeira também procurava impedir a aproximação do público de ideais tanto do nazi-fascismo quanto do comunismo. Podemos encontrar tais pressupostos de Teixeira em carta para Monteiro Lobato:

<sup>274</sup> CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Volume 2. p. 502.

<sup>275</sup> FONSECA, Sílvia Assam da. *Bibliotheca do Espírito Moderno: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977)*. São Paulo: PUC-São Paulo, 2010. Tese de doutorado. Sobretudo no capítulo 2, Fonseca trabalha com as escolhas dos livros, por Anísio Teixeira, a serem publicados em articulação com ao seu “projeto de educação” e civilização.

“E então sonhei com aquele velho sonho da coleção de livros fundamentais. Com uma modificação. A toleima brasileira, que só ‘reflete’ telegramas e brochuras, está a pensar que só há, no mundo, os hospitais alemães e italianos e o sanatório russo para cura da humanidade. Ora é necessário mostrar-lhes que há gente sã em 4/5 da terra e gente saníssima em uns países anglo-saxônicos e nórdicos. E que essa gente sã é sã porque se nutre bem. E que a nutrição intelectual, é tão precisa quanto a material. Quando não há nutrição intelectual é indispensável logo depois dietas especiais - e temos Itália e Alemanha e Rússia....Ora, a nutrição de hoje é o pensamento elaborado à vista do avanço das ciências e da democracia...a coleção seria por de alimentos dessa mesma espécie. Coleção de civilização contemporânea. Para dizer os corolários da ciência e da democracia.”<sup>276</sup>

Também neste trecho aparece a ideia de condução do brasileiro ao “Espírito Moderno”: através da instrução, da nutrição intelectual é que seria alcançada a sanidade, o progresso. O caminho rumo ao progresso e à modernização se daria pela criação de um projeto que alimentasse o “avanço das ciências e da democracia”. Como vimos no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, uma das propostas era a criação de um sistema educacional em que, democraticamente, o acesso à educação e à escola não fosse apenas para a elite, mas que existissem escolas públicas e que estas atingissem também as camadas médias da população. Fernando de Azevedo, juntamente com Octalles Ferreira e através da **Companhia Editora Nacional**, já havia criado uma coleção que privilegiava a publicação de livros que instruísem um público diversificado, dos professores (atualidades pedagógicas) ao aluno (literatura infantil). O foco de Teixeira era a instrução de um público que ele pretendia formar: de adultos, da camada média brasileira, que não tinham formação ou especialização em conhecimentos científicos, como a História e a Geografia. Para ele, para a consolidação desse projeto, além da parceria com Octalles Ferreira e com a editora, seria fundamental a participação de Monteiro Lobato para direção da coleção, escolhendo os livros a serem publicados:

“A coleção do F. A. é muito interessante, mas meio doméstica, sem horizonte internacional. Seria necessário uma coleção em que pedagogia fosse um capítulo e não um título. Pedagogia é bobagem se não for toda a cultura humana. (...). Falei com Afrânio que está de acordo. E tenho alguns outros trabalhadores intelectuais para a tarefa. Resta saber se você aceitaria dirigi-la

<sup>276</sup> VIANNA, Aurélio. FRAIZ, Priscila. *Conversa entre amigos*. P. 73. A carta é de 1936; a coleção **Biblioteca do Espírito Moderno** é lançada em 1939.

conosco. Sem você não me atrevo. Você será o julgamento, a segurança, a razão...Conto com você.”<sup>277</sup>

Neste novo contexto, o livro de Hans Staden traduzido por Lobato, seria novamente publicado em 1945 e com título de *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. A tiragem foi de 5 mil exemplares e realizada pela tipografia **Revista dos Tribunais**<sup>278</sup>, que imprimiu grande parte dos livros da coleção de Anísio Teixeira. Segue abaixo uma tabela na qual podemos visualizar algumas informações editoriais do livro *Meu Cativo entre os selvagens do Brasil* e da nova edição, *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*.<sup>279</sup>

---

<sup>277</sup> *Ibidem*. Anísio estava se referindo, criticamente, a coleção **Biblioteca Pedagógica Brasileira**, de Fernando de Azevedo. Propondo a instrução, também, de um público adulto, sem especialização, da camada média da população, pois, para Teixeira, a coleção de Azevedo se restringia a um círculo formado por professores e alunos.

<sup>278</sup> Segundo Sílvia Assam Fonseca, duas tipográficas fizeram, praticamente, todas as impressões para a coleção **Biblioteca do Espírito Moderno**. Acessando o movimento do número de tiragens, num primeiro momento da fundação da coleção, até 1943, Fonseca observou que poucos eram os títulos com tiragem superior a 7.000 mil exemplares. Podemos ver que, o número de exemplares do livro *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*, representava de forma mediana o número de exemplares retirados naquele período, ou seja, não houve um alto investimento quantitativo. Ver tabela com as maiores primeiras tiragens da coleção: FONSECA, Sílvia Assam da. *Bibliotheca do Espírito Moderno*. P. 155.

<sup>279</sup> Dados obtidos a partir do Movimento das edições da **Companhia Editora Nacional**. In: ZORZATO, Lucila Bassan. *A cultura alemã na obra infantil Aventuras de Hans Staden, de Monteiro Lobato*. 2007.

<b>Título</b>	<b>Edição</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Tiragem</b>	<b>Tipografia</b>	<b>Coleção</b>
Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil	1ª edição	30/10/1925	3.000	-	-
Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil	2ª edição	01/03/1926	3.000	-	-
Meu cativeiro entre os selvagens do Brasil	3ª edição	20/06/1927	3.000	-	-
Hans Staden: suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil	4ª edição	24/08/1945	5.000	Revista dos Tribunais	Biblioteca do Espírito Moderno, Série 3, vo. 39.

A nova edição, *Hans Staden: suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil*, atendia às expectativas de Lobato, conforme estava no seu planejamento, “formato grande e de luxo, como a edição alemã, com o seu texto antigo e adaptação do prefácio e das notas da edição original”. O “formato grande e de luxo” pode ser visto desde a produção da nova capa (que também seguia um dos padrões dos livros

publicados pela coleção): o nome de Hans Staden em destaque, sob um fundo vermelho, contornado com arabescos dourados.

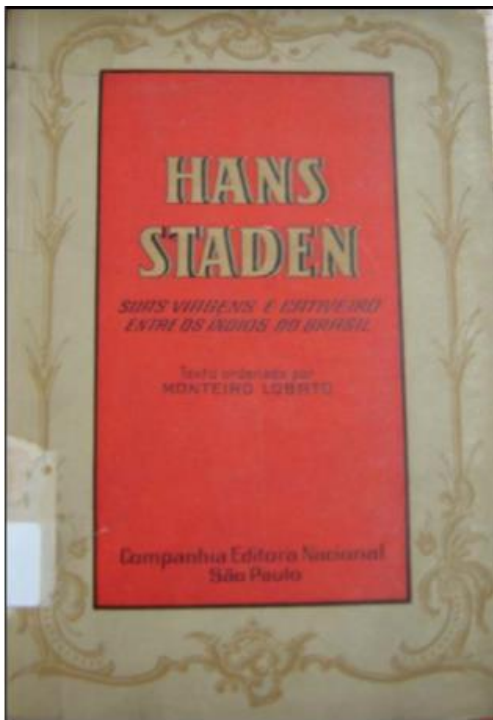


Figura 23: Capa da 4ª edição do livro: Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil

E assim como pretendia, segundo a descrição de Edgard Cavalheiro, o livro tinha um novo formato, compreendendo: um novo prefácio de Lobato e o acréscimo da segunda parte do livro – traduzido de acordo com Lobato-, mas também a dedicatória de Hans Staden ao príncipe Filipe e o prefácio do Dr. Dryander.

Embora Lobato publique a segunda parte do livro de Staden, em que ele descreve etnograficamente as culturas indígenas (sobretudo a dos tupinambás) e a geografia do Brasil, não publica as xilogravuras que originalmente compõem tal parte. E vale ressaltar que embora *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil* fosse constituído por um novo conteúdo e um formato diferente, o novo livro foi publicado como a quarta edição daquele esforço primeiro de 1925.

Diferente do prefácio escrito para edição de 1925, primeiramente, Lobato apresenta o prefácio da tradução do livro de Hans Staden feita por Albert Löfgren, em 1900. Conforme desenvolvi no capítulo anterior, Löfgren apresentara as traduções já realizadas do livro de Hans Staden, desde a sua primeira publicação de 1577 e seu objetivo era afirmar para os leitores (uma elite intelectual, em sua maioria, os próprios sócios da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**) que a tradução de Tristão de Araripe não seria fiel ao “método e linguagem

do autor”, pois ele não teria utilizado o livro na sua linguagem original. Legitimando a veracidade da sua “tradução literal”, Löfgren afirma ter utilizado um exemplar da primeira edição de 1577, adquirido por Eduardo Prado em Paris, e acrescentado observações feitas por Theodoro Sampaio, que auxiliavam na compreensão do relato.

Monteiro Lobato, fez questão de informar aos seus leitores, no prefácio da nova edição de 1945, que ele se utilizava da “tradução literal” de Löfgren, mas transformando-a, dando a ela uma “ordenação literária”. A busca de Lobato por afirmar a sua utilização de um material mais próximo à linguagem “original” de Staden, corrobora a hipótese de preocupação do literato em deixar claro, para o leitor, a verossimilhança no relato (as experiências vividas pelo alemão, a sua participação como testemunha ocular de rituais de antropofagia), onde a atribuição de uma linguagem literária não pormenorizava o valor documental – atribuído pelas instituições científicas, como o IHGB. Abaixo destaco um trecho do prefácio do *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*, onde vemos o cuidado de Lobato em afirmar a veracidade do relato, com apenas mais “ordem e clareza” do que a “tradução literal” de Löfgren, acessada apenas pelos “estudiosos”. Neste trecho também fica claro como Lobato via este livro como uma “quarta edição” do esforço empreendido em 1925, como a expansão de um trabalho iniciado anteriormente.

“Como o Dr. Alberto Löfgren declara, cingiu-se ele na tradução ao “estilo simples e narrativo, com todas as suas imperfeições” do autor – e para o fazer deu uma tradução literal. Ora, as traduções literais podem ser muito interessantes para os estudiosos de uma obra, não para o público, visto como a falta das qualidades modernas de clareza e ordem literária dificultam a leitura para a grande maioria dos leitores, composta de curiosos apenas interessados na história e não no estilo bárbaro em que foi escrita. Daí a nossa ideia de remodelar a tradução no sentido de maior clareza, sem prejudicar a narrativa em coisa nenhuma. Tudo quanto Hans Staden contou em seu livro, está no texto da presente edição, apenas com mais ordem e clareza, insistimos. Era o meio de reviver o interessantíssimo livro de Hans Staden – e o fizemos para benefício do grande publico.

A primeira edição feita com este critério foi dada pela Companhia Editora Nacional em 1925. Na presente apenas modificamos a ortografia e acrescentamos o prefacio do Dr.

Dryander e as notas de Staden sobre os costumes dos tupinambás.”<sup>280</sup>

Fazendo parte da coleção **Biblioteca do Espírito Moderno**, o livro *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil* seria, a meu ver, (re) significado ao fazer parte de um espaço que buscava formar as pessoas num “espírito moderno” - iluminista, instruída -, através de uma linguagem facilitadora. Sendo escolhido para compor a série, História e Biografia<sup>281</sup>, o livro representava para os seus leitores como algo fundamental a se adquirir, com uma forma acessível linguisticamente, conhecimentos sobre a história do Brasil e, neste caso, sobre a diversidade cultural dos povos indígenas. Este era um dos objetivos na criação da coleção: o acesso por homens sem especialização, sentido atribuído pelos seus editores, no caso, tanto Lobato como também pelo educador Anísio Teixeira. Para os dois era fundamental a instrução dos brasileiros sobre o passado através de livros que dissessem sobre as “origens” da nação. Conforme conseguimos identificar no texto abaixo, encontrado nos primeiros catálogos da **Biblioteca do Espírito Moderno**:

“A Biblioteca do Espírito Moderno visa coordenar para o leitor brasileiro, dentre as obras consagradas pela aceitação pública, aquelas que mais diretamente buscam condensar, esclarecer e popularizar a herança cultural da espécie, tornando-a realmente e sem perda nenhum dos finos e raros valores que sempre a caracterizaram quando não passava de legado atribuído a privilegiados eruditos, a herança comum e por todos partilhada”<sup>282</sup>”

O livro de Hans Staden tornou-se representativo deste passado, como um relato (verídico) capaz de dizer sobre os períodos iniciais da colonização, os usos e costumes dos indígenas, e, agora, através da “ordenação literária”, podia ser acessível por um público sem especialização, que precisava ser condicionado a um “redespertar da consciência nacional”. Como Lobato já havia afirmado, “Não há documento mais precioso relativo à terra brasílica logo após o descobrimento, e aos usos e costumes dos indígenas do que as memórias de Hans Staden”. Assim, em

<sup>280</sup> LOBATO, Monteiro. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. P. 8-9.

<sup>281</sup> A coleção **Biblioteca do Espírito Moderno**, era dividida em quatro séries ou grupos temáticos: Filosofia, Ciências, História e Biografia, e Literatura.

<sup>282</sup> Texto que aparece nos catálogos da *Biblioteca do Espírito Moderno*, em algumas Orelhas e em algumas Capas. Texto completo em: FONSECA, Sílvia Assam da. *Bibliotheca do Espírito Moderno*. P. 40.

comunhão com Lobato, para Teixeira a obra tornava-se constitutiva daquilo que ele considerava significativo para compor a sua coleção para formar um “Espírito Moderno”. Este “Espírito Moderno” era o que tornava “essa gente sã e sã porque se nutre bem”, e a nutrição, viria através da obtenção de conhecimento histórico, geográfico, biográfico, das filosofias. Ciências que educadores, literatos, pedagogos, intelectuais, estavam aclamando como importantes para a formação de um saber ou, na leitura iluminista de Teixeira, de um “Espírito Moderno”.

Podemos ver que o livro de Hans Staden era importante para Lobato pelo seu valor documental, histórico e etnográfico, e ele, enquanto mediador cultural, incumbiu-se da missão de publicá-lo com uma linguagem literária, a fim de que ele fosse acessado por um público diverso e amplo. Esta atribuição de importância, podemos ver, reflete-se pelas várias edições, na inclusão em coleções pedagógicas (e cívico-patrióticas) e em sua própria coleção, que tinha o objetivo de representar um legado dele para a literatura.

Assim, através de Lobato e de sua atribuição de literariedade ao texto original, o livro de Hans Staden passaria a compreender novos significados ou ser (re) significado, onde não mais era um relato de testemunho de salvação divina, como também, não significava apenas um documento histórico e etnográfico sobre o Brasil no período de colonização. A partir da leitura e tradução e linguagem de Lobato, o livro representava as suas articulações enquanto empresário (escolhendo o que deveria e o que não deveria ser publicado) e seus ideais enquanto literato, que via a literatura como um meio de instrução das pessoas e, através do conhecimento, a formação de uma nação. E, ainda, circularia no espaço das coleções, que estavam sendo criadas pelas grandes gráficas-editoras no Brasil devido a uma concepção iluminista de progresso da sociedade, através da leitura, e em razão dos movimentos políticos-educacionais.

O fato de que Lobato ter atribuído importância e ter empreendido o esforço em traduzir a seu modo, um livro do século XVI, que tratava da relação entre indígenas e não-indígenas e sobre a prática dos rituais de antropofagia dos indígenas, foi algo que me chamou a atenção. Levando-me a questionar: o que era esta “ordenação literária”, que o autor designa no trato dele com aquele material? Como ele realiza esta atribuição de literariedade ao texto? Ocorre da mesma forma em todas as edições, 1925 e 1945, e entre a para adultos e para crianças? Quais partes, para Lobato, seriam relevantes para alcançar seu pretendido público adulto?



E para o infantil? Em suma, o que, do relato de Hans Staden, prestava-se para os objetivos e ideais (literário, de venda, de nação, pedagógico, cívico-patriótico) de Lobato, e o diálogo deste com outros intelectuais.

## 4 (Re) significações do diário de Hans Staden por Monteiro Lobato

### 4.1 Hans Staden à lobatiana: uma ordenação e uma criação literária

O livro de Hans Staden, quando escrito no século XVI, tinha por objetivo principal ser um testemunho verídico sobre a salvação concedida por Deus. Este atributo seria construído pelo seu próprio autor a partir das suas experiências de viagens a América Portuguesa e, sobretudo, por ter sido prisioneiro dos indígenas tupinambás, praticantes de rituais de antropofagia. Por ter vivido tais experiências, Staden procurou atribuir não apenas veracidade ao seu relato, como também importância de que deveria ser lido, ao menos, pelos alemães cristãos. Para isto, o autor contou com o prefácio do Dr. Dryander que exalta e elogia o relato do viajante e a dedicatória ao príncipe Felipe I de Hesse.

Muito tempo levaria até que o livro fosse traduzido do alemão para o português e seria feito, primeiramente, por intelectuais de institutos científicos, que ressaltariam uma relevância para aquele material enquanto um documento que dizia sobre o passado colonial, e que o fazia veridicamente. O livro iria acessar um espaço científico e ganharia uma conotação documental, com seus tradutores tendo a intenção de que fosse lido e estudado pelos integrantes dos institutos. Localizando-o como contribuinte para o conhecimento da história do Brasil, Monteiro Lobato também manipularia o livro, mas o transformaria num testemunho literário. A partir da edição de 1900, publicada por Albert Löfgren na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** (que se propôs uma “tradução literal” da primeira edição de 1557), Lobato se apropriaria e faria uma “ordenação literária” daquele material.

Na busca por compreender o lugar das edições do livro de Staden, bem como a atribuição de importância fundamental que lhe foi dada para a compreensão da história do Brasil, tornou-se crucial que eu compreendesse o valor dado por Lobato àquele material. Pois, como mostra a fortuna crítica do autor, através da sua atuação enquanto literato (escrevendo para adultos e crianças), e empresário das letras (sendo diretor da **Revista do Brasil** e fundador de gráficas-editoras), ele pode

exercer influência para além dos círculos literários e, como defini no capítulo anterior, como um mediador da cultura, seja presente em ambientes políticos, pedagógicos, educacionais e sociais ou seja realizando a mediação entre cultura (livros, jornais, coleções) e público (adulto não especializado e infantil). E como podemos ver, a importância e os significados novos foram concedidos ao relato de Staden através da atribuição de uma literariedade, da inserção no universo infantil, e da sua publicação em coleções político-pedagógicas. Desta forma, a meu ver, devido a sua atuação de mediador da cultura, o relato foi transformado e (re) significado para atender a novas e diferentes finalidades, sendo utilizado por públicos distintos.

A partir da “tradução literal” de Albert Löfgren, Lobato afirmava que havia feito uma “ordenação literária” dando ao relato de Hans Staden mais clareza ou o “tempero”, o que tornava o livro interessante e, por isso, possível de ser lido para além dos círculos científicos. Acaba, assim, por propor também uma vulgarização da ciência, neste caso, dos estudos históricos, geográficos e etnográficos. Além da instrução de pessoas não especializadas, objetivava-se com esta ordenação tornar o livro um sucesso de venda e ter um esperado retorno lucrativo. Vale lembrar, que este foi o primeiro livro lançado pela **Companhia Editora Nacional** que, junto ao Octalles Ferreira, Lobato acabara de fundar após a falência da **Monteiro Lobato e Cia.**

A fim de compreender melhor o lugar da edição do livro de Staden e o significado desta para Lobato, enquanto mediador cultural, buscarei questionar neste capítulo: quais elementos que constituíram a atribuição de literariedade àquele material? O que, do relato de Staden, prestava-se aos objetivos de mediador cultural de Lobato? E o que convinha para a edição infantil? E para isto, realizarei duas análises distintas: uma a partir do *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, de 1925; e outra da edição *Aventuras de Hans Staden*, de 1927.

Primeiramente, promoverei uma análise comparativa entre a edição de Albert Löfgren, *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil* e a edição de Lobato, *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. A comparação se presta à percepção de quais elementos foram mantidos, modificados, transformados e excluídos por Lobato, da tradução de Löfgren. Além disto, acredito que, desta forma, conseguiremos ter uma compreensão melhor do significado de “ordenação literária”. Meu segundo movimento, consistirá em examinar o livro *Aventuras de*

*Hans Staden*, principalmente, a partir do *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Já que, procedeu desta edição a adaptação e criação do infantil. Novamente, desejo observar quais elementos conformaram a versão para as crianças e, neste caso, quais partes do relato que foram (re) criados no universo do Sítio do Pica Pau Amarelo.

Minha hipótese inicial é a de que as transformações realizadas por Lobato no relato de Hans Staden, além da já proposta pelo autor, no prefácio da edição – de torná-la acessível a um público não especializado, através de uma (re) escrita que facilitasse a leitura e que a tornasse prazerosa -, tiveram a finalidade de criar uma história que dissesse a “verdade”, o que para ele significava contar a história do Brasil sem ufanismos. Para mim, tal escrita de uma “verdade” estava articulada ao projeto ou ideia de nação que o próprio Lobato almejava. A “verdade” era a liberdade de expressão para Lobato, pois, através da exposição dos problemas, de forma crítica, poderia se pensar em propostas que viessem a solucioná-los. Com sua forma de escrita, onde a “linguagem enxuta, repleta de ironia, fina e cortante”<sup>283</sup> era sua marca desde *Uma Velha Praga* e *Urupês*, constituíam-se elementos de uma escrita de “verdade” para o autor e seu público leitor. Marca que também o influenciava na seleção e publicação de livros, selecionando materiais que contivessem a mesma escrita despojada de ufanismos e excluindo os que não contribuíam para a compreensão dos verdadeiros problemas do país.

Escrevendo o conto *Bocartorta*, que viria a compor o livro *Urupês*, Lobato dizia ao seu cunhado Heitor:

“Talvez influência do exército germânico, talvez reação a água morna dos nossos literatos, incapazes de matar uma mosca, por sentimentalismo mulhêr, o diabo que seja, o caso é que estou me tornando uma verdadeira fera de Uganda. (...). Se os meus caboclos soubessem ler e soubessem como sou feroz...”<sup>284</sup>

Esta hipótese da forma da escrita e da seleção ancoradas num ideal de verdade foi construída a partir da leitura das edições lobatianas de Staden unidas a cartas, prefácios (que ele escreveu para outros autores, como Gilberto Freyre) e reportagens. No capítulo anterior, a partir de algumas cartas de Lobato ao seu amigo Rangel, vimos que Lobato reclamava contra autores falavam de forma

<sup>283</sup> AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 3ª ed. 2001. P. 102.

<sup>284</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. 154-155.

“apaixonada”<sup>285</sup> sobre o Brasil e os que aproximavam o país de Portugal, numa relação mãe e filho. Com isto, pude perceber melhor a ideia que Lobato tinha de nação e pátria – a meu ver, estavam conectadas a uma proposta de desenvolvimento da economia, com a extração do ferro e do petróleo, e com isto, da educação, política, e higienização do país -; e como podemos ver nas citações abaixo, a concepção que este tinha de história do Brasil estava conectado a estes ideais.

“Ah, as nossas Histórias do Brasil, copiadas umas das outras, peoradas uma das outras, com aqueles donatários que não tem fim, com aquelas datas ultras-insignificantes, com aquelas guerras do Alecrim e da Manjerona, que solenemente se denominam ‘Guerra dos Mascates’, ‘Guerra dos Emboabas’, ‘Revolução de 42’ (...)”<sup>286</sup>

&

“Apenas de um dos nossos ‘fatos históricos’ guardei memória alegre: - um bispo Sardinha que naufragou nas costas do Norte e foi devorado pelos índios. Como me pareceu natural que os índios comessem um homem de tal nome...”<sup>287</sup>

Acredito que o literato criticava as histórias que contavam apenas sobre as guerras, os conflitos e a atuação dos donatários, ou seja, que contava uma história do Brasil por um viés político e administrativo. Para ele, estas histórias repetiam “datas ultra-insignificantes” e não tratavam de questões importantes e atrativas, como ele ironiza, sobre a morte do bispo Sardinha. Ele diz, que o fato histórico que ele havia guardado na memória fora o bispo ter sido morto e devorado pelos indígenas, pois, lhe pareceu natural devido ao seu nome. Acredito que o “natural” também estava associado à ideia do que para ele ocorria de “verdade”, ou seja, houve a colonização e a antropofagia, e esta última poderia parecer cruel para alguns, mas era o que de fato existia na história do Brasil. E isto era o que deveria ser ensinado às crianças.

Assim, a forma dada (seja pela ordenação ou pela criação literária) por Lobato àquele aquele livro de 1557 articulava questões de nação, patriotismo e “verdade”. Para o autor, este relato narrava a história do Brasil sem ufanismos, sem “encher

<sup>285</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 80.

<sup>286</sup> LOBATO, Monteiro. *Prefácios e Entrevistas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946. P. 111.

<sup>287</sup> *Ibidem*.

língua”<sup>288</sup>, contando de forma “fina e cortante” sobre as relações sociais no período da colonização, como o ato de comer carne humana dos indígenas. E como veremos a partir da análise comparativa, na versão para adultos e para as crianças, o Hans Staden lobatiano ressaltava, sobretudo, os problemas vividos em alto-mar, os conflitos e mortes entre franceses e portugueses, as pilhagens cometidas pelos navegantes e o canibalismo indígena. Observo que aqui que a dimensão de guerra destacada por Lobato assume um caráter de cotidiano e que era acionado como um meio de formular uma moral sobre a ação dos homens, portanto, discurso distinto das narrativas históricas que indicavam uma cronologia de eventos geridas por governantes distantes dos fatos.

Na seção “Bibliographia”, do jornal **Estado de São Paulo**, Plínio Barreto, um dos integrantes do corpo editorial da **Revista do Brasil**, escreve em novembro de 1925 um artigo onde destaca a importância de leitura de algumas publicações recentes. Destaca o livro de Waldyr Niemeyer, *O japonês no Brasil, A imigração japonesa*, de Oliveira Botelho, *Uma estação em poços de caldas*, de Carlos Maia, e *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, de Monteiro Lobato. Sobre a publicação do *Meu cativo*, Barreto aponta para contribuições do livro:

“Se dá bem a conhecer os costumes dos selvagens, o livro de Hans Staden retrata, igualmente, com nitidez, a psicologia e os hábitos dos europeus que na época, andavam pelo Brasil. Estes e aquella eram de apavorar.”<sup>289</sup>

No início do artigo, Plínio Barreto expõe duas teorias controversas sobre a explicação da prática da antropofagia indígena: para uns, o ato de comer carne humana expressava um rito religioso, ou “um acto de superstição”; para outros, porém, o ato do canibalismo ocorreu devido as dificuldades de alimentação e, por isso, acabou tornando-se um hábito entre os indígenas. Contrapondo tais teorias, Barreto utiliza-se do relato de Hans Staden, ressaltando que a fizera a partir da edição de Monteiro Lobato, ordenada e atrativa para a generalidade de leitores, segundo ele. Através da leitura do livro, Barreto afirma que fica patente nos episódios narrados pelo alemão, “a gulodice dos selvagens”.

<sup>288</sup> “Tomei-me de tal engulho pelo naturalismo formalístico, impessoal – pedaços de natureza vistos através dum molde – que o considero máquina de fabricar língua.” In: LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 55

<sup>289</sup> BARRETO, Plínio. “Bibliographia”. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 de novembro de 1925. P. 3.

“Nenhum deles se lançou à carne desses prisioneiros para adquirir, comendo-a, as virtudes do morto, nem para realizar qualquer cerimonia de caracter religioso. Lançaram-se a ella, todos elles, num movimento de glotoneria, animal, devorando-os como cães esfaimados.”<sup>290</sup>

Desta forma, Barreto reclama da teoria de Staden – na linguagem de Lobato - como a verdadeira: através do seu relato via-se uma “verdade” onde os indígenas eram “cães esfaimados” e comiam carne humana por puro prazer e selvageria. E além da antropofagia, ele reclamaria de outras descrições de “verdade” da história do Brasil, como as relações entre os colonizadores: “A ferocidade do selvagem nada tinha que ensinar à do civilizado. A rivalidade comercial entre portugueses e francezes a taes mesquinhas (...).”<sup>291</sup>

“Livro precioso para notícia dos índios que habitavam o Brasil meio século depois do seu descobrimento, mais precioso é ainda para illustração da perversidade infinita dos homens quando não os contém o receio de castigo.”<sup>292</sup>

A “verdade” a qual Barreto está se referindo construiu-se a partir da “ordenação literária” realizada por Lobato sobre o texto de Staden. Como vimos, a descrição de sobrevivência de ter sido aprisionado e quase devorado pelos indígenas tupinambás tinha, para Staden, o objetivo de ser um testemunho verídico sobre a salvação concedida por Deus a ele. Traduzido de acordo com Lobato, o relato seria modificado a fim de adquirir novos propósitos, no caso, um livro que dizia sobre a história do Brasil, os costumes e a prática de comer carne humana dos indígenas, com uma linguagem que facilitava a leitura e a tornava interessante. Na edição infantil, então, o literato não apenas transformaria, mas criaria um novo Hans Staden.

---

<sup>290</sup> *Ibidem.*

<sup>291</sup> BARRETO, Plínio. “Bibliographia”. P. 3. Como “mesquinhas”, Plínio Barreto continua citando o episódio narrado por Hans Staden, em que lhe é negado o pedido de salvamento de um francês, cristão. Este francês, visitava o lugar onde Staden estaria aprisionado. No relato, Staden pede ao francês que dissesse aos indígenas tupinambás que ele também era francês, livrando-o, assim, de ser devorado. Contudo, o francês afirma que ele era português, inimigo dos tupinambás, e que ele deveria ser devorado.

<sup>292</sup> *Ibidem.*

#### 4.1.1.

#### **Meu Captiveiro entre os Selvagens: uma ordenação literária**

Conforme demarquei anteriormente, destacarei comparativamente *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*, de Albert Löfgren; e a edição de Lobato de 1925, *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. Acredito que a observação de alguns elementos nos façam compreender melhor o significado da “ordenação literária” de Lobato, assim como os usos e (re) significações do livro de Staden.

Conforme visto no primeiro capítulo, Löfgren buscou realizar uma “tradução literal” de um exemplar da primeira edição do livro, de 1557. Seu objetivo era ser fiel ao estilo simples e narrativo de Staden, mantendo até os erros de ortografia. Contrapondo à tradução em “linguagem vernácula” de Tristão Alencar Araripe, que havia utilizado uma edição em língua francesa e omitia algumas partes do livro, Löfgren afirmava que a sua era mais fidedigna ao relato original e, por isto, mais científica. Lobato não estava preocupado em atribuir um status de cientificidade a sua edição, mas uma leitura ordenada e facilitadora, para que “todos os brasileiros” pudessem ter acesso “a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios”<sup>293</sup>.

Estruturalmente, a edição de Löfgren e a edição de Lobato já apresentam diferenças que marcam o propósito de cada uma, científico e literário. Seguindo o formato dado a edição em 1557, Löfgren apresenta: a dedicatória ao príncipe Felipe I, o prefácio do Dr. Dryander, a primeira parte do livro em que Staden relata suas viagens a América Portuguesa, a oração de Staden, a segunda parte com a descrição dos usos e costumes dos indígenas, e por fim, o Discurso Final. Porém, ao final do livro, ele acrescentou notas explicativas de alguns termos e lugares citados por Staden. Estas foram escritas por Theodoro Sampaio e o tradutor denominou este capítulo de “Notas a Hans Staden”. Löfgren, apresenta todas as xilogravuras contidas no original, também alocadas conforme a edição de 1557.

A edição de Staden por Lobato, como descrevi no capítulo anterior, teve um formato na primeira edição e outro, ampliado, na quarta edição de 1945. Para a análise comparativa, utilizei a edição de 1925 (primeira), contudo, fiz algumas observações entre as duas, sobretudo no que diz respeito ao formato. A edição de

---

<sup>293</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 3-4.



1925, *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*, consiste apenas da primeira parte do livro de Staden, na qual o viajante relata as suas duas viagens e das xilogravuras apresentadas nesta primeira parte.

A edição ampliada de 1945 traz todas as partes do livro de 1557, assim como Löfgren. A dedicatória, o prefácio do Dr. Dryander, a primeira parte com a narrativa, a oração de Staden, a segunda parte com a descrição dos usos e costumes dos indígenas, e por fim, o Discurso Final; contudo, não apresenta a mesma estrutura do original. Lobato cria uma disposição própria para as partes constituintes do livro: a dedicatória ao príncipe Felipe I, seguido pelo prefácio escrito pelo Dr. Dryander, a oração de Staden e, de modo inverso ao original, primeiramente é exposta a parte descritiva dos usos e costumes dos indígenas, o “Discurso Final” e, por fim, a narrativa das experiências de viagens a América. Quanto às xilogravuras, ambas edições contêm apenas as gravuras da parte da narrativa; assim, na edição de 1945 ele não reproduz as imagens correspondentes a parte descritiva dos usos e costumes.

Como vimos, no prefácio da nova edição de 1945 ele afirma utilizar a “tradução literal” de Löfgren, mas transformando-a, dando a ela uma “ordenação literária”. A busca de Lobato por afirmar a sua utilização de um material mais próximo à linguagem “original” de Staden, corrobora a hipótese de preocupação do literato em deixar clara para o leitor a verossimilhança no relato. Onde a atribuição de uma característica literária (ou, uma tradução lobatiana) não pormenorizava a “verdade” contida na sua edição. Neste caso, a meu ver, ao chamar a atenção do leitor para a sua utilização da edição de Löfgren, ele estava querendo dizer que estava utilizando um material científico, que buscava atestar o relato de Staden como um documento precioso e verdadeiro. E que ele, Lobato, embora estivesse fazendo uma atribuição de características literárias ao relato, organizando-o a partir do seu olhar enquanto literato, também se preocupava com esta atribuição de “verdade”. A partir da análise das edições, acredito que poderemos ver a forma como ele estrutura as partes do livro e cria sua sequência como atestados de “verdade” que, apesar da linguagem literária, tinha as mesmas qualidades informativas do conteúdo científico. Exemplar dessa estratégia é a localização do prefácio escrito pelo Dr. Dryander, que certifica o relato do viajante: segue logo a seguir do prefácio de Lobato, e não a dedicatória ao príncipe Felipe I, como no original.

Na edição infantil, acredito que fica ainda mais perceptível a relação feita por Lobato entre a verdade e a verossimilhança, no uso do relato de Staden em meio ao universo maravilhoso do Sítio do Pica Pau Amarelo. Neste caso, o alemão torna-se um personagem que, na escrita do literato, viveu grandes aventuras numa terra sem civilização, com indígenas comedores de carne humana, e que retratou tudo o que vivenciou. E na fala de Dona Benta, personagem que funciona como um “atestado de verdade e justiça” no lugar de fala de Lobato, a história do aventureiro relaciona uma ideia de “verdade” (que instrui as crianças sobre a verdadeira história do Brasil) e de fictício.

Outro ponto que também me faz acreditar nesta relação entre verdade e verossimilhança se dá pelo uso de uma linguagem que o literato diz ser a de Staden, na parte da descrição dos usos e costumes dos tupinambás. Afirma que “Nesta parte conservamos o estropiamento dos nomes característicos de Hans Staden”<sup>294</sup>, porém, na narrativa, ele mantém a grafia atualizada que fizera na primeira edição, ou seja, há uma discrepância entre o que ele afirma fazer e o que faz, mas que se adequa ao que localizo como a “ordenação literária” sugerida por Lobato. Vale também ressaltar que a quarta edição fora intitulada tal como a de Löfgren: *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*, substituindo, apenas, a palavra “selvagens” por “índios”. O que, para mim, fica mais latente a tentativa de conferir à sua edição o mesmo grau de importância e “verdade” que a publicada na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**.

Embora seja significativa a diferença do formato entre as duas edições de Lobato, não há mudanças expressivas entre elas na parte do relato de viagens e experiências na América Portuguesa, selecionada para análise. Apenas uma atualização gramatical, como o verbo asfixiar, que na edição de 1925 aparece “asphyxiar-nos”<sup>295</sup> e, na quarta edição, “asfixiar-nos”<sup>296</sup>. Então, optei por utilizar para comparação a primeira edição, *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Em ambas edições, são utilizadas as notas escritas por Theodoro Sampaio, feitas para a tradução de Löfgren. Porém, Lobato não criara o capítulo “Notas de Hans

<sup>294</sup> LOBATO, Monteiro. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. p. 31. Vale ressaltar que, embora Lobato tenha mantido o “estropiamento dos nomes característicos” da parte descritiva, ele não fez o mesmo na parte do relato, por conta da “ordenação literária”.

<sup>295</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 17.

<sup>296</sup> LOBATO, Monteiro. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. p. 82.

Staden”, mas as empregou em meio a narrativa ou como nota de rodapé, manipulando-as conforme lhe convinha.

“(…) logo apareceram os dois selvagens que me haviam aprisionado, os irmãos Nhaepépô-oaçu (panella grande) e Alkindar-miri (alguidar pequeno), e disseram-me que me haviam dado de presente ao seu tio Ipirú-guaçu (tubarão grande), o qual devia cuidar de mim e matar-me em oportuno afim de ganhar um nome á minha custa.”<sup>297</sup>

&

“Pag. 51, lin 3 e 4 (...Iepipo Wasu e seu irmão Alkindar Miri...)”

Estao alterados e confundidos os nomes destes dous indivíduos. O primeiro deve ser Nhaepépô-oaçu, que quer dizer *Panella grande*, e o segundo está evidentemente lusianisado em parte, pois que *Alkindar* é o portuguez alguidar, que para o Tupi se traduz *nhaem*. O nome do segundo seria pois no Tupi, *Nhaem-miri*.

Pag. 51, lin. 5 (...Iperu Wasu)

Diga-se Ipirú-guaçu, tubarão grande.”<sup>298</sup>

A explicação de Sampaio, parece-nos bem mais descritiva sobre o significado dos nomes dos indígenas e traz a referência do nome numa linguagem aportuguesada, que é a utilizada por Lobato. Este, ao retirar e se apropriar das notas, torna a leitura da informação mais fácil de ser compreendida e acessível, por estar no corpo do texto.

“Deante de mim postou-se o morubixaba, (1) armado da clava com que matam os prisioneiros. Fez um discurso e contou aos outros como me haviam apanhado, e assim escravizado um *pero* (2) para se vingarem da morte dos seus.”<sup>299</sup>

As referências no corpo do texto, “(1)” e “(2)”, são notas de rodapé criadas por Lobato. Nestas notas escreve o significado da palavra “morubichaba”, “Chefe indígena, cacique”; e “pero”, “Os indígenas chamavam aos portuguezes *peros*, e aos franceses *mair*”. Como vemos, o literato retirou as informações das “Notas” escritas por Sampaio, incluindo-as na narrativa. Desta forma, não apenas ele

<sup>297</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 68

<sup>298</sup> SAMPAIO, Theodoro. “Notas de Hans Staden”. In: *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. P. 20.

<sup>299</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 56. Ele utiliza o mesmo recurso da nota de rodapé, para explicação da localização de Ocaráçú, na página 131.

tornava a leitura da nota mais acessível, como também familiarizava o leitor com um conhecimento mais aprofundado sobre as designações utilizadas e as peculiaridades descritas por Staden.

O relato é composto de 53 capítulos e ambas edições, de Löfgren e a de Lobato, não diferem quanto número de capítulos, tal como o que é desenvolvido em cada um. Também não se distinguem sobre a alocação das xilogravuras. Atrelado ao original, Löfgren apresenta os mesmos títulos, longos e descritivos de Staden. Já Lobato, encurta os títulos ou cria novos, modificando, desta forma, a característica presente no original de sintetizar o que seria apresentado. Enquanto no primeiro título Staden faz referência aos perigos das navegações e à salvação dos homens concedida por Deus: “De que vale a cidade o guarda, e ao navio possante nos mares, si Deus a elles não proteger?”<sup>300</sup>, Lobato cria um novo título, onde não há a referência ao divino, mas atribui ao alemão um espírito aventureiro: “De quem sou eu e de como deliberei viajar”<sup>301</sup>. Destaco outros exemplos em que vemos alteração no título de Lobato, em comparação ao de Löfgren:

<i>Hans Staden: meu captiveiro entre os selvagens</i> (1900)	<i>Meu captiveiro entre os selvagens</i> (1925)
Cap. IX “De como alguns de nós sahiram com o bote para reconhecer o porto e acharam um crucifixo sobre uma rocha”	Cap. IX “De como sahimos de bote e achamos um crucifixo sobre uma rocha”
Cap. XIII “Como soubemos em que paiz de selvagens tínhamos naufragado”	Cap. XIII “De como soubemos em que ponto havíamos naufragado”
Cap. XXI “Como me trataram de dia, quando me levaram ás suas casas”	Cap. XXI “De como me trataram na taba”

Assim, os títulos seria um lugar onde Lobato também realiza a sua ordenação do relato, pois, ao modificá-los (encurtando ou rescrevendo), o literato estava “lobatiando” ou limpando o texto de tudo aquilo que não era seu modo de escrever.

<sup>300</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. P. 12.

<sup>301</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 5.

E por ser mais curto, vejo que tornava a leitura mais simples e rápida. Esta característica de resumo, como podemos observar através da comparação, se dá ao longo do livro, onde Lobato encurta algumas partes da narrativa. Por vezes, ele retira algumas informações técnicas, como a medição de milhas ou a localização da nau, descritas no processo de navegação:

“(…), sahimos da ilha de Barbaria (Marroco), para uma cidade chamada Cape de Gel (Arzilla é mais ou menos a 30 milhas de Tanger) que pertence a um rei mouro, branco, a quem denominaam Shiriffi (Sheriff).”<sup>302</sup> (1900)

“(…) em seguida velejamos de rumo á Berberia, onde alcançamos Arzilla, cidade que pertenceu a Portugal, mas está hoje nas mãos de um rei mouro, ou Sheriff.”<sup>303</sup> (1925)

&

“Aconteceu, porém, uma vez que um hespanhol da Ilha de S. Vicente veio me visitar na ilha de Santo Maro, que fica a cerca de 5 milhas, e mais, um allemão de nome Heliodorus Hessus, (...).”<sup>304</sup> (1900)

“Aconteceu, porém, que um hespanhol de S. Vicente veio visitar-me em Santo Amaro, em companhia de um allemão, Heliodoro Hesse, (...).”<sup>305</sup> (1925)

Em algumas passagens, o resumo de Lobato suprime algumas informações, mas acrescenta outras, retiradas das “notas de Hans Staden”, o que torna simultaneamente o texto menos técnico ou científico, porém, mais fluido, simples, rápido e, talvez, mais literário. Destaco a seguir um fragmento da edição de Löfgren, e outro da lobatiana; enquanto vemos Staden descrever, na “tradução literal”, a localização geográfica da embarcação em que ele naufragava; na tradução de Lobato, há a leitura de tal informação, mas a partir das características da região.

“Sahimos, pois, do forte de Inbiassape que se acha no grau 28, ao sul do Equinoxio, e chegámos cerca de dois dias depois da nossa partida a uma ilha chamada *Alkatrases*, mais ou menos a 40 milhas do logar de onde sahimos.”<sup>306</sup> (1900)

“Sahimos, e após dois dias de viagem alcançamos uma ilha chamada dos Alcatrazes, nome tomado de umas aves marinhas,

<sup>302</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 14-15

<sup>303</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 8

<sup>304</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 43

<sup>305</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 54.

<sup>306</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 34

fáceis de apanhar, que alli se reúnem em grande quantidade.”<sup>307</sup>  
(1925)

Outra característica do texto de Staden, na linguagem de Lobato que podemos observar seria a atualização gramatical. Lobato substitui termos mais técnicos ou científicos, da linguagem tupi (Lobato chama de “língua da terra”) e da língua alemã, por palavras atualizadas e, às vezes, menos formais. A tradução de Löfgren, apresenta a transcrição fonética do original alemão em linguagem gótica. Por exemplo, a seguir, destaquei um fragmento das duas edições em que vemos a atualização gramatical da palavra “Lissebona”, por “Lisboa”. Mas além da alteração do vocábulo, neste mesmo fragmento, Lobato substitui a referência da distância entre os lugares, ao invés da medição por milhas, o literato apenas diz “que é perto”: “Dahi fui a Lissebona que dista cinco milhas de São Tuval.”<sup>308</sup> (1900); “(...), depois de uma travessia de quatro semanas, cheguei a Setubal. De Setubal segui para Lisboa, que é perto, (...).”<sup>309</sup> (1925).

Destaco mais dois fragmentos, nos quais podemos ver além da atualização do nome da cidade, “Funtschal”, Lobato dá um novo tratamento ao significado da palavra “victualhas”. Ao invés de se referir como gêneros alimentícios o literato brinca, dizendo que os viajantes se abasteceram com “munição de boca”. “Alli mesmo, numa cidade chamada Funtschal, embarcávamos victualhas.”<sup>310</sup> (1900); “Na cidade de Funchal nossas naus se abasteceram de munição de boca (...).”<sup>311</sup> (1925). Para além da atualização gramatical, o que já implicaria numa facilidade de leitura, esta modificação implicava também em tornar o texto mais vendável para Lobato e agradável para o leitor, que não iria estranhar termos como “Lissebona” e “Prasil”<sup>312</sup>: com menos atributos científicos e com mais literariedade. Como a tradução do significado da palavra “Kauuium pipeg”, que na tradução de Löfgren: “(...) depois do que matar-me-ia e *Kawewi pepicke*, isto é, queriam fabricar a sua bebida, reunir-se para uma festa e me devorar conjuntamente.”<sup>313</sup> (1900); diferente

<sup>307</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 40

<sup>308</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 13. Grifo meu.

<sup>309</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 5. Grifo meu.

<sup>310</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 14. Grifo meu.

<sup>311</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 8. Grifo meu.

<sup>312</sup> “Levou-me elle para um navio, como artilheiro. O capitão deste vaso chamava-se Pintado e se destinava-se ao Prasil, (...).” LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 13.

<sup>313</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 45.

e menos formal na leitura de Lobato: “ – Kaiuim pipeg! isto é, muito cauim havia de correr! Significava com isto que ia elle preparar o cauim, devendo reunirem-se todos para devorar-me conjunctamente.”<sup>314</sup> (1925).

Outra característica que observei a partir da comparação se refere, na edição de Lobato, a um não estranhamento de Staden com o diferente ou desconhecido. Parece-me que o literato aproxima a escrita de Staden para o seu tempo e espaço, acabando por facilitar a compreensão de um leitor não especializado. Por exemplo, Staden recém-chegado em um lugar chamado Bertioga, presencia um ataque na região de indígenas tupinambás, ele afirma que tal local necessita de fortificação para defesa, na tradução de Löfgren lemos: “Depois disto pensaram as autoridades e o povo que era bom não abandonar este logar, mas que devia ser fortificado, porque deste ponto todo o paiz podia ser defendido.”<sup>315</sup>. A partir da leitura de Löfgren, a percepção que temos é que para o viajante a ideia que se tinha de território da América Portuguesa era determinado pela região litorânea<sup>316</sup>, neste caso São Vicente. Demarcando de forma mais precisa, e retirando tal percepção de “paiz”, Lobato modifica a fala de Staden, onde ele especifica que Staden tenciona a defender São Vicente, pois aquele era um “ponto estratégico”, para o colonizador: “Depois disto as autoridades e o povo verificaram a conveniência de não ser abandonado aquelle ponto estratégico, precioso para a defesa do território de S. Vicente, e cuidaram de o fortificar de novo.”<sup>317</sup>

Destaco a seguir mais duas passagens nas quais, a meu ver, o Staden traduzido por Löfgren evidencia um desconhecimento frente aquele novo lugar, buscando descrevê-lo para o leitor, enquanto o Staden de Lobato, ao invés disto, demonstra familiarização frente ao leitor. “(...), além de algumas casas na ilha que se chama Ingenio (Engenho) e as quaes se faz assucar.”<sup>318</sup> (1900); “Existem ainda alguns

<sup>314</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 47. Grifo meu. P. 57.

<sup>315</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 40. Grifo meu.

<sup>316</sup> Ilmar Mattos, discute a utilização de expressões como: “Paiz” e “Continente”. Na tentativa de perceber, o que tais expressões definiam como que constituía uma região no espaço colonial. E através disto, compreender as relações sociais e as articulações “nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. Vendo a ideia de “região”, uma localização espacial, como algo dinâmico. In: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: formação do Estado Imperial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1900. Pp. 18-33.

<sup>317</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 50.

<sup>318</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 37. Grifo meu.

engenhos de assucar esparsos pela ilha.”<sup>319</sup> (1925). “Entrámos numa praia que vai beirando o mar e alli perto estavam as suas mulheres numa plantação de raízes, que chamam mandioca.”<sup>320</sup> (1900); “Entramos por uma praia perto da qual estavam mulheres lidando numa plantação de mandioca.”<sup>321</sup> (1925). A atualização feita por Lobato acabava por aproximar o leitor do relato de Staden, a percepção de desconhecimento presente na “tradução literal” de Lofgren é eliminada ou quase isso.

Um dos pontos que se destacou para mim, através da análise, foi a atenção dada pelo literato aos nomes das pessoas aos quais Staden descreve e com os quais dialoga, principalmente, dos indígenas. Em alguns momentos, Lobato cria designações para as pessoas ou grupos aos quais Staden se refere, por exemplo: “Os homens iam com suas flechas e arcos para as casas e recommendaram-me ás suas mulheres que me levassem entre si, indo algumas adiante, outras atrás de mim.”<sup>322</sup> (1900); “Os guerreiros disseram ás mulheres que me levassem e recolheram-se ás suas cabanas com as armas.”<sup>323</sup> (1925). Na maioria dos casos, ele substitui o “elle” pelo nome do indígena ao qual Staden estava se referindo ou dialogando: “Elle assou Hieronymus de noite, a mais ou menos um passo distante de onde eu estava deitado.”<sup>324</sup> (1900); “Paraguá assou a carne de Jeronymo á noite, a um passo distante do ponto em que eu me achava deitado.”<sup>325</sup> (1925).

Acredito que ao nomear os outros que também faziam parte no relato, para além do protagonista alemão, Lobato ilustrava melhor a narrativa, e por isso o leitor tinha uma percepção de quem compunha a cena e realizava as ações. Substituindo os “homens” e os “elle” pelos nomes dos indígenas ou por denominações como “guerreiros”; destaco outro exemplo: “Elle (o rei) pediu-me muito para que ficassem bons. Andei em roda deles e lhes deitei a mão nas cabeças, como me pediram.”<sup>326</sup> (1900); “Nhaepêpê pediu-me que os curasse. Andei então á roda deles, impondo-lhe as mãos de modo a convencer-os de que os estava curando.”<sup>327</sup> (1925).

<sup>319</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 47. Grifo meu.

<sup>320</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 50. Grifo meu.

<sup>321</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 65. Grifo meu.

<sup>322</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 50. Grifo meu.

<sup>323</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 65. Grifo meu.

<sup>324</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 98.

<sup>325</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 127.

<sup>326</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 68

<sup>327</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. p. 95-96. Grifo meu.



Por fim, o último aspecto que chamou minha atenção, foram as alterações feitas por Lobato e que aludem à figura de Deus na narrativa. O teor religioso do texto de Staden é suscitado através da frequente evocação de Deus durante os momentos de perigos ou em momentos nos quais o viajante se sentia ameaçado de ser devorado. Para o alemão, esta evocação servia como afirmação para o seu leitor de que seu salvamento fora concedido por Deus e que sua fé o manteve vivo, já que o seu relato tinha um forte direcionamento religioso. Realizando uma “tradução literal”, Lofgren manteve todas as referências religiosas do viajante; já na edição de Lobato, muitas passagens são suprimidas, retiradas, e por vezes, a religiosidade é associada à superstição ou credice (como podemos perceber na citação anterior). Este seria, assim, mais um dos elementos da “ordenação literária” proposta por Lobato.

Retornando ao início da narrativa, como apontado, Lobato cria um novo título para o primeiro capítulo. Enquanto na tradução de Löfgren lemos: “De que vale á cidade o guarda, e ao navio possante nos mares, si Deus a elles não proteger?”<sup>328</sup>; Lobato, dando ao alemão um espírito aventureiro, e sem a referência ao divino, intitula: “De quem sou eu e de como deliberei viajar”<sup>329</sup>. Em seguida, no início do texto, o literato menciona Staden novamente como uma pessoa livre e pronta para aventuras no Novo Mundo, porém, na edição de Löfgren, o alemão viajaria, com a permissão divina: “Eu, Hans Staden, de Homberg em Hessen, resolvi, caso Deus quisesse, visitar a India.”<sup>330</sup> (1900); “Eu, Hans Staden, natural de Homberg, pequena cidade do Estado de Hessen, na Allemanha, em certo momento da minha vida deliberei conhecer as Indias tão famosas.”<sup>331</sup> (1925).

No capítulo 20, Staden relata que estava navegando junto aos indígenas e começaram a surgir ventos e tempestades, o que teria prejudicado a viagem. Em vista disto os indígenas dizem ao alemão que ele peça a Deus que a chuva não lhes faça mal. Após a oração, na edição de Löfgren, o viajante agradece a Deus quando vê que a tempestade passa. Já na edição de Lobato, não há agradecimento, apenas a referência de desaparecimento da nuvem de tempestade. Como afirmei, há partes que são simplesmente retiradas pelo literato, como por exemplo, o pedido do

<sup>328</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. P. 12.

<sup>329</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 5.

<sup>330</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 12. Grifo meu.

<sup>331</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 5. Grifo meu.

viajante aos seus leitores: “Peço, por isso, ao leitor que preste atenção ao meu escripto, não que tome este trabalho mesmo por ter vontade de escrever novidades; mas unicamente para mostrar o beneficio de Deus.”<sup>332</sup>. Ou resumidas, como as orações e pedidos feitos a Deus: “No mesmo, disse eu, tenham fé, pois Elle me tem conservado tanto tempo entre os selvagens e o que Deus todo poderoso fizer comnosco, com isso devemos nos conformar’.”<sup>333</sup> (1900); “(...) aconselhei-os que tivessem fé, pois estavam vendo como Deus me ia conservando entre os selvagens.”<sup>334</sup>. Tal como no fim da narrativa, após o salvamento e retorno a Alemanha: “Assim me livrou o todo poderoso Senhor, o Deus, de Abrão, Issac e Jacob, do poder dos tyrannos. A elle sejam dados louvor, honra e gloria, por intermédio de Jesus Christo, seu amado filho, nosso Salvador. Amen.”<sup>335</sup> (1900); “Com isso desceram para terra e vi-me livre do martyrio, graças ao Senhor todo poderoso.”<sup>336</sup> (1925).

Lobato recorta, transforma e refaz a narrativa “traduzida literalmente” por Lofgren. Porém, as partes de maior tensão e provocativas de curiosidade, como as cenas de antropofagia, o literato não resume ou omite, apenas reescreve tal como na tradução de Löfgren. Esta era a “verdade” da história do Brasil que para Lobato não podia sofrer alterações, não precisava do “tempero” já que descrevia o que de fato ocorrera no período de colonização da América Portuguesa: conflitos entre portugueses e franceses, apropriação de riquezas, pilhagem e canibalismo.

Ao adaptar o livro de Staden para o seu próprio universo, o Sítio do Pica Pau Amarelo, Lobato expõe sua opinião e critica de forma ainda mais direta. A sua ação, usos e transformações do relato, fica ainda mais latente, o que permite compreender melhor o sentido de “verdade” daquele relato para o literato e que servia para o mediador cultural, da história contada pelo alemão, instruir e condicionar as crianças.

---

<sup>332</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 82

<sup>333</sup> *Idem*. p. 98-99.

<sup>334</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 128

<sup>335</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 111.

<sup>336</sup> LOBATO, Monteiro. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 151.

#### 4.1.2.

#### Aventuras de Hans Staden: uma criação literária

O relato de Hans Staden foi transformado e (re) significado por Monteiro Lobato, onde a modificação do texto estava articulada aos interesses e motivações do literato, que envolviam a de venda de livros e uma ideal nação – que ele almejava alcançar, através de investimentos econômicos e educacionais. Para mim, foram dados novos significados àquele material, pois, não era mais um relato de testemunho de salvação divina, mas uma forma de conhecimento da história do país de “verdade”, com uma linguagem facilitadora e prazerosa. E que, através das conexões de Lobato enquanto empresário, o livro faria parte de coleções criadas como forma de transmissão de conhecimentos e formação de adultos e crianças. Com a intenção de levar a conhecimento do relato de Staden às crianças, Lobato criou uma versão com formato e conteúdo consideravelmente distante do original, e é esta criação que pretendo discutir neste subcapítulo a fim de compreender melhor os usos e transformações feitos pelo literato

Começando pelo formato, tal como o *Meu Captiveiro entre os Selvagens do Brasil*, o *Aventuras de Hans Staden* abrange apenas a primeira parte do livro, porém, de maneira reformulada, visto que o autor criou um novo conteúdo, focando no aspecto da aventura e nos costumes dos indígenas. Exemplo do novo conteúdo é o capítulo “Os Maracás”, inexistente na edição para adultos. Diferente dos 53 capítulos que constituem o livro originalmente, o *Aventuras* é composto de 22 capítulos e com títulos ainda mais curtos e diretos: “A segunda viagem”, “O naufrágio”, “Esperanças”, “Salvação”. E alguns dos novos títulos, parecem buscar atrair a chamar a atenção e estimular a curiosidade do público infantil: “Anthropophagia”, “A guerra”, “Scenas de cannibalismo”, “Festa de canibais”.

Para esta edição não foram utilizadas as xilogravuras do original, mas ilustrações criadas por Kurt Wiese, a pedido de Lobato. Elas retratam algumas das principais cenas descritas por Staden, como as navegações, o aprisionamento do alemão, os conflitos, o ritual antropofágico, e o encontro de Staden com os franceses. Reproduzo algumas destas ilustrações, que chamaram a minha atenção, como por exemplo, as que retratam o alemão após o aprisionamento. Diferente das xilogravuras, o prisioneiro não aparece nu, embora seja indicado na narrativa que os indígenas tupinambás retiram as suas roupas e cortam a sua barba.



Figura 24: Hans Staden sendo entregue a Abati-Poçanga. Diferente do relato original, vemos Hans Staden vestido e calçado. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 137.

Embora fosse um livro para crianças, as cenas dos rituais de antropofagia foram retratadas de forma direta por Wiese. Na primeira figura, abaixo, podemos ver um indígena representado de forma animalesca, segurando uma perna ao lado de um cesto, que podemos supor, que haja mais partes do corpo humano ali. Na segunda imagem, foi retratado a cena de um indígena sendo sacrificado, levando o golpe da “iverapema” ou tacape.



Figura 25: Indígena segurando uma perna humana. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). p. 87

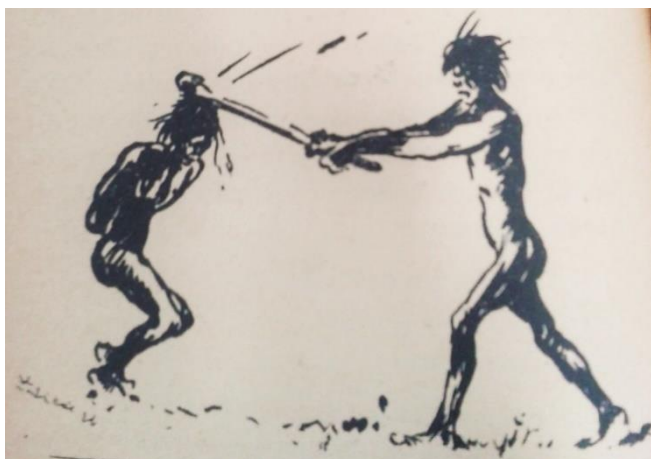


Figura 26: Índigena sendo sacrificado. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). p. 118

Para a edição infantil fora criada uma capa que contém não apenas o título, mas também uma imagem, sendo a única capa ilustrada entre as edições de Hans Staden até então. Nesta, podemos ver os europeus a frente dos indígenas, vestidos, calçados e empunhados de armas, representativos da civilização e do progresso. Ao passo que os indígenas, que mais parecem uns rabiscos ou um desenho mal feito, estão nus e segurando arcos e flechas. Contrastando, assim, o homem europeu e civilizado com a imagem do indígena atrasado e selvagem, o que poderia ser inferido não só no contraste entre presença/ ausência de roupas, mas também, no posicionamento dos personagens: atrás, à seguir os ‘civilizados’.



Figura 27: Destaque da capa do livro: *Aventuras de Hans Staden*. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). Capa.

Nesta edição, Lobato também se utiliza de notas de rodapé, sobretudo para esclarecer o significado de algumas palavras como: Jurumirin, “Barra pequena”<sup>337</sup>;

<sup>337</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 41

Ipanema, “Ilha ruim”<sup>338</sup>; Enguaguassú, “Pilão grande”<sup>339</sup>; e Bertioga, “Lugar de tainhas”<sup>340</sup>. Ou seja, as notas permanecem como um esclarecimento, mas são realizadas num princípio diverso daquelas notas científicas, provavelmente pretendendo auxiliar as mães e avós no entendimento das palavras não usuais, utilizadas por Staden, já que, segundo a proposta do literato, a ideia era que elas leriam o livro para os seus filhos e netos.

Deste modo, como podemos ver que desde o formato do livro muito fora modificado, ou mais ainda, fora (re) criado por Lobato. Como o capítulo “Os Maracás”, até então inexistente e as imagens produzidas a partir da interpretação do literato e de Kurt Wiese. Analisando a narrativa, veremos de forma mais intensa a transformação do livro de Staden, através de um processo de criação literária. Um dos primeiros indicativos desta criação, a meu ver, deu-se pela introdução da figura do pai de Staden.

“Um dia resolveu sahir de Homberg.  
- Adeus, meu pae! Não nasci para arvore. Quero voar, conhecer mundo. Adeus!  
- Pois vae, meu filho. Todos nós temos um destino na vida, e si o teu destino é viajar, que se cumpra.”<sup>341</sup>

A introdução da figura do pai de Staden, aproxima a narrativa às aventuras vividas por Robinson Crusoe, personagem principal do romance de Daniel Defoe. Após sofrer um naufrágio, Crusoe viveria durante anos numa ilha deserta, sendo visitado, algumas vezes, por indígenas antropófagos. Publicado em 1719 em forma de folhetins, no *The Daily Post*, foi traduzido para o português apenas em 1885, por Carlos Jansen. Em 1931, Lobato realizaria uma adaptação para o público infantil e rapidamente o livro de aventuras seria considerado um clássico da literatura para jovens e crianças, sendo sistematicamente reeditado.

A alusão à figura paterna de Staden não foi desenvolvida de forma extensa como o foi por Defoe, contudo, esta introdução feita por Lobato, a meu ver, tinha a intenção de transformar o texto e aproximar o relato de uma forma literária. A estratégia de aproximação proposta por Monteiro Lobato fica ainda mais evidente no prefácio da segunda edição de 1932, onde expõe que sua adaptação para o

<sup>338</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 50.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

<sup>340</sup> *Ibidem*.

<sup>341</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 10.

público infantil das aventuras de Staden teria o mesmo sucesso que as histórias de Crusoé, ou seja, há uma associação direta entre as obras feita diretamente por ele.

“As aventuras de Robinson Crusoé constituem talvez o mais popular livro do mundo. Da mesma categoria são estas de Hans Staden. Se as de Robinson tiveram a divulgação conhecida, proveu de passarem às mãos das crianças em adaptações conforme a idade, e sempre remoadas no estilo, de acôrdo com os tempos. (...).

Traduzidas ambas, porém, em harmonia moderna, toante com o gosto do momento, emparelham-se em pitoresco, interesse humano e lição moral. Equivalem-se.”<sup>342</sup>

O “moço Staden”, como chamado por Dona Benta, seria teimoso e desobediente ao seu pai, ao ser tomado por um espírito aventureiro.

“- O moço Staden tinha o temperamento aventureiro e não se contentava com o socego da cidade natal. Queria ver o mundo, viajar, cortar os mares, e teimava nisso por mais que seu pae lhe dissesse que ‘boa romaria faz quem em casa fica em paz’.”<sup>343</sup>

Desde o início e ao longo da narrativa, tal como Crusoé, tem Staden um espírito aventureiro, onde as viagens são motivadas pelo desejo de “conhecer mundo”, ou, o Novo Mundo. Como nas histórias de Defoe, as aventuras também seriam constituídas por imprevistos, perigos e indígenas antropófagos.

Na sua criação do *Aventuras de Hans Staden*, foram introduzidas lições técnicas ou científicas e lições de cunho moral, como era característico da literatura-pedagógica de Lobato. Foram também introduzidas algumas brincadeiras, que se associam a algum aprendizado, como de gramática, por exemplo. Através da fala dos personagens Dona Benta, Pedrinho e Narizinho, Lobato brinca com a pronúncia do nome da cidade natal do alemão, Hesse, que, no português, ao ser pronunciada, tem o som da letra “S”.

“- Hans Staden era um moço natural de Homberg, pequena cidade do estado de Hesse, na Alemanha.

- De S? exclamou Pedrinho, dando uma risada. Que engraçado!

- Não atrapalhe, disse Narizinho. Assim como em S. Paulo há a freguezia de Nossa Senhora do O, bem pode haver o estado de S na Alemanha. Em que o O é melhor que o S?

<sup>342</sup> LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*. (Prefácio da segunda edição). P. 7.

<sup>343</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 10.

- Não digam tolices, interrompeu dona Benta. Esse estado da Alemanha escreve-se em portuguez H, E, S, S, E, e diz-se Hessen em alemão. Nada tem que ver com a letra S.”<sup>344</sup>

Em *Emília no País da Gramática*, de 1934, os personagens aprendem o português de uma forma clara e divertida e a boneca de pano falante chega até a reformar regras gramaticais e ortográficas. Vale lembrar, que Lobato defendia a utilização de uma linguagem e gramática, tanto em livros para adultos como para crianças, que facilitasse e proporcionasse prazer na leitura.

Contudo, a maior parte das lições de Lobato, na voz de Dona Benta, não são feitas através de brincadeiras, mas com um tom de seriedade. Onde ela exerce o papel de avó sábia, detentora de conhecimentos científicos e morais. Transformando o relato em literatura - e em aprendizado para as crianças -, o literato se apropria de algumas informações ditas por Staden. Como o processo de navegação, a medição por milhas, o termo equinócio, a palavra zarpar, convertidas em lições na boca de dona Benta e em sede de conhecimento no papel de Pedrinho e Narizinho.

“O moço embarcou em uma embarcou em uma dellas e chegou a Setubal, depois de quatro semanas de travessia.

- Quatro semanas! Exclamou Pedrinho. Que carroça!

- Naquele tempo de navegação a vela as viagens dependiam dos ventos, sendo por isso incertas e morosas.”<sup>345</sup>

&

“Sobreveio fortíssima tempestade, que arrojou a nau [sic] a quatrocentas milhas d’alli, para os lados do Brasil.

- Quantos metros tem a milha, vovó? Indagou Pedrinho.

- A milha varia muito, de paiz para paiz. É medida do tempo dos romanos, entre os quais valia mil passos. Mas como isso de passo cada povo o tem maior ou menor, conforme o comprimento das pernas, há milhas de mais de 8000 metros, como a da Hungria. Mas hoje está mais generalizada a milha marítima de 1854 metros.”<sup>346</sup>

<sup>344</sup> *Idem.* p. 9-10. Pedrinho também brinca com a palavra Berberie, perguntando a Dona Benta se era “a terra dos Bárbaros”, ao que ela responde negativamente, e conclui, dizendo que era o nome genérico dado aos habitantes do norte da África e que se chamavam Bérberes. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden.* (1927). P. 12.

<sup>345</sup> *Idem.* p. 11.

<sup>346</sup> *Idem.* p. 14-15.



O outro conjunto de lições, introduzido por Lobato, diz respeito à ética e à moral. Para o autor, a literatura infantil tinha a finalidade de instruir as crianças, a fim de formá-las em futuros cidadãos. E muitas são as passagens do relato de Staden que, no julgamento de Lobato, na fala de Dona Benta e na inteligência de Pedrinho e Narizinho adquirem a feição de uma lição moral. Para isto, o literato utiliza-se, por vezes, de narrativas alegóricas, como as fábulas. Uma delas é a fabula do “lobo forte e do lobo fraco”, com a qual o autor critica as ações de saques promovidas pelos viajantes. Porém, ele problematizava aquele processo pretérito, a partir das questões que o envolviam no presente. Ou seja, com a ideia de que o roubo ou a extorsão fazia parte da humanidade, “é uma pirataria sem fim”<sup>347</sup>, Lobato conecta os tempos e as experiências.

“- (...) Com este ou aquelle disfarce de pretexto, o mais forte tem sempre razão e vae pilhando o mais fraco.

- É a fabula do lobo e do cordeiro... lembrou a menina.

- Qual, cordeiro! Protestou Pedrinho. É a fabula do lobo forte e do lobo fraco.

- Bem pensado! Disse a vovó. Essa fabula não foi escrita por Esopo, nem Lafontaine, mas devia ser a fabula numero um, porque é a que tem mais frequentemente aplicação na vida.”<sup>348</sup>

Ao longo do texto, Lobato faz referência algumas vezes a tal fábula para dizer sobre a relação entre os portugueses, franceses, espanhóis e os indígenas. Outra fábula, utilizada como forma de instrução moral, representa a luta do homem com um leão. Pedrinho pergunta a Dona Benta se, caso “os portugueses houvessem tratado com justiça os selvagens do Brasil” eles seriam “amigos”; a avó responde que “certamente”. Mas, “tanto os portugueses como os espanhóis eram mais ferozes do que os próprios selvagens”. A esta selvageria o literato associa a cobiça, a ganancia e a sede de enriquecer dos homens. Então, Pedrinho pergunta porque na história tais homens aparecem como “os grandes figurões”, e a avó diz:

“- Por uma razão muito simples: porque a história é escrita por elles. Um pirata quando escreve a sua vida está claro que se embelleza de tal maneira que dá a impressão de ser um magnânimo heroe. Há uma fabula a este respeito. À entrada de certa cidade erguia-se um grupo de mármore, que representava um homem vencendo na lucta ao leão. Passa um leão, contempla

<sup>347</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 28.

<sup>348</sup> *Ibidem*.

aquillo e diz: muito diferente seria essa estatua, se os leões fossem esculptores!”<sup>349</sup>

De forma “fina e cortante”, sem “encher linguiça”, Dona Benta/Lobato, expôs sua opinião e buscou ensiná-las através das fábulas, questões morais e éticas a respeito da natureza humana, e da sua história. Acredito que na linguagem de Lobato de dizer, além da intenção da lição, também demonstra a tentativa de dizer a “verdade”, como de fato ocorriam as relações humanas na história. Destaco a réplica de Dona Benta, ao espanto de Narizinho, com os espancamentos sofridos por Staden, nas mãos dos indígenas.

“- (...). Não há termo de comparação entre o modo pelo qual os índios tratavam os prisioneiros com o que era de uso na Europa. Lá a civilização recorria a todos os tipos de suplícios, inventava as mais horrendas torturas. Assavam os pés das vítimas, arrancavam-lhe as unhas, esmagavam-lhe os ossos, davam-lhe a beber chumbo derretido, queimavam-na viva em fogueiras. Não monstruosidade que em nome da lei ou de Deus os carrascos civilizados não praticassem. Mesmo aqui na America o que os espanhóis fizeram é de arrepiar as carnes. Os índios, não. Brincavam com as vítimas, apenas.”<sup>350</sup>

A partir desta citação, gostaria de chamar atenção para outro ponto que podemos observar no *Aventuras*. Distante da leitura e relato original, o literato trata temas como a religiosidade e a antropofagia, como uma questão cultural dos indígenas e não como apenas uma expressão da selvageria, ódio e vingança. No caso, acima, Lobato expressa que o ato de espancamento praticado pelos tupinambás eram brincadeiras e que nem se comparavam às torturas praticada pelos europeus. Em seguida, ainda descreve que os indígenas praticavam tais atos enquanto dançavam e cantavam, junto aos prisioneiros.

Ao longo da narrativa, o literato trata os costumes dos indígenas como parte de um universo cultural daquele período, daqueles homens, ao mesmo tempo que expõe o seu juízo ou crítica. Destaco abaixo uma cena, na qual Dona Benta/Lobato explica sobre a preparação da bebida ingerida nos rituais antropofágicos, o “cauim”:

“- E cauim, que é, vovó? Perguntou a menina.

- Era a bebida fermentada dos nossos índios. Cada povo possui a sua bebida nacional e os nossos indígenas não podiam fazer exceção à regra. Preparavam o cauim de um modo muito

<sup>349</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 76.

<sup>350</sup> *Idem*. p. 90.

interessante: as mulheres mascavam o milho, lançando-o com a saliva em grandes vasilhas, onde ficava a fermentar.;

- Modo interessante, diz vovó? Exclamou a menina com ar de nojo. Que porcaria!

- Para nós, explicou dona Benta; para nós, que temos outra cultura e modo de ver diferentes. Se tu fosse uma indiazinha daqueles tempo havias de achar a coisa mais natural do mundo, e não deixarias de comparecer a todas as mascações de abati.”<sup>351</sup>

Sob esta perspectiva, utilizando-se da voz dos personagens, o literato fez a sua leitura da prática antropofágica dos indígenas. A meu ver, por vezes ele positiva os indígenas enquanto pertencente àquela cultura, entretanto, em alguns momentos, Lobato os negativa, destacando o ritual como uma prática bestial, irracional. Destaco abaixo uma cena, onde Dona Benta relata o encontro de Staden com Cunhambebe. Enquanto Narizinho demonstra horror com a afirmação do indígena de comer seus inimigos, para Pedrinho representa honra e valentia.

“Hans acrescentou:

- ‘Teus verdadeiros inimigos são os tupiniquins, os quais preparam vinte e cinco canoas para atacar tua gente.

- ‘havemos de vence-los e devora-los a todos, foi a resposta do chefe, que se regozijava dos índios e peros que havia comido.

(...)

- Estou com medo, vovó, disse Narizinho. Esse Cunhambebe me faz tremer!...

- Pois eu, contraveio Pedrinho, estou entusiasmado. Gosto de um tipo assim! Ele estava no seu papel. Estava defendendo a sua terra, invadida por estrangeiros. Tinha direito de comer quantos peros quisesse.

Narizinho fez cara de horror ante a bravata do menino.”<sup>352</sup>

No fragmento abaixo, podemos ver na narração do trato dos tupinambás na preparação da carne humana, a ressalva da cultura e, ao mesmo tempo, um estranhamento e repulsa. Dona Benta/Lobato ainda expõe uma crítica à hipocrisia, dizendo que não via diferença entre o trato com a carne do indígena carijó sacrificado com a de outros animais. Já que, ambos eram abatidos e cozidos para

<sup>351</sup> *Idem.* p. 55-56.

<sup>352</sup> *Idem.* p. 85.

alimentação. Contudo, diz que “afastado o aspecto moral”, demonstrando que não concordava com o ato canibal.

“Suprimida a parte do corpo que horrorizava pelo aspecto, desapareceu a repugnância dos índios, os quais tomaram o cadáver, chamuscaram-no ao fogo, esfolaram-no, dividiram-no em postas e as distribuíram entre os circunstantes. Logo depois em cada cabana começava a chiar ao espeto um naco de carijó...

- Pare, vovó! Exclamou Narizinho; pare que estou sentindo uma bola no estômago...

- De fato, minha filha, o quadro é horroroso. No entanto fazemos nós hoje coisa muito parecida com os cadáveres dos bois e dos porcos... afastado o aspecto moral, não vejo diferença entre o cadáver de um carijó e o de um boi.

- Basta vovó! Disse Pedrinho. De hoje em diante não comerei mais carne.

- Nem de galinha? Interpelou a menina.

Pedrinho, que gostava muito de frangas ensopadas, vacilou.

- De galinha não digo; mas de boi ou porco, nunca mais!...”

Conforme indicado, Lobato cria um capítulo no qual fala dos “maracás” que, como ele descreve para as crianças, eram “os ídolos ou deuses dos selvagens”. Ao dar destaque aos maracás, o literato enfatiza aspectos das culturas dos indígenas sem tratá-las apenas como expressão de barbarismo ou paganismo, como Staden os interpreta em seu relato: “Penetrando nas cabanas, onde estavam os adivinhadores, que deviam fazer estas cousas falar, tinham todos de se assentar. Mas quando vi a expertise sahi da cabana e pensei ‘Que povo pobre e iludido!’”<sup>353</sup>. Para o alemão, aqueles maracás e os adivinhadores eram falsos e mentirosos, pois, não era o “Deus verdadeiro”, cristão, como ele acreditava e buscava comprovar para o seu leitor. Porém, a leitura e escrita de Lobato não tinha a pretensão em comprovar um “Deus verdadeiro”, mas discutir as aventuras de um alemão no Novo Mundo, as culturas dos indígenas (como o canibalismo) e a história (de “verdade”) do Brasil. Tal como fizera na sua edição para adultos, de 1925, o literato interpretou como superstição a religiosidade indígena. Expondo ainda mais a sua opinião na versão infantil, ele diz diretamente, “fina e cortante”, aos seus netos:

<sup>353</sup> LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. p. 143.

“Cada selvagem possuía o seu maracá, e o acomodava numa cabana especial, onde tudo lhe levava comida e o consultava sobre tudo quanto pretendia fazer.

- Mas o maracá respondia às consultas?

- Respondia, sim, meu filho, como a Emília responde às perguntas de Narizinho. Quem cala consente; os maracás se calavam, logo, respondiam sim a todas as consultas dos índios.”<sup>354</sup>

Assim como no *Meu captiveiro*, na edição infantil, as cenas em que Staden expõe sua religiosidade foram associadas como superstição ou credence. As visões e socorros prestados por Deus a Staden, que originalmente tinham o objetivo de corroborar o seu testemunho de salvação, foram (re) interpretados como sorte, invenção e persistência do alemão em sobreviver ao aprisionamento. Utilizando-se de termos, na edição infantil, como “ao que Hans respondeu, ao acaso”<sup>355</sup> e “queria passar por profeta”<sup>356</sup>, que expressavam a opinião e (re) leitura de Lobato. Numa das cenas, Staden diz aos tupinambás que a lua estava zangada com aqueles que queriam lhe devorar. Nhaepépô associa a fala de Staden à enfermidade e morte repentina dos seus parentes, pedindo a ajuda do alemão para curá-los. No original, este incidente significava para o alemão que Deus estava protegendo-o e afirmava que estava certo em conservar a sua fé no resgate<sup>357</sup>. Mas para Lobato, era um exemplo de sorte e superstição.

“Aproveitou-se do caso e convenceu o índio de que era assim mesmo. A lua estava zangada com todos eles porque queriam come-lo, como se fosse um pero, o que não era verdade. Vinha daí aquele rosário de desgraças.

Nhaepépô pediu que os curasse. Hans, então, deu-se ares de misteriosos e girou em torno dos doentes, fazendo passes com as mãos e pronunciando palavras cabalísticas. Terminou assegurando que iam todos sarar.

Infelizmente aquelas micagens não produziu nenhum efeito; no dia seguinte morreu uma criança; (...)”<sup>358</sup>

<sup>354</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 74.

<sup>355</sup> *Idem*. p. 127.

<sup>356</sup> *Idem*. p. 126.

<sup>357</sup> “Quando ouvi estas palavras, pensei commigo: ‘aconteceu pela providencia de Deus que eu em a noite referida tivesse falado da lua’. Fiquei muito alegre e pensei: ‘hoje Deus está commigo’.” LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 68. Em *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*, Lobato também transforma o relato, dando-lhe ares de credices e superstição. “Ao ouvir taes palavras lembrei-me do incidente e senti uma grande alegria, imaginando que Deus estava commigo. Aproveitei-me do caso e confirmei-o naquella crença.”. LOBATO, Monteiro. *Meu captiveiro entre os selvagens do Brasil*. p. 95.

<sup>358</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 98. Grifo meu.

Não apenas Staden, mas as expressões de religiosidades dos indígenas também são tratadas como superstições e credence pelo literato. Destaco uma passagem abaixo, onde na fala de Narizinho e Dona Benta, Lobato expressa sua opinião:

“- ‘Ele é um diabo, explicou um, e esteve hoje a olhar para o ‘couro da trovoada’.’

- Couro da trovoada, vovó?...

- Sim. Chamavam couro da trovoada ao livro de capa de couro...

Narizinho soltou uma gargalhada:

- Que idiotas!

- Os índios eram supersticiosos, explicou dona Benta, e um livro para eles seria a coisa mais misteriosa e incompreensível do mundo, arte do demônio, como ainda hoje nossos caboclos classificam o gramofone, o telegrafo e as mais coisas que não podem compreender.<sup>359</sup>

A edição infantil de Lobato, como podemos ver, distingue-se do original desde o seu formato (produção das imagens; estrutura e conteúdo diferente dos capítulos) até o que constitui a escrita do livro. O texto fora (re) criado e (re) significado pelo literato que, através da classificação de aventura e da utilização dos seus personagens, apresenta e defende seu conceito sobre temas como: religiosidade, antropofagia, cultura, relação entre os países e distintos os grupos sociais.

“Parece que a sorte adversa se cansara de perseguir o nosso aventureiro, depois de verificar que coisa nenhuma o vencia. Naufrágios, combates navais, guerra terrestre, sanha de antropófagos – nada pode com ele.

Hans regressou à sua pátria e lá escreveu o livro onde conta estas histórias, livro precioso para nós porque foi o primeiro que se publicou sobre o nosso país.”<sup>360</sup>

Desta forma, Lobato acabava por desenvolver ou criar um novo Hans Staden que, desobedecendo a seu pai, viveu grandes aventuras, estando entre o fascinante e o perigo, assim como Robinson Crusoe. Além da aventura como tema que aguça a curiosidade de Pedrinho e Narizinho, a narrativa também se transforma em

<sup>359</sup> *Idem.* p. 108-109.

<sup>360</sup> *Idem.* p. 143.

conhecimento através da leitura da matriarca, Dona Benta. No espaço do livro infantil, o literato considerava ter maior liberdade e capacidade de ação, em comparação com *O meu captivo entre os selvagens do Brasil*, direcionado para adultos. Ao dar para a história o tema da aventura, o literato proporciona uma mobilidade para a sua criação dos personagens, as lições morais e éticas, como também, a sua “verdade” sobre a história do Brasil.

“O sonho dos aventureiros consistia em virem juntar ouro no chão, enchendo grandes saccos que os enriquecessem para o resto da vida.

- Mas era assim mesmo, vovó?

- Era. Nas jazidas à flor da terra e no cascalho de certos rios o ouro realmente abundava de maneira maravilhosa, e o que os portugueses e espanhóis tiraram da América não tem conta. Foram milhares e milhares de arrobas!

- Porque, então, não se tornaram esses países os mais ricos do mundo? Perguntou Pedrinho.

- Porque não souberam guardá-lo, respondeu a velha. Não basta ganhar, é preciso conservar, coisa muito mais difícil. Todo o ouro que Portugal tirou do Brasil foi-se passando aos poucos para os países industriais, sobretudo para a Inglaterra, em troca dos produtos das suas fábricas. Quando os portugueses abriram os olhos, era tarde: o ouro do Brasil estava todo em mãos de gente mais esperta.”<sup>361</sup>

A “verdade” sobre as relações entre portugueses e franceses era o rompimento com os valores morais, como amor e solidariedade. Destaco novamente a cena, agora na versão infantil, do diálogo no qual o alemão pede ao francês, aliado dos tupinambás, para que diga que ele era francês também. Livrando-o, assim, de ser devorado.

“O monstro, então, voltou-se para os selvagens e disse-lhes em língua da terra:

- É português dos legítimos, meu e vosso inimigo. Matem-no e comam-no!

- Que horror! Exclamou Narizinho. Que monstro de crueldade! Como pode existir no mundo criaturas assim?

- Realmente, minha filha, custa a crer que possam existir no mundo almas tão duras. E se o efeito da sua resposta é em nós o

<sup>361</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 29-30.

que você sentiu, imagine qual não foi para o mísero prisioneiro que depositara nesse cristão todas as suas esperanças!...”<sup>362</sup>

Sobre o tema da antropofagia, ele fala de forma direta - “fina e cortante” -, dando ao tema, por um lado, uma interpretação como ato de cultura daquele povo, e por outro, de horror onde, sobretudo Narizinho, demonstra repugnância com a prática de comer carne humana. E Lobato descreve algumas cenas como de “fato” teriam ocorrido, mesmo que pudessem causar espanto às crianças: “Abaté recebeu o presente, agradeceu-o e foi para dentro buscar a iverapema. Trouxe-a, ergueu-a no ar e desferiu tamanho golpe no crânio do carijó que os miolos lhe espirraram.”<sup>363</sup>. Cultural ou horripilante, os indígenas tinham prazer em comer carne humana.

“(…) e lá viu Hans surgirem novos índios, que vinham a correr, numa grande alegria, mordendo os braços como para indicar que o iam comer.

- Que horror, vovó! Exclamou a menina horripilada. Comer um homem!...

- Pois é, minha filha, davam sinais de que iam comê-lo e com um prazer enorme.”<sup>364</sup>

Portanto, através do espaço da literatura, da imaginação, da aventura e do conhecimento (técnico, moral e ético), abrangidos pelo Sítio do Pica Pau Amarelo, Lobato realiza uma criação literária do relato de 1557. Não apenas se distingue do original que buscava ser um testemunho verídico sobre a salvação concedida por Deus, mas o literato cria um novo livro, onde o objetivo era tratar da história do Brasil de “verdade”, ainda que por meio de descrições diretas, fábulas e lições.

“Agora, que terminei a narração da sua vida atormentada, quero que vocês me digam que lição tiram dela, concluiu vovó.

- Que não devemos desanimar nunca! Exclamou Pedrinho incontinenti.

- Isso mesmo! Aprovou dona Benta. E tu, Narizinho, que lição tiras?

- Que são horas de ir para dentro porque a Emília está pendendo de sono, respondeu a travessa menina, abrindo a boca num bocejo de urutáu”<sup>365</sup>

<sup>362</sup> *Idem.* p. 79.

<sup>363</sup> *Idem.* p. 119.

<sup>364</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden.* (1927). P. 61.

<sup>365</sup> *Idem.* p. 143.



## 4.2. Construção do indígena no pensamento lobatiano: uma inquietação.

A partir da leitura das edições de Monteiro Lobato, do livro de Hans Staden, um dos elementos que chamou a minha atenção foi a construção do personagem indígena. Primeiro ponto que observei no *Meu captiveiro entre selvagens do Brasil*, conforme desenvolvi anteriormente, foi que Lobato destacou em todas as cenas os nomes dos indígenas com os quais Staden dialogava. E, desta forma, o literato ilustrava quem figurava a narrativa ou acontecimento, onde o leitor tinha uma melhor percepção de quem compunha a cena e realizava as ações, para além do personagem principal. Mas também, com ilustração da participação dos indígenas nas cenas, com destaque para alguns, como Paraguá e Nhaeepô.

Contudo, na edição de Löfgren, há uma diferenciação entre os indígenas, que são identificados como tupiniquins, tupinambás e carijós, com o objetivo de dizer sobre os conflitos e alianças entre estes e os portugueses e franceses. Nas edições de Lobato, o literato não deu ênfase às distinções étnicas, onde os indígenas são apresentados de forma genérica. Há uma representação dos indígenas, onde são apresentados pelas imagens ou rabiscos (que indicam uma caracterização negativa, de não civilizados) e pelos costumes apresentados pelo literato, como o apelo às superstições e o hábito de comer carne humana.

O segundo ponto foi a criação do personagem indígena na edição infantil, *Aventuras de Hans Staden*. Como procurei ilustrar anteriormente, a partir do universo infantil criado pelo próprio Lobato, o relato de Staden foi (re) criado e, desta forma, (re) significado. Acredito que o autor interpretava aquele espaço infantil como um lugar onde ele podia expressar mais livremente o seu pensamento ou juízo sobre algumas questões.

“Emília e Tia Anastacia têm ideias muito serias a respeito do Brasil. Ambas desejam que este ‘gigante deitado em berço esplendido’ seja como o sítio de Dona Benta, esse lugar onde todos felizes, contentes uns com os outros, e onde há plena liberdade de pensamento. Querem que o país todos se torne um sítio de Dona Benta, o abençoado refúgio onde não há opressão nem cárceres – lá não se prende nem um passarinho na gaiola.”<sup>366</sup>

---

<sup>366</sup> LOBATO, Monteiro. *Prefácios e Entrevistas*. P. 299.

Agora no espaço de “liberdade de pensamento”, na fala do literato, os indígenas aparecem como representativos de uma cultura própria - onde não há menção ou valorização das diferenças e multiplicidade étnica dos indígenas -, demonstrando que aquela deveria ser conhecida e valorizada. Mas ao mesmo tempo, os indígenas e sua cultura são associados a um passado longínquo, como símbolos de um Brasil ainda selvagem e sem civilização.

Em consequência desta leitura, foi surgindo uma inquietação durante o processo de pesquisa, sobre como os indígenas foram representados (caso tenham sido) pela literatura de Lobato. Que lugar os indígenas ocupavam (e se ocupavam), dentro da idealização de nação do literato? No período da década de 20 do século XX, o literato esteve em diálogo com propostas sanitaristas e eugenistas, expressando nos seus livros, sobretudo em *Urupês*, *Problema Vital* e *O choque das raças*, seu modo de ver tais assuntos e acredito que atentar para proposta de eugenia de Lobato torna-se relevante, visto que, com isto o autor estabelecia quem compunha a sociedade que ele julgava ideal para o progresso da nação. E no seu ideal, ao que parece, os indígenas estavam circunscritos a um passado do Brasil colonial.

Antes de partimos para uma análise do *Aventuras de Hans Staden*, torna-se importante localizar e compreender melhor o lugar ocupado pelo autor dentro da proposta sanitarista e eugenista do século XX. Dentro da fortuna crítica de Lobato, sobre a sua relação com o movimento eugenista, destaca-se a dissertação de mestrado de Paula Habib, de 2003<sup>367</sup>. Nesta, a autora aponta novos caminhos de análise sobre a vida e obra do literato, apresentando seus ideais eugênicos e que estes estavam presentes não apenas na sua escrita para adultos, mas também no universo do Sítio do Pica Pau Amarelo. Através da personagem Emília, ou “torneirinha de asneiras”<sup>368</sup>, assim chamada pelo próprio Lobato, o literato expressava seus pensamentos racistas e preconceituosos. Muitas destas falas de

<sup>367</sup> HABIB, Paula A. B. B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”: raça, eugenia e nação. São Paulo: UNICAMP, 2003. (Dissertação de mestrado). Marisa Lajolo, aborda algumas questões sobre o racismo em Lobato, utilizando-se do *Choque das Raças e Histórias de Tia Nastácia*. Lajolo, é uma das poucas especialistas no estudo da obra de Monteiro Lobato a reconhecer e, sobretudo, analisar o racismo na obra do autor. Ver: LAJOLO, Marisa. “Negros e Negras em Monteiro Lobato”. In: LOPES, Eliane M. Teixeira. GOUVÊA, Maria Cristina S. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>368</sup> HABIB, Paula A. B. B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”. p. 132.

Emília são pronunciadas em diálogo com Tia Nastácia, um dos poucos personagens negros do Sítio (junto com Tio Barnabé e o Saci).

“Bem se vê que é preta e beçuada! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida, e para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!...”<sup>369</sup>

&

“Cale a boca! – Berrou Emília – Você só entende de cebolas e alhos e vinagres e toicinhos. Está claro que não poderia nunca ter visto uma fada porque elas não aparecem para gente preta. Eu, se fosse Peter Pan, enganava Wendy dizendo que uma fada morre sempre que vê uma negra beçuada (...)”<sup>370</sup>

Em 1927, ano de publicação do *Aventuras*, a boneca de pano Emília ainda não falava, onde Narizinho apenas cita a personagem: “Coitada da Emília! Exclamou Narizinho, beijocando a boneca. Está com uma cara de quem não entendeu coisa nenhuma, esta boba!”<sup>371</sup>. E conforme vimos, o autor expressava-se através da fala de Pedrinho, Narizinho e, principalmente, Dona Benta. Assim, a partir destes personagens, que teremos uma percepção de uma escrita eugênica no *Aventuras de Hans Staden*.

A historiadora Nancy Stepan<sup>372</sup> defende o conceito de eugenia como algo múltiplo, construído e reconstruído em momentos distintos, com projetos políticos diversos e interpretações atribuídas por diferentes intelectuais. Segundo Stepan, a palavra eugenia (do grego *eugen-s*, “bem-nascido”) teria sido elaborada pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883. A fim de significar, as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma desejada “melhor reprodução”<sup>373</sup>. Sua teoria sobre a “ciência da hereditariedade humana” conformou o seu livro *Hereditary Genius*, dando origem às discussões sobre o controle da reprodução humana e o papel da seleção social na preservação das “boas gerações”.

<sup>369</sup> LOBATO, Monteiro. *História de Tia Nastácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. P. 96

<sup>370</sup> LOBATO, Monteiro. *Peter Pan*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930. P. 127.

<sup>371</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 24.

<sup>372</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

<sup>373</sup> *Idem*. p. 9.

A teoria eugênica de Galton seria posteriormente chamada de *eugenia positiva* por uma geração de cientistas, no início do século XX. Mas esta mesma geração de cientistas que assim nomeavam a teoria de Galton defendiam, em contraposição, uma *eugenia negativa*, que visava evitar a reprodução dos considerados “inadequados”, propondo a sua esterilização. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maioria das esterilizações foi aplicada em indivíduos pobres, negros e doentes mentais. Com a valorização da ciência, foi dada à eugenia o significado de autoridade material e moral, pela sua proposta de preservação dos melhores indivíduos para compor a raça humana. E tornou-se a definição de uma nação moderna e civilizada:

“Diante das circunstâncias e das infecções ideológicas, a eugenia – por definição, a ciência do ‘aprimoramento racial’ – poderia facilmente atrair intelectuais e profissionais convencidos da capacidade da ciência de criar a ‘ordem e progresso’ (o lema da república brasileira) que a composição racial do país perturbava.”<sup>374</sup>

No Brasil, o movimento eugenista começou a ser organizado logo após a Primeira Guerra Mundial e foi formado por médicos, higienistas, advogados e educadores. Aqui, por um lado, a ideia de eugenia esteve atrelada aos problemas sociais como o saneamento, a higiene, a saúde pública e a educação. E por outro lado, esteve conectada às ideologias raciais e às discussões sobre a miscigenação. A organização de uma nação forte e civilizada, também motivou a conformação dos ideais eugênicos<sup>375</sup>.

“Para muitos intelectuais brasileiros deste período, clima e raça eram acionados não apenas para explicar os dilemas raciais e os problemas sanitários, mas também para compreender a incapacidade do Brasil em organizar-se como uma nação moderna.”<sup>376</sup>

Buscando driblar o determinismo imposto ao Brasil, principalmente pelos europeus que diziam haver uma suposta degeneração tropical e racial como

<sup>374</sup> *Idem.* p. 54.

<sup>375</sup> Para ver de forma mais aprofundada as discussões sobre a eugenia no Brasil, que, para alguns, era inviável devido ao clima tropical e as “populações mestiças”, ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Pp. 23-30.

<sup>376</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A política biológica como projeto*. P. 24-25.

“inerentemente brasileira”<sup>377</sup>, alguns intelectuais afirmavam que havia uma democracia racial no país, onde as várias raças misturavam-se livremente. Segundo Vanderlei Sebastião, as expedições científicas realizadas por pesquisadores como Belisário Penna e Arthur Neiva a diferentes regiões do interior do Brasil, apresentaram uma nação cujos problemas não se definiam apenas pelas questões relacionadas ao clima ou a raça, mas antes ao abandono, ao isolamento e às inúmeras doenças. Assim, para um melhor desenvolvimento das “boas gerações”, foi endossado, nas décadas 20 e 30, a proposta de “uma eugenia preventiva”. Ou seja, programas sociais que buscavam o fim da miséria, das doenças epidêmicas (como a doença de chagas) e a melhoria da educação. Retirando o foco da questão racial, Olegário Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, afirmava que saneamento era a mesma coisa do que algumas pessoas chamavam de eugenia. Para Moura, “Saneamento-eugenia é ordem e progresso”<sup>378</sup>, esta era a forma de desenvolvimento e progresso do país, e o seu reposicionamento no “concerto das nações”<sup>379</sup> civilizadas.

A literatura seria tomada, por muitos escritores, como um veículo privilegiado de divulgação de ideias políticas e sociais no final do século XIX e sobretudo no XX, com a expansão do mercado editorial. E uma das maiores expressões da relação entre a literatura e as propostas eugênicas e sanitaristas viria através da atuação de Monteiro Lobato. O literato estava em diálogo com representantes dos movimentos sanitaristas, como Belisário Penna, Arthur Neiva, Miguel Pereira, e com um dos principais defensores da eugenia no Brasil, Renato Kehl. Entretanto, a defesa de um ideal eugênico já era pensada por Lobato antes mesmo desta se tornar fortemente defendida pelos intelectuais do Brasil. Conforme podemos perceber em carta, para Tito Lívio, datada de 1905:

“Corrigir uma sociedade, Tito, é coisa impossível, é coisa que nunca se viu. (...). A mesma lei que faz a criança filha do negro sair, em quaisquer condições do meio e da cultura em que seja colocada, com a pele preta do pai, faz também uma raça conservar sempre os característicos morais dos seus

<sup>377</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*, p. 96.

<sup>378</sup> MOURA, Olegário de. “Saneamento-eugenia-civilização”. In: *Annaes de Eugenia*. (São Paulo: Sociedade Eugênica de São Paulo, revista do Brasil, 1919) p. 83. *Apud*. STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*, p. 97.

<sup>379</sup> CARRARA, Sérgio. “Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. P. 430.

antepassados. No caso individual só um sangue mais elevado, um sangue de raça mais superior, poderá transfundir nos entes novos o germe da progressividade; no caso segundo, só a imigração e a consequente fusão de sangue superior trará uma aptidão congênita para o progresso. É o nosso caso.”<sup>380</sup>

Ainda nesta carta, Lobato afirma que para o país alcançar o estado de civilizado era necessário o casamento entre brasileiros e europeus, preferencialmente italianos e alemães, desta forma, o sangue ou a "vacina será lançada em nossas veias”<sup>381</sup>. Mas na década de 20, com o desenvolvimento da ideia de progresso e modernização do país através do saneamento-eugenia (e a partir da sua própria experiência de viver e cuidar de uma fazenda, lidando com os “caboclos”), o então literato repensaria as formas de melhoria da raça no Brasil. Onde, a condição parasitária do caboclo Jeca Tatu não seria mais congênita.

“Nessas pocilgas humanas, faltas de tudo, desde os elementos básicos da alimentação, até as mais comestíveis noções de hygiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dôr e escandio pelo rictus apavorante da idiotia.”<sup>382</sup>

Em *Urupês*, o autor analisara a degeneração de Jeca Tatu como um ser preguiçoso, indolente e incapaz de evoluir, em função do seu hibridismo racial, neste caso, devido ao cabocloclismo. Mas, em 1918<sup>383</sup> o personagem seria ressuscitado, pois ‘Jeca Tatu não é assim, está assim’, onde a sua degeneração era devido ao resultado de doenças e da má alimentação. Ao que Renato Kehl acrescentara que, caso eliminassem seus parasitas, Jeca Tatu tornar-se-ia “Jeca Bravo”<sup>384</sup>. Iluminado pela ciência, progresso e civilização, e almejando um ideal de nação, inteligente e forte, o literato proclamava a doença e falta de higiene como os inimigos do caboclo. “Programma patriótico, e mais patriótico, humano, só ha um: sanear o Brasil.”<sup>385</sup>

“O doente que admite estar doente e vai ao médico, pode sarar. Mas o doente que nega, que esconde, que enfeita a sua doença,

<sup>380</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. Tomo I. p. 75

<sup>381</sup> *Idem*. p. 77.

<sup>382</sup> LOBATO, Monteiro. “Tres milhões de idiotas e papudos III”. In: *Problema Vital*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1918. P. 18.

<sup>383</sup> LOBATO, Monteiro. *Problema Vital*. 1918.

<sup>384</sup> KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia, 1923. P. 203.

<sup>385</sup> LOBATO, Monteiro. “Tres milhões de idiotas e papudos III”. *Problema Vital*. P. 21.

esse não escapa. Tenhamos a nobre coragem de admitir nossas doenças – e estaremos a meio caminho da cura.”<sup>386</sup>

Fazendo críticas e trazendo propostas nas crônicas *Saneamento do Brasil*, publicadas na **Revista do Brasil** (compiladas em *Problema Vital*), Lobato chamava atenção do Estado como responsável pela melhoria das condições de higiene e saneamento. Pois, caso não investissem, estes continuariam precisando trazer imigrantes, o que, para Lobato, saía mais dispendioso do que saneamento: ‘Um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida – não há tempo, não há verba... E o mal cresce... E deste deperecimento progressivo da população deflue o nosso ‘crac’ economico.”<sup>387</sup> A culpa pela baixa produção nos campos era resultado da doença que atingia o caboclo, sendo isto que o impedia de ter forças e animo para cultivar a lavoura.

Como Paula Habib nos chama a atenção, as propostas de eliminação das doenças dos caboclos, na região do interior do Brasil, envolviam uma proposta sanitária, higienista e de eugenia. Lobato, assim como muito dos intelectuais com os quais dialogava (e editava como Renato Kehl), também apoiava a melhoria da raça para uma melhoria da nação, através do saneamento-eugenia.

“A grande questão era a heterogeneidade da população, composta dos mais variados tipos étnicos e sobre o qual predominavam os mestiços. Para esses homens, o brasileiro tinha três troncos étnicos básicos: o português, o colonizador; o índios, autóctone; e o negro, importando da África.”<sup>388</sup>

O caboclo era resultado desta miscigenação e a melhoria das condições de alimentação e “belleza”, significaria também, uma melhoria daquela raça, dos Jecas Tatus. Conforme ele afirma, “Hei de empregar toda a minha fortuna nesta obra de saúde geral. O meu patriotismo é este. Minha divisa: Curar gente. Abaixo a bicharia que devora o brasileiro...”. A cura do caboclo, era a melhoria daquele hibridismo racial, e assim, com “Jeca Bravo”, a nação progrediria com braços fortes, visto que, por enquanto “os braços estão aleijados”<sup>389</sup>. Conforme Lobato define:

“Taurinos, torrados do sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e pela sua saúde, constituem a

<sup>386</sup> LOBATO, Monteiro. “Quando era proibido entrevistar Monteiro Lobato”. In: *Prefácios e Entrevistas*. P. 248.

<sup>387</sup> LOBATO, Monteiro. “Tres milhões de idiotas e papudos III”. In: *Problema Vital*. P. 19.

<sup>388</sup> HABIB, Paula A. B. B. “Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou”. P. 107.

<sup>389</sup> LOBATO, Monteiro. “Tres milhões de idiotas e papudos III”. In: *Problema Vital*. P. 19.

melhor riqueza das nações. São a força e o futuro, são a garantia biológica dos grupos ethnicos. (...); pela saúde physica, elles mantêm em alta o índice biológico da raça. É com o sangue e o musculo forte do campones que os centros urbanos retemperam a sua vitalidade.”<sup>390</sup>

Paula Habib, trabalha com a questão da eugenia para Lobato a partir, sobretudo, do livro *Choque das raças*, o único romance do autor. Através deste livro, a autora mostra como o literato vinculava-se a uma proposta de branqueamento da população, defendendo a reprodução humana nos “moldes arianos”<sup>391</sup>, cabelos loiros e olhos azuis, em contraposição ao homem negro. A autora defende a tese de que Lobato também defendia uma “eugenia negativa”, pois, na escrita do *Choque das raças*, o personagem principal realiza uma busca pelo indivíduo eugenicamente perfeito, física e moralmente, o que significava necessariamente excluir o elemento negro. Como se concretizaria na América em 2228, segundo o romance, com o branqueamento da pele negra e o alisamento dos cabelos “pichaim”<sup>392</sup>, tornando o país moderno e unificado. Dentro de uma concepção eugênica, a miscigenação seria, então, desastrosa:

“A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidade physicas de selvagem e o branco soffreu a inevitável depressão de character, consequente a todos os cruzamentos entre raças dispares. Character racial é uma crystallização que às lentas vae operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa crystallização, liquefal-a, torna-a instável. A nossa solução deu resultado nem lá nem cá.”<sup>393</sup>

Porém, enquanto não tinham alcançado o ideal de branqueamento do povo brasileiro, a busca era pela melhoria das raças híbridas, como o caboclo. Isto deveria ser ensinado a população didaticamente, o que Lobato almejou com a publicação do *Choque das raças*, e o realizou em vários livros da série do Pica Pau Amarelo, conforme demonstra Habib.

“É bem verdade que a condução da obra ficou por conta de D. Benta e seus netos bancos e eugenicamente perfeitos; (...). Mas além de ter idealizado a avó perfeita – (que neto não gostaria de

<sup>390</sup> LOBATO, Monteiro. “Diagnóstico”. In: *Problema Vital*. P. 31.

<sup>391</sup> HABIB, Paula A. B. B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”. P. 100.

<sup>392</sup> “Com tres applicações apenas tornava-se o mais rebelde pixaim, não só liso, como ainda fino e sedoso como o cabelo do mais apurado typo de branco”. LOBATO, Monteiro. “Uma dôr de cabeça histórica”. In: *O choque das raças ou O presidente negro: O romance americano de 2228*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926. p. 231

<sup>393</sup> LOBATO, Monteiro. “Céo e Purgatorio”. In: *O choque das raças*. P. 114.



ter uma avó que viaja pelos países para ensinar geografia ou a importância da Grécia Antiga?) – Monteiro Lobato fez com que D. Benta enveredasse por caminhos complicados cristalizando preconceitos e visões, comuns à sociedade brasileira de sua época.”<sup>394</sup>

A partir destas leituras e reflexões sobre eugenia e sanitarismo, pude ler de forma mais crítica o *Aventuras de Hans Staden* e gostaria de destacar alguns pontos do livro que nos façam compreender melhor qual o lugar do personagem indígena dentro das perspectivas que tinha o autor. Acredito que, com isto, poderemos ter um melhor entendimento da proposta de nação, história e “verdade” que teria motivado a (re) leitura de Staden pelo literato. Assim como, seus objetivos em (re) memorar e (re) significar aquele livro, enquanto mediador da cultura e, por isto, tomado da missão de instruir o público infantil, futuro da nação. E para além da relação Staden à lobatiana, seria também, uma tentativa de expandir o olhar sob a fortuna crítica de Lobato.

Como disse anteriormente, em *Aventuras de Hans Staden*, os indígenas aparecem como representativos de uma cultura - sem menção à multiplicidade de costumes e culturas dos indígenas - e Dona Benta demonstra aos seus netos que aquela deveria ser valorizada, como demonstrei anteriormente, através da fala do literato sobre os maracás e a antropofagia.<sup>395</sup>

E ao mesmo tempo, os indígenas foram associados a um passado longínquo, como símbolos de um Brasil ainda selvagem e sem civilização. Numa linha evolutiva, hereditária, lobatiana, parece que os indígenas estariam situados antes das misturas das raças e da existência do caboclo, sendo estes, descendentes dos indígenas, pessoas ligadas a natureza, “braços fortes”, pele enegrecida pelo sol e supersticiosos.<sup>396</sup>

A cultura indígena também se apresenta como situada num tempo antigo: Narizinho teria a cultura do *abati* se fosse “uma indiazinha daquelles tempos”. Da mesma maneira, aparece a “língua dos índios”, associada ao passado, ao período colonial, e substituída pela língua portuguesa, a mais “forte”, civilizada e atual.

<sup>394</sup> HABIB, Paula A. B. B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”. P. 139.

<sup>395</sup> Tal discussão foi apresentada nas páginas 23, 24, 25 e 26, neste capítulo.

<sup>396</sup> “Os índios eram supersticiosos, explicou dona Benta, e um livro para eles seria a coisa mais misteriosa e incompreensível do mundo, arte do demônio, como ainda hoje nossos caboclos classificam o gramofone, o telegrafo e as mais coisas que não podem compreender. ” LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 108. Grifo meu.

Contudo, uma mistura das duas línguas, uma forma corriqueira ainda seria falada “familiarmente”, sobretudo pelas populações do interior, ou seja, os caboclos.

“- Porque, vovó, não falamos nós a língua dos índios, em vez da portuguesa? Não era a língua natural do país?”

- Quando numa região se chocam dois povos, como aqui, vence a língua do mais forte. Os portugueses suplantaram os índios: era natural que predominasse a língua portuguesa sobre a tupi. Mas a língua brasileira, a que familiarmente falamos e que serve sobretudo às populações do interior do Brasil, é uma verdadeira mistura de português e tupi; três quartos de português para um de tupi.<sup>397</sup>

Construindo para as crianças um ideal eugênico, no *Aventuras*, Lobato cria um contraste que diferencia e separa o seu “molde ariano” - “um bípede implume, loiro, de olhos azuis e cara vermelha como presunto”<sup>398</sup> - dos seus personagens indígenas ou da “raça vermelha”<sup>399</sup>. Até os próprios indígenas se surpreendem com a beleza do alemão Staden e isso faz com que o seu sacrifício fosse adiado, pois o seu “manjar muito mais raro e precioso”<sup>400</sup> o distingue dos demais. E beleza, para a eugenia, era um dos atributos da raça pura e perfeita, como Renato Kehl propunha no livro *A cura da fealdade*:

“- Quer dizer que se não fosse a curiosidade das mulheres o pobre alemão morreria ali mesmo! Disse Pedrinho.

- É verdade. O seu typo louro, tão diferente do typo dos portugueses e

Tão raro naquela terra, (...). Se fosse moreno, estaria perdido...”<sup>401</sup>

Não somente a beleza, mas a inteligência também fazia parte do ser humano eugenicamente perfeito, atributo que os indígenas também não detinham. Ao invés da inteligência, assim como os seus descendentes caboclos, os indígenas são apresentados por Lobato como homens fortes.

“- Que é zarabatana, vovó? Indagou Pedrinho.

- É uma arma muito interessante, de uso na caça de animais pequenos. Consiste num tubo dentro do qual se oculta uma seta

<sup>397</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). p. 57.

<sup>398</sup> *Idem*. p. 68.

<sup>399</sup> *Idem*. p. 18.

<sup>400</sup> *Idem*. p. 63.

<sup>401</sup> *Idem*. p. 61-62.

muito fina, de ponta envenenada. O atirador lança tal seta por meio de um sopro forte. A seta fere de leve e mata pelo veneno.

- Interessante! Exclamou Pedrinho. Vou fazer uma.

- E onde arranjas o sopro forte? Objectou a menina. Para isso é preciso ser índio, e dos bons.

Dona Benta deu-lhe razão e continuou (...)”<sup>402</sup>

Quanto à inteligência, segundo Dona Benta, em comparação aos brancos, os indígenas possuíam um grão. E instrui os seus netos que, devido a isto, eles tinham sido dominados pelos portugueses e espanhóis no período de colonização, já que, sendo a inteligência um atributo da “raça branca”, estes se sobressaíam contra a força bruta, e numericamente maior, da “raça vermelha”. Por conta disto, Staden teria conseguido se salvar por ser superior, segundo Lobato, aos indígenas “brancos”.

“Os selvagens, afinal de contas, não passavam de uns coitados, disse Narizinho. Hans os embaçou de uma vez.

- É que possuíam um grão de inteligência muito inferior ao dos brancos. Daí a facilidade com que os peros e os espanhóis, em muito menor número, conseguiram dominá-los. Neste caso de Hans, por exemplo, assistimos à luta da inteligência contra a bruteza. A inteligência, com suas manhas e artimanhas, acabou vencendo a força bronca do número.”<sup>403</sup>

A mesma ideia de força pelo uso da inteligência, possuída pela raça branca, que venceria a força física de uma raça inferior, vemos numa conversa por carta de Lobato com seu amigo Rangel. Falando das suas ideias com o livro *Choque das raças*, ressalta:

“O *clou* será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca e bate-la nas urnas, elegendo um presidente preto! Acontecem coisas tremendas, mas vence por fim a inteligência do branco. Conseguem, por meio dos raios N, inventados pelo professor Brown, esterilizar os negros sem que estes dêem pela coisa.”<sup>404</sup>

Conforme afirmei anteriormente, os indígenas são concebidos, pelo lugar de fala Dona Benta/Lobato, através de uma ideia genérica, sem alusão as diferenças

<sup>402</sup> *Idem.* p. 130.

<sup>403</sup> *Idem.* p. 116.

<sup>404</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo II. P. 293-294.

étnicas, e a partir de uma oposição ao conceito de civilização.<sup>405</sup> Não apenas no *Aventuras*, mas em cartas também conseguimos ter esta percepção da opinião do literato. Em cartas a Rangel, Lobato discute a questão do ferro e do petróleo, devido ao seu encanto com o desenvolvimento da produção nos Estados Unidos. Sua proposta era que o ferro e o petróleo significavam modernização e progresso, e eram símbolos destes ideais. E explorá-los, no Brasil, era fundamental para o seu crescimento econômico, e a partir desta exploração, as condições de trabalho, educação, saneamento, higiene, também melhorariam. O não desenvolvimento desta “matéria prima do instrumento e da máquina”, de onde saía “este belo horror chamado Civilização”, significava continuar vivendo num atraso ou “vida de índio”.

“*Vida Ociosa*, por exemplo, é um produto da civilização e, portanto, um produto do Instrumento e da Máquina, e, portanto, um produto do FeC. Porque para que esse livro existisse foi mister que existissem vários instrumentos de ferro. (...). De que modo escreverias o teu romance, se vivesses a vida do índio que não dispõe de ferro?”<sup>406</sup>

Além de estar sendo representado a partir de uma associação com o que não era civilizado e moderno, o indígena estava sendo remetido a um passado. Ao falar da cultura e costumes dos indígenas, a meu ver, Lobato parece inseri-los em um tempo e espaço não mais existente, na sua concepção de presente. Cito duas passagens em que o literato/Dona Benta menciona que os indígenas foram exterminados pelos colonizadores, devido a sua ganância e cobiça. E não apenas no Brasil, como também, em outras partes do continente americano, como no Peru e no México.

“- Quer dizer que se os portugueses houvessem tratado com justiça os selvagens do Brasil eles seriam amigos, disse Pedrinho.

- Certamente, respondeu dona Benta. Mas os conquistadores do novo mundo, tanto portugueses como espanhóis, eram mais ferozes do que os próprios selvagens. Um sentimento só os guiava: a cobiça, a ganancia, a sede de enriquecer, e para o

<sup>405</sup> Na imagem da capa do livro *Aventuras de Hans Staden*, figura 4 deste capítulo, podemos ver os europeus representados a frente dos indígenas, como representativos da civilização e do progresso. Ao passo que os indígenas, posicionados atrás, à seguir os europeus civilizados, estão nus e segurando arcos e flechas.

<sup>406</sup> *Idem.* p. 313.

consequirem não vacilavam em destruir nações inteiras, como os astecas no México, os incas do Peru, (...).<sup>407</sup>

&

“Concluída a transação, recomeçava a guerra. Os índios despediam uma nuvem de flechas contra o navio e este por sua vez despejava os seus canhões contra os índios.

- Ora que curioso! Exclamou Pedrinho. Está aí um costume que nunca imaginei possível!

- Era como se dissessem: inimigos, inimigos, negocio à parte, acrescentou dona Benta. No fundo, a necessidade os obrigava a isso. Uns não podiam passar sem anzóis, outros não podiam passar sem farinha. O armistício resolvia o apuro de ambas as partes, como breves parêntesis na luta que só teve fim quando os índios foram exterminados.<sup>408</sup>

Falando da cultura e dos costumes dos indígenas, Lobato também estava construindo o personagem indígena: negociavam com os colonizadores (embora tenham sido exterminados por estes); espancavam por brincadeira; dançavam, cantavam, e se embriagavam com o *cauim*; comiam carne humana por prazer; eram supersticiosos; sabiam usar a força bruta, eram de pouquíssima inteligência, associados à natureza e não ao ferro e ao petróleo (símbolos da civilização), eram “brancos”; selvagens. Numa perspectiva eugênica, a “raça vermelha” era oposta a “raça branca”, ao presente e ao futuro que se queria do Brasil. Enquanto uma nação associada ao progresso, moderna, e constituída por uma “boa geração”, onde indígenas, negros e miscigenados, não faziam parte.

<sup>407</sup> LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 75

<sup>408</sup> *Idem*. p. 111-112.



Figura 28: Dona Benta instruindo Pedrinho e Narizinho. LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. (1927). P. 09.

Os indígenas, já haviam sido exterminados pelos brancos, assim Lobato/Dona Benta ensinava às crianças. Presentes apenas na história do Brasil, no período de colonização, e graças ao valioso relato do aventureiro Hans Staden.

Acredito que a partir destas análises, da edição *Meu captivo entre os selvagens do Brasil* e do *Aventuras de Hans Staden*, podemos ter uma melhor percepção de quais ideais que motivaram Lobato a se apropriar de um material, até então, acessado apenas por intelectuais de institutos científicos. Forjando a si próprio, enquanto imbuído da missão de instruir e formar adultos e, sobretudo, as crianças, o literato criou uma nova história do aventureiro alemão Hans Staden. E além de atribuir o conhecimento, a atratividade ou o “tempero” ao novo Staden, também tinha a finalidade de tornar o livro vendável. Através das pesquisas, podemos ver a possível (re) significação e criação dos livros, devido a atuação de Lobato como mediador cultural – empresário e literato.

## 5 Conclusão

“Os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem.”  
Robert Darnton. **O beijo de Lamourette.**

A epígrafe acima ilustra um dos objetivos desta dissertação: ver a construção e escrita de livros e seus produtores (escritores, tradutores, editores, gráficas e instituições), a partir de uma perspectiva dinâmica e pluralizada onde, continuamente, se dá um processo de (re) significações e conexões culturais, sociais, políticas e econômicas. Já que os livros são “ricos o bastante para significar coisas diferentes para pessoas diferentes, em todo o seu percurso de difusão. Reduzi-los a uma única interpretação seria interpretar mal seu caráter”.<sup>409</sup> Assim, para o processo de análise das edições de Staden, fossem as publicadas pelas instituições científicas ou as realizadas por Monteiro Lobato, primeiramente busquei localizar com quais autores e instituições eu estava dialogando e, através disto, identificar quais poderiam ser as interpretações dadas àquele material.

Desde um primeiro momento, quando publicado nas revistas do IHGB e do IHGBSP, o livro de Staden – que originalmente tinha o objetivo de ser um testemunho verídico sobre a salvação concedida por Deus – atendia às expectativas de um recorte dado pelos intelectuais no século XIX: ajudar a construir documentalmente uma história do Brasil. E não uma história qualquer, mas a que defendia que seu início estava na colonização e na missionação das terras e dos ameríndios - até então, entregues à barbárie e à selvageria -, ou seja, se iniciava com a chegada dos europeus à América Portuguesa, sendo interessante lembrar que Albert Löfgren publica sua tradução numa edição comemorativa ao 4º centenário da chegada dos portugueses ao Brasil.

Longe da proposta do alemão de servir como testemunho de salvação divina, o relato torna-se um documento importante para história do Brasil, a partir da leitura dada por Tristão de Alencar Araripe e por Albert Löfgren e da sua publicação em revistas de cunho científico. Tornou-se um documento histórico, geográfico e

---

<sup>409</sup> DARNTON, Robert. *Poesia e a polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2010. P. 148.

etnográfico - nas acepções singulares do que isso significava no século XIX - que dizia sobre as “origens” e “primórdios” do Brasil. Destaco que no estudo deste passado longínquo do país estavam alocados os indígenas, suas culturas e costumes, percebidos através das ações “civilizatórias” do processo de colonização.

Conforme vimos, Araripe e Löfgren concordavam entre si com esta qualificação do relato de Staden como um “espelho” do passado do país, do período de colonização e dos seus habitantes indígenas, mas discordavam acerca da metodologia de tradução - leitura e interpretação - deste documento. Cada um destes intelectuais defendia uma perspectiva, Araripe uma “tradução em linguagem vernácula” do relato de Staden e Löfgren uma “tradução literal”. A tradução de Araripe consistiu na omissão das passagens em que Staden fundamentava sua leitura religiosa dos acontecimentos e a utilização de um vocabulário que facilitasse a leitura aos leitores da Revista do IHGB. Contudo, para Löfgren, Araripe havia cometido muitos erros na publicação e tradução de um documento que significava, para os estudiosos dos institutos, uma leitura do passado do país. Um deles, fora a escolha da edição do livro para a tradução, que para ele deveria ter sido o original, em alemão antigo, e Araripe utilizara uma edição já traduzida para o francês, feita por Enrique Ternaux Campans em 1837.

Para Löfgren, também fora um erro de Araripe a tradução em “linguagem vernácula”, pois acabava por apagar o estilo e escrita de Hans Staden. E com isto, para Löfgren, esta edição de Staden comprometia a proposta dos institutos científicos da criação de uma história imparcial e verídica. Contrário à leitura de Araripe, o sueco empreende uma nova tradução, uma “tradução literal”, na qual ele afirmava uma preservação da escrita e até os erros cometidos por Staden, pois dessa forma, os leitores poderiam acessar, verdadeiramente, as experiências do passado da nação.

Assim, a partir da ação de tradução do livro de Staden para o português, fosse em “linguagem vernácula” ou em “tradução literal”, os intelectuais acabavam por expor seus ideais e perspectivas sobre a escrita da história e da história do Brasil. E através destas ações, a meu ver, o relato de Staden estava sendo (re) escrito e adquirindo diferentes significações, afinal, o Deus de Staden que era a finalidade de tudo em sua escrita já há muito fora deixado de lado, assim como os seus conterrâneos: sua obra agora servia a dizer sobre os eventos em solo americano considerados origem do Brasil.



Ideais, inclusive, que apesar da concordância genérica entre os tradutores, possuíam também sentidos específicos caso consideremos, não menos importante, o lugar e momento de publicação de cada uma das edições, afinal, a edição de Löfgren não busca ser representativa apenas da história do Brasil, mas também da história de São Paulo. Sendo publicada pela revista do IHGBSP, que se imbuía da missão de orientar as pesquisas estavam direcionadas para a construção da história de São Paulo, assim como, de documentos e livros que dissessem sobre a região.

As próximas edições do livro de Staden não seriam realizadas e vinculadas a tradutores em instituições científicas. Como vimos, Lobato (re) significaria aquele material através de uma ótica literária ou um processo de literariedade que conformaria Hans Staden em formatos (capítulos, capas, títulos), linguagens e objetivos diferentes. Esta literariedade, ou tradução na linguagem de Lobato, também estava vinculada às ações por ele desempenhadas enquanto literato e empresário-editor. Assim, devido a sua trajetória, considere-o um mediador da cultura, destacando seu papel como escritor – de livros e artigos em periódicos que atingiam um grande público -, mas também sua ação como empresário, proprietário de gráficas-editoras, selecionando o que ele considerava relevante para publicação (pensando no que deveria ser lido e no alcance de vendas no mercado livreiro). Características que, a meu ver, se concentram em seu interesse em traduzir (ordenando literariamente) e publicar o livro de Staden.

Esse papel de mediação chamou a minha atenção, dado que, até então, este livro em especial teria circulado entre um restrito público leitor, intelectualizado, que tinha acesso às revistas dos institutos IHGB e IHGSP. Monteiro Lobato transforma essa realidade ao incorporar a ‘literariedade’ à obra bem como fazê-la circular em diferentes públicos, inclusive crianças. A tradução do livro aqui não é tanto de uma língua para outra língua, mas o esforço em traduzir para uma forma e linguagem mais compreensível para, com isto, ser acessado por um público maior e diversificado, promovendo até uma edição infantil, em que Dona Benta conta para os seus netos as aventuras do alemão, criando um novo Staden.

Na perspectiva de compreender as transformações realizadas pelo mediador cultural, empreendi um esforço maior em localizar as edições e coleções publicadas por Lobato e, através de uma análise comparativa, identificar quais elementos que compõem seu Staden para adultos e aquele criado para o público infantil. Acredito que, além da distinção entre a proposição literária de Lobato e a dos tradutores

anteriores - atentos a um discurso de cientificidade no acesso à história brasileira - , as sutilezas entre as edições para adultos e para crianças, somadas à construção dos personagens indígenas - suas culturas e costumes, como a antropofagia – são esclarecedoras sobre os sentidos que o autor-editor lhes definia, ou seja, sejam elementos importantes, a meu ver, na (re) significação que acredito que realize na obra de Hans Staden.

Embora Monteiro Lobato justificasse a publicação pelo seu valor documental, caráter promovido por Araripe e Löfgren, sua (re) escrita do relato de Staden tornava o material de natureza literária, sobretudo o *Aventuras de Hans Staden*. O que demonstra uma ligação do literato com uma perspectiva tradicional de história, mas recordemos que o valor documental concedido por Lobato à obra dialoga com a perspectiva de uma história que critica ufanismos, aspira uma “verdade” direta e tem a intenção de gerar princípios morais. É dentro desta combinação que precisamos compreender as estratégias de linguagem como (re) significações, como, por exemplo, a retirada das partes de conotação religiosa e a construção de uma interpretação de certas partes como supersticiosas. Mas não foram apenas essas. Em *Aventuras*, encontramos ainda a substituição do capítulo *Notas de Hans Staden* - que continha notas explicativas dos termos e lugares citados pelo alemão -, por comentários no corpo do texto, pois, segundo ele, a leitura seria mais fluída e com caráter menos científico, atingindo ao público mais amplo que tinha como foco. Assim como encontramos a estratégia de personificação de Staden como aventureiro, aproximando-o de Robinson Crusoe, personagem principal do romance de Daniel Defoe, que já se apresentava como um modelo de sucesso.

As edições lobatianas de Staden, chamaram minha atenção pelo empreendimento do literato em realizar uma “ordenação literária” daquele material, já traduzido por Löfgren – antes da pesquisa, sempre me perguntava porque fazer uma nova tradução se já existiam as anteriores e ainda fazendo uso de uma delas como base -, e ainda por criar um livro que pudesse ser compreendido pelas crianças, utilizando o espaço do Sítio do Pica Pau Amarelo. Para trabalhar com estas edições, foi necessário adentrar nos círculos literários (e de uma literatura pedagógica) e empresariais (com a criação das gráficas e mediador cultural) de Lobato, a fim de compreender melhor suas ações, ideais, projetos e, com isto, sua relação e atribuição de importância ao livro de Staden. Além de pesquisar sobre os espaços de atuação de Lobato, no intuito de compreender as (re) significações

atribuídas pelo literato ao livro de Staden, busquei analisar os livros comparativamente.

Através desta análise comparativa, podemos ver que muitos elementos constituíram a atribuição de literariedade, tais como: a mudança dos títulos, a elaboração de capítulos não existentes até então - como “Os maracás”- e a mudança para uma gramática mais atualizada, o que facilitava a leitura. Podemos ver que no *Aventuras de Hans Staden* ocorreu uma criação literária onde, desde formato (as xilogravuras e capítulos) à estrutura do texto (como expressão das suas opiniões, lições, através da fala de Dona Benta), o livro não fora apenas modificado, mas criado por Lobato. Através da análise comparativa, atentando para a atribuição de literariedade, a meu ver, podemos compreender melhor o que do relato de Staden prestava-se aos interesses de Lobato, mediador cultural. A edição para adultos, através da tradução a forma de Lobato, passou a constituir um livro que dizia sobre a história do Brasil de forma informativa e simplificada: a história de um alemão, prisioneiro dos indígenas tupinambás, e a sua busca pela sobrevivência – na edição de 1945, além do relato, o leitor ainda podia aprender sobre as culturas e costumes de forma prática. Desde o prefácio, o literato buscava mostrar para o leitor a importância do conhecimento do relato de Staden, e com a sua (re) escrita do material o acesso ao conhecimento era facilitado e direto – com uma gramática usual; sem atributos científicos - como a medição por milhas, que não era a unidade de medida brasileira -; com expressões que aproximava o leitor, como “muito cauim havia de correr!”. Essas mudanças, a meu ver, correspondiam à visão literária de Lobato – linguagem direta e sem “encher linguiça” – e de editor, de acesso ao público e vendas para a editora.

Na edição infantil, a (re) escrita do livro de Staden demonstra as transformações realizadas pelo literato de forma ainda mais explícita e nos faz pensar sobre a relação de Lobato com o relato do alemão. A criação de imagens para o público infantil; criação de capítulos com temas que ele considerava interessantes como “Os maracás”; o uso da narrativa de Staden como forma de criar lições, como a fábula do lobo e do cordeiro; a antropofagia praticada pelos indígenas tupinambás como forma de dizer sobre as culturas e costumes. Acredito que o material de Staden proporcionava base para um espaço de discussão que interessava ao autor, principalmente, no que diz respeito à instrução das crianças. Através deste, Lobato discute sobre a história do país, a ética e moral da

humanidade e a configuração racial. E podemos ver, pela trajetória do autor, que estas questões estavam presentes nas suas críticas em livros, reportagens, prefácios e cartas e na sua atuação como empresário. O relato de Staden, lhe proporcionava dizer sobre temas como a antropofagia, as culturas e costumes dos indígenas, de forma clara e direta, e que chamasse a atenção. Escrevendo sobre a história do país, da forma como ele considerava atraente e interessante, não mais com viés político, administrativo e “datas ultra-insignificantes”.

Ao final das pesquisas, pude perceber os espaços e conexões sociais e culturais nos quais o livro de Staden esteve associado e as suas (re) significações, o que compreende a ação dos seus tradutores, instituições e, no caso das edições de Lobato, do editor. Através das (re) significações, aquele material escrito em 1557, que tinha a intenção de ser um testemunho de salvação divina, transforma-se em um documento de importante relevância para a história do Brasil, por dizer sobre a chegada dos europeus e marcava o início, “os primórdios”, da nação, pois, com a chegada dos europeus, as ações civilizatórias também haviam chegado, com a colonização das terras e dos indígenas. Ao final das pesquisas obtive mais clareza da multiplicidade de ideias que envolviam os projetos de nação daquele momento. No primeiro capítulo, com a localização das traduções feitas por Araripe e Löfgren, pudemos ver que as publicações estavam muito articuladas a ideais acerca de uma história de Brasil que buscava ser constituída. Para esta história, que deveria ser científica, documentada, geográfica e etnográfica, o livro de Staden tornava-se um relato precioso pelas experiências vividas – ou seja, de testemunha ocular – no período colonial – num momento de investimento inicial nos estudos deste período -, e pela descrição dos costumes e culturas dos indígenas.

A busca pelo “passado comum” remetia a uma busca pelas “origens” ou “primórdios” da cultura e da história que representassem a nacionalidade brasileira. Visto como um instrumento que auxiliava na escrita da história, o estudo etnográfico criado pelo IHGB significava o estudo dos povos indígenas. Nele, os indígenas tornavam-se representativos de um passado, longínquo, da história da nação, ou seja, eram remetidos a uma realidade que não mais existia, e que não compunha o corpo da nação. O livro de Staden, sendo (re) significado pelos seus tradutores e instituições, ia ao encontro desta ideia de história e de etnografia, pois dizia sobre o passado, os indígenas, a prática antropofágica (vista como exemplo de selvageria) e a chegada dos europeus e, com eles, a colonização e civilização.

Ao localizar as edições de Staden feitas por Lobato, pude ver que o literato também estava pensando e problematizando a conformação de uma nação: como outros intelectuais, o literato esteve envolvido em discussões acerca da política, da economia e da educação, onde a ideia de nação estava articulada ao progresso e modernização do país. Para isto, Lobato defendia uma missão da literatura para “erguer o nível mental” da nação, pois sendo os literatos os portadores de conhecimento, este seriam os únicos capazes de instruir e condicionar os cidadãos. Como vimos, sobretudo, no terceiro capítulo, a instrução sobre uma história do Brasil era muito importante para Lobato, pois estava conectado a esta ideia de nação que buscava-se conformar. As edições de Staden, traduzidas e publicadas por Lobato, diziam sobre a defesa de uma história de “verdade” do Brasil, seu passado, a relação entre o colonizador e os indígenas. Aqui, como vimos, a estrutura do livro e os objetivos que buscavam ser alcançados – público, linguagem, capítulos - em muito se diferenciava das edições publicadas pelo IHGB e pelo IHGSP. Mas, ao final das pesquisas, além da história estar sendo pensada, a partir do livro de Staden, de forma diferente, também chamou minha atenção a forma como os indígenas aparecem na tradução lobatiana e o lugar atribuído por Lobato aos indígenas na história e no seu projeto de nação.

Esta inquietação me proporcionou uma leitura melhor de como o literato idealizava a nação – além de uma discussão política, de defesa do ferro e do petróleo, de uma modernização nos modelos educacionais - e como esta deveria ser constituída. Conforme busquei analisar no terceiro capítulo, a partir do *Aventura de Hans Staden*, pudemos ver que o literato associava as culturas e costumes dos indígenas, e os próprios ameríndios, a um passado longínquo, pois, estes não se encaixavam numa proposta eugênica de nação. A edição infantil, do relato de Staden, estava ambientada no espaço criado por Lobato para a sua livre expressão, com a criação e utilização de personagens através dos quais, intencionalmente, dizia de “verdade” aquilo que pensava e defendia. Sendo, algum destes, a expressão “fina e cortante” de alguns dos seus pensamentos, como a boneca de pano falante Emília ou “torneirinha de asneiras”. No caso de Staden, suas aventuras são narradas - de forma a instruir as crianças com conhecimentos científicos, morais e éticos -, pela personagem que era a detentora de conhecimentos e da justiça, Dona Benta. Neste espaço de livre pensamento, através dos seus personagens, o literato criara uma ideia genérica sobre os indígenas, que para Lobato, eram representados pela

adoração aos maracás (superstição) e a prática de comer carne humana. Sendo opostos à ideia de civilização, onde a cor de pele ou, “raça vermelha”, a falta de inteligência, a selvageria, marcava o oposto do ideal de “raça branca”, de progresso, modernização e, assim, do que deveria constituir uma nação.

Publicado pela primeira vez em 1557, o livro que contava as experiências de viagem de um alemão à América Portuguesa, que viveu diretamente com indígenas praticantes de antropofagia, tinha seus objetivos e direcionamentos quando escrito por Staden. Quando acessei esse material pela primeira vez, ainda no período da graduação, fiquei intrigada com este relato por dizer sobre as relações e dinâmicas entre os indígenas e os colonizadores portugueses e por dizer sobre as culturas e as práticas de rituais de antropofagia. Assim, num primeiro momento, minha preocupação inicial concentrava-se em observar e discutir sobre o que fora escrito sobre os indígenas, principalmente sobre a antropofagia, pelo alemão. Tempos depois, o que não havia despertado meu interesse inicialmente, tornou-se o fôlego das pesquisas, ver que aquele livro de 1557 fora (re) memorado séculos depois por instituições científicas e por um literato, Monteiro Lobato. E pude atestar, ao longo das pesquisas, que estes agentes ao traduzir ou “ordenar literariamente o livro de Staden estavam (re) escrevendo cada um a partir das suas perspectivas e interesses. Assim, o livro estava sendo transformado e (re) significado em cada contexto, ou seja, foram escritos e publicados Hans Staden diferentes, que tinham finalidades e diziam sobre o Brasil e os indígenas de formas distintas.

Ao longo das pesquisas, fui percebendo que não apenas o relato – sua forma e intencionalidade – modificava-se a partir dos interesses de seus tradutores e instituições, como também o lugar atribuído aos indígenas naquele relato. E isto chamou mais uma vez me inquietou, dada a minha motivação primeira, ainda no período de graduação, de discutir o que Staden estava dizendo, e como estava, sobre os indígenas e a prática de antropofagia. Para as instituições científicas - IHGB e IHGSP - e seus tradutores o que Staden dizia sobre os indígenas estava atrelado à visão que estes tinham de história do Brasil. Associando os indígenas, suas culturas e costumes, a um passado de “origens” da história, que com o processo de colonização havia sido modificado, com a civilização europeia. Os indígenas estavam atrelados àquele passado, não mais existiam, e, por isto, não faziam parte da nação almejada por aqueles intelectuais. A medida que fui desenvolvendo a dissertação, fui percebendo que nas edições de Lobato foi dado aos indígenas um

novo lugar, ainda que também estivesse conectado a um ideal de nação. Este “lugar” estava conexo à ideia de história semelhante a das instituições científicas, os indígenas como representantes de um passado do país, entretanto, particularmente na escrita de Lobato, os indígenas estavam sendo associados a visão eugênica do literato.

## 6 Referências bibliográficas

### 6.1 Fontes

AMARAL, Pedro Ferraz do. “Lobato e Léo Vaz”. *O Estado de São Paulo*, suplemento literário, 12 de agosto de 1967.

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação verídica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, 1892. Pp. 264-360.

AZEVEDO, Fernando. “Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932)”. In: *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Editora Massanga, 2010.

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo I, 1º Trimestre de 1839, nº1. 09-20

BILAC, Olavo. BONFIM, Manuel. *Através do Brasil*: Livro de leitura para o curso médio das escolas primárias. 36ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1948.

DEL PICCHIA, Menotti. “Crônica social: Narizinho Arrebitado”. In: SAKIYAMA, Yoshie (org.). *Menotti del Picchia o gedeão do do modernismo: 1920/22*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 182-184.

ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FRAIZ, Priscila. VIANNA, Aurélio. (Orgs.). *Conversa entre amigos*: Correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1986.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946.

\_\_\_\_\_. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959.

\_\_\_\_\_. *A menina do Narizinho arrebitado*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia, 1920.

\_\_\_\_\_. *A chave do tamanho*: História da maior reinação do mundo, na qual Emília, sem querer, destruiu temporariamente o tamanho das criaturas humanas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

\_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

\_\_\_\_\_. *Prefácios e Entrevistas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1946.

\_\_\_\_\_. *Problema Vital*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1918.

\_\_\_\_\_. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.

\_\_\_\_\_. *O choque das raças ou O presidente negro: O romance americano de 2228*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

\_\_\_\_\_. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1925.



\_\_\_\_\_. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

\_\_\_\_\_. *Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*. São Paulo: Editora Brasiliense.

\_\_\_\_\_. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

LÖFGREN, Albert. “Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, Edição comemorativa do 4º centenário, volume único, 1900.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia, 1923.

MONTEIRO, João. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. 1, 1895.

“Ao leitor”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, V. 1, 1895.

## 6.2 Obras de referência

ABREU, Márcia. “Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Duas viagens ao Brasil*”. In: MARI, Hugo. WALTY, Ivete. VERSIANI, Zélia. *Ensaio sobre leitura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. Pp. 206-227.

ARENDRT, Hannah. “O conceito de História: antigo e moderno”. In: ARENDRT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2001. P. 126.

BANDEIRA, Julio. *Canibais no paraíso: a França Antártica e o imaginário europeu quinhentista*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2006.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*. São Paulo: UNICAMP, 2007. Tese de doutorado.

BEDA, Ephraim de Figueredo. *Octalles Marcondes Ferreira: formação e atuação do editor*. São Paulo: ECA/USP, 1987. (Dissertação de mestrado).

BURKE, Peter. “Culturas da tradução nos primórdios da Europa moderna”. In: \_\_\_\_\_. PO-CHIA HSIA, Ronnie. (Orgs.) *A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do pica-pau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

\_\_\_\_\_. “Pátria, nação e nacionalismo”. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.) *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*. Lisboa: ICS, 2010.

\_\_\_\_\_. “Ainda será a História Mestra da Vida” em RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p. 9-38.

CASTRO, Eduardo Viveiros. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Zahar-Anpocs, 1996.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. 1ª edição. 2 v.

CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In: *Estudos de historiografia brasileira*. 2011.

\_\_\_\_\_. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173-208.

\_\_\_\_\_. *Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (prelo).

CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. In: *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro. CASTRO, Eduardo Viveiros. *Vingança e temporalidade: os Tupinambás*. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 71, 1985. Pp. 191-208.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Poesia e a polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DUTRA, Eliana. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*”. In: \_\_\_\_\_. MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. MAHL, Marcelo Lapuente. *Preservação e patrimônio no instituto histórico e geográfico de São Paulo (1894-1937)*. *Revista Patrimônio e Memória*, v.7, n.1, pp. 3-18, jun. 2011.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

FONSECA, Sílvia Assam da. *Bibliotheca do Espírito Moderno: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977)*. São Paulo: PUC-São Paulo, 2010. Tese de doutorado.

FLORENCIO, Thiago. *A busca da salvação entre a escrita e o corpo: Nóbrega, Léry e os Tupinambá*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

GAYATRICK, Spivak. “The politics of translation”. In: *Outside in the Teaching Machine*. New York: Routledge, 1993.

GESTEIRA, Heloisa. *Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624 - 1654)*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. n. 46, p. 165-178, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

\_\_\_\_\_. (org). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. "O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória". In: ABREU, M., SOIHET, R. e GONTIJO, R. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 23-42.

\_\_\_\_\_. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. "Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da História". In: RIOS, Kenia. FURTADO, João E. (orgs.). *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. Pp. 39- 80.

\_\_\_\_\_. "Escrita da História e ensino de história". In: ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009.

GUMBRECHT, Hans U. "A(s) transgressão(ões) d primeiro trovador". In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998. Pp. 35-66.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª edição. São Paulo: Editora USP, 2005.

HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. Tese de doutorado em História, USP, 2007.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

\_\_\_\_\_. "Negros e Negras em Monteiro Lobato". In: LOPES, Eliane M. Teixeira. GOUVÊA, Maria Cristina S. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil Brasileira: história e histórias*. 3ª edição. São Paulo: Ática, São Paulo: Ed. Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LEAL, Elisabete da Costa. "O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista". *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006, p. 64-93.

LEITE, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

LESTRINGANT, Frank. *O canibal. Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. “A Revista do Brasil (1916-1925) na história da imprensa”. In: *Travessia – Revista de Literatura*. n. 32, 1996, pp. 94-123.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: formação do Estado Imperial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1900.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

\_\_\_\_\_. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 2, 2010, 253-272.

KOSELLECK, Reinhart. “A configuração do moderno conceito de História”, In: *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. “História *Magistra Vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006

KUSCHNER, Karina. “Mediação, cultura e política”. In: VELHO, Gilberto. \_\_\_\_\_ (orgs). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)”. In: *História*, v. 26, n. 1, 2007. Pp. 154-178 SEED, Patrícia. “Novo céu e novas estrelas”. In: *Cerimônias de posse na conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.

\_\_\_\_\_. *Crítica, método e escrita da história em Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Do Manifesto de 1932 à construção de um saber Pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos”. In: História dos índios nos Brasil. Org. Manuela Carneiro da Cunha. 2ª edição. São Paulo: FAPESP/Companhia das letras, 1992.

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e coleções brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988. Pp. 56-89.

RAMINELLI, Ronald. “Mulheres Canibais”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 23, 1994. Pp. 123-135.

RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

ROCHA, Jaqueline Negrini. *De Caçada às Caçadas: o processo de re-escritura lobatiano de caçadas de Pedrinho a partir de a Caçada da Onça*. São Paulo: UNICAMP, 2006. P. 43. Dissertação de Mestrado.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de mestrado, IEL/ Unicamp, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SIRINELLI, François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião. *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1927.
- TODOROV, Tzevan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do Projeto Pedagógico ao Projeto Editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC/SP, 2001. Tese de doutorado.
- VIEIRA, Adriana Silene. “O livro e a leitura nos textos de Lobato”. In: LOPES, Eliane. (Org.) *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Viagens de Gulliver ao Brasil: estudos das adaptações de Gulliver's Travels por Carlos Jansen e por Monteiro Lobato*. Tese de doutorado em letras, UNICAMP, 2004.
- ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Rio Grande do Sul: Editora universidade/UFRGS, 2002.
- ZORZATO, Lucila Bassan. *A cultura alemã na obra infantil Aventuras de Hans Staden, de Monteiro Lobato*. São Paulo: UNICAMP, 2007. Dissertação de mestrado.